

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI 2023 a 2027

Sumário

APRESENTAÇÃO	7
1. CONTEXTUALIZAÇÃO PRELIMINAR DA MANTIDA E SUA MANTENEDORA	7
1.1. IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA	7
1.2. IDENTIFICAÇÃO DA MANTIDA	8
1.3. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	8
1.4. ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA	10
2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	11
2.1 INTRODUÇÃO	11
2.2 INSERÇÃO REGIONAL	15
2.3 A REGIÃO	17
2.4 O ESTADO	19
2.5 A CAPITAL	20
2.6 DADOS EDUCACIONAIS DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA IES	21
3 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICOS-METODOLÓGICOS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA INSTITUIÇÃO	21
3.1 PRINCÍPIOS E VALORES	21
3.1.1 Aspectos Filosóficos	22
3.1.2 Aspectos Psicopedagógicos	23
3.1.3 Princípios Pedagógicos Integradores	27
3.1.4 Princípios Didáticos Metodológicos	28
3.1.5 Metodologia de Problematização	29
3.1.6 Uso dos Recursos Tecnológicos	30
3.1.7 Interdisciplinaridade	31
3.1.8 Plano para Atendimento às Diretrizes Pedagógicas	33
3.1.9 Metodologia	38
3.2 Concepção De Processos De Ensino-aprendizagem, Currículos e Avaliação, Planejamento e Programas	59
3.3 Execução Do Projeto Pedagógico Institucional	64
3.4 Articulação Entre O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) E Os PPC	66
4. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	66
4.1 RELATO INSTITUCIONAL	71

4.2 PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	72
4.2.1 Metodologia, dimensão, e instrumentos a serem utilizados no processo de auto-avaliação	73
4.2.2 Procedimentos operacionais	74
4.2.3 Formas de participação de discentes, docentes, administrativos e sociedade incluindo a atuação da comissão própria de avaliação - CPA	79
4.2.4 Resultados e relatórios das avaliações	80
4.3 Projeto De Autoavaliação Institucional E As Avaliações Externas	87
5. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E POLÍTICAS ACADÊMICAS DA IES	88
5.1 MISSÃO, VISÃO E VALORES	88
5.1.1. Missão	88
5.1.2. Visão	89
5.1.2. Valores	89
5.2 DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS	89
5.3 QUANTIFICAÇÃO DAS METAS	91
5.4 POLÍTICA DE ENSINO	95
5.4.1 Bases da política de ensino	96
5.4.3 Programa de graduação	98
5.5 PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO	111
5.5.1. Ações acadêmico-administrativas para cursos de pós-graduação stricto sensu e lato sensu	112
5.5.2 Coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e de pós-graduação ...115	
5.6 POLÍTICA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	117
5.6.1 PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – IC	120
5.7 POLÍTICA DE EXTENSÃO	121
5.7.1 Ações de extensão na IES	121
5.7.2 Programas, projetos e cursos	124
5.7.3 PROGRAMA PERMANENTE DE CURSOS DE EXTENSÃO:	127
5.7.4 OUTROS PROJETOS DE EXTENSÃO	132
5.8 PROGRAMA PERMANENTE DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	138
5.9 COERÊNCIA ENTRE O PDI E AS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL: INCLUSÃO SOCIAL	138

5.10 COERÊNCIA ENTRE O PDI E AS AÇÕES INSTITUCIONAIS VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	139
6. POLÍTICA DE MOBILIDADE ACADÊMICA E INTERNACIONALIZAÇÃO	140
6.1 ATENDIMENTO A ALUNOS ESTRANGEIROS	140
7. POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	142
7.1 AÇÕES DE ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS	142
7.2 ATUAÇÃO DOS EGRESSOS DA IES NO AMBIENTE SOCIOECONÔMICO	143
8. POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE INTERNA E EXTERNA	145
8.1 COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE EXTERNA	145
8.2 COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE INTERNA	146
8.3 CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE INTERNA E EXTERNA	146
9. POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO DISCENTE	146
9.1 CENTRAL DE ATENDIMENTO DISCENTE - CAD	148
9.2 APOIO À PERMANÊNCIA	148
9.2.1 Mecanismos de nivelamento	150
9.2.2 Financiamentos	152
9.2.3 Atendimento extraclasse	154
9.3 ESTÍMULO A DIFUSÃO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS CIENTÍFICAS, DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS, TECNOLÓGICAS, ARTÍSTICAS E CULTURAIS E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	155
9.4 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL	155
10. POLÍTICAS DE GESTÃO	156
10.1 DIRETRIZES GERAIS	156
10.1.1. Organograma Institucional	157
10.1.2. CONSUP	158
10.1.3. CONSEPE	159
10.1.4. DIRETORIA GERAL	161
10.1.5. COORDENAÇÃO DE CURSO	163
10.1.6. ÓRGÃOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	164
10.2. Sistematização e Divulgação das Decisões Colegiadas e Apropriação pela Comunidade Interna	165
10.3. PROGRAMA DE GESTÃO PERMANENTE DE PESSOAS	166
10.4. CORPO DOCENTE	166
10.4.1. Requisitos de titulação e experiência	167

10.4.2. Critérios de Seleção e Contratação Docente	167
10.4.3. Qualificação profissional, plano de carreira e regime de trabalho	168
10.5 Procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro	171
10.6 Cronograma de expansão do corpo docente	172
10.7 Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo docente	173
10.8 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	175
10.8.1. Critérios de seleção e contratação	175
10.8.2. Qualificação, planos de carreira e regime de trabalho	175
10.8.3. Plano de carreira e/ou cargos e salários	176
10.8.4. Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo	177
11 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	177
11.1 PROCESSOS DE GESTÃO INSTITUCIONAL	177
11.2 REPRESENTATIVIDADE DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, DICENTE E SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA.	178
12 DESENVOLVIMENTO DE CURSOS	178
12.1 CRONOGRAMA DE ABERTURA DE CURSOS	178
12.2 OFERTA DE CURSOS DE EXTENSÃO	179
13. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS DA IES	180
13.1 ESTRATÉGIA DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	180
13.2 RELAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO FINANCEIRO E A GESTÃO INSTITUCIONAL	181
13.3 DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	181
13.4 POLITICAS PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS E PLANOS DE INVESTIMENTO	182
13.5 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO PDI	182
13.7 – Previsão orçamentária	183
13.8 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA: RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	184
13.9 Sustentabilidade financeira: participação da comunidade interna	187
13.10 PLANOS DE INVESTIMENTOS E PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEI	188
14 INFRAESTRUTURA DA FACISA	191
14.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	191
14.2 INFRAESTRUTURA FÍSICA – GERAL	192
14.3 AUDITÓRIO	192
14.4 INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS	193
14.5 INFRAESTRUTURA PARA A CPA	194

14.6 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	195
14.6 ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E DE ALIMENTAÇÃO	196
14.7 RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC	196
14.7.1 Recursos audiovisuais e multimídia	199
14.8 BASES TECNOLÓGICAS DA INSTITUIÇÃO	199
14.9 INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	200
14.9.1 Salas de aula	201
14.9.2 Sala de professores	202
14.9.3 Espaços para atendimento aos alunos	202
14.9.4 Gabinetes/estações de trabalho para professores em tempo integral - TI	203
14.10 BIBLIOTECA	203
14.10.1 Biblioteca: infraestrutura física	203
14.10.2 Biblioteca e sua interação com a sala de aula	206
14.10.3 Plano de atualização do acervo e expansão física	207
14.11 LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	208
14.11.1 Softwares	208
14.11.2 Sala de apoio de informática	208
14.12 LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS	210
14.12.1 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física	211
14.12.2 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: Relação equipamentos/aluno/curso	215
14.12.3 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços	216
14.12.4 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: Acessibilidade	216
14.12.5 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: Equipamentos de Proteção Individual	216
14.12.6 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: Dispositivos de Segurança	217
14.12.7 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: Avaliação Periódica dos Espaços.	217
14.12.8 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: Gerenciamento da Manutenção Predial e Patrimonial	217

14.12.9 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: Recursos Tecnológicos.	218
14.13 INFRAESTRUTURA DE EXECUÇÃO E SUPORTE	218
14.14 PLANO DE MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, SOFTWARES E AFINS	219

APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Faculdade de Ciências da Saúde – FACISA abrange o período 2023 a 2027, e está de acordo com a legislação da educação superior e com os atos normativos do Ministério da Educação - MEC e do Conselho Nacional de Educação – CNE. Este PDI foi construído abordando a visão dos membros da Mantenedora no sentido de qualificação da FACISA e desenvolvimento de suas atividades. Foi debatido e aprovado pelo Conselho Superior da Faculdade, e serve como ponto de partida para as decisões estratégicas institucionais. Descreve o estágio recente de desenvolvimento da IES e detalha as informações ligadas à estrutura da Faculdade, indicando, com vistas para o futuro, o rumo para os próximos cinco anos, bem como as estratégias que nortearão essa caminhada.

Nele são elencados os elementos constitutivos previstos na regulação, com destaque para o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e os objetivos, metas e ações para a vigência do Plano. Registra-se que os PDI's anteriores e os Relatórios de Autoavaliação elaborados pela Comissão Própria de Avaliação – CPA da FACISA, conduziram o processo de elaboração deste documento, visando garantir a trajetória institucional, que tem como marca a expansão com qualidade, a responsabilidade socioambiental e a inclusão social.

Para tanto, a organização administrativo-acadêmica, os projetos pedagógicos, a qualificação do corpo docente, a infraestrutura, as atividades complementares, a investigação científica e monitoria, a avaliação institucional e demais projetos desenvolvidos pelos discentes e docentes, traduzem os objetivos para cada uma das atividades fins (ensino, iniciação científica e extensão), dos alicerces (gestão, financiamento, informação) e das áreas de cooperação (inserção regional e interiorização).

Desta forma, a Faculdade de Ciências da Saúde - FACISA compromete-se com uma educação superior de qualidade e com este PDI, no sentido de viabilizá-lo integralmente.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO PRELIMINAR DA MANTIDA E SUA MANTENEDORA

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA

FACISA NOROESTE LTDA – EPP

PRESIDENTE: Érica Smargiassi

ENDEREÇO: Rodovia BR 251

Km 904– Bairro Jacilândia -

Unai – MG

FONE: (38) 3677-6030

1.2. IDENTIFICAÇÃO DA MANTIDA

FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - FACISA

ENDEREÇO: Campus Unai – Avenida Governador Valadares, 1441 – Centro - CEP 38.610.016

FONE: (38) 3677-6030

DIRIGENTE: Érica Smargiassi

1.3. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Faculdade de Ciências da Saúde de Unai – FACISA teve, inicialmente, como mantenedora a SOEMOC - Sociedade Educativa de Montes Claros, CNPJ nº 22.669.915/0001-27 inscrita no Conselho Nacional de Assistência Social como Entidade de Fins Filantrópicos conforme Resolução nº 189 de 07/12/70 ratificada em 18/12/99 através da Resolução nº 319 publicada no D.O.U de 23/11/99, seção I, julgando o Processo nº 44006.005414/97-83 de 12/01/2000; no Conselho Municipal de Assistência Social sob o nº 169/2000; declarada de Utilidade Pública Municipal através do Decreto nº 193 de 25/01/71 e de Utilidade Pública Federal através da Resolução nº 69.821 de 22/12/71.

Sofre em 02 de janeiro de 2002, alteração passando a denominar-se SOEBRAS – Sociedade Educativa do Brasil e em seguida SOEBRAS - Associação Educativa do Brasil para atender exigência do Código Civil Brasileiro. As referidas modificações foram registradas no Cartório de Registro, Títulos, Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas (Montes Claros) nº 7784-02 Lv. A-9, Protocolo 49.686-(2002) Fls 49V., no Livro A-5, Pasta 76, em 11/03/2002.

A Associação Educativa do Brasil – SOEBRAS, credenciou a Faculdade de Ciências da Saúde de Unai – FACISA através da Portaria Ministerial nº 1.229, de 06 de outubro de 2008, publicada no DOU em 07 de outubro de 2008 com autorização dos cursos de Enfermagem, Portaria nº 1111 de 19/12/2008, e Medicina Veterinária, Portaria nº 1045 de 08/12/2008.

Em 2009, teve autorizado o curso de SERVIÇO SOCIAL por meio da Portaria nº 1277 de 19/08/2009.

Em 2012, o Curso de ENFERMAGEM foi reconhecido com CC 4,0 por meio da Portaria Nº 302, de 27 de dezembro de 2012.

Em 2013 foi solicitada a transferência de manutença da SOEBRAS para a FACISA NOROESTE LTDA – EPP o que se foi efetivada em 14 de janeiro de 2014, através de Instrumento Particular de Cessão de Instituição de Ensino, registrado no 2º Ofício de Notas de Unai, sob o protocolo Nº 33099, Registro 22746, liv B-78, pag. 142. No MEC, e o ato de transferência da manutença ocorreu através da Portaria 715, publicada no DOU em 28/11/2014.

A FACISA NOROESTE LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos, de caráter particular está inscrita no CNPJ sob o nº 17.290.046/0001-95 com sua sede na Av. Governador Valadares, nº 1427, Centro, CEP 38.610-000 e contrato social registrado na Junta Comercial de Minas Gerais (JUCEMG) sob o NIRE 3.120.971.346-7 e NRO 5351681, em 12/12/2012. Cabe-lhe tomar as medidas necessárias ao bom funcionamento da FACISA, respeitando os limites da Lei, Regimento e Regulamentos, a liberdade acadêmica do corpo docente e discente e a autoridade delegada aos órgãos colegiados.

No ano de 2014, o curso de ENFERMAGEM teve o seu Reconhecimento renovado por meio da Portaria Nº 820 de 30 de dezembro de 2014.

Em 2015, teve o curso de MEDICINA VETERINÁRIA reconhecido com CC 3,0 por meio da Portaria nº 306, de 23/04/2015, e autorizado o Curso de FARMÁCIA com CC 3,0 por meio da Portaria nº 941, de 03/12/2015. Nesse mesmo ano, foi solicitado o Recredenciamento da FACISA, Processo 201504310, tramitando desde então.

Em 2016, teve o curso de SERVIÇO SOCIAL reconhecido com CC 4,0 por meio da Portaria nº 54, de 09/03/2016, e autorizado o curso de PSICOLOGIA com CC 3,0 através da Portaria nº 107, de 05/04/2016.

Em 2018, o curso de Bacharelado em SERVIÇO SOCIAL obteve a renovação de reconhecimento por meio da Portaria n. 135, de 1º de março de 2018, publicada no DOU de 02/03/2018.

No ano de 2021, o curso de ENFERMAGEM obteve a última renovação do reconhecimento por meio da Portaria n. 948, de 30 de agosto de 2021. Nesse mesmo, o curso de Medicina Veterinária obteve a renovação de reconhecimento por meio da Portaria nº 1550, de 08 de dezembro de 2021, obtendo o CC 3,0 na avaliação *in loco*.

No ano de 2022, tivemos a autorização do curso de ESTÉTICA E COSMÉTICA - Portaria Mec nº 1117 em 23/12/2022 publicada no DOU de 27/12/2022.

No ano de 2023, foi Reconhecido o curso de FARMÁCIA – Portaria Mec nº 32 de 24/03/2023 – publicada no DOU de 28/03/2023, o curso de Fisioterapia foi autorizado pela Portaria Mec nº 56 de 06/04/2023 publicada no DOU de 10/04/2023

No ano de 2023, tivemos a autorização do curso de FISIOTERAPIA - Portaria Mec nº 56 em 06/04/2023 publicada no DOU de 10/04/2023.

A FACISA NOROESTE LTDA – EPP vem buscando, junto à sua comunidade, uma alternativa de autoconstrução, utilizando uma ferramenta básica já amplamente difundida: a construção democrática. Acreditando ser o planejamento o principal instrumento para se construir uma universidade.

Tabela 1 – Resumo Atos Regulatórios da Instituição

CREDENCIAMENTO – Portaria Ministerial nº 1.229, de 06 de outubro de 2008, publicada no DOU em 07 de outubro de 2008		
CURSOS	ATO REGULATÓRIO	PORTARIAS
ENFERMAGEM	Autorização	Portaria nº 1111 de 19/12/2008
	Renov. Reconhecimento	Portaria nº 948, de 30/08/2021
MEDICINA VETERINÁRIA	Autorização	Portaria nº 1045 de 08/12/2008
	Renov. Reconhecimento	Portaria nº 1.550 de 08/12/2021
SERVIÇO SOCIAL	Autorização	Portaria nº 1277 de 19/08/2009
	Reconhecimento	Portaria nº 54 DE 09/03/2016.
FARMÁCIA	Autorização	Portaria nº 941 de 03/12/2015
	Reconhecimento	Portaria nº 32 de 27/03/2023
PSICOLOGIA	Autorização	Portaria nº 107 de 05/04/2016
FISIOTERAPIA	Autorização	Portaria nº 56 de 06/04/2023
ESTÉTICA E COSMÉTICA	Autorização	Portaria nº 1117 de 23/12/2022

Fonte: Elaboração própria.

1.4. ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

Para concretizar sua missão e seus objetivos, a FACISA, instituição de Educação Superior, promove atividades acadêmicas de ensino e extensão, firmando-se como Instituição de Ensino Superior comprometida com o desenvolvimento sustentável da realidade local, regional e nacional, através de suas áreas de atuação: Serviço Social, Medicina Veterinária, Enfermagem, Farmácia e Psicologia, especialmente através de seus cursos de graduação presenciais que como finalidade a formação de profissionais competentes tecnicamente e com habilidades para a formação de uma sociedade mais justa, ambientalmente responsável e respeitadora da diversidade.

2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

2.1 INTRODUÇÃO

De acordo com o Decreto nº 9.235 de 2017, temos o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) integrado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), como um dos pilares que fundamentam o conhecimento e o fazer das IES. O PPI pode ser considerado um mecanismo político, filosófico e metodológico que demonstra as políticas acadêmicas, de ensino, iniciação científica e extensão, levando em conta seu ponto de vista histórico, inserção regional, vocação, missão, visão e objetivos gerais e específicos. Apresenta caráter propositivo, concepções e princípios conforme a legislação do ensino superior e suas diretrizes vigentes, sendo um referencial para a construção dos projetos pedagógicos e para o planejamento das ações educacionais relevantes.

O Projeto Pedagógico Institucional evidencia uma filosofia organizacional e educacional, bem como as diretrizes e estratégias de desenvolvimento e atuação a curto, médio e longo prazo, sendo uma ferramenta balizadora da gestão, demonstrando a prática pedagógica dos cursos atuais e outros que a IES venha a incorporar, orientando as atividades educacionais, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei Nº 9.394/1996), inserindo-se nos cenários atuais de mudança e estabelecendo princípios que ajudam a regular as atividades de ensino, iniciação científica e extensão, bem como para a sua articulação.

A Faculdade FACISA possui princípios atribuídos à sua identidade, dos quais podemos destacar o seu envolvimento com a comunidade. O aluno é desafiado frequentemente a desenvolver seus conhecimentos teórico-práticos, vinculado a um processo de ação-reflexão-ação, levando a um método dialético de aprendizagem que se inicia com a investigação dos melhores métodos e teorias, integrando-os a um modelo real, fazendo com que o aluno aprenda a aprender, sendo, desde o primeiro semestre, estimulado a estudar, e a ampliar na iniciação científica.

Esse envolvimento do aluno com a comunidade, contribui para sua formação profissional, adquirindo capacitação técnica e cumprindo parte da missão do Projeto Educacional que é a de ensinar o aluno a aprender a fazer. Entretanto, a preocupação da IES não pode ser somente a dimensão técnico-profissional da formação, é necessário desenvolver competências éticas e políticas, visando a formação do aluno em todas as dimensões, fazendo com que o indivíduo assuma a condição de sujeito, autônomo e cidadão.

Sendo assim, é necessário fomentar valores que contribuam para o aprendizado destes princípios que orientam, no desenvolvimento de suas funções e atividades. Desta maneira, a Faculdade FACISA se caracteriza como uma instituição:

- I. Ética, consciente de sua responsabilidade social e compromissada com os valores de justiça, igualdade e fraternidade;
- II. Atuante no resgate da cidadania, na formação do cidadão, ser ético e político, consciente de suas responsabilidades, de seus direitos e deveres, apto a intervir no processo de desenvolvimento socioeconômico da comunidade em que atua, com uma visão integradora de sociedade e do mundo;
- III. Aglutinadora, aberta a todo o saber, crítica, criativa e competente, com vistas a contribuir para o desenvolvimento do Estado e da região em que está inserida;
- IV. Comprometida com resultados, onde o seu lucro é o elevado desempenho acadêmico-científico de sua comunidade;
- V. Aberta a parcerias e alianças com outras instituições, objetivando desenvolver programas de integração com vistas à formação e ao aperfeiçoamento dos valores humanos.

Estes valores e princípios orientam a Faculdade FACISA a buscar uma análise da sua filosofia educativa, pedagógica e metodológica, em que sejam examinados:

- I. Quantidade da demanda acadêmica e desempenho esperado da instituição de ensino, comparado com outras instituições e com os recursos à sua disposição;
- II. Quantidade de propostas de cursos, iniciação científica e extensão, comparado com as expectativas de qualidade e rendimento.

A FACISA através de seus objetivos concebe a graduação e a pós-graduação como atividade final de IES, implementando o desenvolvimento econômico, social, científico, tecnológico e cultural do país e da região onde está inserida. Preconiza a qualidade como meta principal e tem por finalidade a construção de um processo coletivo de ensino-aprendizagem, voltado para a formação de profissionais competentes e atualizados com o mercado de trabalho. Neste sentido, a interação da Faculdade com a comunidade acadêmica e segmentos organizados da sociedade civil, torna-se fundamental, como expressão da qualidade social desejada para o cidadão a ser formado como profissional.

Além das atividades relacionadas ao ensino de graduação e de formação profissional, a FACISA tem como objetivo implementar programas de educação à distância, pós-graduação, extensão e

de iniciação científica, que promovam o desenvolvimento econômico e social de Unai e sua inserção em mercados potenciais. A FACISA surge predestinada a implementar programas de apoio à comunidade, mediante a colaboração com órgãos privados, bem como pelo intercâmbio cultural, técnico, tecnológico e científico com instituições de educação superior do país e do exterior.

Para a Faculdade, a graduação proporciona a construção de uma ordem social com processos de ensino-aprendizagem permanentes, promovendo atitudes e comportamentos para que os discentes sejam portadores de uma cultura de sustentabilidade por meio de:

- I. Projeto pedagógico que garanta a qualidade do ensino através de uma organização didático-pedagógica flexível e interdisciplinar, evidenciando práticas e procedimentos metodológicos inovadores;
- II. Processos acadêmicos eficientes, garantidos pela disponibilidade de recursos adequados;
- III. Atendimento às demandas de mercado de trabalho atuais;
- IV. Atendimento às necessidades e expectativas da comunidade;
- V. Seleção do corpo docente com titulação exigida pelos padrões de qualidade especificados pelo Ministério da Educação.

De acordo com o projeto institucional e o projeto pedagógico de seus cursos, a pós-graduação tem como iniciativa a capacitação do corpo docente, tendo como meta fortalecer e incentivar o processo acadêmico da FACISA, melhorando a preparação dos docentes como forma de proporcionar um ensino de qualidade por meio de um potencial humano devidamente qualificado, bem como:

- I. O atendimento à demanda local por cursos em áreas específicas, possibilitando a continuidade de estudos e o fortalecimento da graduação;
- II. A qualificação de docentes e técnicos administrativos da própria instituição;
- III. O fomento ao perfil do egresso por meio de incentivos financeiros nos cursos ofertados;
- IV. A institucionalização de política de valorização pessoal, incentivando a participação em programas de capacitação e de educação continuada.

A iniciação científica, produção do conhecimento e sua divulgação constituem parte integrante do conceito da educação superior. A ampliação do conhecimento se consolida como uma atividade indispensável que é incorporada ao ensino, o que determina a identidade da

instituição. A iniciação científica reforça, atualiza e qualifica o ensino e apoia as atividades de extensão, bem como o que delas deriva. O compromisso da instituição é o de incentivar a iniciação científica enquanto mecanismo de melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem, por meio de:

- I. Iniciação científica como forma de fortalecer e dar suporte às atividades de ensino;
- II. Estudos e programas que envolvam docentes e discentes, viabilizando o princípio da indissociabilidade das atividades-fim;
- III. Trabalhos científicos que proporcionem alternativas para o desenvolvimento sustentável da região;
- IV. Métodos para aferição e controle de resultados dando credibilidade e suporte às atividades científicas.

A extensão também é de suma importância para a preservação da vida acadêmica, pois estabelece um mecanismo de comunicação entre a instituição e a comunidade, o que permite a definição da verdadeira vocação institucional, ou seja:

- I. Extensão como eixo de integração comunidade/instituição;
- II. Definição da vocação extensionista da Faculdade FACISA, firmando o seu compromisso com o social;
- III. Prioridade no atendimento à comunidade na área de influência da IES;
- IV. Difusão artístico-cultural, ampliação de conhecimentos científicos e a transferência de tecnologia.

A FACISA acredita que uma sociedade cada vez mais detentora do conhecimento, onde o saber técnico e científico e as habilidades a eles correlacionadas, possibilita o desenvolvimento sustentável da região, com mobilidade e justiça social. Sendo assim, a filosofia da faculdade é a procura pelo compromisso com o discente e com a sociedade, que segue um conjunto de princípios fundamentais em direção à qualidade.

2.2 INSERÇÃO REGIONAL

A FACISA UNAI, em consonância com os objetivos preconizados, pode ser definida como entidade democrática, autônoma, comprometida com o desenvolvimento e a transformação social, econômica, política e cultural da região através da educação superior.

Atualmente, oferece os cursos de graduação em Medicina Veterinária, Enfermagem, Farmácia, Psicologia e Serviço Social, com a pretensão de, nos próximos anos, oferecer mais outros cinco cursos na área da saúde, com o objetivo de suprir a carência regional de tais profissionais no atendimento à população, cumprindo, assim, sua missão e, conseqüentemente seu papel social, orientada pelos princípios da indissociabilidade entre ensino, iniciação científica e extensão, da liberdade e respeito ao pluralismo de ideias, produzindo assim, a disseminação do conhecimento, formando cidadãos e profissionais com competência técnica e humanística, com valores éticos de liberdade, igualdade e justiça social.

A FACISA UNAI está localizada no município de Unai com aproximadamente 90.000 habitantes, região Noroeste do Estado de Minas Gerais, com 8.484,01 km² de extensão territorial, limitando-se com os municípios mineiros de Paracatu, Cabeceira Grande, Uruana de Minas, Dom Bosco, Natalândia, Buritis, Arinos e Cristalina (GO). É o segundo maior município de Minas Gerais.

No plano econômico, é um Município de características essencialmente agropecuárias, com destaque para a produção agrícola que é de aproximadamente 485.709 mil toneladas de grãos, com ênfase para o milho (204.000), a soja (148.500) e o feijão (97.000), explorados em cerca de 100 mil hectares de lavouras anuais. Atualmente, outras culturas se destacam neste cenário tais como: o algodão, o trigo e sorgo safrinha. O café é a mais nova cultura explorada no município, com promissoras perspectivas, em razão da boa produtividade em áreas irrigadas, da excelente qualidade do produto, da possibilidade de intensa mecanização e, ainda, por não haver o risco de ocorrências de geadas.

O perfil tecnológico da produção agrícola de Unai é compatível aos melhores do mundo, dispondo, inclusive, de alto índice de áreas irrigadas, perfazendo cerca de 30 mil hectares sob pivô central. Esta tecnologia, aliada ao perfil também empreendedor do produtor rural, permitiu que Unai se destacasse como o maior PIB agropecuário de Minas Gerais, segundo estudos realizados pela Fundação João Pinheiro. A pecuária também representa um dos alicerces da economia municipal. A criação de gado bovino alcança 360 mil cabeças, para a produção de carne (12.000 toneladas/ano) e leite (185.000 litros/dia), motivo que impulsionou a instituição a implantar o curso de Medicina Veterinária como fator determinante da melhoria da qualidade da saúde do rebanho para exportação.

Os dados macroeconômicos demonstram que a produção agropecuária de Unaí tem uma enorme perspectiva de crescimento e geração de emprego e renda. No entanto, para alcançar o desenvolvimento desejado, há necessidade de profissionais com sólida formação técnica, aliada a um espírito investigador, empreendedor e com compreensão dos problemas do mundo atual, especialmente em relação à população regional.

Na educação superior, na modalidade presencial, a cidade de Unaí conta com: a Faculdade CNEC Unaí, que oferta os cursos de Administração de Empresas, Ciências Contábeis, Direito, Sistemas de Informação, e Pedagogia; a Faculdades de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU, que oferta os curso de Direito, Ciências Contábeis, Processamento de Dados, Agronomia, Pedagogia; a UNIMONTES, que oferta os cursos de Letras, Matemática e Educação Física; e a FACISA que oferece cursos na área da saúde (Medicina Veterinária, Psicologia, Farmácia, Enfermagem e Serviço Social).

Como pode ser percebido, a FACISA é a única instituição que se dedicou à área da saúde, como forma de garantir que o seu desenvolvimento seja aliado às questões da qualidade de vida da população.

No âmbito do transporte, Unaí está ligada por 03 (três) rodovias asfaltadas: BR 251 – Unaí/Brasília, 170 km; MG 188 – Unaí/Paracatu, 100 km; MG 121 – Unaí/Buritizal/Arinos, 150 km, interligando-a a centros de referência como a capital mineira Belo Horizonte – 600 km, São Paulo, 1.500 km, Rio de Janeiro 1.040 km, Goiânia 350 km. O Município possui ainda 6.000 km de estradas municipais sem asfalto. Possui, também, infraestrutura para transportes aéreo com 01 aeroporto municipal, com pista asfaltada (30m x 1.300m) e 05 aeroportos privados com pistas naturais.

Em relação ao PIB, no setor agrícola é de 112.558.69,00, no comércio, indústria e serviços é de 123.773.043,00, totalizando 233.331.734,00 (IBGE, 2001/2002).

Quanto à sua localização, está a noroeste do estado, conforme mapa abaixo.

Imagem 1 – Localização do Município de UNAÍ - MG



Fonte: IGA (Instituto de Geociência Aplicada) em 10/05/1999.

2.3 A REGIÃO

Pioneira na Educação de nível superior, a FACISA possibilitou aos unaienses e ao povo do Noroeste Mineiro, a realização de um grande sonho: a obtenção de um curso superior na área de saúde de qualidade, onde seria possível, de uma só vez, melhorar a condição de vida e consolidar a realização pessoal.

A atuação da FACISA no estado de Minas Gerais abrange, geograficamente, os municípios localizados ao longo da Mesorregião Noroeste. A Mesorregião do Noroeste de Minas constitui a região menos populosa e menos densamente povoada do estado. Dividida em:

Microrregião de Paracatu

- I. Brasilândia de Minas
- II. Guarda-Mor
- III. João Pinheiro
- IV. Lagamar
- V. Lagoa Grande
- VI. Paracatu
- VII. Presidente Olegário
- VIII. São Gonçalo do Abaeté

IX.Varjão de Minas

X.Vazante

Microrregião de Unai

I. Arinos

II. Bonfinópolis de Minas

III.Buritis

IV.Cabeceira Grande

V.Dom Bosco

VI.Formoso

VII.Natalândia

VIII.Unai

IX.Uruana de Minas

É formada pela união de dezenove municípios agrupados em duas microrregiões. Esta região mineira pertenceu ao Estado de Pernambuco até meados do Século XVIII. Cortada pelo rio São Francisco, a região tem clima tropical quente e relevo formado por depressões. A economia é altamente agrícola, com destaque para a produção de milho, mandioca e feijão, e da pecuária, com a criação de gado. O povoamento da região deu-se no século XVII, quando foram criadas as primeiras fazendas de gado.

Para tanto, a inserção regional da FACISA — assentada na sua missão e nos seus valores institucionais e na sua vocação comunitária e viabilizada, em especial, pelas atividades de ensino, iniciação científica, extensão, cultura e inovação nas suas diferentes frentes e áreas do conhecimento — se apresenta na oferta da educação superior (graduação e pós-graduação nas modalidades presencial), capazes de atender a demandas tradicionais e emergenciais da sociedade e do mundo do trabalho, particularmente nas áreas de alcance institucional. Essas ofertas, além de acompanhar as diretrizes educacionais e do universo das novas profissões, são identificadas pela articulação direta de colaboradores e gestores com entidades representativas de classes e conselhos e órgãos públicos (comitês, grupos de trabalho, núcleos, entidades profissionais, fóruns permanentes etc.), bem como pelo permanente diálogo da comunidade

acadêmica com o mercado de trabalho para mapear as necessidades sociais da região, com foco na área de saúde.

Complementarmente à formação qualificada de recursos humanos para acompanhar os avanços sociais e globais — ao mesmo tempo em que deles se beneficia para promover o aperfeiçoamento do sistema educacional e propagar o conhecimento científico —, a inserção regional da FACISA revela-se também no enfoque e na abrangência de suas iniciativas de iniciação científica e produções técnico científicas e nas suas atividades de extensão e prestação de serviços, nas diferentes áreas do conhecimento, por meio de parcerias institucionais e interinstitucionais. Com estruturas de serviços em Unai, oferece à população serviços especializados de qualidade nas áreas de saúde humana e animal. A assistência à saúde àqueles que dela necessitam é oferecida pelas clínicas vinculadas aos cursos de Psicologia, Enfermagem e Farmácia. A clínica da Medicina Veterinária de Pequenos Animais e consultoria clínica a Grandes Animais, presta serviços aos produtores rurais da região que ali buscam atendimento às criações que possuem valor econômico, e também aos animais de estimação da população em geral.

A FACISA, na região Noroeste, faz a saúde ser nome e sobrenome de agronegócio, não só do meio ambiente, águas e solos, mas das famílias humanas, tanto as agrícolas quanto as consumidoras.

2.4 O ESTADO

A FACISA é uma instituição de ensino superior comprometida com o desenvolvimento do estado de Minas Gerais e do país. Para consolidar tal missão, esta IES procura disseminar suas formas de atuação em áreas geograficamente diversificadas, investindo permanentemente nas dimensões quantitativa e qualitativa dos projetos acadêmicos, científicos, tecnológicos e culturais em andamento ou em fase de planejamento. Partindo da compreensão de que a educação superior cumpre uma função estratégica no desenvolvimento econômico, social e cultural das nações, a FACISA constrói formas efetivas de cooperação institucional nos contextos municipal, regional e nacional.

Uma das prioridades institucionais consiste na integração entre os diversos níveis e modalidades de ensino, iniciação científica e extensão, em que se busca privilegiar os projetos e programas

de maior impacto acadêmico e social. A inserção da FACISA no estado e no país operacionaliza-se de forma variada. O destaque é pela proposição de projetos de cooperação, que não se esgotam nessas finalidades, mas se estendem, em muitos casos, à formação de núcleos de ensino, iniciação científica e extensão voltados ao avanço do conhecimento e comprometidos com a qualidade e a relevância social das produções acadêmico-científicas, tecnológicas e culturais.

Também pode-se destacar o desenvolvimento de projetos especiais voltados à integração de seus docentes e estudantes, mediante programas de extensão promovidos em instituições da rede pública municipal e regional. Um desses projetos de maior impacto social e regional compreende um conjunto de atividades como: Vigilância em saúde e agronegócio, saúde do trabalhador, que se realizam, sob a responsabilidade dessa IES, na Capul Unaí, Coagril, Gerência Regional de Saúde de Unaí, SENAC.

Ainda, na área da saúde, é preciso ressaltar a contribuição da FACISA para o processo de consolidação do SUS regional e estadual – sobretudo por meio da qualificação de profissionais da rede, desenvolvimento de projetos de iniciação científica aplicada, bem como diversas ações de extensão.

2.5 A CAPITAL

A distância entre a cidade de Unaí e a cidade de Belo Horizonte é de 600 km. O tempo estimado do percurso da viagem terrestre entre as duas cidades é de aproximadamente 8 horas. Já em linha reta, a distância entre Unaí e Belo Horizonte é de 505 km. Como é uma distância relativamente pequena e com muitas alternativas de transporte, isto propicia, aos nossos docentes, acesso a participação na titulação, qualificação, congressos, seminários em outras Instituições de Ensino Superior públicas, comunitárias e privadas, em atendimento a demandas individuais ou com vistas ao desenvolvimento de parcerias interinstitucionais.

Importante referência para o município de Unaí é a capital federal Brasília. Localizada a aproximadamente 160 Km de Unaí, distância relativamente curta e servida de transporte diário com disponibilidade de diversos horários, a relação entre as duas cidades é bastante estreita tanto no campo econômico, quanto educacional. A capital federal absorve também grande

número de profissionais da cidade de Unai, especialmente na área da saúde, uma vez que possui uma rede de saúde pública e privada de altíssimo nível.

2.6 DADOS EDUCACIONAIS DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA IES

A Prefeitura de Unai, em 2010, data do último CENSO divulgado, ao informar dados obtidos por ocasião do levantamentos do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), defende que o seguimento que mais cresceu foi a educação. Nesse ano, a cidade de Unai contava com 2,76% da população de 15 a 17 anos, matriculada no ensino superior, no entanto, essa faixa etária ainda é característica do ensino médio, o que explica o baixo percentual. Contudo, na população com idade compreendida entre 18 e 24 anos, idade característica do ensino superior, apenas 14,59% da população frequentava o ensino médio, sendo que 71,47% da população nessa faixa etária não frequentava qualquer outro nível de ensino. Outro número importante é o de adultos (18 anos acima) com curso superior completo, que, no período apresentado, estava em 8%.

Em que pese a prefeitura apresentar alguns de seus números de forma otimista, é nítida a necessidade da cidade de Unai por um ensino superior de qualidade e crescente. Cenário este que também se reflete nas demais cidades que compõe a região de abrangência da FACISA.

Quanto ao nível de escolaridade, a nível regional, 84% da população é alfabetizada e 15% não é, ou somente sabe ler e escrever, ou fizeram/fazem curso de alfabetização de adultos. Tem-se 11.281 matrículas no ensino fundamental e 3.863 no ensino médio. Os que concluíram o curso superior, incluindo especialização, mestrado e doutorado, somam 9,84% da população.

É nesse contexto que a FACISA se insere e assume a responsabilidade de contribuir com o crescimento e desenvolvimento regional por meio da oferta de um ensino de qualidade e entrega de profissionais qualificados, à sociedade.

3 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICOS-METODOLÓGICOS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DA INSTITUIÇÃO

3.1 PRINCÍPIOS E VALORES

São valores institucionais:

- I. Desenvolvimento regional e global;
- II. Compromisso social;
- III. Ética no relacionamento;
- IV. Pluralismo de ideias;
- V. Tecnologia a serviço da humanização;
- VI. Profissionalização de vanguarda.

3.1.1 Aspectos Filosóficos

Os cursos considerarão os princípios apontados como característicos da nova educação exigida pelas mudanças sociais, econômicas, tecnológicas, políticas e ambientais, que constroem o mundo de hoje.

Deverão tomar por base o documento da UNESCO segundo o qual

“um dos principais papéis reservados à educação consiste, antes de mais nada, em dotar a humanidade da capacidade de dominar o seu próprio desenvolvimento. Ela deve, de fato, fazer com que cada um tome o seu destino nas mãos e contribua para o progresso da sociedade em que vive, baseando o desenvolvimento na participação responsável dos indivíduos e das comunidades.” (DELORS, 2001, p.82).

Ainda, no documento, o princípio geral de ação é “o incitamento à iniciativa, ao trabalho em equipe, às sinergias, mas também ao auto emprego e ao espírito empreendedor” (DELORS, 2001, p.83).

Nessa dimensão, o ser humano é fim último do desenvolvimento, extrapolando a ideia de que a educação prepara pessoas qualificadas para o mercado de trabalho.

Assim, quatro são os pilares do conhecimento que embasam a educação do Século XXI:

Aprender a Conhecer

O domínio dos instrumentos do conhecimento está acima do domínio de informações. Abrange o domínio dos instrumentos, conceitos e referências decorrentes dos avanços da ciência e valoriza tanto a cultura geral, quanto a especialização. É meio, porque leva à compreensão do mundo, visando ao viver com dignidade, à capacitação profissional, à comunicação. Fundamenta-se no prazer de compreender, de conhecer, de descobrir. É o aprender a aprender.

Aprender a Fazer

Liga-se, mais especificamente, à formação profissional, à colocação em prática dos conhecimentos adquiridos. A aprendizagem do fazer passou “à exigência de uma competência que se apresenta como uma espécie de coquetel individual, combinando a qualificação em sentido estrito, adquirida pela formação técnica e profissional, o comportamento social, a aptidão para o trabalho em equipe, a capacidade de iniciativa, o gosto pelo risco” (DELORS, 2001, p. 94).

Aprender a Conviver

Esta aprendizagem representa, hoje em dia, um dos maiores desafios da educação. É preciso estimular a não-violência, o conhecimento dos outros, de suas culturas, de sua espiritualidade e a conseqüente superação de preconceitos. Para o exercício da convivência são necessários objetivos comuns, desenvolvidos através de projetos de cooperação e atividades sociais, o que favorece a aprendizagem de estratégias de resolução de conflitos e constitui-se em referência para a vida futura dos acadêmicos.

Aprender a Ser

A educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa – espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, senso estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade. A aprendizagem do ser busca preparar para a formulação de pensamentos autônomos e críticos e para a formulação dos próprios juízos de valor. Aqui, deve-se favorecer o exercício da liberdade de pensamento, do discernimento, da manifestação dos sentimentos, da criatividade, da atuação como agente do próprio destino. “Neste sentido, a educação é, antes de mais nada, uma viagem interior, cujas etapas correspondem às da maturação contínua da personalidade.” (DELORS, 2001, p. 101).

3.1.2 Aspectos Psicopedagógicos

A partir dessa perspectiva, o ensino será pautado pelas seguintes diretrizes:

Quanto ao Ensino

- I. Adoção de uma concepção humanista de educação, com respeito às diferentes abordagens pedagógicas, para introduzir índices crescentes de melhoria qualitativa na formação e no desempenho acadêmico;
- II. Qualificação da oferta de cursos à comunidade, com estudos que identifiquem a demanda regional, acompanhando a evolução científica e tecnológica;

- III. Compromisso com um referencial teórico que favoreça uma prática pedagógica dialética;
- IV. Apropriação, produção e socialização de um conhecimento mediado pela realidade histórico-geográfica, nas dimensões político-social, educacional, econômica e cultural;
- V. Estreitamento das relações com a comunidade pela articulação do ensino com a iniciação científica e a extensão;
- VI. Qualidade do ensino pela integração de pessoas e objetivos nas alterações e acompanhamento das atividades curriculares;
- VII. Garantia de infraestrutura adequada para desenvolver a qualidade de ensino.

Quanto ao Incentivo à Iniciação Científica

O incentivo à iniciação científica, considerado como processo mediador no desenvolvimento de aprendizagens e de conhecimentos científicos, será desenvolvido institucionalmente a partir das seguintes diretrizes:

- I. Articulação da investigação científica ao ensino e à extensão, na busca de soluções para o contexto local e regional;
- II. Fortalecimento do incentivo à iniciação científica como princípio educativo, articulando formas de divulgação e comunicação da produção acadêmica institucional;
- III. Estímulo ao aperfeiçoamento constante de docentes/iniciação cientificadores, viabilizando o acesso às fontes financiadoras de iniciação científica.

Quanto à Extensão

As ações de extensão visam:

- I. Contribuir para a melhoria das condições de vida da população local e do entorno, buscando o fortalecimento do município, através de sua sustentabilidade econômica, ecológico-espacial, cultural e política.
- II. A sustentabilidade econômica obtida pela viabilização e o gerenciamento eficiente dos recursos;
- III. A sustentabilidade ecológico-espacial obtida pela obtenção de um espaço físico mais equilibrado em relação às atividades desenvolvidas;
- IV. A sustentabilidade cultural pela procura de suas raízes;

V.A sustentabilidade política por meio da definição dos processos de participação dos grupos locais na definição de prioridades e metas a serem alcançadas.

A extensão é considerada uma atividade de participação acadêmica nos serviços ofertados à comunidade, permitindo-lhe acessar e usufruir o conhecimento produzido na faculdade que possibilita a sua revisão filosófica e as diretrizes no cumprimento de sua missão.

Nessa perspectiva, a extensão, na FACISA, é desenvolvida pautada nas seguintes diretrizes:

- I. Estímulo à participação da comunidade acadêmica na problemática social, local e regional, evidenciada por um posicionamento técnico-político de ação-reflexão-intervenção na produção de serviços e conhecimentos à população local e regional;
- II. Acesso à comunidade de informações e conhecimentos, necessários para a melhoria da sua qualidade de vida;
- III. Implementação da educação permanente de forma integrada, através de programas de atualização e qualificação profissional, em parceria com outras entidades e órgãos institucionais, no contexto regional;
- IV. Apoio às iniciativas de atividades curriculares, relacionadas ao ensino e à iniciação científica que favoreçam a inserção da Instituição na comunidade;
- V. Viabilização de formas de divulgação e socialização de projetos, programas de extensão e fontes financiadoras no contexto institucional;
- VI. Promoção do diálogo com o setor produtivo e comunitário, no levantamento das reais condições e necessidades das comunidades, situadas no espaço de abrangência da Instituição.

Essas diretrizes norteadoras requerem estratégias educativas variadas no pensar e fazer acadêmicos que buscarão gradativamente:

- I. **Construção coletiva** - expressa na intenção e prática de cada segmento que constitui a Unidade, levando em conta a articulação dialética, diferenciação e integração, globalidade e especificidade;
- II. **Interação recíproca com a sociedade** - caracterizada pela educação e desenvolvimento econômico-social sustentáveis, reafirmando o seu compromisso como potenciadora da formação humana e profissional;
- III. **Construção permanente da qualidade de ensino** - entendida e incorporada como processual e cotidiana da graduação e da pós-graduação, indagando continuamente sobre:
 - a) Que tipo de sociedade temos e queremos?
 - b) Qual a função da Faculdade frente às novas relações sociais e de produção?
 - c) Qual o perfil do profissional a formar frente às exigências do mercado de trabalho?

- IV. **Integração entre ensino, iniciação científica e extensão** - buscando a construção de um processo educacional fundamentado na elaboração de conhecimentos, objetivando a apreensão e intervenção na realidade enquanto uma totalidade dinâmica e contraditória;
- V. **Extensão voltada para seus aspectos fundamentais** - tornar a coletividade beneficiária direta e imediata das conquistas do ensino e da iniciação científica, socializando o saber universitário e a coleta do saber não-científico elaborado pela comunidade para, estruturando-o em bases científicas, restituí-lo a sua origem;
- VI. **Desenvolvimento Curricular contextualizado e circunstanciado** - expressão da concepção de conhecimento entendido como atividade humana e processualmente constituído na produção da vida material;
- VII. **Busca permanente da unidade teoria e prática** - o que exige a incorporação de professores e acadêmicos em atividades iniciação científica;
- VIII. **Adoção de Aspectos Metodológicos** - fundados nos pressupostos da metodologia dialética que concebe a sociedade e a educação como dinâmicas, contraditórias e partícipes da construção das relações infra e superestruturais.

Cabe destacar que a FACISA, para atendimento à Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, implantará – dentro do prazo estabelecido na normativa e, posteriormente prorrogado – as atividades de extensão (nos moldes estabelecidos na referida Resolução) em todos os currículos de seus cursos. Assim, essas atividades serão devidamente curricularizadas, de forma que a carga horária abranja, no mínimo, de 10% da carga horária total de cada curso.

3.1.3 Princípios Pedagógicos Integradores

Os currículos dos cursos da FACISA são desenvolvidos tendo como princípio o desenvolvimento de projetos/atividades integradores que se constituem numa estratégia de ensino/aprendizagem que objetiva proporcionar a interdisciplinaridade dos temas abordados nos períodos, através da investigação científica, ou seja, é um instrumento de integração entre ensino, iniciação científica e extensão na medida em que proporcionará contato com as demandas dos setores industriais.

São princípios pedagógicos integradores:

- I. Desenvolvimento de projetos integradores respeitando a especificidade dos cursos, mas lançando mão de situações-problemas, que emergem dos conteúdos estudados em cada período;

II. Respeito às normas determinadas pelo colegiado de cada curso, na apresentação dos projetos realizados;

III. Integração aos planos curriculares, determinados pelos colegiados dos cursos, da carga horária destinada aos projetos integradores ou seminários integradores.

O desenvolvimento dos Projetos/atividades Integradores deve envolver:

I. Discussão dos temas que envolvem os conteúdos de cada período;

II. Eleição de uma situação problema a ser tratada dentro de cada bloco de conteúdos estudados no período;

III. Nomeação de um professor orientador para condução dos estudos;

IV. Investigação da situação problema;

V. Discussão em grupo de, no máximo, 05 (cinco) acadêmicos;

VI. Proposição de soluções para a superação do problema identificado;

VII. Apresentação, através de simpósio, do resultado da iniciação científica realizada;

VIII. Avaliação e encaminhamento para futura publicação.

3.1.4 Princípios Didáticos Metodológicos

A FACISA busca tornar seus espaços significativos, onde mais do que modificar atividades, é preciso mudar a maneira de compreender e construir os processos de ensino e aprendizagem, realizando uma pedagogia dinâmica e inovadora.

Supõe-se que o acadêmico, de seu lado, não aprende por processo passivo de recepção e memorização de informações, estocando-as em seu depósito mental. Os saltos em sua formação ocorrem por impulsos pessoais na busca de seus próprios fundamentos para compreender o objeto de estudo. Cabe ao professor estimular e dar alimento a esses impulsos.

Ainda que a graduação não se confunda com uma formação exclusivamente profissionalizante, no sentido estrito do termo, é preciso que o acadêmico seja hábil, ao fim do curso, para produzir no seu campo de atuação. Essa produção abrange o aprofundamento nas disciplinas do curso, a formação em campos mais especializados, a produção de iniciação científica e a prática de extensão.

Por seu turno, o incentivo à investigação teórica e empírica, tendo em vista o desenvolvimento científico e sua aplicação na realidade, possibilita a formação daqueles profissionais criativos e

em sintonia com seu meio. O Trabalho de Conclusão de Curso ganha, nesta empreitada, especial relevo no preparo do acadêmico para iniciação científica.

Tendo em vista os princípios da Instituição, missão e as políticas dos cursos, pretende-se criar um programa permanente de melhorias, contando com a participação de acadêmicos e professores. Algumas diretrizes básicas já estão traçadas:

- I. Priorização das atividades que articulam ensino, iniciação científica e extensão;
- II. Incentivo à produção científica;
- III. Ampliação das atividades de extensão comunitária;
- IV. Maior articulação com as empresas da região;
- V. Implantação de um programa de capacitação permanente de professores;
- VI. Interação entre cursos;
- VII. Informatização de disciplinas e atividades acadêmicas;
- VIII. Ampliação dos recursos tecnológicos;
- IX. Inovações metodológicas com implantação do PBL de forma gradativa.

3.1.5 Metodologia de Problematização

A questão metodológica do ensino está norteada por uma posição teórica assumida ou não explicitamente. A postura que se pretende fundamenta-se na interação professor/acadêmico medida pelo conhecimento científico e pela realidade histórico-social.

Essa postura implica duas funções básicas: a “função incentivadora” e a “função orientadora”.

- A Função Incentivadora garante situações que estimulam a participação ativa do acadêmico no ato de aprender.
- A Função Orientadora está relacionada ao processo de aprendizagem do acadêmico, orientado no sentido de construir seu próprio conhecimento.

Na relação professor/acadêmico, o diálogo será fundamental. A partir de questão problematizadora o professor expõe o que sabe, procurando estabelecer uma relação com os conhecimentos prévios e experiências dos acadêmicos, na busca de uma síntese que explique ou resolva a situação problema que desencadeou a discussão.

Serão apresentadas, aos acadêmicos, propostas de atividades desafiadoras que acionem seus esquemas cognitivos.

As situações problematizadoras proporcionarão aos acadêmicos observar, descrever, relatar, dialogar, ler, escrever, comparar, identificar, diferenciar, analisar, sintetizar, deduzir, concluir, julgar, avaliar, propor e comparar hipóteses.

Os acadêmicos serão incentivados a avaliar o próprio trabalho, praticando, assim a autoavaliação, postura indispensável à construção do conhecimento.

Os padrões de comportamento e normas de conduta serão elaborados por acadêmicos e professores, a partir do Regimento Interno da Instituição, de modo a garantir a autodisciplina e, conseqüentemente, um clima propício ao desenvolvimento da aprendizagem.

Para concretizar essa proposta, os procedimentos educativos adotados terão a preocupação de possibilitar ao acadêmico a apreensão dos conteúdos trabalhados na perspectiva da unidade teoria e prática. Assim, no início de cada período letivo, realiza-se a semana de planejamento, quando serão definidos os objetivos e os conteúdos a serem trabalhados em todas as disciplinas. Esse processo tem momentos individuais e coletivos. Os individuais referem-se à sistematização da proposta de trabalho de cada professor. Os momentos coletivos se caracterizam pela discussão e análise conjunta com vistas ao atendimento à interdisciplinaridade e à integração teoria/prática. Interdisciplinaridade aqui é entendida como esforço de busca da visão global da realidade, como superação do pensar simplificado e fragmentado, como forma de admitir a ótica pluralista das concepções de ensino e estabelecer o diálogo entre as mesmas e a realidade da Instituição para superar suas limitações.

No decorrer do semestre, tanto a coordenação do curso, como o colegiado e a assessoria pedagógica, acompanharão, sistematicamente, o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, buscando garantir o cumprimento efetivo dos conteúdos programáticos e a construção do conhecimento.

Utilizou-se, como orientação geral, para a construção das estruturas curriculares dos cursos, que os diversos cursos de graduação tenham um projeto pedagógico bem estruturado, e que adotem medidas essenciais para atingir objetivos acadêmicos, tais como:

- I. Selecionar e articular os componentes curriculares obrigatórios e optativos apropriados à formação do profissional com dado perfil almejado;
- II. Dar maior autonomia ao acadêmico, para que ele interfira na sua formação e atualização;
- III. Garantir maior flexibilidade curricular;
- IV. Possibilitar o cumprimento do percurso de formação com melhor capacitação do acadêmico.

As medidas consideradas essenciais para a consecução desses objetivos acadêmicos são as seguintes:

- I. Seleção dos componentes curriculares obrigatórios e optativos, com distintos conteúdos;
- II. Construção de adequada articulação vertical e horizontal dos componentes curriculares;
- III. Integração constante entre teoria e prática na definição dos planos de ensino;
- IV. Oferecimento de leque de componentes curriculares optativos;
- V. Utilização mínima de pré-requisitos;
- VI. Criação de critérios para o aproveitamento de estudos independentes;
- VII. Adoção de práticas avaliativas condizentes com o projeto pedagógico;
- VIII. Instituição do Trabalho de Conclusão de Curso;
- IX. Definição de critérios e regulamentos para estágios supervisionados.

3.1.6 Uso dos Recursos Tecnológicos

O uso de recursos tecnológicos é uma estratégia de ensino para dinamizar as aulas e ativar o ensino e aprendizagem. Para tanto, a FACISA disponibiliza os seguintes recursos:

- I. Software *Virtual Class* que permite a inserção e exercícios, vídeos, slides, planos de ensino, para que o acadêmico possa acessar do local onde se encontrar;
- II. Sistema multimídia instalado em todas as salas de aula;
- III. Computadores disponíveis na biblioteca para que a comunidade acadêmica possa acessar acervo e banco de dados de qualquer local do mundo;
- IV. Laboratório de informática com 30 computadores com acesso à internet para desenvolvimento de iniciação científicas dentre outras atividades;
- V. Rede *wi-fi* disponível dentro da faculdade para ser utilizada como recurso didático.
- VI. Ferramentas do pacote Google for education com e-mail institucional para todos os alunos, professores e equipe técnica, permitindo acesso ao Google Drive ilimitado, Gogle Classroom, Gloogle Forms, dentre outras tantas ferramentas disponíveis ininterruptamente para toda a comunidade acadêmica, a fim de dar suporte ao desenvolvimento de suas atividades.

3.1.7 Interdisciplinaridade

O ensino deve buscar desenvolver no acadêmico autonomia de espírito para formular soluções e responsabilidade pelo rigor de seus próprios argumentos. O professor é o interlocutor, o mediador, o guia, que, por sua maior experiência, aponta os rumos que o acadêmico pode perseguir. O professor, nesses termos, assume o desafio de um efetivo educador, explicitando

suas próprias inseguranças intelectuais, o caráter problemático, contingente, histórico e arbitrário da ciência que se propôs a ensinar.

Levando em consideração essa nova visão, a Instituição entende que o procedimento didático-construtivista proporciona aos educadores subsídios para desenvolver, de forma consciente, a missão que lhe é confiada. Nessa relação, o professor tem um papel muito claro e definido que é o de educador e mediador na construção de conhecimentos, das relações sociais e afetivas estabelecidas entre ele e o acadêmico e de catalisador da interação dialógica do educando com o objeto de conhecimento.

Cabe-lhe, portanto, criar ambientes escolares cooperativos e propícios ao diálogo, em que a qualidade das relações tenha lugar importante nos processos de ensino e de aprendizagem e situações problematizadoras, que estimulem o acadêmico a elaborar e reelaborar atitudes e o saber intencional e sistematizado de forma significativa. Recorre, então, a atividades criativas e dinâmicas, partindo sempre das experiências e vivências do acadêmico, para fornecer informações que o ajudem a ampliar redes de significados.

Para que isso seja possível, é necessário que ele conheça o nível de desenvolvimento de seus acadêmicos e que detenha o conhecimento exigido pelo conteúdo que pretende ensinar. Entendemos que o educador precisa ter sempre presente a ideia de que o conhecimento não é algo pronto e acabado, mas algo em constante movimento e transformação. Essa percepção irá orientar a sua maneira de trabalhar os conteúdos, não os apresentando de forma fechada.

O acadêmico, centro do processo educacional e sujeito ativo da própria aprendizagem, agente transformador que está constantemente interagindo com o meio do qual faz parte, analisando-o e buscando compreender a realidade em que está inserido, constrói seu conhecimento e, na medida em que interage com o seu objeto, vai desenvolvendo sua capacidade de criar para si novos esquemas de pensamento. Isso lhe permite reconstruir esse conhecimento e ser capaz de aplicá-lo de maneira adequada, atribuindo sentido prático às aprendizagens ocorridas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9.394/96, determina, em seu artigo 43, que é preciso "estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo", o que não pode ocorrer senão mediante uma sólida formação humanística, sobretudo através de noções de Sociologia, Filosofia, Ciência Política, Economia etc.

O pensamento reflexivo, o espírito científico e a criação cultural do acadêmico não podem ser destituídos da consciência do seu papel na sociedade. Um agir pautado na ética, na formação da cidadania, na efetivação dos direitos humanos deve incidir sobre toda a atuação do futuro profissional, como forma de contribuir para o desenvolvimento social.

A influência da formação acadêmica, no percurso profissional do indivíduo, exige das faculdades que ofereçam a concessão de sólida formação técnico-científica básica, com a apresentação eficiente das matérias imprescindíveis ao exercício técnico-profissional. Isso, porém, não é suficiente, pois é necessário, hoje, formar mais que meros técnicos, é preciso formar profissionais críticos, coerentes, permanentes questionadores, cidadãos mais preparados para as atividades que exerçam.

A viabilidade desse empreendimento exige a emancipação do acadêmico que, ao tempo em que apreende os conteúdos, busca o conhecimento através da iniciação científica, da extensão e da produção autônoma do conhecimento e se torna intelectualmente independente.

Nessa linha de pensamento, considerando a complexidade do campo de atuação do profissional, a interdisciplinaridade tem de ser vista como recurso metodológico indispensável.

3.1.8 Plano para Atendimento às Diretrizes Pedagógicas

3.1.8.1 Seleção de conteúdo

Os conteúdos curriculares são estruturados a partir das necessidades para o desenvolvimento das habilidades e competências inerentes ao perfil esperado para o egresso de cada curso. Esses conteúdos serão organizados em áreas temáticas, constando de disciplinas obrigatórias que compõem o Núcleo Comum do curso, além de Disciplinas Optativas e Atividades Complementares.

Os conteúdos atinentes a cada área temática deverão atender às grandes transformações da profissão gerada por cada curso e às necessidades e demandas da sociedade.

Além dos conteúdos teóricos e práticos desenvolvidos ao longo do curso, a Faculdade inclui, no currículo dos cursos de graduação, o Estágio Curricular Supervisionado, a ser desenvolvido ao longo do curso, com uma carga horária mínima prevista nas Diretrizes Curriculares de cada um. O Regulamento de Estágio faz parte dos anexos do projeto pedagógico.

Está incluído, ainda, o Trabalho de Conclusão de Curso, que o acadêmico deve elaborar, sob orientação docente. O Regulamento de TCC compõe, também, os anexos de cada projeto.

A Seleção dos componentes curriculares tem por base os conhecimentos, as competências e as habilidades a serem trabalhadas com o estudante, ao longo do curso, para que ele atinja o perfil profissional almejado. Tarefas que seguem as orientações da LDB (Lei nº. 9.394/96) e das Diretrizes Curriculares Nacionais (específicas para cada Área do Conhecimento e para a Formação de Professores), elaboradas sob a coordenação da SESU-MEC. A LDB, ao abolir o

antigo padrão de articulação dos conteúdos do ensino centrado no "*currículo mínimo*" obrigatório para cada área, abriu espaço para estruturas curriculares diferenciadas e para inovações didático-pedagógicas, estabelecendo que as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas definissem as bases comuns para os diversos cursos, mas não o completo delineamento das suas estruturas.

Os **componentes curriculares obrigatórios** são aqueles indicados na organização curricular como imprescindíveis para propiciar, ao profissional em formação, o lastro de conhecimentos, competências e habilidades requeridas. A obrigatoriedade incide sobre os conteúdos básicos e conteúdos profissionais.

Os **componentes curriculares optativos** são os componentes passíveis de escolha pelo estudante, entre os componentes curriculares ofertados semestralmente mediante o planejamento acadêmico, ou entre eventos e atividades independentes desse planejamento, que venham a trazer subsídios à sua formação, realizados por órgãos internos ou entidades externas. Na estrutura curricular, estão contemplados três tipos distintos de conteúdos, distribuídos em conformidade com as exigências de cada curso:

Conteúdos básicos voltados para a formação técnico-científica em determinada área do conhecimento, sendo a seleção dos mesmos orientada pelas noções necessárias à construção das competências gerais exigidas do futuro profissional;

Conteúdos profissionais especificamente dirigidos à efetiva preparação para o exercício profissional;

Conteúdos complementares voltados para ampliar o leque de conhecimentos correlatos e permitir uma melhor preparação ética, humanística e técnica.

Independentemente dos eixos de organização dos conteúdos escolhidos, a estruturação curricular de cada um dos cursos busca uma articulação dos diversos componentes curriculares em dois sentidos:

No **sentido vertical**, para estabelecer as sequências de conteúdos a serem veiculados ou construídos em componentes curriculares, com crescente grau de complexidade, ao longo do curso. Essa articulação garante uma certa organização do percurso de formação do estudante e permite a definição dos possíveis percursos diferenciados que podem ser escolhidos. Ainda que os princípios norteadores da proposta curricular apontem para uma estrutura flexível, sem definição prévia do encadeamento de todos os conteúdos a serem trabalhados pelo estudante, é necessário se prever algumas sequências lógicas de componentes curriculares distintos, que garantam uma maior consistência do aprendizado. Contudo, é preciso ter sempre presente que

esse encadeamento não é dado, necessariamente, por pré-requisitos. Quando possível, os pré-requisitos são eliminados cedendo lugar a um trabalho pedagógico mais aberto e independente. No **sentido horizontal**, para estabelecer conexões programáticas entre os componentes ofertados num mesmo semestre. Esta articulação garante certa consistência programática dos componentes previstos para cada semestre, em torno de determinados temas ou questões centrais, derivados, quer dos eixos teóricos e/ou práticos definidores do curso, quer do conjunto de conhecimentos, habilidades e competências requeridos do egresso do curso, previamente definidos.

Mesmo que as propostas curriculares contemplem uma certa flexibilidade e autonomia de escolha, por parte do acadêmico, é necessária uma articulação dos componentes ofertados, a cada semestre, para viabilizar, num mesmo semestre letivo, condições básicas de intensificação do processo de ensino-aprendizagem e de experimentação de novos métodos didático-pedagógicos.

Os **componentes optativos** têm uma dimensão quantitativa e qualitativa visando a fornecer subsídios complementares à formação profissional do acadêmico. Estão contemplados em número suficiente na estrutura curricular, para se garantir uma margem mais ampla de escolha do acadêmico quanto aos conhecimentos, competências e habilidades que deseja construir em seu processo de formação, podendo o estudante iniciar o seu engajamento em disciplinas ou atividades desta natureza, desde o seu ingresso no curso. Nesse sentido, a escolha do acadêmico se torna um elemento importante na sua formação, pois ele assume a responsabilidade de decidir, no contexto de ensino-aprendizagem.

3.1.8.2 Atualização Curricular Sistemática

Importante elemento da organização acadêmica, o currículo é concebido como um espaço de formação plural, dinâmico e multicultural, fundamentado nos referenciais sócio antropológicos, psicológicos, epistemológicos e pedagógicos, em consonância com o perfil do egresso, quer dizer, o perfil do profissional que se deseja formar.

Estes referenciais instituem o currículo, justamente nos termos em que este é assumido pela FACISA, isto é, como um conjunto de elementos que integram os processos de ensinar e de aprender num determinado tempo e contexto, garantindo a identidade de cada curso e o respeito à diversidade regional. Por isso, é um dos elementos constitutivos e fundamentais do PPC, construído coletivamente pelo colegiado sob a coordenação de cada curso, tendo como orientação básica as Diretrizes Curriculares Nacionais emanadas do CNE.

A FACISA envida, sempre, esforços institucionais para assegurar, em outros termos, o que, no século passado, se designava como “reformulação curricular” no tempo em que se pensava em “currículo fixo ou congelado”. Contrariamente, no presente, esta Faculdade insiste no aperfeiçoamento continuado do currículo ao tempo do aperfeiçoamento e atualização permanente do Projeto Pedagógico do Curso, com participação ativa do Núcleo Docente Estruturante - NDE.

Isto se dá, contudo, periodicamente, em função da consideração e das análises de resultados de processos da avaliação, quer sejam estes desenvolvidos no âmbito dos próprios cursos, no contexto da avaliação institucional da Faculdade, e também em decorrência de avaliações oficiais externas e de diligências superiores para ajustes curriculares.

De cada PPC – como documento de definição acadêmica da formação propiciada pela FACISA – constam explicitamente, dentre outros elementos, os seguintes:

- I. Conhecimentos e saberes necessários à formação das competências estabelecidas no perfil do egresso;
- II. Estrutura curricular;
- III. Ementário;
- IV. Bibliografias básicas e complementares;
- V. Abordagens e estratégias de ensino;
- VI. Relação de docentes que ministram aulas no curso;
- VII. Recursos materiais;
- VIII. Serviços administrativos;
- IX. Serviços de laboratórios;
- X. Infraestrutura de apoio ao pleno funcionamento do curso.

A atualização da matriz curricular de cada curso é realizada pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE e aprovada pelo Colegiado Superior da Instituição, com registro em ata. Para tanto, alguns critérios são observados, de acordo com a legislação vigente:

- I. A matriz curricular deve atender às orientações das diretrizes curriculares do curso;
- II. A instituição deve observar, no mínimo, o padrão de qualidade e as condições em que se deu a autorização do curso;
- III. A instituição deve afixar, em local visível junto à Secretaria Acadêmica, a matriz curricular do curso;
- IV. As alterações devem ser informadas imediatamente ao público, de modo a preservar os interesses dos estudantes e da comunidade universitária, e apresentadas ao MEC, na forma de atualização, por ocasião da renovação do ato autorizado em vigor;

V.A instituição deve informar aos interessados, antes de cada período letivo, os programas do curso e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições (Lei 9.394/96, artigo 47).

Ressalta-se que o acadêmico não tem direito adquirido no que tange à matriz curricular, ou seja, não é obrigatório que a matriz curricular inicialmente proposta não se altere ao longo do curso.

3.1.8.3 Princípios metodológicos

O Planejamento Didático-Instrucional da FACISA envolve as políticas de ensino de graduação e pós-graduação com norteamto do desenvolvimento das mesmas no que tange:

- I. Aos métodos e as técnicas didático-pedagógicas;
- II. Às metodologias que favorecem:
 - a) Atendimento educacional especializado;
 - b) Incentivo a interdisciplinaridade;
 - c) Promoção de ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.
- III. Às atividades de avaliação que priorizam a autonomia do acadêmico e seu desenvolvimento cultural;
- IV. À Incorporação de avanços tecnológicos.

Métodos e técnicas didático-pedagógicas

Os métodos e técnicas didático-pedagógicas utilizados pelos cursos de graduação e pós-graduação no âmbito da FACISA estão descritos no Planejamento de cada Unidade Curricular, contemplando:

- I. **Ementa**, com descrição da Unidade Curricular;
- II. **Metodologia** a ser adotada, contemplando atendimento especializado, incentivo a interdisciplinaridade e promoção de atividades para formação com êxito do perfil do egresso;
- III. **Conteúdos Programáticos** que serão desenvolvidos em cada Unidade Curricular;
- IV. **Recursos Didáticos** com auxílio de avanços tecnológicos inovadores, como: sistema de controle acadêmico *Virtual Class*, Lousa Interativa, *data show*, software para pessoas com baixa visão *DOS VOX*, laboratórios com equipamentos, materiais e insumos que proporcionam aprendizagem exitosa, acervo especializado;
- V. **Sistema de Avaliação** com adoção de atividades que priorizem a autonomia do acadêmico, seu desenvolvimento cultural e profissional;
- VI. **Referências Bibliográficas** como recurso de apoio didático-pedagógico no desenvolvimento das Unidades Curriculares.

3.1.9 Metodologia

O objetivo principal dos cursos da FACISA é formar um profissional que possa atuar num mercado globalizado e competitivo, multidisciplinar e multicultural, empregando conceitos, técnicas e métodos, de maneira integrada. Profissional criativo, adaptável e flexível, competente para acompanhar e implementar as transformações necessárias em um mundo em constantes mudanças e repleto de desafios, capaz de estabelecer relacionamentos que transcendam as fronteiras geográficas, gerenciar unidades de informação, além de identificar e elaborar

estratégias que atendam às necessidades e usos da informação necessários às atividades profissionais.

Propõe-se, assim, a integrar o futuro profissional neste ambiente turbulento: por um lado, propiciando-lhe os conhecimentos e instrumentos necessários para fazer frente às novas exigências da sociedade e, por outro, preparando-o para atuar numa ampla variedade de instituições e atividades.

Por isso, a importância da adoção de uma metodologia que possa ajudá-lo na construção do seu perfil profissional.

3.1.9.1 Metodologia construtivista

A questão metodológica do ensino está norteada por uma posição teórica assumida ou não explicitamente. A postura que se pretende, fundamenta-se na interação professor/acadêmico medida pelo conhecimento científico e pela realidade histórico-social.

Na relação PROFESSOR/ACADÊMICO, o diálogo será fundamental. A partir de questão problematizadora, o professor expõe o que sabe, procurando estabelecer uma relação com os conhecimentos prévios e experiências dos acadêmicos, na busca de uma síntese que explique ou resolva a situação problema que desencadeou a discussão.

As situações problematizadoras proporcionarão aos acadêmicos observar, descrever, relatar, dialogar, ler, escrever, comparar, identificar, diferenciar, analisar, sintetizar, deduzir, concluir, julgar, avaliar, propor e comparar hipóteses.

Serão apresentadas, aos acadêmicos, propostas de atividades desafiadoras que acionem seus esquemas cognitivos, especialmente com práticas reais da profissão em espaços como:

- I. Fazendas;
- II. Clínicas;
- III. Laboratórios;
- IV. Programas de Saúde da Família;
- V. Unidades Básicas de Saúde;
- VI. Hospitais.

A AUTOAVALIAÇÃO será adotada para incentivar o acadêmico a avaliar o seu próprio trabalho, pois é uma postura indispensável à construção do conhecimento.

Os padrões de comportamento e normas de conduta serão elaborados por acadêmicos e professores, a partir do Regimento Interno da Instituição, de modo a garantir a autodisciplina e, conseqüentemente, um clima propício ao desenvolvimento da aprendizagem.

Para concretizar essa proposta, os procedimentos educativos adotados, terão a preocupação de possibilitar ao acadêmico a apreensão dos conteúdos trabalhados na perspectiva da UNIDADE TEORIA E PRÁTICA. Assim, no início de cada período letivo, realiza-se a semana de planejamento, quando serão definidos os objetivos e os conteúdos a serem trabalhados em todas as disciplinas. Esse processo tem momentos individuais e coletivos. Os individuais referem-se à sistematização da proposta de trabalho de cada professor. Os momentos coletivos se caracterizam pela discussão e análise conjunta com vistas ao atendimento à interdisciplinaridade e à integração teoria/prática.

A INTERDISCIPLINARIDADE aqui é entendida como esforço de busca da visão global da realidade, como superação do pensar simplificado e fragmentado, como forma de admitir a ótica pluralista das concepções de ensino e estabelecer o diálogo entre as mesmas e a realidade da Instituição para superar suas limitações.

No decorrer do semestre, tanto a coordenação do curso, como o colegiado e a assessoria pedagógica, acompanharão, sistematicamente, o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, buscando garantir o cumprimento efetivo dos conteúdos programáticos e a construção do conhecimento.

Utiliza-se, como orientação geral, para a construção das estruturas curriculares dos cursos, que os diversos cursos de graduação e pós-graduação tenham um projeto pedagógico bem estruturado, e que adotem medidas essenciais para atingir objetivos acadêmicos, tais como:

- I. Selecionar e articular os componentes curriculares obrigatórios e optativos apropriados à formação do profissional com dado perfil almejado;
- II. Dar maior autonomia ao acadêmico, para que ele interfira na sua formação e atualização;
- III. Garantir maior flexibilidade curricular;
- IV. Possibilitar o cumprimento do percurso de formação com melhor capacitação do acadêmico.

As medidas consideradas essenciais para a consecução desses objetivos acadêmicos são as seguintes:

- I. Seleção dos componentes curriculares obrigatórios e optativos, com distintos conteúdos;
- II. Construção de adequada articulação vertical e horizontal dos componentes curriculares;
- III. Integração constante entre teoria e prática na definição dos planos de ensino;
- IV. Oferecimento de leque de componentes curriculares optativos;
- V. Utilização mínima de pré-requisitos;
- VI. Criação de critérios para o aproveitamento de estudos independentes;
- VII. Adoção de práticas avaliativas condizentes com o projeto pedagógico;

VIII. Instituição do Trabalho de Conclusão de Curso;

IX. Definição de critérios e regulamentos para estágios supervisionados.

3.1.9.2 Processo de avaliação

O Sistema de Avaliação adotado pelos cursos de graduação e pós-graduação envolvem atividades que priorizam a autonomia do acadêmico e seu desenvolvimento cultural, como:

- I. Autoavaliação;
- II. Exame das habilidades adquiridas por meio de práticas reais;
- III. Provas dos conteúdos estudados por meio impresso ou oral, dependendo da especificidade do conteúdo;
- IV. Apresentação nos seminários integradores;
- V. Participação em atividades acadêmico-científico-culturais;
- VI. Participação em atividades coletivas ou individuais.

3.1.9.3 Formas de acompanhamento e avaliação do planejamento e execução do trabalho

O trabalho docente é acompanhado e avaliado pela FACISA, orienta o trabalho e a ação pedagógica no sentido de qualificar o processo de ensino-aprendizagem, bem como auxilia o corpo docente no planejamento de atividades de ensino e promove eventos educacionais que venham a se constituir em meios de aprimoramento do desempenho do corpo docente. Oferece toda a infraestrutura para o planejamento e execução do trabalho docente, pois acredita que numa IES é de suma importância o trabalho docente, para garantir um ensino de qualidade, aliada aos diferentes setores institucionais.

A Faculdade acompanha e avalia o planejamento e o desempenho acadêmico e profissional do docente por diversos meios, como por exemplo, através das avaliações da CPA ou pelos Coordenadores de Curso, através dos registros acadêmicos, em relação ao cumprimento de programas, prazos e aos objetivos propostos pela Instituição, para verificar se estão em consonância com as propostas da avaliação institucional. Além disso, o Núcleo Docente Estruturante de cada Curso de Graduação auxilia no processo de acompanhamento, avaliação e execução do trabalho docente, promovendo discussões, análises e deliberações importantes sobre o desempenho docente.

O planejamento possui um caráter cooperativo, onde são discutidos assuntos relacionados ao cotidiano da Faculdade, incluindo-se currículos, conteúdos, avaliação, bibliografia, formas de integração e busca constante da interdisciplinaridade. Essas ações devem aperfeiçoar gradativamente a atividade docente, através do desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, que despertem no discente o prazer de aprender de forma ativa e crítica. Esse planejamento será frequentemente orientado pelo NDE e CPA, que, em conjunto com a equipe docente e coordenação de cursos, tem contribuído para a melhoria do corpo docente e qualidade do ensino, buscando resposta às necessidades reais e atuais, partindo da problemática docente, sempre pela revisão e análise crítica da prática vivenciada.

3.1.9.4 Estágio supervisionado obrigatório e não obrigatório

Atividades Práticas e Estágio

As Atividades Práticas serão previstas em cada PPC, respeitando a especificidade da Unidade Curricular em cada curso e poderão ser realizadas em vários campos de prática, como:

- I.Laboratórios institucionais;
- II.Laboratórios conveniados
- III.Fazenda Experimental;
- IV.Clínicas;
- V.Hospitais;
- VI.Unidades Básicas de Saúde;
- VII.Programa de Saúde da Família – PSF;
- VIII.Unidade de Pronto Atendimento – UPA;
- IX.Prefeituras Municipais;
- X. Empresas e Fazendas conveniadas;
- XI.Farmácias conveniadas;
- XII.Penitenciária;
- XIII. Presídio;
- XIV. Outros

O Estágio Supervisionado é a oportunidade proporcionada pelo currículo, ao acadêmico, para que ele atue em seu campo profissional, sob a supervisão de um profissional da área, em ação integrada com o Supervisor de Estágio Supervisionado da IES, um professor do curso.

O estágio supervisionado curricular, nos termos da legislação em vigor, é parte indispensável e indissociável dos cursos de graduação e, como tal é percebido e desenvolvido pelos cursos das FACISA.

Seu objetivo fundamental é possibilitar ao acadêmico uma experiência de aprendizagem profissional direta e real, durante a qual, sob supervisão profissional habilitada e competente, o mesmo se torne progressivamente responsável por tarefas típicas do seu campo de ação profissional, consideradas as prerrogativas e limitações de sua formação segundo a norma legal vigente.

Objetiva, também, fornecer retroalimentação ao currículo de formação profissional, possibilitando um constante aperfeiçoamento de todas as experiências curriculares vividas pelo acadêmico. Considerando, portanto, que o Estágio Supervisionado Curricular constitui um processo dinâmico de aprendizagem que se realiza através da experiência e da atividade do estagiário, com sua efetiva participação, devendo constituir-se em um verdadeiro programa de ação, foram elaboradas as diretrizes básicas, visando a sua implantação, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação.

São oferecidas atividades que complementam a formação dos acadêmicos, tais como visitas a Escolas, Empresas, Indústrias, Clínicas e Hospitais já desde o primeiro período. Os acadêmicos têm oportunidade, também, de desenvolver estágios de observação e estágios voluntários extracurriculares, bem como participar de palestras e visitas a diversas instituições, com atuação interdisciplinar.

O objetivo primordial do Estágio Supervisionado é a aproximação da teoria e da prática profissional. Para que este objetivo seja alcançado, pretende-se proporcionar ao acadêmico oportunidades de integração de conhecimentos teóricos e práticos multidisciplinares, por meio da participação em situações reais de trabalho, na sua área de formação.

Serão, também, oferecidas ao acadêmico oportunidades de: atuar em equipe; desenvolver capacidades, como a de cooperação e de iniciativa; e, por meio de reflexão crítica, identificar possibilidades e limitações de seu campo de atuação, buscando superá-las dentro de uma prática profissional ética e amadurecida.

Considera-se como campo de estágio a própria Faculdade e as organizações por ela aprovadas e com as quais mantém convênio, onde o estagiário vivenciará a realidade profissional, fundamentada em princípios técnicos e éticos adequados, sob supervisão competente, de modo a obter formação profissional em conformidade com os padrões de qualidade estabelecidos pela faculdade e pelos órgãos de classe competentes.

A realização do Estágio Supervisionado é obrigatória, para o acadêmico obter sua titulação. O Estágio Supervisionado possibilita ao acadêmico a vivência da realidade prática da profissão, com oportunidades de enfrentar situações-problema interdisciplinares, que exigirão o emprego de conhecimentos, habilidades e criatividade.

No estágio, efetivado em instituições, escolas, empresas etc., o acadêmico realiza atividades de observação, coparticipação e participação que contribuem efetivamente para sua formação profissional.

No decurso das atividades de estágio, os acadêmicos, sob a supervisão de professores, têm encontros para debates, estudos de casos e seminários, oportunidade em que são colocadas as impressões, oferecidas novas orientações, realizados estudos pertinentes e sanadas dificuldades. É nesses momentos, também, que ocorre a avaliação. Esses encontros têm uma frequência diária para que as questões a serem discutidas, sejam compartilhadas por todos e não se distanciem do momento de ocorrência.

Cumprе ressaltar que as atividades de estágio têm carga horária específica, consideradas as peculiaridades de cada curso e sua descrição compõe o projeto pedagógico de cada um.

É obrigatória a frequência ao estágio, assim como a reuniões, seminários e contatos deles decorrentes. Os acadêmicos que não lograrem aprovação nos estágios e tiverem o mesmo cancelado, ficarão obrigados a renovarem sua matrícula a fim de se submeterem a novo estágio. Para ser aprovado no estágio o acadêmico deve alcançar a nota mínima de 70% na escala de 0 a 100 pontos.

Coordenação de Estágio

A Coordenação de Estágio objetiva assegurar a qualidade e a unidade dos estágios por meio de acompanhamento, orientação e controle do trabalho dos Supervisores de Estágios.

O encaminhamento dos acadêmicos à Instituição de estágio é de competência do coordenador de estágio e/ou coordenador do curso, cabendo-lhe o controle dos estagiários e do local de estágios, através dos supervisores designados para cada instituição.

Atribuições do Coordenador de Estágio

O Coordenador de Estágio é ser um professor do curso designado pelo coordenador de curso, cabendo-lhe as seguintes atribuições:

- I. Harmonizar atos e esforços relativos ao estágio sob sua responsabilidade;
- II. Acompanhar o trabalho dos Supervisores de Estágio, orientando-os quando necessário;

- III. Controlar e velar por atividades relativas a estágio, para que ocorram de acordo com as regras estabelecidas e as normas legais;
- IV. Providenciar o material de estágio a ser utilizado por acadêmicos e professores;
- V. Estabelecer vínculo pedagógico com as empresas que oferecem estágio;
- VI. Dar atendimento e/ou encaminhamento aos requerimentos de acadêmicos relativos a estágios;
- VII. Reunir-se com os Supervisores de Estágios ao término de cada semestre letivo, ou quando se fizer necessário, para troca de experiências, harmonização de pontos de vista e reflexão acerca das estratégias da relação teoria/prática desenvolvidas;
- VIII. Controlar, com relação aos objetivos, o processamento de realização dos estágios, tomando as medidas necessárias para a correção dos desvios.
- IX. Supervisionar o acadêmico e o local, semanalmente, para assegurar a qualidade dos estágios. Para isso, deverá incluir, em seu programa, 1 (uma) hora de supervisão, por turno supervisionado;
- X. Avaliar o acadêmico, junto com o supervisor e preceptor de estágios, através de instrumento de avaliação concedido pela coordenação do Curso, como também os mapas de frequência;
- XI. Assinar e carimbar as notas junto com o supervisor de estágios;
- XII. Encaminhar à secretaria do Curso as notas.

O Local de estágio deverá ser uma instituição definida, conveniada com a FACISA, que possibilitará ao acadêmico, condições técnicas e ambientais para o cumprimento das atividades de estágio e facilidade de supervisão.

Atribuições do Estagiário

- I. Cumprir as exigências legais regulamentares dos estágios;
- II. Aceitar a supervisão e dela utilizar-se;
- III. Manter em dia a documentação exigida;
- IV. Executar as tarefas recebidas no estágio considerando não somente os interesses do aprendiz, mas também os da instituição e do curso;
- V. Preparar e apresentar material necessário à supervisão;
- VI. Apresentar relatórios de estágio nos prazos fixados;
- VII. Obedecer aos estatutos, regimentos e normas que regem a instituição onde estagiar;
- VIII. Participar dos grupos de discussão agendados;
- IX. Respeitar o código de ética profissional.

Atribuições do Professor Supervisor de Estágios

São atribuições do Supervisor de Estágio:

- I.A orientação, o acompanhamento e a avaliação das atividades teórico-práticas realizadas pelo estagiário;
- II.A orientação para a elaboração do Plano Individual de Estágio de Campo a ser elaborado pelo acadêmico conjuntamente com o Supervisor de Estágio da instituição;
- III.A supervisão da execução do estágio, com base na análise periódica do Plano Básico de Trabalho de cada acadêmico, e nas informações recolhidas nas reuniões semanais em sala de aula;
- IV.A detecção e correção de possíveis desvios, no decorrer da execução;
- V.A orientação dos estagiários, com vista a uma postura profissional ética e de qualidade;
- VI.A elucidação de dúvidas sobre assuntos relativos a estágio;
- VII.O encaminhamento à Coordenação de Estágio da documentação comprobatória do estágio dos acadêmicos, já devidamente analisada e assinada, para a finalização do processo técnico-administrativo do estágio;
- VIII. Colaborar nos contatos com os responsáveis pelos locais de estágio;
- IX.Participar da avaliação do estagiário juntamente com o preceptor;
- X. Levar ao conhecimento da coordenação de estágios/curso decisões tomadas em situações especiais;
- XI. Supervisionar o cumprimento de toda a programação de estágios;
- XII. Recolher, nos locais de estágio, toda a frequência e resultados das avaliações, entregando-os à coordenação de estágios/curso.

Objetivos da Supervisão de estágios:

- I. Auxiliar e orientar o acadêmico na aplicação dos conhecimentos teóricos em situações práticas;
- II. Desenvolver a atividade profissional, atendendo aos princípios éticos e operacionais.

Avaliação do Estagiário

Avaliar o desenvolvimento de sua capacidade prática para o trabalho, seu grau de responsabilidade e interesse profissional. Aspectos de cientificidade, senso crítico, criatividade, ética, consciência social e de cidadania são ressaltados.

Serão obrigatórios para a avaliação:

- I. Relatório de cada local de estágio;
- II. Entrega de fichas de avaliação de cada local de estágio assinada pelo supervisor e preceptor de estágio, com as notas;
- III. Entrega de mapa de frequência do estagiário.
- IV. Aproveitamento mínimo em cada área.

Instituições e Serviços para o Desenvolvimento das Atividades Práticas

A FACISA busca, através de seus estágios supervisionados e outras atividades práticas desenvolvidas:

- I. Proporcionar ao estudante oportunidade de desenvolver suas habilidades, analisar situações e complementar o processo ensino-aprendizagem, através da conscientização das deficiências individuais e incentivar a busca do aprimoramento pessoal e profissional;
- II. Atenuar o impacto da passagem da vida de estudante para a vida profissional, abrindo ao estagiário mais oportunidades de conhecimento da filosofia, diretrizes, organização e funcionamento das instituições empregadoras e da comunidade;
- III. Facilitar o processo de atualização de conteúdos disciplinares, permitindo adequar aqueles de caráter profissionalizante às constantes inovações tecnológicas, políticas, sociais e econômicas a que estão sujeitos;
- IV. Incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais, propiciando o surgimento de novas gerações de profissionais empreendedores internos e externos, capazes de adotar modelos de gestão, métodos e processos inovadores, novas tecnologias e metodologias alternativas;
- V. Promover a integração da FACISA-INSTITUIÇÕES-COMUNIDADE;

Não é exagero reafirmar que a FACISA, por entender que a prática dos convênios é extremamente importante para viabilização das atividades práticas e de estágios, vem firmando vários convênios relativos aos cursos ministrados pela FACISA com instituições públicas e privadas para garantir uma gama de disponibilidade de estágios bastante ampla e diversificada, além de atividades práticas associadas aos grupos de estudos.

A forma como os estágios serão desenvolvidos e os respectivos regulamentos estão descritos nos projetos pedagógicos de cada curso.

As atividades de estágio e os estudos independentes, nos cursos propostos pela FACISA, estão adequados às orientações gerais das Diretrizes Curriculares e às orientações específicas do projeto pedagógico de cada curso. São previstos estágios de diferentes níveis e abrangências, perpassando todo o curso. Assim sendo, a busca de articulação entre a teoria e a prática, no

plano do ensino, não se atém mais a uma mera aplicação de conteúdos ao final do curso, mas em toda a trajetória de formação do estudante, quando são oferecidas oportunidades reais de confrontos e sínteses sobre questões cruciais do campo abarcado, necessários à reconstrução constante de conhecimentos e à formação de habilidades.

3.1.9.5 Atividades de prática profissional

Dentro de todos os cursos de graduação da FACISA, as práticas estão garantidas por meio de atividades de laboratório, Estágio Curricular Obrigatório, Atividades Complementares, Atividades de Extensão, Trabalho de Conclusão de Curso, dentre outros que garantam a qualidade de seus cursos e da formação de seus futuros egressos.

Por considerar as atividades de Estágio uma importante ferramenta de complementação e contextualização da aprendizagem através da vivência no mundo do trabalho atual dos conteúdos integralizados em sala, os discentes dos cursos possuem a sua disposição um setor encarregado da organização e execução dos Estágios (obrigatórios ou não obrigatórios) que se encontra devidamente regulamentado conforme Regimento Interno da IES e legislação vigente. Para realizar o acompanhamento e orientação dos discentes no desenvolvimento das atividades práticas, a FACISA indica professores do seu próprio corpo docente, como disponibilizar a infraestrutura de acordo com a particularidade de cada curso. Assim, as práticas podem ser desenvolvidas nas clínicas da FACISA ou por meio de convênios firmados entre a Faculdade e as instituições públicas, privadas, entre outras, que empregam os egressos dos cursos ofertados pela IES.

3.1.9.6 Atividades complementares

As Atividades Complementares são componentes curriculares obrigatórias que possibilitam o reconhecimento por avaliação de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de integração, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade. São enriquecedoras e implementadoras do próprio perfil do formando e tem por finalidade propiciar ao discente a oportunidade de realizar, em prolongamento às disciplinas dos diferentes cursos de graduação, uma trajetória particular que lhe permita enriquecer os conhecimentos propiciados pela vida acadêmica.

Nesse sentido, poderão ser credenciados como atividades complementares, entre outras, iniciação científica, estágio extracurricular, participação em atividades de extensão, seminários, palestras, debates, simpósios, encontros e congressos, visitas programadas e outras atividades acadêmicas e culturais, cursos de língua estrangeira, publicação de artigo em jornal ou revista científica impressa ou eletrônica. Compreendem-se ainda como Atividade Complementar atividades no âmbito técnico, cultural e de formação, pessoal e complementar.

Para os estágios extracurriculares que são utilizados para complementar atividades complementares, deverá ser observado os requisitos legais, como convênios e seguros, estabelecidos pelo setor competente da Faculdade. As atividades complementares poderão/deverão interagir com as atividades propostas na integração entre ensino, iniciação científica e extensão da FACISA.

Especificamente, as atividades complementares estimulam a prática de estudos independentes ou em grupos, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade e contextualizada atualização profissional específica; sobretudo nas relações com o mundo do trabalho atual, estabelecidas ao longo dos cursos, integrando-as às diversas particularidades regionais e culturais, temas relativos à Educação das Relações Étnico-raciais, História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, Direitos Humanos, Educação Ambiental, Sustentabilidade e recentemente, educação para a Terceira idade e educação em políticas de gênero, sempre sob a supervisão de um professor orientador.

De acordo com o Projeto Pedagógico dos cursos de graduação da Faculdade FACISA, há, em sua estrutura curricular, carga horária para a realização das atividades complementares, onde o planejamento e acompanhamento das atividades é balizado pelo seu regulamento. Trata-se de instrumento normativo que reflete não somente as necessidades acadêmicas previstas em atos regulatórios, como, sobretudo, o compromisso da IES com uma formação ampla, diversificada e complementar para os discentes.

As atividades complementares possuem como finalidade garantir aos discentes a consolidação de suas formações epistemológicas, teóricas e práticas, desenvolvidas frequentemente em sala de aula, durante seu período acadêmico, além de possuir normativas que garantem a realização, por parte do discente, de diversas atividades e ainda incluem instrumentos inovadores de planejamento, regulação, gestão e aproveitamento.

3.1.9.7 Atividades de Extensão

Nos termos da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a extensão na Educação Superior e regimenta o disposto na meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o PNE 2014-2024, as atividades de extensão passarão a integrar os componentes obrigatórios dos cursos superiores ofertados por esta instituição, com carga horária mínima de 10% da carga horária total de cada curso, possuindo aspectos interdisciplinar, político educacional, cultural, tecnológico, com vistas à promoção da interação transformadora entre a instituição e os diversos setores da sociedade, com a aplicação do conhecimento.

A extensão será realizada por meio de cursos, programas, assessorias, consultorias, seminários, eventos e atendimentos à população carente, em grupos de atividades e estudos em que professores e alunos possam situar diferentes equipes de trabalho teórico e prático em face da emergência de demandas apresentadas pela aproximação FACISA-Comunidade.

3.1.9.8 Inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares

São critérios de definição das seguintes inovações consideradas significativas:

Flexibilidade dos Componentes Curriculares

Orientada por uma perspectiva político-pedagógica, a legislação educacional vigente no país enfatiza os quatro princípios básicos que devem fundamentar a estrutura curricular atual dos cursos de graduação: flexibilidade, autonomia, articulação e atualização. São esses os princípios norteadores das propostas da FACISA UNAI.

O princípio da **FLEXIBILIDADE** opõe-se à rigidez do conceito de currículo, identificado com a noção estática de "grade curricular" com a única possibilidade de formação especializada. O ritmo acelerado das mudanças na realidade presente exige, agora, que o ensino universitário proporcione qualificações técnicas, científicas ou artísticas readaptáveis às situações e demandas profissionais emergentes; o que requer, por sua vez, uma formação mais abrangente e diversificada, a partir de uma dinâmica passível de mudanças processuais, sem determinação prévia de todo o caminho a ser percorrido.

Recentemente, estudos no campo da epistemologia dão conta de que não existe uma única ordem pela qual os sujeitos podem adquirir certos conhecimentos teóricos e práticos; uma estrutura curricular não pode estar engessada por conteúdos obrigatórios, ordenados em sequência também obrigatória (por pré-requisitos). Porém, esse novo entendimento não descarta a preocupação propedêutica de se dar precedência ao domínio de certas noções e

conhecimentos básicos, que viabilizem o acesso do estudante a outros raciocínios e conhecimentos mais complexos.

O princípio de **AUTONOMIA** é uma condição básica para a construção da competência do sujeito em fase de formação, no próprio processo de aprendizagem, para **aprender a aprender**. Competência que só se adquire sendo praticada, conquista absolutamente necessária ao profissional que irá atuar numa realidade em constante mudança, tendo de enfrentar novas situações e de responder às questões que vão emergindo. Este princípio fundamenta, também, os esforços no sentido da formação do espírito de iniciação científica do estudante, centrado nos seus próprios interesses e motivações acadêmicas, valorizando uma produção científica, técnica e artística mais independente.

A autonomia no processo de aquisição de conhecimentos e habilidades, assim como o seu corolário prático – a capacidade de aprender a aprender e renovar-se – são construídos no exercício de um percurso curricular flexível, definido, em boa medida, pelo próprio estudante, com o acompanhamento devido, por parte de um professor. Para tanto, é necessário que sejam adotados novos métodos didático-pedagógicos que estimulem a criticidade e a criatividade do acadêmico e do professor e favoreçam a criação de um ambiente acadêmico onde o acadêmico possa aprender a questionar, a formular e resolver problemas e a reconstruir experiências teóricas e práticas decisivas no campo do conhecimento em que vai atuar, exercitando a capacidade de elaboração intelectual própria.

O princípio da **ARTICULAÇÃO** direciona-se para a superação da fragmentação e dispersão dos conteúdos em múltiplas disciplinas, agravadas pelo fato de que toda formação específica, numa área do conhecimento, precisa ser complementada com conhecimentos, competências e habilidades construídos em outras áreas.

A articulação realiza-se pelo adequado estabelecimento de conexões ou contrapontos entre os conteúdos a serem trabalhados com os estudantes, no âmbito de diferentes matérias, disciplinas ou atividades, referidos a contribuições de distintos campos do conhecimento, de modo a lhes possibilitar visões alternativas ou complementares de dadas problemáticas ou o domínio de noções e habilidades correlatas. Este esforço requer, certamente, o aprofundamento do diálogo interdisciplinar – especialmente entre docentes – que ajuda a relativizar as "verdades científicas" afirmadas no campo em que se está inserido e a identificar que aportes significativos podem ser buscados em outros campos.

Um modo possível de articulação entre os conteúdos do ensino é o de estruturação de todo o processo curricular em torno de eixos teóricos e/ou práticos privilegiados, que contemplem elementos de diversas áreas acadêmicas, tendo em vista os conhecimentos, habilidades e

competências requeridas do egresso. Num processo assim estruturado, os aportes de diversos campos e subcampos científicos, tecnológicos e artísticos, considerados indispensáveis de serem trabalhados com os estudantes, não precisam nem devem ser, necessariamente, isolados em disciplinas estanques (ou em atividades unidisciplinares). Podem ser ordenados programaticamente em atividades híbridas ou multidisciplinares, com a dupla vantagem de possibilitar o desdobramento de um trabalho didático mais integrado, eliminando a exigência de muitos pré-requisitos.

O princípio da **ATUALIZAÇÃO** dos conhecimentos busca respostas efetivas a outra exigência do mundo contemporâneo que é a incorporação constante de novas informações, tecnologias e metodologias, inclusive de ensino, para o desenvolvimento dos diversos componentes curriculares. A atualização constante dos conteúdos e meios do ensino de graduação realiza-se, sobretudo, através de um adequado planejamento da oferta e ajustes programáticos periódicos, (de acordo com os avanços científicos, tecnológicos e artísticos), de componentes curriculares de dado tipo - disciplinas monográficas ou teórico-práticas, oficinas, seminários etc. – com conteúdos variáveis.

A atualização e a ampliação do leque de informações do acadêmico de graduação também possibilitam o acesso a conteúdos considerados específicos de uma área do conhecimento distinta daquela a que se encontra vinculado. Essa atividade viabiliza a construção de outras competências básicas diferentes daquelas privilegiadas no projeto pedagógico do seu curso ou um maior aprimoramento da sua formação humanística. O aproveitamento de estudos independentes, adiante considerado, é outra forma de favorecer uma formação atualizada do acadêmico de graduação.

A aplicação desse princípio não pode se limitar à trajetória do curso de graduação. Devem ser criadas oportunidades de estudos aos egressos, através do desenvolvimento de programas de educação continuada, que incluam cursos sequenciais, de extensão, seminários diversos e cursos de pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*, com o intuito de assegurar as atualizações e aperfeiçoamentos necessários aos profissionais das diversas áreas.

A flexibilidade e atualidade desejadas à matriz curricular estarão garantidas pela liberdade para modificações no conteúdo programático e bibliografia, definidos a cada semestre a partir de decisão do colegiado de curso, respeitando o perfil e foco definidos para cada curso da Instituição, e ainda pela possibilidade de definição de disciplinas optativas, que permitirão um maior aprofundamento em áreas de escolha do acadêmico e uma certa diversificação de perfil entre os profissionais formados.

Os currículos dos cursos propostos ultrapassam o currículo mínimo e encontram-se flexibilizados, tanto horizontal, quanto verticalmente, através das unidades curriculares optativas, dos componentes curriculares do núcleo básico e da possibilidade de o acadêmico cursar unidades curriculares optativas oferecidas por outros cursos da instituição.

3.1.9.9 Oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos

Os limites de integralização dos cursos são fixados com base na carga horária total, computada nos respectivos Projetos Pedagógicos do curso, observados os limites estabelecidos nos exercícios e cenários apresentados no Parecer CNE/CES nº 8/2007, da seguinte forma:

- I. Grupo de Carga Horária Mínima de 2.400h: Limites mínimos para integralização de 3 (três) ou 4 (quatro) anos.
- II. Grupo de Carga Horária Mínima de 2.700h: Limites mínimos para integralização de 3,5 (três e meio) ou 4 (quatro) anos.
- III. Grupo de Carga Horária Mínima entre 3.000h e 3.200h: Limite mínimo para integralização de 4 (quatro) anos.
- IV. Grupo de Carga Horária Mínima entre 3.600 e 4.000h: Limite mínimo para integralização de 5 (cinco) anos.
- V. Grupo de Carga Horária Mínima de 7.200h: Limite mínimo para integralização de 6 (seis) anos. A integralização distinta das citadas acima poderá ser praticada desde que o Projeto Pedagógico justifique sua adequação.

A FACISA entende que a integralização dos seus cursos deve atender ao disposto na Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007, Resolução nº 4, de 6 de abril de 2009, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Projeto Pedagógico do respectivo curso que fixa os tempos mínimos e máximos de integralização curricular, bem como a carga horária total curricular contabilizada em horas.

No entanto, não se pode desprezar o direito que faz jus os acadêmicos com extraordinário aproveitamento, bem como aqueles que necessitam de um tempo maior para conclusão de seu curso. Ou seja, caso o acadêmico necessite de menor ou maior tempo para a integralização do seu curso, há a possibilidade de que ele reduza ou amplie o seu tempo de formação, observados os parâmetros regimentais.

O art. 47 da LDB, § 2º, enfatiza:

“Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos poderão ter abreviada a duração dos seus cursos nos termos do § 2º do Art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. O extraordinário aproveitamento é aferido mediante a submissão do candidato a provas

que atestem a suficiência de seus conhecimentos adquiridos por meio de estudos independentes ou por conhecimentos construídos em sua experiência de trabalho”.

A FACISA tem duas situações diferenciadas para integralização dos seus cursos:

I – EXTRAORDINÁRIO APROVEITAMENTO – cumprindo o disposto no art. 47, § 2º da LDB, os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.

II – DILATAÇÃO DE PRAZO DE INTEGRALIZAÇÃO – A FACISA concede dilatação do prazo máximo de integralização curricular a acadêmicos que não puderem concluir o curso completo nesse prazo:

- a) Por serem portadores de deficiências físicas ou afecções que importem em limitação da capacidade de aprendizagem;
- b) Em casos de força maior, caracterizados na Lei Civil como acontecimentos estranhos à ação ou à vontade humana, de efeitos previsíveis ou imprevisíveis, porém inevitáveis;

Que não se enquadrem nos incisos nas alíneas a e b, porém:

- já tenham cumprido, pelo menos, 80% (oitenta por cento) da carga horária do curso;
- apenas lhe faltem cumprir o estágio supervisionado, ou equivalente.

A dilatação de prazo referida acima não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) do limite máximo para integralização curricular fixado por cada curso.

3.1.9.10 Avanços tecnológicos – ATUALIZAR

A incorporação dos avanços tecnológicos na oferta educacional representa uma oportunidade que a FACISA proporciona para seus acadêmicos acompanharem a evolução tecnológica contemporânea, especialmente em relação à comunicação e informação, ao mundo digital, aos novos paradigmas e às novas mudanças nas relações interpessoais, entre outras.

A FACISA, dentro dessa realidade atual, tem um constante desafio de incorporar e democratizar, para sua comunidade, os novos usos e oportunidades que se apresentam na sociedade, especialmente no uso de novas tecnologias de informação, de transmissão de conhecimento e de comunicação, que são incorporadas no cotidiano acadêmico. Para tanto, a

faculdade incorporou, no seu fazer educacional, ferramentas de tecnologia de informação e investiu na infraestrutura tecnológica, como:

- I. Colocação de projetores multimídia em todas as salas de aula com telão;
- II. Rede wi-fi para acesso à internet nas áreas de convivência;
- III. sala de informática com internet banda larga para acesso de professores e acadêmicos;
- V. TV com tecnologia LED na área de convivência;
- VI. Computadores nas salas de professores;
- VII. Internet nas salas de aula através da rede wireless;
- VIII. Computadores na biblioteca para acesso aos bancos de dados e ao acervo local;
- IX. Software de controle acadêmico e informação da trajetória acadêmica do estudante;
- X. Software de lançamento, controle de entrada e saída de acervo, além de emissão de relatórios;
- XI. Software de lançamento de notas e frequência, plano de ensino, cronograma das aulas, lançamento de provas e trabalhos;
- XII. Software de escrituração acadêmica com emissão de ata de resultado final, histórico parcial, histórico final e diários;
- XIII. Microscópio com câmera acoplada para projeção em telão de lâminas.
- XIV- plataforma DREAMSHAPER para aprendizagem por projetos para docentes e discentes.
- XV- Implementação dos laboratórios virtuais Algetec (laboratórios de Ensino) para docentes e discentes .

Além da infraestrutura tecnológica, são disponibilizados vários serviços aos acadêmicos, por meio da Internet, permitindo acesso a:

- I. Requerimentos diversos;
- II. Materiais didáticos on line (sistema Virtual Class);
- III. Planos de ensino e programação de atividades acadêmicas;
- IV. Calendário escolar;
- V. Notas e faltas;
- VI. Situação financeira;
- VII. Avaliação institucional, através de formulário on-line, desenvolvido pela Comissão de Avaliação;
- VIII. Acesso à Ouvidoria da FACISA;
- IX. Serviço de e-mail gratuito;

A tecnologia trouxe grandes facilidades também para os docentes, no que tange a:

- I. Controle informatizado de frequência discente por meio do Virtual Class;
- II. Acesso à internet;
- III. E-mail gratuito;
- IV. Criação do portal dos professores que permite: envio de mensagens, protocolo de material didático, controle de notas e faltas, programação de conteúdo, entre outros serviços;
- V. Avaliação institucional, através de formulário on-line, desenvolvido pela Comissão de Avaliação.

No Planejamento Didático Instrucional das políticas para ensino de graduação e pós-graduação foram incorporadas as seguintes ações inovadoras:

- I. Adoção de sistema de controle acadêmico *Virtual Class* com acesso via internet inclusive por celular;
- II. Adoção de Software *DOS VOX* para pessoas com cegueira;
- III. Desenvolvimento de práticas reais no desenvolvimento dos conteúdos por meio de:
 - a) Fazenda experimental;
 - b) Clínicas;
 - c) Hospitais;
 - d) Unidades Básicas de Saúde;
 - e) Programa de Saúde da Família;
 - f) Outros.
- IV. Adoção de projetos e seminários integradores;
- V. Desenvolvimento de ações afirmativas, como:
 - a) Oferta de seminários envolvendo temas de Direitos Humanos, Relações Étnico-raciais, Inclusão Social, Desenvolvimento Sustentável, Educação Ambiental, etc.;
 - b) Oferta de serviços de atendimento à população;
 - c) Participação de eventos como: Dia Nacional da Responsabilidade Social; Dia da Consciência Negra; Dia do Estudante; etc.
 - d) Estímulo à Educação Ambiental com adoção de ações, como:
 - i. Coleta Seletiva;
 - ii. Campanhas de consumo sustentável (energia, água e papel);
 - iii. Destino adequado do lixo biológico;

- iv. Estímulo as relações sociais com qualidade;
- v. Utilização de compostagem;
- vi. Campanha de Responsabilidade Social.

3.1.9.12 Metodologias de ensino e aprendizagem

A metodologia definida para desenvolver as atividades da IES expressa coerência com os objetivos dos cursos, com os princípios institucionais e com sua estrutura curricular. Está comprometida com a interdisciplinaridade, com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação dos sujeitos autônomos e cidadãos. Assim, a FACISA assume seu papel de mediadora e busca articular tais trocas, pois reconhece o aluno como o agente principal de sua própria aprendizagem, sendo capaz de construir seu aprendizado quando participa ativamente do processo. Nos cursos de graduação busca qualificar e conceder competências ao egresso, adotando metodologias de ensino-aprendizagem variadas e criativas. Diversas metodologias serão empregadas, e, dentre elas, podemos destacar: Seminários, Ciclo de Palestras, Dinâmicas de Grupo, Práticas de Laboratório, Visitas Técnicas, Estudos de Casos, Aulas Expositivas, dentre outras.

Para atingir os propósitos didático-pedagógicos, podem ainda ser utilizadas atividades de ensino-aprendizagem, tais como (projetos e disciplinas integradoras, desenvolvimento de projetos, etc.) e articulações com a iniciação científica e extensão, uma vez que a problematização do conhecimento envolve professor e o aluno. Isso significa dizer que a metodologia do “aprender a aprender” é um caminho capaz de desenvolver as habilidades e competências necessárias a solução dos problemas advindos da constante mudança da sociedade. Desta maneira, o aluno se torna sujeito ativo no processo ensino-aprendizagem, retendo maior conhecimento. Para tanto, o corpo docente deve ter consciência de que, ensinar, valendo-se destas premissas, significa trabalhar com a indagação e com a dúvida, capacitando o aluno a pensar por si mesmo e ter independência intelectual, o que lhe possibilita a construção e a busca contínua do próprio conhecimento, sendo capacitado de forma contínua.

Além destas práticas mais convencionais, os princípios pedagógicos que norteiam a prática educacional na FACISA está pautada na construção do conhecimento, no respeito a história e cultura dos alunos e na autonomia do professor. A integração curricular se da maneira horizontal e vertical. O emprego de metodologias em especial privilegiando o uso de recursos

tecnológicos inovadores serão aplicados com o intuito de favorecer a construção do conhecimento por parte do aluno.

Assim, aprendizagem significativa ocorre com a interação do aluno com o tema estudado, ouvindo, falando, perguntando, discutindo, fazendo e ensinando, sendo estimulado frequentemente a construir seu próprio conhecimento ao invés de recebe-lo de forma passiva pelo professor. Em um ambiente de metodologias ativas, o professor atuará como mediador, orientador, supervisor, facilitador do processo de aprendizagem, e não apenas como fonte única de informação e conhecimento, e independentemente do método ou estratégia usada para promover a aprendizagem ativa, é essencial que o aluno faça uso de suas funções mentais de pensar, raciocinar, observar, refletir, entender, combinar, dentre outras, que, em conjunto, formam a inteligência.

3.2 CONCEPÇÃO DE PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM, CURRÍCULOS E AVALIAÇÃO, PLANEJAMENTO E PROGRAMAS

As Diretrizes Pedagógicas da FACISA constituem orientações estratégicas da organização institucional para o planejamento e a condução das atividades acadêmicas, definindo e implementando direções a serem associadas aos projetos pedagógicos dos cursos, oferecendo, ainda, condições para a integração e a efetivação, no contexto institucional, de todos os projetos pedagógicos com base em parâmetros bem definidos, referenciados pela missão da IES, por seus objetivos, pela norma legal e pelo contexto social, político, econômico e cultural no qual está inserida.

Condições que são garantidas pelo Acompanhamento e Processo Autoavaliação Institucional, reunindo os indicadores de qualidade para a tomada de decisões, reavaliando, se necessário, o planejamento institucional às necessidades das dez dimensões dos SINAES e às diretrizes preconizadas pelo MEC. Neste contexto, a FACISA busca integrar e articular os projetos pedagógicos dos cursos oferecidos e estimular as práticas multidisciplinares e transdisciplinares da iniciação científica, extensão e das demais atividades não previstas nos projetos pedagógicos dos cursos, correlacionando-as e vinculando-as ao ensino.

As transformações sociais e o desenvolvimento tecnológico-científico em frequente crescimento, associados à expansão das bases de conhecimento em todos os campos do saber, tornam essenciais a definição de orientações compatíveis com o estado de desenvolvimento do conhecimento e da realidade social, contemplando as mudanças no processo de ensino-

aprendizagem, desenvolvendo instrumentos intelectuais que garantam ao aluno uma autonomia na aprendizagem tal qual reafirmam as Diretrizes Curriculares Nacionais, envolvendo a capacidade de integração e de crítica das informações e competências atuais, assim como a busca de novos conhecimentos e a incorporação de novas tecnologias, desenvolvendo a habilidade de avaliá-las e selecionar criticamente, as mais relevantes. Assim, a ideia é que o processo educativo seja baseado na construção e na apropriação dos conhecimentos técnico-científicos e socioculturais a partir de uma visão integradora e crítica da realidade, mediante modelos de ensino-aprendizagem atuais e uso de tecnologias apropriadas e inovadoras.

Esta perspectiva inovadora traz a aprendizagem de valores e a formação de atitudes e atuação solidária, baseada em padrões éticos, promovendo a formação profissional, com sólida base de conhecimento teórico, científico e humano, preparando-o para enfrentar as crescentes transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional, preconizadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação.

Estabelecem-se, nesse sentido, as seguintes linhas de ação pedagógica da FACISA:

- I. Busca da qualidade e da excelência da formação, comprometida com os padrões atuais das transformações socioculturais e do desenvolvimento científico e tecnológico;
- II. Formação do profissional, com ampla e sólida base teórico-prática, capacidade de análise do social e domínio dos procedimentos técnicos necessários ao exercício profissional;
- III. Valorização da dimensão sociopolítica e cultural, desenvolvendo a capacidade de leitura crítica de problemas e seus impactos locais, regionais e nacionais, que subsidiará a inserção do egresso no mundo do trabalho, como sujeito partícipe de sua construção, assumindo, portanto, o exercício profissional na direção da resolução de problemas e da cidadania referenciado por sólidos padrões éticos.

O caminhar na direção desse projeto supõe estabelecer um conjunto de princípios e procedimentos orientadores prioritários à ação, entre os quais cabe destacar:

- I. Interdisciplinaridade, entendida como esforço que busca a visão global como superação do pensar simplificador e fragmentador da realidade e como forma de administrar a ótica pluralista das concepções de ensino, do saber e da prática;
- II. Articulação entre o ensino, a iniciação científica e as atividades de extensão e de prestação de serviços à sociedade, em diferentes níveis de complexidade;
- III. Oferta de sólida formação geral, em estreita interação com os conhecimentos, competências e habilidades necessários à formação do profissional;

- IV. Integração nos contextos reais de vida da comunidade, na rede de serviços e com profissionais em exercício como espaços privilegiados do processo continuado de ensino-aprendizagem;
- V. Diversificação dos contextos de ensino e dos cenários de prática profissional que englobam diferentes modalidades de trabalho pedagógico e inserção do aluno em campos de prática com graus crescentes de complexidade;
- VI. Desenvolvimento de mecanismos de integração entre os diferentes cursos e dos cursos com a rede de serviços oferecidos à comunidade;
- VII. Desenvolvimento de paradigmas pedagógicos capazes de articular a competência científico-tecnológica e a relevância social;
- VIII. Estruturação de currículos que, a par da diversidade de situações de ensino-aprendizagem, associem a possibilidade de construção própria dos caminhos de produção do conhecimento pelo estudante, bem como a de crescimento autônomo;
- IX. Utilização apropriada de tecnologias diversificadas.

A preparação de novos graduandos para o enfrentamento das exigências da sociedade atual é papel inquestionável da educação superior. O surgimento das tecnologias inovadoras e as novas formas organizacionais do trabalho e a evolução acelerada do conhecimento científico, associadas às necessidades de melhor qualificação profissional, exigem uma nova concepção para os cursos superiores com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais. As Diretrizes contemplam o desenvolvimento de competências e de habilidades para a formação do sujeito, contribuindo para o seu sucesso.

Assim, a Faculdade FACISA promove a:

- I. Formação de seu aluno para o mundo do trabalho, no atendimento às demandas econômicas e de emprego, capacitando-o para o enfrentamento das complexas condições do exercício profissional;
- II. Construção da cidadania, formando um sujeito capaz de interferir construtivamente na sociedade para transformá-la;
- III. Preparação para a participação social em termos de fortalecimento ao atendimento das demandas da comunidade, com o desenvolvimento de competências sociais, processos democráticos e eficazes de tomada de decisões, capacidade sociocomunicativa de iniciativa, de liderança e de solução de problemas;
- IV. Preparação para entender o ensino como prioridade fundamentada em princípios éticos, filosóficos, culturais e pedagógicos que priorizem efetivamente a formação de pessoas,

reconhecendo a educação como processo articulador/mediador indispensável a todas as propostas de desenvolvimento sustentável, a médio e longo prazos;

V. Formação ética, explicitando valores e atitudes, por meio de atividades que desenvolvam a vida coletiva, a solidariedade e o respeito às diferenças;

VI. Formação de profissionais capazes de atuar em prol do desenvolvimento social, cultural e econômico sustentado, com a interação de conteúdos com aspectos inerentes às questões sociais, jurídicas e ambientais exigidas no mundo atual.

A Faculdade desenvolve uma proposta diferenciada, integrando formação teórica e prática, iniciação científica e a extensão, delineando o perfil do corpo docente, com qualificação e excelência para o exercício do magistério e para iniciação científica interdisciplinar, crítica e transformadora. Estabelecendo suas linhas de ação, a IES considera que a formação do profissional representa um conjunto de características internas, inerentes aos cursos, e externas, inerentes à relação sociedade/profissional, que se inter-relacionam dialeticamente. Partindo deste ideal, a FACISA fundamentou a formação do profissional, visando que é necessário:

I. Acompanhar as rápidas mudanças do mundo, a partir de política de graduação que contemple o caráter revolucionário da ciência como um imperativo;

II. Entender a avaliação como processo e não como produto e, portanto, valorizar o sistema contínuo de avaliação em dois níveis: um pela sociedade e outro pela autoavaliação (professores, técnico-administrativos e alunos);

III. Definir metodologias educacionais adequadas ao processo de aprendizagem cognitiva de caráter social, político e cultural nacional, respeitando-se as especificidades regionais, o que permitirá a revisão dos currículos, das práticas pedagógicas e das iniciação científicas desenvolvidas;

IV. Identificar as bases de sustentação de uma política de graduação, considerando o aluno como ser global.

A definição das competências foi referenciada, baseando-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais de todos os cursos de Graduação, acrescentando as competências próprias do profissional formado pelos respectivos cursos. A FACISA define as principais competências como sendo:

I. Tomada de decisões: o trabalho dos profissionais egressos deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões, visando ao uso apropriado, eficácia e custo-efetividade da força de trabalho, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Para este fim, os mesmos

devem possuir competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas.

II. Comunicação: os profissionais egressos devem ser acessíveis e devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas na interação com outros profissionais e o público em geral. A comunicação verbal e não-verbal, e habilidades de escrita e leitura; o domínio de tecnologias de comunicação e informação.

III. Liderança: no trabalho em equipe multiprofissional, os egressos deverão estar aptos a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz.

IV. Administração e gerenciamento: os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho quanto dos recursos físicos e materiais e de informação; devem, da mesma forma, estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe que integram.

V. Educação permanente: os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Deverão ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive estimulando e promovendo a mobilidade acadêmica e profissional, a formação e a cooperação por meio de redes nacionais e internacionais.

As competências comuns e específicas, observadas em cada Projeto Pedagógico de Curso, supõem a formação de atitudes e de valores, o desenvolvimento e o domínio de conhecimentos e habilidades gerais e específicas que levem em conta a realidade local e regional, sem descuidar do caráter de universalidade do conhecimento, de sua relação com os avanços das áreas dos cursos ofertados pela FACISA no contexto nacional, bem como dos parâmetros e dinâmica do Projeto Pedagógico de cada curso.

No desenvolvimento de seus cursos de graduação, a IES observou as peculiaridades de cada PPC, metodologias ativas, tendo como ponto focal o aluno, voltadas para o seu desenvolvimento intelectual, com ênfase na capacidade de adquirir autonomia no processo de aprendizagem e de empreendedorismo. Merecendo destaque alguns princípios metodológicos:

I. Interdisciplinaridade. A integração disciplinar possibilita análise dos objetos de estudo sob diversos olhares, constituindo-se questionamentos permanentes que permitam a (re)significação do conhecimento.

II. Formação profissional para a cidadania. As instituições têm o compromisso de desenvolver o espírito crítico e a autonomia intelectual para que, por intermédio do questionamento permanente dos fatos, o profissional possa contribuir para o atendimento das necessidades sociais.

III. Estímulo à autonomia intelectual. A autonomia significa ser autor da própria fala e do próprio agir, sendo coerente na integração do conhecimento com a ação. O desenvolvimento de uma postura investigativa por parte do estudante é fundamental para que construa sua autonomia intelectual e profissional.

IV. Responsabilidade, compromisso e solidariedade social. A compreensão da realidade social e o estímulo à solidariedade devem constituir o ponto integrador das ações de extensão vinculadas aos cursos.

V. Diversificação dos cenários de ensino-aprendizagem. A diversificação dos cenários de ensino-aprendizagem e a inserção do aluno na rede de serviços desde os primeiros anos dos cursos devem contribuir para a formação do profissional generalista, capaz de atuar em diferentes níveis e de integrar criticamente conhecimentos teóricos, práticos e realidade socioeconômica, cultural e política.

Os princípios metodológicos são estabelecidos em consonância com os projetos pedagógicos dos cursos, observados os critérios que favorecem as atividades de ensino individualizado, de grupo e de estudos teóricos. Os cursos devem buscar sempre o desenvolvimento de programas que privilegiem descobertas de novas metodologias, enfocando o uso e a adequação de recursos audiovisuais, de informática, de novos métodos e técnicas de ensino, visando sempre ao aperfeiçoamento do trabalho acadêmico.

3.3 EXECUÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

O Projeto Pedagógico Institucional em sua elaboração, demonstra uma visão do mundo atual e do papel da educação superior em face da nova conjuntura globalizada e tecnológica. Ao mesmo tempo, explicita, de modo abrangente, o papel da IES e sua contribuição social nos âmbitos local, regional e nacional, por meio do ensino, iniciação científica e extensão, como componentes fundamentais à formação crítica do aluno e do futuro profissional, na busca da articulação entre o real e o desejável. Projetando valores originados na identidade da Instituição, materializados no seu fazer específico, ou seja, no processo de estímulo, construção e

propagação do conhecimento, e que devem delinear o horizonte de longo prazo, não se limitando, portanto, a um período de gestão.

A construção do conhecimento e o exercício da prática técnico-científica são articulados no espectro de valores humanísticos, e sua dinâmica e realização se configuram a partir do entendimento de que a ciência e a técnica não se apresentam apenas como meio ou dispositivo, mas, principalmente, como modo de inserção na realidade, de ação e interação do homem com o mundo. Sendo assim, o PPI da FACISA tem como objetivo propor um plano de referência para sua ação educativa, considerando a importância que o ensino de graduação e de pós-graduação assumem na sociedade atual, implementando mudanças qualitativas em todos os segmentos da estrutura educacional da Instituição.

Os fundamentos que compõem o documento orientam o processo educativo de forma articulada, não deixando à margem os compromissos sociais da IES. E por meio dele, procura construir coletivamente uma identidade que corresponda à sua visão de cidadão, sociedade, educação e instituição, estabelecendo assim o alicerce para as diversas ações pedagógicas que visam à construção do conhecimento. Assim sendo, entre as características básicas do PPI da FACISA estão:

- I.A identificação de uma proposta pedagógica;
- II.O entendimento do ser humano como foco de sua concepção;
- III.A orientação por uma visão educativa e um estilo de ensino-aprendizagem adequados;
- IV.O compromisso com o contexto socioeconômico e cultural no qual se desenvolve o processo educacional; e
- V.A ação articulada de gestores, docentes, alunos e integrantes do corpo técnico-administrativo.

O cotidiano educacional, por meio do exercício do princípio da liberdade de ensino, se complementa com os compromissos sociais e confere ao PPI o caráter plural da Instituição. Os elementos da comunidade acadêmica responsáveis pela aplicação dos conceitos aqui apresentados têm como certo que deve ser contínuo o debate sobre a forma de produzir e otimizar a integração entre os diferentes projetos desenvolvidos pela IES, considerados os seus eixos de convergência e os mecanismos a serem adotados em cada ocasião. Havendo espaço, naturalmente, para indagações relevantes, já que há frequentemente projetos pedagógicos de curso em desenvolvimento, adaptação ou em fase de aplicação.

Assim, o PPI da FACISA foi elaborado levando em conta uma realidade socioeconômica complexa e em constante mudança, sobre a qual se procura intervir positivamente, e que articula

elementos internos à comunidade acadêmica, como as diferentes instâncias, cursos e projetos da Instituição, e externos, como os diferentes processos inerentes ao sistema educacional superior brasileiro, ou ainda as particularidades do contexto regional no qual a IES está inserida, preparando profissionais éticos e competentes, capazes de contribuir para o desenvolvimento da região e o bem-estar e qualidade de vida de seus cidadãos. Para tanto, ciente de sua responsabilidade social, busca a compreensão das reais necessidades e caminhos para que esse desenvolvimento ocorra, primando pela inclusão social de seus alunos e egressos e desenvolvendo atividades educacionais de nível superior condizentes com o que se espera de uma IES cujos princípios, embora sólidos, a permitam responder com prontidão e eficiência aos muitos desafios de uma sociedade em constante transformação.

3.4 ARTICULAÇÃO ENTRE O PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI) E OS PPC

As políticas acadêmicas institucionais definidas no PPI da FACISA estão representadas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs). Todos os os PPCs dos cursos ofertados pela FACISA refletem as ações e as decisões dos cursos em articulação com as especificidades das respectivas áreas de conhecimento.

4. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Para a FACISA, a autoavaliação é um importante instrumento para a tomada de decisão e dela resulta uma autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, assim como, uma autoconsciência, nos membros da comunidade acadêmica, de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro.

A FACISA, por meio do seu programa de avaliação institucional, contempla a participação da comunidade acadêmica (funcionários, docentes e discentes) no processo de autoavaliação para promover a qualidade da educação superior, a orientação da expansão da oferta, o aumento permanente da eficácia institucional, da efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

A Comissão Própria de Avaliação - CPA instituída pela FACISA assegura a participação dos segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil organizada sem que se privilegie a

maioria absoluta de um dos segmentos. Compõem a CPA da FACISA: dois representantes do Corpo Docente, dois representantes do Corpo Técnico-Administrativo, dois representantes do Corpo Discente e dois representantes da Sociedade Civil Organizada, sendo que a Coordenação da CPA é exercida por um dos representantes do corpo docente. Os membros eleitos são designados em portaria da Direção, com ampla divulgação da sua composição e das suas atividades na página designada à CPA no site da instituição. A fim de valorizar o desempenho acadêmico satisfatório, os representantes do corpo discente para serem membros da CPA, devem estar em situação acadêmica regular

Assim, o processo de autoavaliação da FACISA ocorre com participação da sociedade civil organizada e de todos os segmentos da comunidade acadêmica (vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um deles), com abrangência de instrumentos de coleta de dados e participação crescente.

O processo de autoavaliação na FACISA é desenvolvido com a participação da comunidade acadêmica por meio do preenchimento voluntário de questionário desenvolvido no Sistema de Avaliação SCPA, multiplataforma e online, disponibilizado na página principal do site institucional, bem como na página da CPA, enviado via e-mail institucional para toda a comunidade acadêmica, e constantemente divulgado nas redes sociais da instituição, respondendo às questões objetivas de múltipla escolha formuladas para a avaliação, sendo as variáveis: “nunca”, “às vezes”, “não sabe”, “na maioria das vezes” e “sempre”. O sistema é responsivo, apto a atender toda a comunidade acadêmica em diversos tipos de dispositivos, oferecendo praticidade, comodidade e segurança, garantindo o anonimato dos avaliadores e contribuindo para a adesão e índice de participação crescente.

A CPA instituiu estratégias de engajamento crescente para o seu desenvolvimento, dentre elas a capacitação dos membros da comissão para aperfeiçoamento e atualização dos processos avaliativos; Sensibilização da comunidade acadêmica com participação em eventos online para esclarecer, sobretudo, a finalidade da Autoavaliação e as melhorias conquistadas por meio dela; Capacitação incluída no plano de ação para toda a comunidade acadêmica ao início de cada semestre; Criação de banners, folders, informativos online, enviados via e-mail e postados nas redes sociais, que convidam e destacam a importância da participação no processo avaliativo. Outra estratégia é a campanha “Fale com a CPA” que incentiva todos os segmentos da instituição a procurar os membros da comissão para esclarecimentos de dúvidas, bem como visitar a sala da CPA e participar dos encontros mensais e, para isso, está disponibilizado, no

site da IES, um formulário para que toda a comunidade acadêmica possa ter contato com a CPA.

Como ações inovadoras complementares ao programa de avaliação institucional, temos a Ouvidoria que contribui com a Avaliação Institucional Interna da IES, regida pela legislação em vigor e normas institucionais, a qual registra todas as solicitações encaminhadas à ela e as respostas oferecidas aos usuários, elabora relatórios sobre o seu andamento e os encaminha à direção acadêmica e administrativa, bem como à coordenação da CPA para que sejam usados como ferramenta de gestão.

A FACISA também desenvolveu um Projeto de Empregabilidade e Acompanhamento ao Egresso, que, ligado às políticas de apoio ao discente, tem o objetivo de orientar, desenvolver e encaminhar alunos e ex-alunos para o mundo do trabalho. O projeto busca promover o acompanhamento dos egressos, sob a perspectiva de criação de um banco de dados capaz de viabilizar a geração de oportunidades de emprego e a avaliação, adequação e modernização do projeto pedagógico dos cursos, fortalecendo, assim, tal acompanhamento. Partindo do princípio do acompanhamento contínuo do profissional que forma, a FACISA inicia esse processo no momento da conclusão do curso, com a atualização dos dados cadastrais de seus formandos e o levantamento da perspectiva profissional de cada um. A partir de então, a atualização das informações cadastrais e profissionais desse egresso acontece por meio do preenchimento voluntário do formulário disponibilizado na do site institucional, na página destinada ao egresso. A partir dos dados levantados por meio dos mecanismos de acompanhamento do egresso, a CPA, juntamente com a FACISA, desenvolverá estudo comparativo entre a atuação do egresso e a formação recebida, subsidiando ações de melhoria no processo de formação ofertado, relacionadas às demandas da sociedade e do mercado de trabalho.

Também são consideradas as avaliações da comunidade externa em relação aos serviços prestados à comunidade nas diferentes áreas dos cursos da instituição. Esta avaliação é realizada ao longo do ano pelos usuários das clínicas de atendimento, do Serviço Escola de Psicologia e da Clínica Escola de Medicina Veterinária da FACISA. Para cada uma das etapas descritas acima, temos formulários específicos que garantem o levantamento e análise de dados, e subsidiam a elaboração do relatório institucional do ano referência, assim como a elaboração do Plano de ação do ano seguinte.

Ademais, a Instituição, para os efeitos de sua administração, seu funcionamento e desenvolvimento, conta com órgãos normativos, deliberativos, executivos e suplementares, cujas composições e atribuições estão definidas em seu Regimento. Na composição de seus

órgãos colegiados (Conselho Superior, Conselho de Ensino, Iniciação científica e Extensão, Comissão Própria de Avaliação – CPA, outras), a IES conta com a participação de seus docentes e discentes na condução de assuntos acadêmicos, conforme consta em seu Regimento. As composições desses órgãos colegiados estão institucionalizadas por meio de ato do dirigente; os respectivos mandatos, competências e atribuições desses órgãos colegiados da Instituição, sejam normativos, consultivos, deliberativos, executivos ou suplementares estão explícitos no Regimento Institucional.

Os resultados divulgados, referentes à autoavaliação institucional e às avaliações externas, são analíticos e apropriados por todos os segmentos da comunidade acadêmica.

Considerando-se a análise dos resultados das avaliações de natureza interna e externa, construídos a partir de uma visão conjunta dos diversos indicadores, a FACISA procura identificar caminhos que conduzam ao aperfeiçoamento das ações acadêmico-administrativas.

A principal fonte dos processos de autoavaliação na FACISA é a iniciação científica de percepção de alunos e professores. Mas, diversas outras fontes precisam ser relacionadas a esta percepção, para que possa ser realizado um diagnóstico fiel da Instituição. O processo envolve não só diferentes documentos: Estatuto, Regimento Geral, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Projeto Pedagógico de Curso (PPC), Relatórios Finais de Autoavaliação, dentre outros, mas se utiliza das diversas bases de dados produzidas pelo cotidiano de uma instituição educativa: estatísticas do acervo, rendimento acadêmico, bolsas e financiamentos, conceitos de avaliações externas e outras.

As análises quantitativas realizadas a partir das diversas fontes de dados são utilizadas em conjunto e complementarmente às análises qualitativas dos documentos norteadores, dos textos produzidos pela instituição e das iniciação científicas de percepção. Os resultados obtidos pelo processo de avaliação são sumarizados no balanço crítico, que sinaliza os pontos fortes e frágeis da instituição, e no plano de ação da CPA, que contém as recomendações relacionadas às fragilidades encontradas, bem como sugestão de ações

Na fase de socialização das análises dos resultados do processo de autoavaliação, além da publicação *on line* do relatório de autoavaliação e plano de ação a CPA, são empregadas estratégias diferenciadas como: oficinas específicas para docentes no programa de formação continuada, publicação dos dados e informações em veículos de divulgação interna para docentes e discentes, cartazes de divulgação do processo de avaliação interna e reuniões específicas com setores fonte de dados e informações para o processo de autoavaliação. Os

resultados advindos da fase de socialização são utilizados como subsídio ao planejamento estratégico da CPA, para compor o novo ciclo de autoavaliação.

Os processos empreendidos para a divulgação e a análise dos resultados da avaliação externa são muito próximos dos adotados na avaliação institucional. A CPA, neste contexto, é responsável pelo monitoramento dos dados divulgados no site do INEP e recebidos pela instituição, assim como pelo tratamento, análise e sistematização dos resultados por meio da elaboração de relatórios em diferentes formatos e linguagens — relatórios impressos descritivos, relatórios analíticos, apresentações em informativos e em slides — de forma a subsidiar reuniões e seminários decorrentes desse processo.

Nos resultados da prova do ENADE, a CPA realiza o mapeamento dos conteúdos e das habilidades requeridas, assim como das questões e conteúdos em que os acadêmicos da FACISA obtiveram melhor e pior desempenho. Tais dados são organizados para nortear as reuniões sistemáticas organizadas na sequência à análise de dados — com coordenadores, professores por curso e discentes — evidenciando aspectos que merecem investimentos e ações institucionais — assim como a atenção dos alunos para planejar seus estudos no decorrer do curso.

Também destacamos o processo avaliativo dos questionários preenchidos pelos alunos participantes do ENADE e os relatórios resultantes da avaliação in loco dos cursos que são submetidos ao mesmo tratamento, com possíveis cruzamentos de dados coletados na avaliação institucional interna. Esse material é discutido com professores, coordenadores de curso, diretores e com a Administração Superior. Essa abordagem envolve: 1) Sensibilização de professores e alunos; 2) Coleta de dados nas fontes do Inep e nos cursos; 3) Tratamento e análise de dados para divulgação dos resultados; 4) Divulgação dos resultados; 5) Plano de melhorias.

Como ação vigente, no âmbito das avaliações externas, em 2019, a FACISA recebeu avaliação in loco decorrente do processo de Renovação de Reconhecimento do curso de Medicina Veterinária e teve publicada a Avaliação do desempenho dos Estudantes do Curso de Serviço Social no ENADE. No ano de 2020, foi publicada a Avaliação de desempenho dos Estudantes dos cursos de Enfermagem e Medicina Veterinária no ENADE, que realizaram a prova em novembro/2019. Sob a condução da CPA, em relação ao capital social, destacam-se as metas futuras de: ampliação do percentual de professores doutores, aumento do índice de qualificação docente e ampliação do percentual de professores com dedicação integral para solidificar e qualificar o corpo docente. Em relação aos processos acadêmicos e administrativos, vinculam-

se à avaliação externa as metas de: ampliar o percentual de cursos com CPC, conceito no ENADE e conceito de curso maior ou igual a 4; aumentar o IGC da FACISA.

Os relatórios de autoavaliação estão de acordo com a previsão de postagem para cada ano do triênio (considerando os relatórios parciais e final previstos no planejamento da CPA), possuem clara relação entre si, impactam o processo de gestão da instituição e promovem mudanças inovadoras. A IES elabora o relatório de autoavaliação, por meio da Comissão Própria de Avaliação – CPA. Estes relatórios, que condensam os resultados dos trabalhos da CPA na autoavaliação institucional, são anualmente postados no sistema e-MEC, sempre até o dia 27 de março de cada ano, quando é postado o relatório contendo as informações do ano anterior. Tais relatórios sempre obedecem a um ciclo trienal, onde nos dois primeiros são elaborados relatórios parciais e no terceiro ano é confeccionado um relatório geral que analisa os três anos de forma comparativa. O relatório de autoavaliação da FACISA versa sobre a análise dos dados e os resultados deles decorrentes, para o diagnóstico desejado, fazendo-se uma comparação com as avaliações anteriores. Diante do resultado obtido no processo avaliativo, se estabelece diretrizes, visando à melhoria dos pontos frágeis levantados e o fortalecimento institucional. E, após isso, faz-se um plano de ação (melhorias), com a finalidade de sugerir e implantar ações corretivas a fim de mitigar os erros e fortalecer os acertos que impactam no processo de gestão da IES e promovem mudanças inovadoras. São exemplos de ações fomentadas por estes relatórios: ajustes na infraestrutura física com instalação de novos espaços de convivência, ampliação dos laboratórios, transferência do ambulatório de práticas para local mais próximo da sede, dentre outros. Na parte acadêmica, os resultados apresentados no relatório subsidiam intervenções junto ao corpo docente ou eventuais alinhamentos nos conteúdos programáticos.

4.1 RELATO INSTITUCIONAL

O Relato Institucional evidencia a influência das avaliações internas e externas na modificação das estratégias e processos e de gestão. Demonstra as ações e melhorias implementadas historicamente pela IES a partir dos resultados das avaliações externas e internas, visando à execução, formulação ou reformulação do PDI.

4.2 PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Autoavaliação foi instituída como ferramenta de diagnóstico para subsidiar a gestão acadêmica.

Segundo Dias Sobrinho (2003),

“é importante que a avaliação envolva a participação de uma parte significativa da comunidade acadêmica e científica e que produza significados sobre as seguintes questões: importância social e relevância do conhecimento transmitido e gerado considerando as necessidades nacionais, ambientais, desenvolvimento sustentável, inclusão social entre outros”.

Baseando-se nessa teoria, a FACISA organizou seu processo de autoavaliação que prevê a ocorrência de diferentes etapas, algumas das quais podem ser desenvolvidas simultaneamente.

PRIMEIRA ETAPA: PREPARAÇÃO

Constituição da Comissão Própria de Avaliação (CPA)

De acordo com o disposto no art. 11 da Lei nº 10.861/2004, a instituição constituiu sua CPA com as funções de coordenar e articular o seu processo interno de avaliação e disponibilizar informações. A CPA está cadastrada no INEP, como a primeira etapa de uma interlocução sistemática e produtiva com vistas à efetiva implementação do SINAES.

A CPA conta, na sua composição, com a participação de representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica e, também, da sociedade civil organizada, com habilidades e competências para assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento de todas as ações previstas no processo avaliativo interno. As definições quanto à quantidade de membros, forma de composição, duração do mandato, dinâmica de funcionamento e modo de organização estão descritos no regimento da CPA.

Os eixos de sustentação e de legitimidade da CPA são resultantes das formas de participação e interesse da comunidade acadêmica, além da inter-relação entre atividades pedagógicas e gestão acadêmica e administrativa. O apoio de assessores externos ao trabalho realizado pela CPA não deve, sob hipótese alguma, substituir a necessária participação dos atores institucionais próprios.

4.2.1 Metodologia, dimensão, e instrumentos a serem utilizados no processo de auto-avaliação

Planejamento

A elaboração do projeto de avaliação compreendeu a definição de:

- I. Objetivos;
- II. Estratégias;
- III. Metodologia;
- IV. Recursos e;
- V. Calendário das ações avaliativas.

O calendário contempla os prazos para execução das ações principais e datas de eventos (reuniões, seminários, etc.), observando igualmente os prazos estabelecidos pela Portaria nº 2.051/04, que regulamenta o SINAES.

O planejamento, discutido com a comunidade acadêmica, leva em conta as características da instituição, seu porte e a existência ou não de experiências avaliativas anteriores, tais como:

- I. Autoavaliação;
- II. Avaliação externa;
- III. Avaliação dos docentes pelos estudantes;
- IV. Avaliação de desempenho do pessoal técnico-administrativo entre outros.

Sensibilização

No processo de autoavaliação, a sensibilização busca o envolvimento da comunidade acadêmica na construção da proposta avaliativa por meio da realização de reuniões, palestras, seminários, entre outros. Cabe ressaltar que a sensibilização está presente tanto nos momentos iniciais quanto na continuidade das ações avaliativas, pois sempre haverá sujeitos novos iniciando sua participação no processo: sejam estudantes, sejam membros do corpo docente ou técnico-administrativo.

Instrumentos de Coleta de Dados

São instrumentos utilizados para o processo avaliativo:

- I. *Check-List* de Autoavaliação Institucional;
- II. Questionário para Docentes;
- III. Questionário para Discentes;
- IV. Questionário para Técnico-Administrativos;
- V. Entrevistas.

São formulários utilizados na coleta de dados em relação as dimensões avaliadas:

- I. Questionário;
- II. Roteiro de Entrevista;
- III. Solicitação da Ouvidoria;
- IV. Roteiro de Observação.

Os dados coletados são tabulados através de sistema operacional escolhido pelo coordenador da CPA, podendo ser: *Virtual Class*, *Excel*, *SSPS*.

4.2.2 Procedimentos operacionais

SEGUNDA ETAPA: DESENVOLVIMENTO

No desenvolvimento da avaliação, a autoavaliação é fundamental, para assegurar a coerência entre as ações planejadas e as metodologias adotadas, a articulação entre os participantes e a observância aos prazos.

Atividades

- I. Realização de reuniões ou debates de sensibilização;
- II. Sistematização de demandas/ideias/sugestões oriundas dessas reuniões;
- III. Realização de seminários internos para: apresentação do SINAES, apresentação da proposta do processo de avaliação interna da IES, discussões internas e apresentação das sistematizações dos resultados e outros;
- IV. Definição da composição dos grupos de trabalho atendendo aos principais segmentos da comunidade acadêmica (avaliação de egressos e/ou dos docentes; estudo de evasão, etc.);
- V. Construção de instrumentos para coleta de dados: entrevistas, questionários, grupos focais e outros;
- VI. Definição da metodologia de análise e interpretação dos dados;
- VII. Definição das condições materiais para o desenvolvimento do trabalho: espaço físico, docentes e técnicos com horas de trabalho dedicadas a esta tarefa e outros;
- VIII. Definição de formato de relatório de autoavaliação;
- IX. Definição de reuniões sistemáticas de trabalho;
- X. Elaboração de relatórios; e

XI. Organização e discussão dos resultados com a comunidade acadêmica e publicação das experiências.

Metodologia

Entende-se que as ações e interações que os seres humanos estabelecem entre si envolvem dimensões muito complexas, para as quais explicações deterministas não seriam adequadas em função de possíveis reducionismos daquele grau de complexidade próprio do objeto em questão. A especificidade da área de atuação dessas Ciências permite o desenvolvimento de modelos explicativos cujo escopo alcançam dimensões que permitem observar dois níveis de análise:

Nível da Relação Intersubjetiva

Supõe-se a possibilidade dos atores compartilharem significados e identidades a partir das quais se constituem como sujeitos e constroem objetivos comuns, valores e projetos.

Nível da Relação Agência /Estrutura

Pretende-se considerar o quadro de referência a partir do qual os sujeitos interagem, e que interfere e condiciona a formação das escolhas, dos valores, dos cursos de ação; é a dimensão da historicidade própria das relações sociais e diz respeito à existência das instituições como processos de longa duração, no que se refere à temporalidade da existência humana.

Para isto, é necessário que os modelos adotem um conjunto amplo de instrumentos a eles adequadas. Essa complexidade visa minorar os efeitos reducionistas dos modelos explicativos e ampliar as possibilidades de generalizações. Esse recurso, porém, ainda não permite capturar a totalidade do objeto. Assim, o respectivo projeto admite claramente seus limites.

Ao reconhecer limites, consegue, por isto, fazer escolhas e estabelecer prioridades. Embora se possa definir que modelos como representações de fenômenos reais observáveis com o objetivo de elucidar aspectos do objeto de estudo é comum, ao mesmo tempo, que a crítica aos modelos verse mais sobre o que eles não alcançam e menos sobre o seu real potencial intrínseco. Isto corrobora a afirmação de que o modelo adotado é fruto de escolhas e do estabelecimento de prioridades quanto ao que se almeja neste processo de avaliação institucional.

O projeto de avaliação institucional propõe um cenário que promove análise da interação que se processa no interior da instituição e na sua relação com a comunidade, num esforço de estabelecer a maior aproximação possível entre o modelo e a complexidade dessas interações como realidade objetiva.

Essa análise requer a identificação dos atores; identificação do tipo e abrangência de suas interações; identificação de objetivos e projetos; e identificação de aspectos institucionais que interferem nas interações que se processam no interior da organização. Esse esforço visa abranger os dois níveis de análise explicitados anteriormente, pois se admite que a interação intersubjetiva acontece num universo organizacional composto pelos elementos da historicidade próprios da instituição, suas normas e regras, papéis sociais definidos e redefinidos na interação pelo mundo dos objetos.

Identificam-se claramente, como atores relevantes para a avaliação de uma IES, os docentes, discentes, técnico-administrativos e sociedade que usufrui dos serviços oferecidos. Esses atores estabelecem relações entre si, mediadas pelos papéis sociais que estruturam sua conduta, pelas normas e regras estabelecidas, pelos objetivos institucionais e pela materialidade do mundo dos objetos e pelo objetivo magno que é a construção e aplicação da educação.

Assim, identifica-se a interação sujeito/sujeito que acontece na relação ensino/aprendizagem, tendo em vista a realização da atividade fim da Instituição, que é a formação holística de pessoa. Ocorre que essa interação se dá num espaço/tempo bastante definido, numa organização específica, com objetivos delimitados, normas estabelecidas e possibilidades e restrições quanto aos recursos humanos, materiais e simbólicos de que dispõe a organização. Para efeito de observação empírica, a formação de pessoas está sendo compreendida a partir da categoria "trabalho com o conhecimento".

A categoria sociológica "trabalho" traz consigo, dentre outras, a noção de transformação e agregação de valor. Contém ainda a noção de separação entre sujeito e objeto. Dessa maneira, a categoria trabalho carrega necessariamente consigo tanto os aspectos normativos quanto os de materialidade sobre o qual e através do qual age o sujeito.

Como o conhecimento é algo próprio do ser humano, difícil é separar entre os seres humanos aqueles que seriam os agentes e aqueles que seriam os objetos do saber, donde se compreende, por suposto, que todos os seres humanos, ao trabalharem com o conhecimento, ensinam e aprendem, ao mesmo tempo. Não se está aqui esquecendo dos papéis sociais de professor como dinamizador do conhecimento e acadêmico, estruturados e estruturantes do comportamento daqueles que os representam na vida cotidiana. Nem se está passando ao largo do fato observável de que, em sua estrutura, esses papéis revelam a assimetria da relação docente/discente, bem como define o lugar dos sujeitos que interagem, ao envolverem um sentido de autoridade no que diz respeito ao conhecimento propriamente dito e que também contribui para definir o detentor da autoridade maior na relação docente/discente.

Porém, também não se pode deixar de observar que se todos os seres humanos são, ao mesmo tempo, sujeitos e objetos do conhecimento, necessário faz que se trabalhe com a dimensão da ambiguidade que se pode apreender na representação dos papéis sociais de docente e de discente – ao se ensinar se aprende e vice-versa.

Finalmente, a categoria também produz uma certa atenuação do aspecto de labor que há, tanto na prática efetiva do trabalho, quanto na sua dimensão conceitual. Assim, como todo trabalho, a categoria trabalho com o conhecimento contém, necessariamente, um sentido de criação, porque se entende que o trabalho é criador de algo novo, e que consubstancia a noção de valor presente na categoria sociológica "trabalho".

O produto do trabalho com o conhecimento é o próprio conhecimento. Apesar de passível de ser materializado na chamada produção intelectual, em conceitos obtidos em avaliações e em outras manifestações fenomênicas, esse produto possui algo de intangível, sinalizando que importância maior deve ser dada ao processo de criação e não ao produto simplesmente. Nesse sentido, esse processo de produção do conhecimento contribui para a transformação no interior das relações institucionais, culminando com a concretização da formação dos discentes e profissionais que atuam na IES, através do desenvolvimento do ensino, iniciação científica, extensão e gestão.

No que se refere aos trabalhos com o conhecimento realizado no *ensino*, esse processo é ordenado a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e do Projeto Político Pedagógico – PPP; na *iniciação científica*, é ordenado através do PDI e dos Projetos de Iniciação Científica, obedecendo as políticas adotadas, principalmente em sua metodologia, seus alinhamentos docente-discente, os métodos e as técnicas e seu encadeamento lógico; na *extensão*, é ordenado através de projetos de intervenção, com a metodologia, os métodos e as técnicas adequadas. Esses projetos são elaborados em sintonia com as diretrizes gerais da Instituição e são peças que traduzem princípios institucionais em ações concretas. Por isto, estão sendo compreendidos aqui como idealizações. Isto é, eles manifestam o que deve ser feito em função da transformação dos princípios em ações, nas condições oferecidas pela IES.

As atividades de *gestão*, também importantes para o equilíbrio mantenedora/mantida são atividades meio, imprescindíveis à efetiva realização dessas três modalidades do trabalho com o conhecimento – o ensino, a iniciação científica, a extensão. As atividades de gestão se tornam possíveis através da administração de recursos humanos e materiais, bem como do uso de tecnologias. Elas geram produtos e também tecnologias, exigindo outra estratégia de avaliação, no sentido de complementar avaliação do trabalho com conhecimento no que se refere ao papel de torná-lo possível.

Percebe-se que as quatro atividades (ensino, iniciação científica, extensão e gestão) apresentam dificuldades para se desenvolverem de forma efetiva, faz-se necessária a constituição de outra atividade, que faça reflexão crítica a respeito da operacionalização destes processos, tendo o princípio de Deming (1980) “avaliar – para criar uma nova cultura para a qualidade” - a **avaliação**.

Estratégias para fomentar o Engajamento Crescente

A CPA instituiu as seguintes estratégias de engajamento crescente para seu desenvolvimento:

- I. Capacitação dos membros da CPA para aperfeiçoamento dos processos avaliativos;
- II. Proximidade com a comunidade acadêmica com promoção contínua de encontros, seminários, reuniões e outros recursos de aproximação;
- III. Promoção de eventos de valorização da autoavaliação.

4.2.3 Formas de participação de discentes, docentes, administrativos e sociedade incluindo a atuação da comissão própria de avaliação - CPA

Constituição da CPA

Para a condução dos processos de autoavaliação das instituições o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Educação Superior estabelece a criação da Comissão Própria de Avaliação – CPA, como órgão colegiado formado por todos os segmentos da comunidade acadêmica – docente, discente e técnico-administrativo – e de representantes da sociedade civil organizada. A CPA conduz todo o processo de avaliação, desde a elaboração e a utilização de instrumentos fidedignos, computação e análise dos resultados até a sua divulgação, mantendo a comunidade acadêmica informada sobre todo o processo da Avaliação Institucional.

A CPA tem como objetivos:

- I. Facilitar a criação da cultura para a qualidade;
- II. Aprimorar as ações institucionais com as ações permanentes.

E as seguintes atribuições:

- I. Levantar dados e informações a respeito da IES e posteriormente sistematizá-las, analisá-las e coletivamente discutir os seus significados, identificando os pontos fracos, fortes e

potencialidades, estabelecendo estratégias para superação dos problemas; e otimização dos resultados;

- II. Sensibilizar a comunidade e assessorar os diferentes setores da IES, refletindo sobre o andamento do Ensino, Iniciação Científica, Extensão e Gestão;
- III. Elaborar um Plano de Trabalho que inclua cronograma, distribuição de tarefas e recursos humanos, materiais e operacionais para desenvolvimento das atividades propostas;
- IV. Analisar as informações coletadas, emitindo relatórios parciais e finais;
- V. Divulgar o resultado da avaliação à comunidade acadêmica;
- VI. Realizar um balanço crítico e retroavaliação.

A Comissão Própria de Avaliação Institucional está constituída, no mínimo, por:

- I.1 Coordenador (também membro representante do corpo docente);
- II.1 representante do Corpo Docente;
- III.2 representantes do Corpo Técnico – Administrativo;
- IV.2 representantes do Corpo Discente;
- V.2 Representantes da sociedade civil organizada.

A CPA atua com autonomia em relação a Conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição de Educação Superior, conforme reza o art.7º, da Portaria 2.051, de 9 de Julho de 2004.

4.2.4 Resultados e relatórios das avaliações

TERCEIRA ETAPA: CONSOLIDAÇÃO

Esta etapa contempla:

- I. Elaboração, divulgação e análise do relatório final.
- II. Realização de um balanço crítico do processo avaliativo e de seus resultados em termos da melhoria da qualidade da IES.

Relatório

O relatório final de avaliação interna expressa o resultado do processo de discussão, de análise e interpretação dos dados advindos, principalmente, do processo de autoavaliação. É importante que ele seja capaz de incorporar, quando estiverem disponíveis, os resultados da avaliação de cursos e de desempenho de estudantes.

Os destinatários do relatório são os membros da comunidade acadêmica, os avaliadores externos e a sociedade. Considerando essa diversidade de leitores, são fundamentais a clareza na comunicação das informações e o caráter analítico e interpretativo dos resultados obtidos. Além disso, o relatório apresenta sugestões para ações de natureza administrativa, política, pedagógica e técnico-científica a serem implementadas.

Divulgação

A divulgação, como continuidade do processo de avaliação interna, oportuniza a apresentação pública e a discussão dos resultados alcançados nas etapas anteriores. Para tanto, são utilizados diversos meios, tais como: reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos), seminários e outros.

A divulgação propicia, ainda, oportunidades para que as ações concretas oriundas dos resultados do processo avaliativo sejam tornadas públicas à comunidade interna.

A divulgação dos resultados da autoavaliação institucional é acompanhada de uma atividade reflexiva por parte dos envolvidos, objetivando traçar planos de melhoria articulados com a administração institucional.

Balanco Crítico

Ao final do processo de autoavaliação, é necessária uma reflexão sobre o mesmo, visando à sua continuidade. Assim, uma análise das estratégias utilizadas, das dificuldades e dos avanços apresentados permitirá planejar ações futuras.

Deste modo, o processo de autoavaliação proporciona não só o autoconhecimento institucional, o que em si é de grande valor para a IES, como é um balizador da avaliação externa, prevista no SINAES como a próxima etapa da avaliação institucional.

Análise dos Resultados das Avaliações Internas

A Análise dos Resultados da Avaliação Interna, envolve:

Corpo Docente

- I. Análise dos Resultados da Avaliação Docente, realizada pelos discentes;
- II. Análise dos Resultados da Avaliação Docente, realizada pela Coordenação de Curso, Diretoria Acadêmica, Assessoria Pedagógica;
- III. Análise dos Resultados da Avaliação Docente, realizada pelo Corpo Técnico Administrativo.

Corpo Técnico-Administrativo

- I. Análise dos Resultados da Avaliação do Corpo Técnico-Administrativo, realizada pelos discentes;

II. Análise dos Resultados da Avaliação do Corpo Técnico-Administrativo, realizada pelo corpo docente.

Corpo Discente

- I. Análise dos Resultados da Avaliação Discente de acordo com o ENADE;
- II. Análise dos Resultados da Avaliação Discente, realizada pelos Docentes;
- III. Análise dos Resultados da Avaliação Discente, realizada pelo Corpo Técnico Administrativo.

Resultados das Avaliações

Os segmentos (Docente, Discente e Técnico-Administrativo), após divulgação dos resultados da avaliação interna pela CPA, tomam providências para sanar as fragilidades apontadas e para reforçar as potencialidades em relação:

Quadro 1 – Dimensões Avaliadas pela CPA

DIMENSÕES DOS SINAES	INDICADORES AVALIADOS
A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional	Conhecimento da Missão pela Comunidade Acadêmica.
	Práticas de Ensino utilizadas pelos Docentes.
	Avaliações do processo ensino-aprendizagem.
	Recursos tecnológicos adotados para o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem.
	Sistema de Controle Acadêmico <i>Virtual Class</i> .
	Recursos Didáticos disponíveis (data show, tela interativa, internet, etc.).
	Estímulo ao desenvolvimento artístico e cultural (shows, eventos culturais, festa junina, exposições).
	Divulgação das políticas institucionais.
	Ações voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e em ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.
	Estímulo à melhoria das condições de vida da população oferecendo FIES, ProUni, Financiamento Próprio.
Ações de inclusão (piso tátil, banheiros adaptados, libras no currículo, mapa tátil, softwares, atendimento diferenciado, etc.).	

<p>A política para o Ensino, a Iniciação científica, a Pós-Graduação, a Extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de iniciação científica, de monitoria e demais modalidades</p>	Atualização curricular sistemática.
	Programa de Monitoria.
	Programa de Nivelamento.
	Conhecimento do Programa de Pós-Graduação.
	Oferta do curso de acordo com as demandas socioeconômicas da região de inserção da IES.
	Programa de Iniciação Científica.
	Programa de bolsas de Monitoria, Extensão e Iniciação Científica.
	Atividades de Extensão.
<p>A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural</p>	Inclusão social.
	Desenvolvimento econômico e social com oferta dos cursos de graduação e pós-graduação.
	Defesa do meio ambiente com programas de estímulo à valorização.
	Defesa da memória cultural por meio de eventos como festa junina, oficinas de teatro, coral, etc.
	Defesa da produção artística por meio de shows etc.
	Defesa do patrimônio cultural por meio de cursos de qualidade.
<p>A comunicação com a sociedade.</p>	Site Institucional com as Informações do curso.
	Ouvidoria.
	Núcleo de Atendimento Psicopedagógico.
	Central de Atendimento Discente - CAD
	Murais da Instituição com informações sobre os cursos.
<p>As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu</p>	Capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo.
	Capacitação e formação continuada para o corpo docente.

<p>aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.</p>	<p>Condições de Trabalho (ambiente de trabalho, equipamentos, lanches).</p>
<p>A organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.</p>	<p>Atuação dos órgãos colegiados</p>
	<p>Atuação das Diretorias</p>
	<p>Participação dos Docentes, Discentes e Técnicos Administrativos.</p>
<p>Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de iniciação científica, biblioteca, recursos de informação e comunicação.</p>	<p>Acessibilidade dos espaços físicos.</p>
	<p>Manutenção patrimonial .</p>
	<p>Instalações administrativas (Secretaria, CAD, Tesouraria, Diretorias, Coordenações, etc.)</p>
	<p>Espaço Físico da Biblioteca.</p>
	<p>Catracas.</p>
	<p>Salas de Aulas .</p>
	<p>Laboratórios (Básicos e Específicos).</p>
	<p>Clínicas.</p>
	<p>Biotério.</p>
	<p>Fazenda Experimental.</p>
<p>Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos,</p>	<p>Sistema de divulgação do processo de Autoavaliação Institucional pela CPA.</p>
	<p>Divulgação dos resultados da autoavaliação institucional pela CPA.</p>

resultados e eficácia da autoavaliação institucional.	Eficiência da autoavaliação realizada pela CPA e suas conquistas.
Políticas de atendimento aos estudantes.	Programa de Acolhimento no início de cada semestre.
	Programa de Atendimento Psicopedagógico.
	Qualidade do atendimento da CAD.
Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.	Valor das mensalidades.
	Plano de investimentos.
	Plano Orçamentário.

Fonte: Elaboração própria.

Estes resultados se constituem em poderoso instrumental dialético de identificação de novos rumos para prática de condutas acadêmicas e formação profissional.

A instituição entende que há múltiplos caminhos e meios de se explorar os resultados obtidos pela Autoavaliação. Cada segmento institucional, dentro de suas especificidades, pode e deve se apropriar dos resultados e utilizá-los da maneira mais profícua o possível, envolvendo docentes, discentes e o corpo técnico-administrativo.

Divulgação dos Resultados

A divulgação dos resultados conta com as seguintes etapas:

ETAPA I – Do Papel da CPA na Divulgação dos Dados

Considerando, o que preconiza a Lei Nº 10.861/2004 (Lei dos SINAES), a CPA atuará:

- I. Fomentando os processos de discussão dos resultados;
- II. Analisando e elaborando o balanço crítico do processo e questionários;
- III. Contribuindo com a elaboração de planos de melhoria em conjunção com outros processos avaliativos.

ETAPA II – Do Papel dos Dirigentes, Coordenadores e Técnicos Administrativos

São ações realizadas pelos dirigentes, coordenadores de curso e técnicos-administrativos na promoção da divulgação dos processos de autoavaliação:

- I. Divulgação do trabalho da CPA e acompanhamento desse processo;

- II. Estímulo a ampla divulgação dos dados da autoavaliação institucional pelos Coordenadores de Curso de graduação para os estudantes, professores e servidores do corpo técnico-administrativo.
- III. Suporte para a condução do processo de divulgação via sítio eletrônico da IES, liberação de espaço físico para realização de palestras e workshops relacionados ao tema, bem como mobilizar servidores do corpo técnico-administrativo, quando necessário, para apoiar todas as ações de divulgação dos dados na Unidade.
- IV. Fomento à análise crítica do processo de Autoavaliação Institucional (procedimentos e questionário) de modo a contribuir com o seu aprimoramento;
- V. Convocação dos Coordenadores de Curso de Graduação para a elaboração de planos de melhoria, tomando como base, informações oriundas dos processos avaliativos;
- VI. Articulação efetiva entre gestores da Unidade (dirigentes e Coordenadores de Curso) e a Administração Superior, de modo a implementar as ações de melhoria definidas em seu plano;
- VII. Aplicação pelos coordenadores (caso seja necessário) de outros questionários de interesse de cada curso, de modo a complementar a análise das informações obtidas com autoavaliação institucional;
- VIII. Encaminhar para a diretoria acadêmica os relatórios oriundos da análise de dados de autoavaliação institucional do curso;
- IX. Elaboração dos Relatórios de Autoavaliação Institucional pela CPA a serem submetidos anualmente no sistema e-MEC, de acordo com o preconizado pela Nota Técnica INEP/DAES/CONAES N° 65, de 09 de outubro de 2014.

PARTE III – Dos Períodos de Divulgação

De acordo com determinação institucional, as avaliações ocorrerão no final de cada semestre letivo, conforme a CPA achar mais conveniente, respeitando as especificidades de cada avaliação a ser realizada. Considerando que o conhecimento dos dados obtidos em ciclos avaliativos anteriores é um item importantíssimo na etapa de sensibilização da comunidade acadêmica para participação no processo de avaliação institucional, é imprescindível que tais resultados de avaliação institucional sejam divulgados para a comunidade entre os meses de abril e maio (para os resultados de processos obtidos no segundo semestre do ano letivo) e entre os meses de outubro e novembro para os resultados de processos conduzidos no primeiro semestre do ano letivo. Nesse período, também devem ser delineadas as campanhas para

informar, esclarecer e sensibilizar o corpo docente e discente para participação no processo de avaliação institucional.

Instrumentos de Divulgação dos Resultados

É muito importante enfatizar que a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos pela FACISA e dos seus níveis de eficiência e eficácia, assegurar o sucesso educativo baseado numa política de qualidade, exigência e responsabilidade, incentivar ações e processos de melhoria da qualidade, do funcionamento e dos resultados da IES e garantir a credibilidade do seu desempenho, está relacionada aos resultados das avaliações promovidas pela CPA. Para tanto, torna-se essencial que a comunidade acadêmica conheça os resultados alcançados por meio de:

- I. Reuniões para divulgação dos resultados alcançados;
- II. Disponibilização dos resultados nos painéis da instituição por meio de gráficos;
- III. Disponibilização dos resultados no site institucional e no sistema de controle acadêmico;
- IV. Informativo da CPA;
- V. Postagem dos Relatórios com os resultados analíticos alcançados.

Além disso, sistematicamente ao final do semestre letivo haverá uma avaliação do processo realizada pelos acadêmicos, por meio de seus representantes de sala e pelos professores em reunião do colegiado de curso. Os resultados dessa avaliação são básicos para o planejamento do semestre seguinte.

4.3 PROJETO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E AS AVALIAÇÕES EXTERNAS

Considerando a análise dos resultados das avaliações de natureza interna e externa, construídos a partir de uma visão conjunta dos diversos indicadores, a FACISA procura identificar caminhos que conduzam ao aperfeiçoamento das ações acadêmico-administrativas.

Nessa perspectiva, algumas ações são claramente identificadas, tais como: i) intensificação do programa de formação continuada e qualificação docente; ii) maior envolvimento do corpo docente na elaboração e revisão do Projeto Pedagógico; iii) revisão de critérios para a formação do quadro docente, tanto em nível de graduação como de pós-graduação; iv) busca constante de métodos inovadores que garantam a qualidade do ensino, da pesquisa ou iniciação científica e da extensão; v) melhorias na infraestrutura disponibilizada aos docentes e discentes; vi) intensificação no relacionamento entre a direção e os representantes estudantis.

São examinadas as seguintes informações e documentos: i) dados gerais e específicos da IES constantes do Censo da Educação Superior e do Cadastro de Instituições de Educação Superior;

ii) dados sobre o Desempenho dos Estudantes desta instituição no ENADE, quando houver; iii) relatórios de avaliação dos cursos, produzidos pelo INEP/MEC; iv) dados do Questionário Socioeconômico dos Estudantes, coletados na aplicação do ENADE; entre outros. Estes esforços são constantes na FACISA.

A divulgação pública dos resultados (comunidade interna e externa) é feita por meio eletrônico (site institucional e redes sociais), banners e pôsteres. Além disso, há a discussão dos resultados alcançados nas etapas anteriores, utilizando diversos meios: reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos), seminários e outros.

5. DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E POLÍTICAS ACADÊMICAS DA IES

5.1 MISSÃO, VISÃO E VALORES

5.1.1. Missão

A missão da FACISA é oferecer ensino de qualidade, iniciação científica e extensão, em subsídio ao sujeito líder, capaz de interagir e atuar na sociedade de forma propositiva de desenvolvimento, sob princípios de igualdade, liberdade e gestão democrática na construção do conhecimento.

A Igualdade que supõe a inserção social e humana. A Liberdade que engloba a ideia de autonomia reflexiva acerca das relações entre o aprender, o ensinar, o iniciação científica e o divulgar conhecimentos, compreendidos como produção coletiva. A Gestão Democrática implica o posicionamento crítico a respeito das estruturas de poder. E a Qualidade se refere à habilidade de manejar meios, instrumentos, procedimentos diante dos desafios do desenvolvimento.

Oferecer ensino de qualidade, iniciação científica e extensão em saúde é uma forma de atender as demandas locais, regionais e nacionais voltadas para um perfil que garanta que os egressos sejam dotados de espírito de liderança, capazes de interagirem e atuarem na sociedade de forma propositiva sob princípios de igualdade, liberdade e gestão democrática de forma a alterarem a realidade atual, impulsionando o desenvolvimento de forma sustentável.

A região Noroeste de Minas vem se desenvolvendo de forma intensa e rápida, fazendo com que alguns segmentos não acompanhem tal evolução, como é o caso da saúde, que tem deixado a desejar. A FACISA pretende suprir as lacunas que vêm sendo construídas com o

desenvolvimento acelerado, oferecendo à população profissionais qualificados e empreendedores e proporcionando a fixação na região, de muitos acadêmicos que iam estudar fora e por lá ficavam aumentando, assim, os serviços na área de saúde.

5.1.2. Visão

A FACISA tem como visão de futuro ser reconhecida como centro de excelência na atividade de ensino, no desenvolvimento e divulgação de iniciação científicas e na gestão criativa e empreendedora de projetos sociais.

5.1.2. Valores

São valores institucionais:

- I. Desenvolvimento regional e global;
- II. Compromisso social;
- III. Ética no relacionamento;
- IV. Pluralismo de ideias;
- V. Tecnologia a serviço da humanização;
- VI. Profissionalização de vanguarda.

Todos esses referenciais são de extrema importância, pois a responsabilidade social, política e econômica da instituição é muito grande, devido aos graves problemas sociais da cena contemporânea e da problemática específica da região onde se pretende implantar os cursos. A instituição ao cumprir a missão a que se propõe, irá definitivamente interferir ou implicar-se no vir-a-ser econômico, cultural, social e político da região, apresentando-se como referencial de excelência no ensino, iniciação científica e extensão e buscando ser reconhecida por isso pela comunidade científica e pela sociedade em geral.

5.2 DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS

A Instituição tem como objetivos gerais:

- I. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo por meio dos conteúdos disciplinares, dos projetos de extensão e iniciação científica;
- II. Incentivar o trabalho de investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do

homem e do meio em que vive por meio da iniciação científica, dos trabalhos de conclusão de curso, de seminários integradores e da oferta de eventos científicos e divulgação dos seus resultados;

- III. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- IV. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- V. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade por meio dos projetos, programas e serviços desenvolvidos pela extensão;
- VI. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da iniciação científica e tecnológica geradas na instituição.

A FACISA UNAI, em cumprimento aos objetivos gerais, busca as suas consolidações através dos seguintes objetivos específicos:

- I. Contribuir para a formação integral de profissionais de nível superior e membros de sua comunidade estudantil, capacitando-os para o exercício de suas atividades, além de propiciar meios para um continuado processo educativo:
 - a) Tornar-se instrumento do processo de desenvolvimento, analisando e conhecendo acerca de seus principais problemas, necessidades básicas e maiores anseios;
 - b) Iniciar cientificação e analisar a realidade local, regional e nacional, sugerindo medidas que possam solucionar os problemas inerentes ao desenvolvimento socioeconômico do país e da Região;
 - c) Democratizar o acesso à educação através do uso das novas tecnologias da informação e da comunicação, capazes de gerar a minimização dos custos inerentes ao processo educacional.
- II. Colocar em funcionamento cursos organicamente estruturados e articulados, dando conta de atender às exigências do profissional para o milênio e que seja capaz de trabalhar com base no projeto político-pedagógico do curso;
- III. Valorizar a aprendizagem centrada no acadêmico com:
 - a) Projetos voltados para a prática social, para o mundo real;

- b) Ênfase na aprendizagem cooperativa e métodos vivos;
- c) Incorporação de novas tecnologias ao ensino e à aprendizagem;
- d) Aproximação da faculdade com a comunidade, por meio de projetos socioculturais;
- e) Valorização do aprendizado profissional permanente;
- f) Desenvolver atividades baseadas no compromisso profissional, na ética, na honestidade e na responsabilidade social;
- g) Ministrando o ensino superior formando diplomados na área de saúde, aptos a integrarem os setores profissionais e a participar do desenvolvimento da sociedade brasileira;
- h) Formar especialistas de nível superior e especializar tecnólogos, docentes e profissionais nos campos de ensino ministrado;
- i) Promover a formação integral do homem, desenvolvendo o espírito crítico e o pensamento reflexivo;
- j) Incentivar o trabalho de iniciação científica e a investigação científica, buscando o incremento da ciência e da tecnologia visando a colaborar com o desenvolvimento do homem e da comunidade local e regional, com vistas ao seu bem-estar social, econômico e político;
- k) Promover a extensão estimulando a participação da população nos resultados da criação cultural e da iniciação científica e tecnológica produzidas na instituição;
- l) Ser uma instituição livre e democrática e um centro de preservação e difusão da cultura e da história do homem, comunicando o saber organizado através de outras formas de comunicação.

5.3 QUANTIFICAÇÃO DAS METAS

Metas e Cronograma na Área de Ensino, Extensão e Incentivo a Iniciação científica

Para a consecução de seus objetivos a FACISA UNAÍ empenha-se no desenvolvimento de atividades de ensino e extensão, envolvendo as seguintes metas.

Quadro 2 – Metas e Cronograma na Área de Ensino

METAS/AÇÕES NA ÁREA DE ENSINO		EXECUÇÃO				
Meta 1 – Desenvolver planejamento didático-instrucional e política de ensino de graduação		2023	2024	2025	2026	2027
AÇÕES	Identificar a demanda por novos cursos na região.		x			
	Elaborar Planejamento Econômico-Financeiro para implantação de novos cursos.			x		

	Avaliar condições institucionais para a oferta dos cursos.			x		
	Solicitar autorização de novos cursos.			X	X	X
	Ampliar sua rede de comunicação de alta velocidade para propiciar a implantação de novas tecnologias educacionais e modernização administrativa, com consequente elevação do desempenho institucional.				x	
	Viabilizar maior integração entre as áreas do conhecimento e estimular as ações inter e transdisciplinares por meio de projetos integradores.	x	x	x	x	x
	Reduzir os gastos e otimizar a capacidade instalada, tanto do ponto de vista humano quanto físico, através de parcerias com outras instituições públicas ou privadas que possam contribuir para a melhoria de seu desempenho, em todas as áreas.	x	x	x	x	x
	Priorizar os investimentos em três grandes áreas: A) Aumento da qualificação de seus servidores; B) Melhoria e adequação de sua infraestrutura e iniciação científica; C) Aquisição e a produção de novas tecnologias	x	x	x	x	x
Meta 2 - Implantar a modalidade de Educação a Distância		2023	2024	2025	2026	2027
AÇÕES	Elaborar estudo para implantação de 20% da carga horária na modalidade EAD.	X				
	Ofertar disciplinas semipresenciais para os cursos reconhecidos e com avaliação satisfatória.		X	X		
	Solicitar o credenciamento da IES para oferta de EAD.		X			
	Fazer estudo dos polos de apoio presencial		X			
Meta 3 – Desenvolver planejamento didático-instrucional e política de ensino de pós-graduação		2023	2024	2025	2026	2027
AÇÕES	Identificar a demanda por novos cursos na região.	X				
	Ofertar cursos de pós-graduação	X	X	X	x	x
	Planejar a implantação e divulgação dos cursos de especialização.	X	X	X	X	X

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 3 – Metas e Cronograma na Área de Extensão

METAS/AÇÕES NA ÁREA DE EXTENSÃO	EXECUÇÃO
---------------------------------	----------

Meta 1: Promover atividades de Extensão (projetos, programas, serviços)		2023	2024	2025	2026	2027
AÇÕES	Criar um Núcleo de Extensão e de Iniciação Científica para coordenar as atividades a serem desenvolvidas.	X				
	Desenvolver projetos de responsabilidadesocial, especialmente de atendimento à comunidade.	X	X	X	X	X
	Priorizar a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade dos projetos e programas implantados.	X	X	X	X	X
	Estimular parcerias externas para implantação das atividades de extensão.	X	X	X	X	X
	Participar do Dia Nacional da Responsabilidade Social	X	X	X	X	X
	Incorporar as atividades de extensão no currículo dos cursos.		X			
Meta 2: Desenvolver atividades de extensão voltadas à valorização da diversidade e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial		2023	2024	2025	2026	2027
AÇÕES	Incluir nos Projetos Pedagógicos de todos os cursos a obrigatoriedade de desenvolvimento de ações de extensão voltadas para a valorização da diversidade, promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial	X				
	Incluir nos PPCs a obrigatoriedade de abordagem dos temas através de conteúdos e/ou optativas com desenvolvimento de atividades de extensão.	X				
	Promover ações junto à comunidade envolvendo os temas.	X	X	X	X	X
	Repudiar qualquer forma de discriminação ou exclusão	X	X	X	X	X
	Incentivar ações de defesa dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial	X	X	X	X	X
Meta 3: Desenvolver atividades de extensão voltadas à valorização do meio ambiente		2023	2024	2025	2026	2027
AÇÕES	Incluir no currículo dos cursos a disciplina Educação Ambiental	X	X	X	X	X
	Desenvolver atividades de promoção, valorização e manutenção do meio ambiente	X	X	X	X	X
	Incentivar ações de Educação Ambiental: redução no consumo de água, energia e material de consumo, etc	X	X	X	X	X
Meta 4: Desenvolver atividades de extensão voltadas à valorização da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural		2023	2024	2025	2026	2027
AÇÕES	Incentivar a promoção de viagens de estudo	X	X	X	X	X

	Promover ações de valorização da memória cultural e artística regional	X	X	X	X	X
	Promover ações de valorização do patrimônio cultural	X	X	X	X	X
	Estimular ações de valorização da memória cultural, produção artística e cultural.	X	X	X	X	X

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 4 – Metas e Cronograma na Área de Iniciação Científica

METAS/AÇÕES NA ÁREA DE INCENTIVO A INICIAÇÃO CIENTÍFICA		EXECUÇÃO				
Meta 1: Implantar a Iniciação Científica		2023	2024	2025	2026	2027
AÇÕES	Criar um Núcleo de Apoio à Iniciação científica e Extensão – NAPEX para coordenar as atividades a serem desenvolvidas.	X	x	x	x	x
	Desenvolver projetos de Iniciação Científica.	X	x	x	x	x
	Priorizar a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade dos projetos e programas implantados.	X	x	x	x	x
	Estimular parcerias externas para implantação das atividades de incentivo a iniciação científica.	X	x	x	x	x
	Buscar fomento para os projetos de Iniciação Científica	x	x	x	x	x
	Valorizar os projetos de Conclusão de Curso	x	x	x	x	x
Meta 2: Estimular e Difundir a Produção Acadêmica		2023	2024	2025	2026	2027
AÇÕES	Implantar Revista Científica	x				
	Promover eventos de cunho científico	x	x	x	x	x
	Estimular a participação da comunidade acadêmica em eventos científicos	x	x	x	x	x
	Implantar Anais dos eventos científicos promovidos pela IES	x	x	x	x	x
Meta 3: Estimular o Espírito Investigativo		2023	2024	2025	2026	2027
AÇÕES	Incluir no currículo dos cursos os projetos integradores	x	x	x	x	x
	Incluir no currículo, desde o início, unidades curriculares voltadas para a compreensão de uma investigação científica	x	x	x	x	x
	Adotar o TCC como instrumento de incentivo à iniciação científica	x	x	x	x	x

Fonte: Elaboração própria.

A FACISA enxerga a função institucional do ensino como um processo de socialização do conhecimento historicamente produzido pela humanidade na atividade de investigação. O ensino precisa ser visto numa perspectiva dinâmica de processo estrutural de construção do conhecimento e não numa visão estática de transmissão passiva de conteúdos de disciplinas isoladas, marcadas pela divisão das ciências da epistemologia positivista. Considerando a atitude investigativa como princípio pedagógico inerente ao ensino e a relação de interação ensino-aprendizagem. A revisão dos currículos, sob esta nova orientação teórica, faz-se no sentido de garantir uma integração do processo formativo. Nesta abordagem processual e dinâmica, exige-se a participação ativa de docente e discente, superando-se a didática reprodutivista, centrada no professor. Importa que este se renove e atualize-se continuamente nas fontes da iniciação científica ou da investigação sistemática.

O ensino que a FACISA proporciona aos seus alunos visa garantir a qualidade técnica necessária à formação profissional e, ao mesmo tempo, a inserção social, ativa e participativa, oferecendo condições de acesso a estudantes com diferentes dificuldades. Para isso, o ensino se articula indissociavelmente à extensão, como forma fundamental de garantir aos estudantes uma formação de qualidade, comprometida com as demandas sociais e ambientais atuais.

Os princípios metodológicos do ensino da FACISA fundamentam-se na interação professor/aluno, mediada pelo conhecimento científico e pela realidade histórico-social; na relação dialética teoria prática e na condição do aluno como ator na construção do conhecimento através da sua postura investigativa. Nesse sentido, o docente deve possuir duas funções básicas: a função incentivadora e a função orientadora. Incentivadora, garantindo situações que estimulem a participação ativa do aluno no ato de aprender; e orientadora em relação ao processo de aprendizagem do aluno, auxiliando na construção do seu próprio conhecimento.

No que diz respeito à prática pedagógica, os docentes da FACISA devem realizar atividades desafiadoras com o aluno, buscando atender às necessidades específicas dos grupos de forma democrática, participativa e dialógica. Essa didática no ensino superior pode ser realizada por meio das seguintes atividades: aulas expositivas dialogadas, debates, trabalhos em grupos, seminários, visitas técnicas, palestras, trabalho de campo, dentre outras possibilidades práticas, que possam facilitar a interação do sujeito com o objeto do conhecimento. Importante ressaltar que o desenvolvimento das aulas, de cada componente curricular dos cursos, deve ser planejado de acordo com os objetivos, as competências e habilidades descritas no PPC.

Para atingir esses objetivos, a Instituição desenvolve orientações didático-pedagógicas através de Formação Continuada Docente, cuja realização se dá ao longo de todo período letivo, pela Direção Acadêmica e as Coordenações de Curso para Reflexão das atividades. Nesse processo,

os momentos coletivos se caracterizam pela discussão e análise conjunta com vistas ao atendimento da interdisciplinaridade e da integração teoria/prática.

Desta maneira, a Política de Ensino da FACISA possui instrumentos que garantem o alinhamento com o previsto no presente PDI. Os métodos e técnicas acadêmicas, didáticas e pedagógicas buscam garantir o atendimento educacional especializado e atividades de avaliação que permitam a implantação de práticas de ensino que possibilitem e incentivem incorporação de avanços tecnológicos e, principalmente, de metodologias ativas em prol da interdisciplinaridade e ações inovadoras.

5.4.1 Bases da política de ensino

A FACISA institui sua Política de Ensino com base na formação de profissionais comprometidos com uma sociedade humanizada e sustentável, com autonomia intelectual, consciência filosófica e práticas criativas que permitam transcender o ambiente próprio de formação e contribuir para o desenvolvimento das demandas da sociedade. Nessa perspectiva, a FACISA busca responder à sua missão, às necessidades do mercado de trabalho, às demandas socioeconômicas da região e às alterações no cenário educacional, repensando os projetos pedagógicos dos cursos, os currículos, a avaliação, a questão da interdisciplinaridade e a diversificação na forma de ensinar, mudando paradigmas e promovendo uma inovação na educação. Essa inovação educacional compreende o estímulo pela busca do conhecimento de forma investigativa e interativa, adotando metodologias que permitam ao acadêmico perceber-se como sujeito, autor da sua aprendizagem, participando ativamente na construção dos conteúdos que serão a base do seu desenvolvimento profissional; ao professor cabe o papel de orientador e incentivador da ação educativa.

Dessa forma, pretende-se diminuir consideravelmente o nível de evasão, reprovação e absenteísmo no ensino superior. Para o desenvolvimento da Política de Ensino no âmbito institucional, a FACISA tem como diretrizes:

- I. Garantir a qualidade do ensino e a excelência acadêmica nos cursos de graduação e pós-graduação;
- II. Promoção do ensino de forma indissociável com a iniciação científica e extensão;

- III. Articulação da iniciação científica com o ensino como forma de incentivo à produção do conhecimento na graduação, fortalecendo as atividades de investigação dos cursos (TCCs, monografias), a iniciação científica e a publicação de estudos em revistas indexadas;
- IV. Aumentar a produção científica e os serviços à comunidade;
- V. Qualificação permanente dos serviços de atendimento aos discentes, por intermédio dos programas de Orientação aos estudantes e programas de acolhimento para ingressantes;
- VI. Elevação e manutenção dos indicadores de qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação;
- VII. Fortalecimento do programa de capacitação e qualificação continuada de docentes e estímulo ao aprimoramento da ciência da aprendizagem, com base no desenvolvimento de novas metodologias e tecnologias de ensino;
- VIII. Projeção, manutenção e modernização dos espaços acadêmicos (salas de aula, laboratórios didáticos, de convivência, bibliotecas, etc.);
- IX. Atualização dos projetos pedagógicos e currículos de ensino que atendam as diretrizes estabelecidas em âmbito estadual e nacional, a fim de adequá-los as mudanças científicas, sociais e culturais;
- X. Maior impacto da pós-graduação no processo de aperfeiçoamento dos cursos de graduação;
- XI. Aprimoramento das formas de ingresso e dos programas de inclusão;
- XII. Possibilitar a formação continuada e articulada entre graduação e pós-graduação;
- XIII. Articulação entre as diferentes áreas do saber, com a inclusão de temas transversais ou de conteúdos, relacionadas às temáticas: relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, educação ambiental, direitos humanos e inclusão;
- XIV. A Política de Ensino estabelece os princípios e diretrizes que nortearão as atividades fim da FACISA, visando oferecer as condições necessárias para o desenvolvimento do ensino e da iniciação científica, elevar a produção científica e o nível de formação acadêmica e profissional, atingir padrões de qualidade e excelência, que permitam aos acadêmicos altos índices de empregabilidade, com excelentes colocações no mercado de trabalho e em concursos públicos, fortalecendo dessa forma, a imagem Institucional da FACISA.

5.4.3 Programa de graduação

A Graduação é considerada de suma importância para a IES, devido à sua importância na construção da visão de mundo e da postura política do indivíduo, preparando-o com autonomia e liberdade, através de um processo educacional que garanta a conciliação da postura ética com a prática profissional para o exercício da cidadania. A FACISA com um olhar interdisciplinar, mantém a sua organização didático-pedagógica compreendendo a realidade complexa e reconhece, assim, que todo o conhecimento é igualmente importante.

Nesse sentido, a política da IES para o ensino de graduação está fundamentada na integração do ensino com a extensão, realizando uma formação acadêmica e profissional de qualidade. Cultiva e promove, portanto, uma prática baseada em princípios éticos que possibilite a construção do conhecimento técnico-científico, o aperfeiçoamento cultural e o desenvolvimento de um pensamento reflexivo, crítico e responsável, que estimule a transformação política, social e econômica da sociedade.

São objetivos básicos dessa política:

- I. Formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento;
- II. Formação política, social e econômica de cidadãos capazes de interagir na sociedade;
- III. Valorização de princípios éticos e morais que contribuem para o bem-estar da sociedade;
- IV. Flexibilização dos currículos, de forma a proporcionar ao aluno a maior medida possível de autonomia na sua formação acadêmica;
- V. Atualização permanente dos projetos pedagógicos, levando-se em consideração as Diretrizes Curriculares e as demandas sociais, econômicas e culturais das diferentes regiões onde a FACISA está inserida;
- VI. Incentivo à utilização dos recursos audiovisuais, informática e de novas pedagogias;
- VII. Incentivo à produção técnico-científica e didática do corpo docente;
- VIII. Qualificação permanente do corpo docente, em termos de titulação acadêmica e de competências didático-pedagógicas;
- IX. Implementação de mecanismos de integração entre a Instituição e a comunidade;
- X. Identificação das necessidades da sociedade e do mercado de trabalho atual e as competências requeridas pelas organizações para desenvolvê-las;
- XI. Aprimoramento dos instrumentos de autoavaliação e os critérios de promoção de ensino e aprendizagem.

Para que atinjamos esses objetivos, torna-se necessária a formulação de projetos curriculares mais flexíveis para os diferentes programas de ensino. A partir dessas considerações, a concepção dos cursos de Graduação da FACISA respeita os seguintes princípios:

- I. Estímulo ao desenvolvimento de conteúdos integradores e essenciais por meio de abordagens interdisciplinares;
- II. Desenvolvimento do espírito reflexivo, crítico e analítico, preparando os estudantes para a resolução dos problemas enfrentados na atuação profissional, resultantes da evolução científica e tecnológica;
- III. Incorporação do exercício da parceria como elemento fundamental das atividades de ensino e extensão;
- IV. Orientação das atividades curriculares para a solução de problemas no contexto local;
- V. Visão da Graduação como etapa de construção das bases conceituais, teóricas e metodológicas para o desenvolvimento do processo de educação continuada.

Seguindo nesta linha de raciocínio, os Projetos Pedagógicos dos cursos de Graduação hoje em andamento pela Instituição são periodicamente reformulados, visando o crescimento dos parâmetros educacionais e o processo de discussão expresso pelos integrantes do meio acadêmico-científico. Destaca-se, ainda, que os perfis dos cursos de Graduação são adequados aos perfis pretendidos para os egressos, contribuindo para formação de sujeitos críticos e comprometidos com a realidade regional, garantindo o estímulo à iniciação científica, cultural e tecnológica, planejando uma ação transformadora da realidade e com o efetivo compromisso com um modelo sustentado de desenvolvimento regional.

Ainda nessa perspectiva, impõe-se para o planejamento pedagógico de cinco anos que a estrutura curricular a ser definida implique em:

- I. Estimular práticas de auto estudo;
- II. Encorajar o desenvolvimento de habilidades e competências adquiridas nos diversos cenários de ensino-aprendizagem, inclusive as que se referem à experiência profissional julgada relevante para as áreas de formação consideradas;
- III. Fortalecer a articulação da teoria com a prática, assim como a realização de estágios e a participação em atividades de extensão;

- IV. Conduzir avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e complementares que sirvam para orientar processos de revisão dos projetos pedagógicos dos cursos que oferece;
- V. Promover a discussão de questões relacionadas à ética profissional, social e política em todos os conteúdos programados dos cursos que oferece;
- VI. Incentivar o trabalho em grupo e a formação de equipes interdisciplinares entre professores e estudantes;
- VII. Incentivar a aquisição e a assimilação de conhecimentos de forma interdisciplinar.

5.4.3.1 Perfil do corpo discente

Uma análise do perfil do corpo discente da FACISA determina que os discentes concentram-se no que genericamente denomina-se classe C e classe D, isto é, discentes com limitações financeiras que lhes restringem o acesso a recursos definidores de uma estrutura integral que se espera de um cidadão do século XXI. O discente da FACISA chega ao ensino superior com enormes lacunas na sua Formação Básica e de atitude. Seu sucesso profissional dependerá em muito maior grau do preenchimento destas lacunas do que do simples enriquecimento de sua Formação Específica. A FACISA acredita que exista espaço para que o mesmo se mantenha e cresça com discentes deste perfil, entendendo, também, que todo indivíduo é único em seu potencial de aprender. A partir desta constatação, pretende contemplar de forma diferenciada as lacunas de conhecimento básico e atitude dos discentes, contribuindo de forma mais efetiva para sua formação integral e para sua inserção com sucesso no mercado de trabalho.

5.4.3.2 Formas de acesso

O acesso aos cursos da FACISA dar-se-á através de Processo Seletivo. A forma de acesso ao Curso é aberta, necessariamente, a candidatos que sejam portadores de certificados de nível médio ou equivalente obtido pela via regular ou da suplência.

Para o acesso ao curso, os candidatos se submetem ao Processo Seletivo, cujo edital é publicado, conforme legislação em vigor.

O processo seletivo abrange as seguintes modalidades: Vestibular, Programa Universidade para Todos – Prouni, Transferência Externa, obtenção de Novo Título.

O Vestibular é realizado nas dependências da Faculdade com provas que avaliam conhecimentos, habilidades e experiências adquiridos ao longo da formação correspondente ao ensino médio e têm complexidade compatível com esse nível de ensino. Os candidatos selecionados são classificados, dentro do número de vagas previsto, pela ordem decrescente da soma total dos pontos adquiridos nas provas.

O ProUni é um Programa do Ministério da Educação que a instituição aderiu, criado pelo Governo Federal em 2004, que concede bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior.

A Transferência Externa é um processo pelo qual acadêmicos de outras instituições se transfere para o curso. A forma de ingresso se processa através do Estudo de Equivalência ou Análise de Compatibilidade Curricular e para tanto exige-se a seguinte documentação:

- I. existência de vaga no curso;
- II. requerimento próprio;
- III. histórico escolar;
- IV. comprovante de vínculo na instituição de origem;
- V. programas das disciplinas cursadas com nota e carga horária.

A Obtenção de Novo Título é um processo pelo qual um graduado solicita titulação em outra graduação, considerando os seguintes requisitos como exigências de ingresso:

- I. existência e divulgação pública de vaga no curso;
- II. ser o requerente graduado em curso de nível superior;
- III. entrega de documentação, a saber:
 - a. requerimento próprio;
 - b. *curriculum vitae* atualizado na plataforma lattes;
 - c. histórico escolar;
 - d. programas das disciplinas cursadas;
 - e. cópia autenticada do diploma.

O Colegiado do curso analisa os pedidos e emite parecer.

5.4.3.3 Perfil do egresso

A FACISA idealiza o perfil do seu egresso de forma integral, seguindo as seguintes competências:

- I. Ser consciente e habilitado para atuar como profissional-cidadão baseado em princípios ético-humanísticos;
- II. Possuir uma visão holística do ser humano e do mundo;
- III. Estar comprometido com a qualidade das ações que acompanham de forma sistemática e critica os permanentes desafios científico-tecnológicos e as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, antevendo essas mudanças, impondo e ampliando espaços;
- IV. Saber planejar, executar e avaliar ações e atividades na sua área de atuação, de tomar decisões, assumir posições de liderança e provocar mudanças de forma articulada com outros profissionais e com a comunidade;
- V. Compreender que a educação continuada é elemento fundamental para a qualificação profissional.

Com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais que norteiam a fundamentação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e que fixam os propósitos e metas a serem alcançados para formação do aluno, a FACISA segue, como base para a definição dos perfis dos egressos, a visão humanística, científica e social, integrando os conhecimentos, competências, atitudes e valores éticos na formação desse profissional.

5.4.3.4 Perfil do corpo docente

Uma Instituição de ensino superior, fonte geradora de conhecimento, não pode ser regida por um poder centralizador e autoritário. Por isso, a gestão da Faculdade FACISA deve ser compartilhada com todos os atores da comunidade acadêmica, onde, talvez, os atores que exerçam maior contribuição nesse processo sejam os professores. São eles que, através de variadas ferramentas, atuam ativamente na gestão educacional, sugerindo e agindo de forma autônoma e proativa. A formalização desse comportamento está explícita do Regimento, através da composição do Conselho Superior, dos Conselhos de Curso, da Comissão Própria de Avaliação – CPA, dentre outras comissões que possam vir a integrar a gestão da IES. Além disso, o corpo docente possui representação, com direito à voz e voto, nos conselhos e nos órgãos colegiados, na forma do Regimento.

A Faculdade FACISA é uma instituição alinhada às políticas nacionais da educação superior e tem como meta fortalecer seu corpo docente no que tange à titulação, tempo de dedicação e

experiência acadêmica no magistério superior e experiência profissional, privilegiando os aspectos já mencionados, sempre na perspectiva de expansão e melhorias.

A contratação de docentes é feita através do setor de Recursos Humanos, num diálogo permanente com a Direção Geral, Direção Acadêmica e Coordenação de Cursos da FACISA em conformidade com os valores institucionais e as exigências legais para o exercício da docência no ensino superior. Dentre os principais objetivos está o aumento de docentes com títulos obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu*: mestrado e doutorado, reconhecidos pela CAPES. Todos os docentes são contratados e regidos pela CLT.

A meta da FACISA, em relação à titulação e ao regime de trabalho do corpo docente, é que o total de especialistas seja reduzido para até 30% do corpo docente e que 70% do total seja composto por docentes com formação em pós-graduação *stricto sensu*. O movimento em relação a docentes com regime de tempo integral e parcial seguirá na mesma perspectiva, de forma que, ao final da vigência deste PDI, 70% do corpo docente seja formado por profissionais em Regime de Tempo Parcial/Integral.

Como critério básico de renovação e ampliação ou consolidação do quadro docente nos cursos ou pela necessidade de substituição integral ou eventual de docente, a FACISA obedece ao regime das leis trabalhistas. Nesse sentido, o Acordo Coletivo Sindical, observados os critérios e normas internas e as especificidades do Plano de Cargos e Carreira dos Docentes e Técnicos Administrativos. Ressalta-se aqui que o Plano de Cargos e Carreira, a partir da reforma trabalhista ocorrida em 2017, teve dispensada a homologação junto à Sindicato ou Ministério do Trabalho.

Os requisitos de titulação devem atender a legislação vigente com preferência para a contratação de mestres e doutores, em especial aqueles com experiência profissional acadêmica comprovada.

Os candidatos se submetem a análise curricular, entrevista e aula expositiva avaliada por banca examinadora. O professor com o melhor desempenho é selecionado para o cargo. São observados, ainda, no processo seletivo, a formação e a experiência didática e profissional na área específica para a vaga. Qualquer mudança do quadro docente somente é autorizada se atender ao mínimo requerido na legislação. Para contratação, o docente deve possuir, no mínimo: formação em programas de pós-graduação *lato sensu*, experiência profissional e docente comprovadas e adequadas às políticas constantes neste PDI.

O processo para admissão para área acadêmica ocorre por demanda informada pelo coordenador de cada curso e autorizada pela Direção Geral ou Acadêmica, mediada pelo Departamento de Recursos Humanos que convida os candidatos à participarem do processo

seletivo, cujos critérios divulgados em cada processo incidem sobre a formação, o currículo e a capacidade didático-pedagógica. Nos processos seletivos, são convidados egressos dos cursos da FACISA, inscritos no banco de talentos da instituição ou por meio de editais de seleção.

A contratação de pessoal é realizada conforme as demandas da Faculdade. A contratação é feita numa das seguintes categorias: especialista (aquele que possui título de Especialista, obtido em programa de pós-graduação *lato sensu* de instituição credenciada ou reconhecida nos termos da lei); mestre (aquele que possui título de Mestre, obtido em instituição credenciada ou reconhecida nos termos da lei); doutor (aquele que possui título de Doutor obtido em instituição credenciada ou reconhecida nos termos da lei). A admissão de pessoal se dá por meio de contrato de trabalho celebrado com a Mantenedora, mediante aceitação dos termos da política de recursos humanos da Faculdade FACISA.

Buscando oferecer uma política de incentivo à capacitação e qualificação aos docentes, a IES mantém um plano de carreira e plano de capacitação docente.

As políticas de incentivo à formação continuada e desenvolvimento da Faculdade apresentam as seguintes diretrizes básicas: contratação, preferencialmente com o título de mestre e/ou doutor e com experiência acadêmica e profissional compatível com a função; capacitação e apoio para o atendimento a alunos portadores de necessidades especiais, tais como curso de LIBRAS; criação de mecanismos de atualização profissional acadêmica; facilitação aos que estejam cursando programas de relevância acadêmica.

Além disso, são realizados: treinamento semestral por meio de ações pedagógicas que envolvem dinâmicas e discussões voltadas ao desenvolvimento profissional na área didático-pedagógica; ações de capacitação, no início de cada semestre letivo, com a finalidade de oferecer treinamentos e cursos de capacitação nas ferramentas e práticas pedagógicas instituídas pela Faculdade; cursos e palestras de formação docente, sempre que necessários. A FACISA conta com o Núcleo de Apoio Discente e Acessibilidade – NApA para o comprometimento com as Políticas de Atendimento ao Discente. Propõe, ainda, capacitação especializada, no intuito de oferecer educação continuada, como estratégia de suporte para a inclusão dos alunos portadores de deficiência.

A proposta é oferecer capacitação adequada aos docentes e aos colaboradores administrativos para que todos os envolvidos no processo de educação, inclusive quanto à acessibilidade plena, tenham condições de desenvolver um trabalho adequado às necessidades institucionais.

Desta forma, a FACISA apresenta as seguintes metas e propostas para seu corpo docente:

- I. Manter e/ou ampliar progressivamente, pela contratação externa ou via incentivo à qualificação, o total de professores mestres e doutores nos cursos de bacharelado, de modo a atingir a meta de um corpo docente formado por, no mínimo, 70% de professores com titulação *stricto sensu*;
- II. Reduzir os professores contratados com regime horista e concentrar a quantidade de carga horária em sala de aula e fora dela em professores com titulação *stricto sensu* com Regime de Tempo Parcial e Integral.

5.4.3.5 Ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação

A educação é uma prática social que se concretiza na produção do conhecimento construído coletivamente, a partir de um processo dialógico em que se confrontam saberes diferentes que promovam o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade. Tal desenvolvimento é pautado por uma perspectiva de transformação social que promove processos de justiça, igualdade e solidariedade, num panorama de desenvolvimento social, cultural, tecnológico e científico.

O ensino de nível superior deve partir da realidade escolar brasileira e promover sua qualificação em um processo de construção de competências e habilidades, pautados pela ética. Nessa direção, o esforço metodológico para a formação acadêmica passa pela compreensão das diversas teorias que orientam o fazer profissional de cada área, explicitando-as e relacionando-as com a teoria e a prática, articulando-as de forma indissociável. Sendo assim, o planejamento pedagógico dos respectivos cursos deve levar em conta a Educação interprofissional, a interdisciplinaridade e a formação científica como eixo central do processo de ensino-aprendizagem.

A evolução do conhecimento faz parte da história humana. O que torna esse processo especial, no momento em que vivemos, é a velocidade em que ele está acontecendo. A maioria dos saberes adquiridos no início de uma carreira tornam-se obsoletos no final de um percurso profissional ou mesmo antes. Se os conhecimentos necessários para a realização de uma determinada profissão estão em constante transformação, o profissional também precisará estar em constante formação. Assim, a própria sociedade começa a transformar-se mais rapidamente em função das novas descobertas nas diversas áreas da ciência.

A educação também vive essa transformação. Se, por um lado, ela conhece uma mudança quantitativa na necessidade de formação, causada pelo aumento da demanda da formação

permanente, por outro vive uma mudança qualitativa, cujos reflexos podem ser visualizados nas DCNs, que sugerem, como objetivo da formação, a preparação científica e a capacidade de utilizar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação. O currículo é o resultado da seleção de um universo maior de conhecimentos e saberes conforme o objetivo que se tenha de educação. Para formar um ser humano crítico e participativo na sociedade é necessário selecionar conhecimentos diferentes daqueles que são tradicionalmente escolhidos e que não priorizam a criticidade.

Os professores trabalham esses conteúdos conforme sua visão de mundo, suas ideias, suas práticas, suas representações sociais e seus símbolos. Toda a prática educativa apresenta determinado conteúdo; a questão maior é saber quem escolhe os conteúdos, a favor de quem e de que, estará o seu ensino. A seleção dos conteúdos deve levar em conta sua relevância para o desenvolvimento da competência profissional requerida. É imprescindível garantir a articulação entre o conteúdo e os métodos, não esquecendo, portanto, a importância do tratamento metodológico.

Nesse contexto, na seleção dos conteúdos, são considerados os seguintes aspectos:

- I. O desenvolvimento das potencialidades educativas e afetivas que se quer construir como perfil de saída;
- II. Deve ser funcional: aplicável à profissão, ajustado à Instituição, ser atualizado técnica e cientificamente;
- III. Deve ser flexível, permitindo e ajustando-se às particularidades dos alunos, prevendo saídas e permitindo a integração com conteúdos afins;
- IV. Deve estar coerente a partir dos objetivos e competências propostos e também com a formação do profissional em questão.

A FACISA orienta a elaboração de seus projetos pedagógicos de curso, com uma organização curricular, em que o conjunto de atividades de ensino-aprendizagem se dá passo a passo. A ação educativa proposta nos PPCs está fundamentada no referencial pedagógico institucional, que envolve aspectos teóricos e práticos possíveis de serem aplicados a uma realidade contextualizada. Dessa forma, a organização curricular toma como referência a proposta dos perfis que vão gradativamente delineando as necessidades formativas da fase inicial, intermediária e final do processo educativo do futuro profissional e cidadão que o curso

pretende formar. As competências são desdobradas nos perfis do ingressante, intermediário e do egresso.

Esta ordem estabelece uma normatização metodológica consolidando os seguintes princípios:

- I. A competência como uma realidade aberta para receber os conteúdos dos diferentes campos do conhecimento;
- II. O conteúdo deve passar pelo processo de seleção, organização e avaliação;
- III. O conteúdo como meio e suporte para a constituição das competências;
- IV. A competência como concepção nuclear na orientação do curso;
- V. A competência como fonte geradora das ações explicitadas no perfil do ingressante, perfil intermediário e perfil do egresso;
- VI. As ações inerentes a cada competência devem gerar os objetivos a serem trabalhados;
- VII. A seriação da matriz curricular é estabelecida pelo encadeamento metodológico entre perfil, competência, objetivo, conteúdo, eixo curricular, disciplina, seriação e carga horária;
- VIII. A interação das disciplinas é parte de um todo que se complementa;
- IX. A interdisciplinaridade é o processo que permite aos múltiplos conteúdos trabalharem ao alcance de uma mesma competência apontada em um perfil;
- X. A integração da avaliação ao processo de formação.

Para a formação de um novo perfil profissional, é fundamental oferecer elementos que conduzam a uma atuação consciente; primeiro, no sentido da transformação da pessoa, e, depois, a manifestação de uma consciência crítica e criativa no sentido de o novo profissional descobrir caminhos de atuação, com vistas à construção de um mundo mais justo e mais saudável. Assim, o Projeto Pedagógico do Curso apresenta uma proposta curricular capaz de oferecer, ao futuro profissional, conhecimentos, competências, experiências e vivências para uma atuação nos diferentes espaços abertos no atual mundo do trabalho, buscando:

- I. Integração entre a IES e mercado de trabalho;
- II. Utilização de novas tecnologias;
- III. Consolidação do processo de socialização;
- IV. Fundamentação teórica;
- V. Capacidade de atuar como agente transformador;
- VI. Formação profissional para criar, planejar, executar, gerir e avaliar situações profissionais específicas;

- VII. Conhecimentos que capacitem o profissional à transposição dos conteúdos específicos para as situações profissionais;
- VIII. Flexibilidade curricular necessária para incorporar diferentes atividades em consonância com o constante avanço do conhecimento.

A implementação do Projeto Pedagógico do Curso demanda mudanças de concepção, exige novas condições institucionais e mudanças políticas no contexto acadêmico, uma vez que abre perspectivas para a área específica de atuação profissional, sendo assim, um desafio maior a ser enfrentado. Este desafio representa uma reestruturação curricular que deve exigir ampliação dos procedimentos emanados de uma política de graduação capaz de estabelecer equilíbrio e adequação à situação pedagógica institucional.

Os objetivos de cada curso e de cada unidade curricular são alcançados por meio de aulas teóricas e práticas, com intensa participação dos estudantes, através de mecanismos que incentivam a participação efetiva e com elenco de unidades curriculares inter-relacionadas. Para efetivação do ensino, a metodologia aplicada sofre variações decorrentes da necessária adequação para o atendimento às exigências educacionais da comunidade.

A atuação do professor deve sintonizar sua postura didática com o perfil profissional traçado e sua realidade pedagógica, numa busca permanente de aproximação da teoria com a prática, na medida em que surgirem oportunidades de vivenciar situações de aprendizagem que extrapolem as exposições verbais em sala de aula. Serão planejados: fóruns de debates, seminários, aulas simuladas, culminando com as experiências prático-profissionais, através do estágio curricular.

Concomitantemente, há uso de laboratórios, sala ambiente, escritório modelo, experimentos, e a ocupação de espaços próprios para o desenvolvimento de aulas práticas, que propiciam experiência profissional através de trabalhos acadêmicos. Os alunos são estimulados a envolverem-se em projetos desenvolvidos pela instituição, os quais têm como objetivo a integração faculdade/comunidade.

No que se refere às atividades acadêmicas, visam à integração de cursos com a iniciação científica e a extensão, através da orientação de grupos de estudo, organizados pelos respectivos núcleos de iniciação científica, além de monitores, permitindo desenvolvimento amplo do potencial do educando, que sempre é orientado para a qualidade do processo científico e acadêmico.

Os conteúdos de ensino são organizados de acordo com uma visão eminentemente processual, e o desenvolvimento curricular é campo de intervenção e ação do professor. Essa abordagem está relacionada, mais especificamente, com a seleção de conteúdo, sua estruturação e sequenciação, o planejamento e a avaliação das atividades. Com o processo de seleção de conteúdos pretende-se:

- I. Garantir a aproximação de disciplinas, tanto do básico como do profissionalizante, que ministrem conteúdos afins, estimulando a interdisciplinaridade e a correlação entre teoria e prática;
- II. Inserir o aluno nos campos de atuação desde o 1º ano do curso, propiciando a interação da teoria com a prática, influenciando na motivação do aluno e valorizando a integração interdisciplinar;
 - III. Fazer aproximações sucessivas com os diversos cenários de aprendizagem em séries subsequentes, permitindo a aquisição gradual de conhecimentos e habilidades (do mais simples ao mais complexo), e promovendo a aprendizagem para um competente desempenho profissional;
- IV. Desenvolver a aprendizagem centrada no aluno, visando estimular a formação do pensamento lógico-crítico;
- V. Valorizar a iniciação científica como um instrumento de conhecimento analítico e estabelecimento de conceitos lúcidos e transformadores;
- VI. Promover as avaliações e recuperações de assuntos de acordo com as reais necessidades reconhecidas pelo conjunto professor-aluno;
- VII. Estimular o talento, a criatividade e a iniciativa face às exigências da demanda do mercado nos tempos modernos, incentivando ainda o espírito integrado e participativo;
- VIII. Criar um ambiente cooperativo de aprendizagem, possibilitando a interação social, com o desenvolvimento de projetos que atendam aos diversos segmentos sociais.

A avaliação é parte integrante do processo educativo da FACISA, uma vez que possibilita diagnosticar questões relevantes, aferir os resultados alcançados, considerando os objetivos e as competências propostas, e identificar mudanças no percurso que sejam eventualmente necessárias. No encaminhamento da avaliação, será considerado o processo de raciocínio, do pensamento da análise em oposição à memorização pura e simples. Para isso, são desenvolvidas metodologias de ensino que permitam aos alunos produzir e criar, superando ao máximo a pura reprodução, já que se quer a formação de um profissional que tenha capacidade de intervir na sociedade de forma criativa, reflexiva e transformadora.

A avaliação, como parte integrante do processo ensino-aprendizagem tem caráter formativo, devendo ser concebida como diagnóstica, contínua, inclusiva e processual; prioriza os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, considerando a verificação de competências, habilidades e atitudes. É desenvolvida através de métodos e instrumentos diversificados, tais como: execução de projetos, relatórios, trabalhos individuais e em grupo, resolução de problemas, fichas de observação, provas escritas, simulação, auto avaliações, seminários e outros em que possam ser observados as atitudes e os conhecimentos construídos e adquiridos pelos alunos.

O acompanhamento e a observação do professor e dos resultados dos instrumentos de avaliação e autoavaliação aplicados explicitam a aquisição das competências, habilidades e atitudes, bem como os estudos posteriores necessários para atingi-las. O registro quantitativo da avaliação é efetivado com base na orientação do Regimento Geral e regulamentação complementar, definida para cada nível de ensino.

Na seleção de métodos e instrumentos são observados:

- I. Se há correspondência com as competências e os objetivos previstos;
- II. Se a avaliação contempla os conhecimentos, habilidades, atitudes e valores requeridos para a formação do aluno;
- III. Se a avaliação integra os novos conteúdos aos já conhecidos;
- IV. Se a avaliação determina o significado e o sentido da aprendizagem; e
- V. Se o processo contempla a auto avaliação dos alunos.

5.5 PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO

O Programa de Pós-Graduação da FACISA tem como objetivo promover a educação, a ciência e a formação mais específica de profissionais para o mundo do trabalho, tendo como finalidades:

- I. Proporcionar educação continuada, desenvolvendo conhecimentos atualizados nos diversos ramos do saber;
- II. Ampliar, aprofundar e desenvolver conhecimento teórico-prático nos diversos ramos do saber;
- III. Contribuir para a capacitação de pessoas, oferecendo-lhes um diferencial competitivo para ingresso no mercado do trabalho;
- IV. Contribuir de forma complementar aos programas de capacitação das instituições de ensino superior;

V. Oferecer espaços educativos que favoreçam a produção do conhecimento e incentivem interações interpessoais.

Portanto, faz-se necessária uma ampliação da oferta de Cursos *Lato Sensu*, mantendo sua qualidade conforme preconiza o novo marco regulatório dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* em tramitação no Conselho Nacional de Educação. Assim, como estratégia para expansão destes cursos feito é realizado um levantamento da demanda da Região, por meio do preenchimento de um formulário pelos interessados, durante as visitas em Instituições Públicas e Privadas.

5.5.1. Ações acadêmico-administrativas para cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*

A FACISA implantou o Programa de Formação Continuada com oferta de cursos de pós-graduação da FACISA *lato sensu*, abertos a profissionais diplomados em cursos de graduação nas diversas áreas do conhecimento.

Objetivo

O Programa tem como objetivo atualizar, aprimorar conhecimentos e técnicas de trabalho destinadas a setores profissionais especializados. Estes cursos são administrados por um Coordenador de pós-graduação e organizados pelos Coordenadores de cada curso de graduação, juntamente com NDE.

Desenvolvimento

A oferta de pós-graduação *Lato Sensu* ocorreu através da decisão dos órgãos colegiados e tornou-se uma política sistematizada e progressiva, integrada aos cursos de graduação, não oferecendo, no entanto, para o período de vigência deste PDI, a oferta de programas de mestrado e doutorado próprios, por entender suas limitações, mas o fez por meio de parcerias com instituição credenciada para a oferta das respectivas modalidades como estímulo à formação continuada docente.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* compreendem os cursos de especialização, que visam prover o concluinte de graduação com conhecimentos especializados em um restrito e peculiar campo do saber, sem abranger o campo total do saber em que se insere a especialidade.

A instituição, no âmbito de seus cursos de graduação, promove cursos de pós-graduação *Lato Sensu* que são abertos a profissionais diplomados em cursos de graduação nas diversas áreas do conhecimento, cujos objetivos são:

- I. Difundir os conhecimentos e técnicas pertinentes à área de atuação profissional;
- II. Atualizar e aprimorar conhecimentos e técnicas de trabalho destinadas a setores profissionais especializados e;
- III. Estimular a produção acadêmica.

De acordo com a Resolução CNE/CES nº 1/2018 são requisitos básicos da pós-graduação *lato sensu*:

- I.O curso deverá destinar-se somente aos portadores de diplomas de curso superior;
- II.O curso deverá ter duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, nestas não computado o tempo de estudos individual ou em grupo, sem assistência docente, e o reservado, obrigatoriamente para a elaboração da monografia ou TCC;
- III.O curso deverá incluir provas presenciais e de defesa presencial de monografia ou TCC;
- IV. Os certificados de conclusão de curso devem ser expedidos apenas aos acadêmicos que tenham obtido aproveitamento, segundo os critérios de avaliação previamente estabelecidos, sendo obrigatório, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência;
- V. Os certificados de conclusão de curso serão registrados pela IES conforme determinação legal.

Para implementação dos cursos de pós-graduação, os mesmos devem atender as seguintes diretrizes:

- I. Submeter o projeto à aprovação do órgão colegiado competente;
- II. Participar e contribuir com o desenvolvimento regional na formação de recursos humanos qualificados;
- III.Incentivar a iniciação científica acadêmica, com vistas à formação de uma massa crítica e capacitada profissionalmente;
- IV. Desenvolver iniciação científicas baseadas em revisão de literatura, em áreas consideradas do curso de pós-graduação afim.
- V. Determinar no projeto do curso:
 - a) Matriz Curricular;
 - b) Ementário com bibliografia básica e complementar;
 - c) Objetivo do curso;
 - d) Perfil do formando;

- e) Forma de acompanhamento e avaliação do desenvolvimento do curso;
- f) Corpo docente qualificado, respeitando as exigências de titulação;
- g) Articulação entre ensino-iniciação científica-extensão com incentivo ao desenvolvimento de ações que contribuem com as políticas de:
 - i. Educação ambiental;
 - ii. Educação para as relações étnico-raciais e para o ensino da História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena;
 - iii. Educação para o Desenvolvimento Nacional Sustentável;
 - iv. Educação dos Direitos Humanos;
 - v. Educação para Inclusão Social.

Como estímulo à formação continuada serão desenvolvidos os seguintes programas:

- I. Bolsas de pós-graduação;
- II. Incentivo financeiro para participação em eventos científicos;
- III. Incentivo à publicações através de implantação de revista científica e anais dos eventos.

A implantação de políticas voltadas para pós-graduação, também, estimula a produção acadêmica, através de:

 - I. Implantação de ANAIS dos trabalhos apresentados nos congressos desenvolvidos pela faculdade;
 - II. Criação da Revista Científica com publicação dos trabalhos da comunidade acadêmica;
 - III. Incentivo financeiro para participação da comunidade acadêmica em congressos e outros eventos científicos promovidos por outra instituição;
 - IV. Incentivo no plano de carreira para publicações permanentes.

Os Programas de Pós-Graduação, na área de saúde e agrárias, nas modalidades *lato sensu*, são implantados de acordo com o PPC de cada curso.

Quadro 5 – Cronograma de Oferta de Cursos de Pós-Graduação

Curso	Modalidade	Nº de Vagas	Situação Cursos	2023	2024	2025	2026	2027
<u>Políticas Públicas e Seguridade Social</u>	Especialização	40	Cadastrado			X	X	

<u>Bovinocultura Leiteira</u>	Especialização	40	Cadastrado		X	X		
<u>Urgência e Emergência</u>	Especialização	40	Cadastrado	X	X			
<u>Saúde Pública</u>	Especialização	40	Cadastrado				X	X
<u>Farmacologia Clínica - com Ênfase em Atenção Farmacêutica</u>	Especialização	40	Cadastrado			X	X	X
<u>Enfermagem Obstétrica e Ginecológica</u>	Especialização	40	Cadastrar			X	X	
<u>Psicologia Organizacional</u>	Especialização	40	Cadastrar	X	X			
<u>Práticas Integrativas em Saúde</u>	Especialização	40	Cadastrar	X	X			
<u>Reprodução Animal Aplicada</u>	Especialização	40	Cadastrar	X	X			
<u>Neurodesenvolvimento e Aprendizagem</u>	Especialização	40	Cadastrar		X	X		
<u>Clínica médica de Cães e Gatos</u>	Especialização	40	Cadastrar				X	X
<u>Metodologias ativas e docência do Ensino Superior</u>	Especialização	40	Cadastrar	X	X			
<u>Metodologia no Ensino de Ciências e Matemática</u>	Especialização	40	Cadastrar	X	X			
<u>Empreendedorismo na Gestão de Pessoas e Liderança</u>	Especialização	40	Cadastrar	X	X	X		
<u>Desenvolvimento Pessoal e Criatividade</u>	Especialização	40	Cadastrar	X	X	X		

<u>Produção Vegetal Aplicada</u>	Especialização	40	Cadastrar		X	X		
<u>Startups e Negócios Inovadores</u>	Especialização	40	Cadastrar		X	X	X	
<u>Pós Graduação em Gastroenterologia Veterinária</u>	Especialização	40	Cadastrar		X	X		
<u>Pós Graduação em Pneumologia Veterinária</u>	Especialização	40	Cadastrar		X	X		

Fonte: Elaboração própria.

5.5.2 Coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e de pós-graduação

A formação do aluno deve ser entendida como um processo que se movimenta em múltiplas direções, pois os alunos de diferentes cursos e professores, vão se formando no decorrer da vida acadêmica, com seus itinerários e verdades, reconstruindo-os em suas interações. Os espaços de aprendizagem vão sendo construídos como resposta aos desafios contemporâneos da ética, da crítica e da cidadania.

A partir dessa concepção, as metodologias que expressam princípios que envolvem a realidade como ponto de partida e as conceituações e práticas interdisciplinares que vão favorecer as relações entre os diferentes conteúdos e sua integração, sendo que, integrar também implica pensar em novas interações no trabalho em equipe multiprofissional, configurando trocas de experiências e saberes numa postura de respeito à diversidade e cooperação para efetivar práticas transformadoras.

Assim, as diretrizes pedagógicas institucionais da FACISA são pautadas em:

- I. A iniciação científica como elemento impulsionador do ensino e extensão, atendendo às Diretrizes Curriculares, onde se espera um perfil de aluno mais ativo, questionador e construtor de seu próprio conhecimento.

- II. A prática profissional como eixo norteador do projeto pedagógico, inserindo a prática como eixo estruturante para o processo ensino-aprendizagem. Ou seja, no processo de construção de conhecimento, a prática necessita ser reconhecida como eixo a partir do qual se identifica, questiona, teoriza e investiga os problemas no cotidiano da formação, lidando com a realidade e retirando dela os elementos que conferirão significado e direção às aprendizagens.
- III. A interdisciplinaridade, identificando nas práticas interdisciplinares pontos comuns como: o sentido de relação, a ênfase no trabalho coletivo e na parceria e o respeito pelas diferenças. Assume-se que a ênfase interdisciplinar implica pensar em novas interações no trabalho, em equipe multiprofissional, configurando trocas de experiências e saberes numa postura de respeito à diversidade, cooperação para efetivar práticas transformadoras, parcerias na construção de projetos e exercício permanente do diálogo.
- IV. A postura ativa do estudante na construção do conhecimento. A aprendizagem implica saberes e experiências que são apropriadas e ampliadas pelo estudante em suas relações com os diferentes tipos de informações. A aprendizagem deve ser entendida como processo de construção de conhecimento em que o aluno edifica suas relações e intersecções na interação com os outros alunos, professores, fóruns de discussão e iniciação científica.
- V. O docente como facilitador/mediador no processo ensino/aprendizagem. O docente deve desenvolver ações de ensino em que a transmissão das informações do conteúdo abordado leva em conta a valorização do que o aluno já sabe, as conexões com as diversas disciplinas, ampliando as possibilidades de construção do conhecimento.
- VI. A dinamicidade do plano pedagógico: construção e reconstrução permanente. O Projeto Pedagógico deve ser objeto de estudo pelo docente e pela Instituição, construindo alternativas para lidar com as dificuldades e aprimorando o processo pedagógico. A ampliação do conceito de currículo como uma construção social que se dá no cotidiano das relações institucionais, sendo analisado como um campo prático que permite analisar a realidade dos processos educativos.
- VII. A avaliação formativa como feedback do processo. A avaliação deve subsidiar todo processo de formação, fundamentando novas decisões, direcionando o destino dos planejamentos, visando à melhoria do processo de construção ativa do conhecimento por parte de gestores, professores, alunos e funcionários técnico-administrativos.

5.6 POLÍTICA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Iniciação Científica

Os cursos da FACISA buscam privilegiar a unidade dialética ensino/iniciação científica/extensão de forma articulada e com igual relevância acadêmica. Nesse sentido, essa construção processa como atividade de iniciação científica a ser desenvolvida pelos professores e acadêmicos no contexto das disciplinas curriculares constitutivas de cada curso. É um processo de exercitamento da investigação, da iniciação científica, do olhar interessado para a realidade que os circundam e, nesse intercâmbio, aprendem e ensinam professores e acadêmicos.

O Programa de Iniciação Científica – PROIC – busca despertar, desenvolver e otimizar o interesse de estudantes pelas atividades de iniciação científica nas diversas áreas do conhecimento e nas diferentes linhas de iniciação científica, proporcionadas pelos vários grupos de iniciação científica, em estabelecimento na IES, propiciando, assim, a maior interação entre professores e iniciadores com estudantes através de atividades e práticas de iniciação científica.

Portanto, o Programa de Iniciação Científica objetivará contemplar duas modalidades de acadêmicos de iniciação científica:

- I. 1º grupo - acadêmicos com fomento, através de bolsas de iniciação científica, repassadas pela Instituição Mantenedora, através de cotas pré-estabelecidas publicamente e selecionadas por Editais;
- II. 2º grupo - acadêmicos com os mesmos direitos e prerrogativas dos anteriores, porém sem auxílio financeiro da bolsa de iniciação científica, caracteriza um programa de iniciação científica de voluntariado.

Os cursos da Instituição incentivam o desenvolvimento da iniciação científica através da atribuição de horas/aula aos professores iniciadores para realização dos projetos aprovados institucionalmente.

São formados grupos de estudos interdisciplinares sob a Coordenação de professores mestres ou doutores que se reúnem em seminários de iniciação científica, simpósios, produção de artigos para publicação, apresentação de painéis e conferências na Instituição e fora dela.

Apoio à Participação em Eventos Científicos

É política institucional incentivar o acadêmico a participar de eventos acadêmicos-científicos-culturais, como: congressos, seminários, palestras, viagens de estudo e visitas técnicas, além de incentivar a produção discente cientificamente, tecnologicamente, culturalmente, tecnicamente

e artisticamente, motivos que levam a FACISA a promover tais eventos no transcorrer dos cursos oferecidos e auxiliar financeiramente àqueles que desejam participar em outras instituições promotoras, oferecendo:

- I.Inscrição no evento;
- II.Traslado;
- III.Inscrição da produção científica;
- IV.Publicação da produção científica.

A solicitação do incentivo é feita diretamente na coordenação do curso que defere o pedido e encaminha à Coordenação de Extensão, Pós-graduação e Iniciação Científica - CEPIC.

Outra preocupação da instituição é a atuação extracurricular dos discentes e docentes da Instituição em eventos de caráter Científico e Tecnológico, particularmente, quando da apresentação de trabalhos científicos. Para tal, a Mantenedora contribui com auxílio parcial ou total, mediante solicitação.

São avaliados pedidos de auxílio que seguem as condições descritas abaixo:

- I.a solicitação do auxílio deve ser realizada com período mínimo de 30 dias de antecedência da data do evento científico;
- II.a solicitação deve ser encaminhada através de formulário próprio a Coordenação de curso com resumo do trabalho e carta de aprovação para apresentação e folder do evento ou documento equivalente, que encaminhará à Coordenação de Extensão, Pós-graduação e Iniciação Científica - CEPIC;
- III.o docente terá até 10 dias após o evento para apresentar relatório, composto de fotocópia do certificado de participação e apresentação do trabalho científico e fotografia do professor no evento (com finalidade de divulgação acadêmica);
- IV.os docentes que já recebem auxílio financeiro institucional para cursar mestrado ou doutorado não podem solicitar este auxílio.

São atividades de incentivo à participação em eventos científicos:

- I.Promoção de eventos de caráter científico tecnológico;
- II.Estímulo para participação de acadêmicos e docentes em eventos científicos;
- III.Desenvolvimento de atividades curriculares de incentivo à investigação científica;
- IV. Contemplamento no Plano de Carreira de exigência de produções científicas como forma de progressão aliada ao estímulo financeiro.

Apoio à Realização de Eventos Científicos

Compõe a política da FACISA o apoio à realização de eventos científicos, o que provocou a institucionalização do Congresso de Iniciação Científica, realizado anualmente, com mostra e apresentações das investigações realizadas por acadêmicos, com a orientação de professores. O congresso é aberto à população e, a partir de 2017, os trabalhos com melhores pontuações passaram a ser publicados em ANAIS e implantada a revista científica da instituição com o artigo completo.

Apoio à Publicação Científica

São proporcionados aos acadêmicos e docentes momentos e espaços para divulgação das suas produções:

- a) Congresso de Iniciação Científica que ocorre uma vez a cada ano;
- b) Seminários, jornadas, mesas redondas, simpósios realizados pelos cursos em semana dedicada às comemorações de cada curso;
- c) Eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos, realizados por instituições conceituadas do país que tem a participação dos acadêmicos da IES;
- d) Painéis, murais, outdoor, jornais;
- e) Repositório Institucional;
- f) Revista científica da própria instituição.

Programas de Bolsas

É intenção da instituição oferecer bolsas de Iniciação Científica com Recursos Próprios ou de Agências de Fomento.

5.6.1 PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – IC

O Programa de Iniciação Científica da FACISA é um programa de atividades de Iniciação Científica que visa despertar a vocação científica e oportunizar a expansão de conhecimento de potenciais estudantes de graduação sob a orientação de docentes qualificados, adquirindo, assim, aprendizagem de técnicas, métodos e desenvolvimento de pesquisa.

V.6.1

V.6.2

V.6.3

Contitui-se de atividades de investigação científica no âmbito de projetos de iniciação científica, com a orientação de professores, visando ao aprendizado de métodos e técnicas, além do desenvolvimento da mentalidade e criatividade científica. Podem ocorrer através de grupos de estudo e grupos de interesse em produção intelectual.

O Programa de Iniciação Científica (IC) da FACISA encontra-se regido por regulamento próprio, onde o processo seletivo é realizado por edital próprio. A FACISA conta com significativo número de alunos participantes da IC. São propostos, para o quinquênio, o fortalecimento e a ampliação do Programa de Iniciação Científica com a perspectiva de bolsas institucionais da IES. Todavia, o esforço maior do Programa de IC é motivar e efetivar suporte ao incremento da modalidade de participação dos discentes inseridos na IC.

Para a consolidação da iniciação científica na FACISA faz-se necessário manter-se atualizado o Manual de Iniciação científica com orientações Institucionais acerca da Política de Iniciação científica na IES, sob a responsabilidade da Coordenação de Iniciação Científica e Extensão. Este Manual deve ser continuamente divulgado para toda a comunidade, por meio do site corporativo, de forma a esclarecer e informar a todos sobre questões inerentes à matéria e publicizados a forma como cada interessado pode participar e os critérios de julgamento para fins de aprovação de projetos, financiamentos internos de iniciação científica, fomento de bolsa produtividade em iniciação científica e outras informações pertinentes. Ocorre a fixação de critérios objetivos, por meio de análise, avaliação e aprovação dos projetos de iniciação científica, tendo como objetivo geral a contribuição para a institucionalização das atividades de Iniciação científica na IES. Esses critérios são atualmente pautados em parâmetros, como indicadores de impacto interno e externo, viabilidade e exequibilidade, consistência da proposta, visibilidade da Instituição, relação com o Ensino e/ou Extensão, importância na formação complementar do discente, potencial para geração de produtos e/ou publicações típicos da vida acadêmica, participação do corpo discente, dentre outros. Tudo isso visando, ainda, cumprir os seguintes objetivos específicos:

- I. Padronizar os critérios de análise e aprovação das propostas de projeto;
- II. Contribuir na execução dos trabalhos dos grupos de iniciação científica;

- III. Facilitar as avaliações das propostas apresentadas, fixando critérios estritamente objetivos;
- IV. Criar parâmetros para pontuação dos projetos em análise;
- V. Contribuir para reformulações dos projetos propostos, adequando-se ao caráter de iniciação científica e aos objetivos institucionais;
- VI. Qualificar as atividades de iniciação científica da FACISA, em busca da excelência.

5.7 POLÍTICA DE EXTENSÃO

5.7.1 Ações de extensão na IES

A Instituição entende que unir ensino, iniciação científica e extensão significa caminhar para que a educação seja realmente integrada, envolvendo docentes e discentes numa criação e reelaboração do conhecimento, com o intuito de que a realidade seja apreendida e não somente reproduzida. Dessa forma, a Instituição busca vincular, cada vez mais, suas ações às necessidades da comunidade, permitindo que as mesmas sejam realmente relevantes a esta sociedade, bem como promovendo o fortalecimento do ensino através de um processo de ação/reflexão/ação.

É através de um trabalho coletivo e participativo de toda a comunidade acadêmica, do envolvimento de todos os segmentos na execução, avaliação, reelaboração e encaminhamento das ações educativas que se pretende desenvolver a consciência de cada um frente à sua liberdade de ensinar e aprender, assumindo, com responsabilidade e comprometimento, o seu papel dentro do grupo.

As linhas de ação preconizadas pela Instituição na busca da qualidade são:

- I. Organização e integração entre as atividades de ensino, iniciação científica e extensão;
- II. A avaliação permanente das ações efetivas e adequadas do curso às necessidades regionais e locais;
- III. Valorização dos recursos humanos, oportunizando o aprimoramento da equipe e o progresso na carreira docente;
- IV. Aquisição de acervo bibliográfico, laboratórios, multimeios, de forma a atender às necessidades pedagógicas do curso;

V. Revisão permanente e atualização dos conteúdos programáticos e metodologia, reelaborando-se frente ao progresso das ciências, às necessidades dos acadêmicos e às exigências oriundas dos problemas sociais, políticos, econômicos, tecnológicos e culturais da sociedade;

VI. Avaliação permanente do curso como forma de corrigir distorções, tendo em vista a melhoria do processo de ensinar e aprender.

No que diz respeito às atividades de extensão, a participação crescente de todos os segmentos de ensino, nos projetos de extensão, reflete o grau de comprometimento da Instituição com o desenvolvimento regional, ressaltando a preocupação em formar profissionais preparados para exercer a cidadania com qualidade profissional e responsabilidade social.

O objetivo geral das ações de extensão é tornar a extensão parte da formação acadêmica e instrumento relevante para as mudanças sociais, indispensável à formação do acadêmico, à qualificação do professor e ao intercâmbio com a sociedade, o que implica relações multi, inter ou transdisciplinares e interprofissionais.

Os objetivos específicos da Extensão, por sua vez, são:

- I. Promover, através da Extensão, a inserção da Faculdade no processo de desenvolvimento da região;
- II. Promover a articulação e a integração entre extensão, ensino e iniciação científica em várias áreas, envolvendo Diretorias, Coordenadorias de Cursos, objetivando abrir espaço para uma reflexão rigorosa e a apresentação de alternativas, provenientes da iniciação científica e do ensino, para soluções dos problemas da comunidade;
- III. Sistematizar, apoiar e acompanhar as ações que visem a interação da Faculdade com a sociedade;
- IV. Incentivar a produção técnico-científica e artístico-cultural;
- V. Promover a interação/integração com os serviços prestados à população, através das políticas públicas;
- VI. Apoiar/implantar Programa de Ensino à Distância/Educação Continuada;
- VII. Estimular a inclusão da Educação Ambiental e do Desenvolvimento Sustentável como componentes da atividade extensionista;
- VIII. Viabilizar a prestação de serviços como produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do Ensino, Iniciação científica e extensão;
- IX. Valorizar programas de extensão interinstitucionais sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e as atividades voltadas para o intercâmbio e para a solidariedade nacional e internacional;

X. Tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão.

5.7.1.1. Atividades e Ações de Extensão para Melhoria das Condições Sociais da Comunidade Externa

As ações de extensão são regulamentadas pelos órgãos colegiados competentes, sendo desenvolvidas sob a forma de Programas, Projetos, Cursos e Eventos com práticas para melhoria das condições sociais da comunidade externa, como:

- I. Programa – conjunto de projetos de caráter institucional, com clareza de diretrizes e voltados a um objetivo comum;
- II. Projeto – conjunto de ações processuais contínuas, de caráter educativo, social, cultural, científico e tecnológico;
- III. Curso – conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico e/ou prático, presenciais ou à distância, planejadas e organizadas de maneira sistemática, com carga horária definida e processo de avaliação formal;
- IV. Evento – ação de interesse técnico, social, científico, esportivo e artístico, tais como: Ciclo de Estudos, Conferência, Congresso, Debate, Encontro, Feira, Festival, Fórum, Jornada, Mesa Redonda, Palestra, Reunião, Seminário e outros.

Cabe ressaltar, que os Projetos de Extensão serão elaborados a partir de elementos colhidos pela instituição em contato com a comunidade. Somente assim, os projetos e programas poderão representar interação comunitária e não mera execução de ideias alimentadas no interior da instituição.

Na Extensão, serão enfatizadas as atividades de aproximação com a comunidade, priorizando a formação humanística através de responsabilidade social, valorização do meio ambiente, respeito aos direitos humanos e à diversidade; de formação técnica através de minicursos de qualificação profissional e de formação complementar, através de seminários, simpósios, conferências, congressos, mesa redonda, palestras e outros eventos acadêmico-científico-culturais.

Os cursos, programas, projetos e eventos desenvolverão ações nos diferentes ângulos:

- I. Extensão como desenvolvimento comunitário;
- II. Formação da consciência social;
- III. Extensão como ação cultural;
- IV. Extensão como educação continuada;
- V. Extensão como prestação de serviço; e

VI. Extensão como formação de opinião pública.

É através de um trabalho coletivo e participativo de toda a comunidade acadêmica, do envolvimento de todos os segmentos na execução, avaliação, reelaboração e encaminhamento das ações educativas que se pretende desenvolver a consciência de cada um frente à sua liberdade de ensinar e aprender, assumindo, com responsabilidade e comprometimento, o seu papel dentro do grupo.

5.7.2 Programas, projetos e cursos

A Instituição, dentro das suas políticas de aproximação com a sociedade, vem implementando práticas inovadoras junto à população e, conseqüentemente, vem apoiando a realização de programas que um dia foram projetos, como:

- I. Programa Nacional de Responsabilidade Social – integração, juntamente com outras mantenedoras de instituições particulares do “Dia da Responsabilidade Social”, que inicialmente era um projeto e agora se transformou em um programa por assumir um caráter permanente de atendimento social à comunidade.
- II. Programa de Inclusão Social – Dia da Consciência Negra, que integra o calendário acadêmico, desenvolvido anualmente;
- III. Programa de Atendimento Psicopedagógico que na atualidade compõe o programa de atendimento ao acadêmico;
- IV. Programa de Incentivo à Valorização Profissional – Oferta anual da semana do profissional que possibilitará:
 - a) Apresentação dos conhecimentos adquiridos através de atividades variadas, iniciação científicas realizadas;
 - b) Exposições de projetos inovadores;
 - c) Momentos de palestras, conferências, e outras atividades realizadas no âmbito do curso.

Além desses programas, serão oferecidas outras atividades, como:

- I. Visitas técnicas;
- II. Trabalho comunitário;
- III. Análise de situações-problemas regionais para busca de soluções, dentre outros.
- IV. Ações de Extensão e Comunitárias.

A política da IES está voltada para as seguintes ações:

- I. Integração com a comunidade;

- II. Auxílio à melhoria da saúde da população carente;
- III. Incentivo à Produção Científica e Qualificação Profissional;
- IV. Contribuição à formação acadêmica da população;
- V. Inserção ao mercado de trabalho.

Convênios

A instituição no desenvolvimento das políticas institucionais de extensão firma convênios com instituições que agregarão valor na formação do profissional e incentiva a utilização de práticas laboratoriais, seja no âmbito convencional, de campo, ou mesmo em ambientes de educação informal. Dessa forma, a Instituição busca vincular, cada vez mais, suas ações às necessidades da comunidade, permitindo que as mesmas sejam realmente relevantes a esta sociedade, bem como promovendo o fortalecimento do ensino através de um processo de ação/reflexão/ação.

Divulgação no Meio Acadêmico

O Programa de Extensão é divulgado no meio acadêmico, através de:

- I. Colegiados dos Cursos;
- II. Coordenações dos Cursos;
- III. Professores responsáveis pelos projetos;
- IV. Mídias Sociais;
- V. Site Institucional;
- VI. Painéis Institucionais;
- VII. Jornal Informativo;
- VIII. Rádio e TV, conforme o caso;
- IX. *Outdoor*, conforme o caso.

Programa de Bolsas

Para o programa de Bolsas de Extensão, a instituição poderá mantê-las com recursos próprios ou de agências de fomento, conforme cada caso.

5.7.2.1 Eventos, prestação de serviços e outros

A Prestação de Serviços da FACISA é de responsabilidade dos projetos de cada curso em consonância com a Coordenação de Pós-Graduação, Iniciação Científica e Extensão - CEPIC. O objetivo é desenvolver a prestação de serviços a pessoas físicas, instituições e empresas

visando a inserção da FACISA no desenvolvimento econômico e social da região, por meio de projetos de melhoria, inovação, fortalecendo a possibilidade de convivências e momentos da integração da teoria com a prática real. São atividades específicas de cada curso:

- I. Prospectar novos negócios e consolidar os já existentes, que compreende: Monitorar os contratos/convênios vigentes; visando a continuação da prestação do serviço;
- II. Diagnosticar, mapear e divulgar as potencialidades e vocações internas à instituição: Comercializar os serviços.
- III. Apoiar, coordenar, monitorar e controlar as atividades de prestação de serviços desenvolvidas pela FACISA, que abrange: Dar suporte administrativo e gerencial aos projetos;
- IV. Orientar sobre normas e procedimentos institucionais;
- V. Monitorar as diretrizes do projeto (escopo, prazo e custo);
- VI. Controlar e atuar na resolução dos impedimentos do projeto;
- VII. Fiscalizar e auditar as ações ligadas à prestação de serviços realizadas por professores e funcionários da FACISA;
- VIII. Comunicar os responsáveis pelos projetos, caso as regras institucionais não estejam sendo cumpridas.

A FACISA possui um Portfólio de Serviços oferecidos que encontra-se no site da IES.

5.7.2.2 Público envolvido

Escolas, Empresas, Fazendas, Indústrias, Bancos, Prefeituras.

5.7.2.3 Ações de extensão

Os projetos e programas de extensão desenvolvidos beneficiam uma parcela significativa da população de Unai e região. Por meio delas, a Instituição fortalece o princípio da indissociabilidade entre ensino, iniciação científica e extensão, a partir dos seguintes parâmetros: autossustentabilidade dos projetos, racionalidade, resolutividade, eficácia e eficiência, custo-efetividade e impacto social.

As atividades de extensão envolvem todos os cursos da FACISA, somando esforços de acadêmicos e professores no trabalho com a comunidade. Por essa razão, são critérios orientadores das atividades de extensão: o envolvimento interdisciplinar, privilegiando ações

integradas, com maior impacto social, a indissociabilidade entre ensino e/ou iniciação científica, a troca de experiências e a produção do conhecimento teórico-prático, baseado nas necessidades apresentadas pela comunidade.

É importante ressaltar que FACISA, para atendimento à Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, implantou – nos currículos vigentes a partir de 2020 – as atividades de extensão, em acordo com o estabelecido na referida normativa, em todos os currículos de seus cursos. Portanto, essas atividades estarão devidamente curricularizadas, de forma que a carga horária abranja, no mínimo, de 10% da carga horária total dos cursos.

5.7.3 PROGRAMA PERMANENTE DE CURSOS DE EXTENSÃO:

A Instituição, atualmente toma como parâmetro os padrões de qualidade referendados pelo MEC, e desenvolve atividades de extensão, envolvendo corpo docente, discente e comunidade local, sobre temas vinculados aos cursos ofertados e pretendidos e incentiva a elaboração e implementação de projetos locais e regionais, em parcerias com o setor público, privado e terceiro setor.

As atividades de extensão têm como base o interesse local e regional e a construção de parcerias, mediante a elaboração de instrumentos de contratos e convênios, tendo como prioridade o desenvolvimento de atividades acadêmicas de aprofundamento de temas que envolvam, a um só tempo, interesse local e interesse acadêmico de docentes e discentes, marcados pela interdisciplinaridade.

Essa política se concebe como um mecanismo acadêmico de formação que articula a produção científica e sua transmissão com a aplicação e transferência dos resultados. Isto se faz num processo educativo, acadêmico, científico, cultural, social e comunitário que relaciona a iniciação científica e o ensino de forma indissociável. Enfim, é a extensão que viabiliza e operacionaliza a relação transformadora e biunívoca entre a IES-Sociedade, Sociedade-IES.

Conseqüentemente, as atividades de extensão devem significar uma troca sistemática e permanente de saberes, por meio de uma comunicação produtiva com a sociedade, proporcionando o desenvolvimento acadêmico e cultural.

Ao promover a ação social e a prestação de serviços articulados com as diferentes demandas, os projetos de extensão da Instituição explicitam as maneiras como se garante a

indissociabilidade entre iniciação científica, ensino e extensão, inclusive nos projetos pedagógicos dos cursos ofertados.

Entenda-se que não se pode negar a dimensão da iniciação científica que deve estar presente em toda a atividade didática, e não só na formação do hábito e da atitude de investigação, no estímulo à criatividade e no despertar da curiosidade, deve-se aliar de forma indivisível à extensão na sedimentação de uma mentalidade e de um comportamento científico junto à comunidade acadêmica. Esta deve ser compreendida como atividade que ultrapassa as paredes da sala de aula, como necessidade cotidiana, partindo da prática e retornando a ela para o aprimoramento continuado e necessário.

Em verdade, a extensão deve figurar-se e concretizar-se como um procedimento de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que por sua vez encontra na sociedade, a oportunidade de elaboração das práxis de um conhecimento acadêmico. Uma vez retornado a IES, o resultado das atividades de extensão é submetido à reflexão teórica, sendo enriquecido substancialmente.

É este fluxo que estabelece o intercâmbio de saberes sistematizados - acadêmico e popular - advindos da produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade situacional local, regional, nacional, democratizando o conhecimento acadêmico e confirmando a participação efetiva da comunidade na atuação da IES e seu entorno.

Porquanto, a política de extensão da FACISA, além de instrumentalizadora do processo dialético entre teoria-prática, é um procedimento interdisciplinar que favorece enormemente a visão integradora do social, permitindo:

- I. Articulação ensino e sociedade, por meio de ações de extensão desenvolvidas pela comunidade acadêmica;
- II. Construção da cidadania profissional do discente, por meio do conhecimento e da interação com situações desafiadoras da realidade social;
- III. Aproximação entre os currículos de formação profissional e a realidade social;
- IV. Estímulo à problematização como atitude de interação com a realidade;
- V. Estímulo à experimentação de novas metodologias de trabalho comunitário ou de ação social, envolvendo o discente com diferentes possibilidades de atuação no sentido de reduzir o ócio social e promover a disseminação do conhecimento;
- VI. Desenvolvimento de uma atitude tanto questionadora quanto proativa diante dos desafios impostos pela realidade social;

VII. Identificação de produtos e processos adequados aos interesses e demandas da comunidade;

VIII. Identificação de tendências e vocações regionais;

IX. Promoção à extensão mediante cursos e projetos especiais, abertos à participação da população, prestando colaboração constante à comunidade, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da iniciação científica e tecnológica gerada na IES.

A Faculdade entende a extensão como um processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade, o que implica em relações multi, inter e transdisciplinares interligando a Instituição nas suas atividades de ensino e de investigação científica com as demandas da maioria da população, possibilitando a formação do profissional-cidadão, através das formas de transmissão e aplicação de seu acervo humano e material para elevar o bem estar da sociedade, implementando, com qualidade, projetos de educação continuada, científicos, culturais, artísticos, esportivos, de lazer, assistenciais e comunitários para a sua integração com a comunidade.

Desta forma, perpetua as ações institucionais, porém com uma visão integradora dos cursos. A Política de Extensão da FACISA é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a iniciação científica, desenvolvendo e promovendo ações direcionadas ao atendimento das demandas da comunidade interna e externa, viabilizando a relação transformadora entre a instituição e a sociedade. As ações de extensão desenvolvidas tem como objetivos:

- I. Estabelecer a integração entre o ensino, a iniciação científica e a realidade educacional;
- II. Capacitar os discentes para atender as exigências do mercado de trabalho, assim como as necessidades sociais;
- III. Contribuir para a melhoria dos padrões socioeconômicos, políticos e culturais da comunidade;
- IV. Estimular e apoiar o corpo docente e discente na publicação e divulgação de suas produções acadêmicas;
- V. Realizar cursos e eventos a partir das necessidades e demanda dos discentes, docentes e da comunidade, utilizando-se da modalidade presencial e a distância.

As ações de extensão, concernentes à filosofia da FACISA são desenvolvidas sob as seguintes formas:

I – Programas - Conjunto articulado de projetos e outras atividades de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), de caráter orgânico-institucional, com clareza de diretrizes e orientadas a um objetivo comum em uma grande ação de médio a longo prazo;

II – Projetos - conjunto de ações contínuas de caráter comunitário, educativo, cultural, científico e tecnológico, vinculado ou não a um programa;

III – Cursos ou toda atividade acadêmica, técnica ou cultural que não está inclusa como parte integrante e obrigatório do ensino de graduação e da pós-graduação;

IV – Eventos, caracterizados como:

a) Seminário - Eventos científicos de âmbito menor do que o congresso, tanto em termos de duração (horas a 1 ou 2 dias), quanto ao número de participantes, cobrindo campos de conhecimento mais especializados. Incluem-se nessa classificação: encontro, simpósio, jornada, colóquio, fórum, reunião;

b) Ciclo de Debates - Encontros sequenciais que visam à discussão de um tema específico. Inclui: Ciclo, Circuito, Semana;

c) Exposição - Exibição pública de obras de arte, produtos, serviços, etc. Inclui: feira, salão, mostra, lançamento;

d) Espetáculo - Demonstração pública de eventos cênicos musicais. Inclui: recital, concerto, show, apresentação teatral, exibição de cinema e televisão, demonstração pública de canto, dança e interpretação musical;

e) Evento esportivo - Inclui: campeonato, torneio, olimpíada, apresentação esportiva;

f) Festival - Série de ações/eventos culturais ou esportivos realizados concomitantemente, em período determinado tempo, geralmente com edições periódicas;

g) Outros – Outros eventos não classificados nos itens anteriores;

V – Prestação de Serviços - Realização de trabalho oferecido pelo Faculdade contratado por terceiros (comunidade ou empresa). A prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade e não resulta na posse de um bem;

VI - Atendimento ao Público em Espaços de Cultura, Ciência e Tecnologia - Público atendido em visita nos Espaços e Museus de Cultura, Ciência e Tecnologia da IES. Inclui: visitas em museus, centros de memória, estação ecológica, observatório, planetário, museus de ciência, cine clube, dentre outros.

Para cada ação de extensão deve ser definida uma área temática, que tem como parâmetro as políticas públicas, mas outras áreas temáticas podem ser sugeridas, em função da inserção social e regional da Instituição, ou de temas emergentes nas diferentes áreas.

Mesmo que não se encontre no conjunto das áreas uma correspondência absoluta entre o objeto de um projeto e o conteúdo descrito nas áreas (individualmente ou combinadamente), a mais aproximada, tematicamente, deve ser escolhida:

I – Comunicação;

II – Cultura e arte;

III – Ciência, tecnologia e sociedade;

IV – Democracia, ética e cidadania;

V – Globalização e política internacional;

VI – Direitos Humanos e Justiça;

VII – Políticas públicas: educação, habitação, saneamento, saúde, transporte, segurança, defesa e questões ambientais;

VIII – Tecnologia e Produção;

IX – Trabalho;

X – Responsabilidade Social;

XI – Sociodiversidade e multiculturalismo: violência, tolerância/intolerância, inclusão/exclusão, sexualidade, relações de gênero e relações étnico-raciais;

XII – Processos migratórios;

XIII – Vida urbana e vida rural.

A missão da FACISA na área de extensão é a de ampliar as formas de divulgação dos conhecimentos produzidos no interior da Faculdade com o intuito de elevar o bem-estar da sociedade, implementando, com qualidade, projetos de educação continuada, científicos, culturais, artísticos, esportivos, de lazer, assistenciais e comunitários para a sua integração com a comunidade.

5.7.4 OUTROS PROJETOS DE EXTENSÃO

5.7.4.1 Projeto de extensão: atividades em defesa do meio ambiente, preservação da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural

As Políticas de educação ambiental, conforme o disposto na Lei Nº 9.795/1999, no Decreto Nº 4.281/2002 e na Resolução CP/CNE Nº 2/2012, vem sendo implantadas pela FACISA, um exemplo é o “Dia da Responsabilidade Social” que promove ações afirmativas, como:

- I. Palestras envolvendo a conscientização em relação à defesa do meio ambiente;
- II. Exposições em parceria com instituições que divulgam ações de combate à depredação ambiental, desmatamento, uso discriminado das águas e da energia;
- III. Orientações sobre destino do lixo: comum, infectantes, químicos, contaminados e outros;
- IV. Veiculação de filmes de sensibilização para a qualidade de vida melhor e mais saudável se todos contribuírem para a preservação do planeta;
- V. Outros.

Outras políticas são:

- I. Programa de Compostagem;
- II. Coleta Seletiva;
- III. Campanhas de consumo sustentável (energia, água e papel);
- IV. Destino adequado do lixo biológico;
- V. Estímulo às relações sociais com qualidade;
- VI. Campanha de Responsabilidade Social.
- VII. FACISA ITINERANTE
- VIII. Barato Universitário
- IX. Cerimônia Integrada do Jaleco

Valorização da Memória Cultural, Produção Artística e Patrimônio Cultural

As iniciativas voltadas para a preservação da memória, do patrimônio cultural se fazem presentes em todos os cursos da Faculdade de Ciências da Saúde de Unai - FACISA, seja por meio de programas e ações específicas, seja por meio de sua incorporação como temas transversais nas estruturas curriculares.

Apesar dos cursos da FACISA não terem formações que possuem relações diretas com a arte e a cultura, estes se destacam pelas relações com a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos contemplam o desenvolvimento de competências e atitudes

proativas em relação à valorização da cultura e a preservação da memória e do

patrimônio histórico, por meio de temas transversais, práticas pedagógicas e eventos diversos, como:

- I. Shows culturais nos eventos promovidos pela instituição e/ou durante os intervalos com artistas dos cursos;
- II. Programa da Consciência Negra com valorização da cultura;
- III. Lançamento de Livros;
- IV. Promoção de Festa Junina;
- V. Dia do Estudante;
- VI. Promoção de Jogos Acadêmicos;
- VII. Oficina de Teatro.

5.7.4.2 Projeto de extensão: desenvolvimento da educação ambiental, relações étnico-raciais e garantia dos direitos humanos

O Ministério da Educação vêm, junto às instituições educacionais dos diferentes níveis de ensino, desenvolvendo ações qualificadas, visando à valorização e promoção da diversidade e de uma cultura de direitos humanos nos diversos espaços educativos.

Nesse contexto, Eem cumprimento às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP N° 8/2012 e no Parecer CP/CNE N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE N° 1, de 30/05/2012, a FACISA vem desenvolvendo ações como:

- I. Projeto Sem Fronteiras – Caravana da Saúde (Moçambique);
- II. Combate ao preconceito e discriminação;
- III. Valorização e promoção da cidadania e direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT);
- IV. Direito à livre expressão afetivo-sexual e de identidade de gênero;
- V. Promoção de eventos envolvendo temas como:
 - a) Prevenção ao Femicídio;
 - b) Diversidade;
 - c) Prevenção do Suicídio – Setembro Amarelo;
 - d) Congresso do Crime – para tratar de temas como: medicina legal, perícia criminal, psicologia forense e psiquiatria forense.

A Lei 10.623/2003 que trata da Educação das Relações Étnico-Raciais vem sendo trabalhada nos cursos oferecidos pela FACISA, especialmente no dia 20 de novembro, “Dia da Consciência Negra”, momento em que são desenvolvidas atividades, como:

- I.Exposição sobre a história da formação da população brasileira;
- II.Veiculação de filmes históricos;
- III.Seminário sobre o tema;
- IV.Debates;
- V.Distribuição de mensagens e jornais informativos.

Os projetos de Educação Ambiental com o envolvimento de alunos e professores deverão contemplar atividades que possibilitem desenvolver atitudes e ações favoráveis ao meio ambiente e de respeito e responsabilidade em relação ao bem-estar dos indivíduos.

A iniciação científica e a extensão devem priorizar projetos de ação e intervenção na busca de soluções para os problemas ambientais, no sentido de construção da cidadania, considerando a pluralidade e a diversidade cultural ao trabalhar a questão ambiental, procurando contextualizar as ações e as atividades a serem desenvolvidas.

A formação de professores e discentes prioriza a divulgação das informações de caráter educativo, trabalhos técnicos, científicos e artísticos sobre a temática ambiental, através dos meios de comunicação disponíveis na FACISA. A FACISA desenvolve projetos institucionais específicos, com implantação gradativa; Vigilância em saúde e agronegócio: agrotóxicos.

5.7.4.3 Projeto de extensão: garantia da acessibilidade e atendimento prioritário

Programa de Acessibilidade

OBJETIVOS

O Plano de Promoção de Acessibilidade e Atendimento Prioritário tem como objetivo promover a acessibilidade e inclusão de acadêmicos com necessidades especiais matriculados na Faculdade de Ciências da Saúde de Unai – FACISA, assegurando-lhes o direito de compartilharem os espaços comuns de aprendizagem, por meio da acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e às comunicações e informações.

Entende-se por acadêmicos com necessidades especiais aqueles que apresentam problemas de deficiência física/motora, sensorial visual e auditiva e atendimentos prioritários, tais como

gestantes, idosos e situações especiais que impossibilitem o acadêmico frequentar normalmente as suas atividades, temporariamente.

PLANO DE ACESSIBILIDADE E ATENDIMENTO PRIORITÁRIO

A FACISA, no que se refere à infraestrutura e serviços oferecidos de atendimento especializado, considerando os dispositivos legais existentes, proporciona, aos seus acadêmicos, a utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos acadêmicos e das edificações.

Para Acadêmicos com Deficiência Física/ Motora

- I. Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do acadêmico permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo;
- II. Plataforma Elevatória;
- III. Reservas de vagas em estacionamento nas proximidades das unidades de serviço;
- IV. Construção de rampas com corrimão, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- V. Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- VI. Colocação de lavabos, bebedouros e balcões em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

Para os Acadêmicos com Deficiência Visual

- I. Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:
 - a) Piso tátil;
 - b) Software de ampliação de tela do computador e sistema de síntese de voz;
 - c) Equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal;
 - d) Lupas, régua de leitura;
 - e) Impressora Braille acoplada a computador;
 - f) Scanner acoplado a um computador;
 - g) Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

Para os Acadêmicos com Deficiência Auditiva

- I. Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, apoio aos acadêmicos portadores de deficiência auditiva:
 - a) Serviços de tradutor e intérprete da LIBRAS;

- b) Curso de Libras para a comunidade acadêmica;
- c) Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando-se o conteúdo semântico;
- d) Garantia de presença de Profissional Intérprete da LIBRAS em todas as reuniões de que participem surdos;
- e) Bibliotecários com conhecimento de LIBRAS;
- f) Divulgação de informações aos docentes para que se esclareça especificidades linguísticas dos surdos.

5.7.4.4 Projeto de extensão: educação inclusiva

Inclusão Tecnológica

Sabe-se que os recursos tecnológicos, multimeios, multimídias, jornal, celular, *blogs*, produções audiovisuais, leituras, *youtube*, vídeos, rádio, quadrinhos, livros etc., estão sendo utilizados com maior frequência nos espaços escolares, exigindo da equipe pedagógica capacitações que possibilitarão sua mediação na aprendizagem de forma mais segura e eficaz. Para que os discentes tenham acesso às novas tecnologias de informação e comunicação será garantida, à equipe pedagógica, capacitações frequentes e, além disso, outras ações, tais como:

- I. Disponibilizar recursos visuais multimídias através da tecnologia da informação e comunicação;
- II. Atualizar o site institucional para atender condições de ampliação da tela e texto, melhorando a acessibilidade do site;
- III. Disponibilizar telefone com transmissão de textos;
- IV. Implantar sinalização nas rotas de fuga e saídas de emergência com informações visuais e sonoras para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- V. Providenciar manutenção e sinalização das vias de circulação interna da FACISA;
- VI. Implantar sinalização, incluindo mapas táteis, para deficientes visuais.

Faz-se necessário oportunizar momentos de ajuda técnica especializada à equipe pedagógica quanto às orientações para o uso de multimeios e mídias adaptadas na didática docente para o acadêmico com surdez que acessibilizarão o conteúdo curricular, em nome da educação de qualidade para todos.

A organização de salas com recursos multifuncionais também se constitui como espaço de promoção da acessibilidade curricular aos discentes dos cursos da FACISA, onde se realizem atividades da parte diversificada, como o uso e ensino de códigos, linguagens, tecnologias e

outros aspectos complementares à escolarização, visando eliminar barreiras pedagógicas, físicas e de comunicação.

5.7.4.5 Projeto de extensão: atendimento ao portador de transtorno de espectro autista e Síndrome de Asperger

Acreditando no direito de todos à educação, a FACISA entende a necessidade da Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme o disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Nesse sentido, disponibilizará um programa de apoio aos docentes com o objetivo de capacitação para, se necessário, atendimento a discentes com Transtorno do Espectro Autista, a fim de assegurar a flexibilidade curricular nas práticas dentro do espaço acadêmico, nos diferentes níveis, etapas ou modalidades da Educação.

5.8 PROGRAMA PERMANENTE DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Em geral, a FACISA desenvolve os seguintes programas permanentes de Assistência à Saúde:

- I. Ligas Acadêmicas - As Ligas Acadêmicas congregam alunos dos cursos, visando integrá-los aos cenários da prática profissional. Tem como princípios o conhecimento, a educação e a assistência, seguindo o mesmo modelo das inúmeras ligas acadêmicas criadas em outras universidades do Brasil e do mundo.
- II. Horto de Plantas Medicinais - O projeto Horto de Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares da FACISA visa atender a necessidade de material didático para as aulas práticas de botânica e farmacognosia no curso de Farmácia, além de criar um espaço de área verde para convivência acadêmica e comunitária. Neste espaço, acontecem atividades práticas de educação em saúde para Unaí. As atividades são desenvolvidas por discentes e docentes da FACISA.
- III. Serviço Escola de Psicologia - objetiva atender as demandas psicológicas da comunidade em geral, contribuindo para os cuidados em saúde mental.
- IV. Serviço Ambulatorial de Enfermagem - espaço destinado ao ensino, pesquisa e atividades práticas destinadas ao aprimoramento do acadêmico e atendimento inicial aos funcionários e

discentes da FACISA com planejamento estratégico de avanço ao atendimento da população local.

5.9 COERÊNCIA ENTRE O PDI E AS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL: INCLUSÃO SOCIAL

São contribuições para a inclusão social e o desenvolvimento econômico e social da região e, conseqüentemente, para a melhoria das condições de vida da população, por meio dos cursos ministrados pela faculdade, conforme objetivos e valores institucionais;

- I. Oferta de cursos de graduação para qualificação da população;
- II. Adesão ao FIES e ProUni, proporcionando condições para população carente ingressar no ensino superior;
- III. Implantação do Programa de Financiamento Próprio para aqueles acadêmicos que não se enquadram nos Programas do Governo (FIES e ProUni) e não conseguem custear um curso superior, mas que querem melhorar sua condição e qualidade de vida;
- IV. Atendimento à demanda regional por cursos nas áreas da saúde e agrárias; V. Investimento na infraestrutura física e acadêmica para acolhimento de pessoas especiais;
- VI. Oferta de serviços de atendimento à população por meio de:
 - a) Clínicas;
 - b) Fazenda Experimental;
 - c) Laboratórios de Análises;
 - d) Serviço de Recuperação de Animais Silvestres;
 - e) Convênio com o IEF para estágios;
 - f) Ações de Extensão com atendimento à população, oferta de cursos de qualificação profissional, movimentos de conscientização ambiental e étnico-racial;
 - g) Compostagem de animais que poderiam comprometer o meio ambiente com transformação em adubo para uso agrícola;
 - h) Serviço de necropsia animal;
 - i) Levantamentos Sociais;
 - j) Incentivo ao Empreendedorismo;
 - k) Biotério.

5.10 COERÊNCIA ENTRE O PDI E AS AÇÕES INSTITUCIONAIS VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

As concepções de conhecimento que podem permitir à faculdade cumprir sua função social, necessariamente, devem levar em conta a intenção de propor visões da realidade que não sejam unívocas ou unilaterais. A possibilidade de convivência de posições diferentes e as perspectivas variadas são fundamentais para a formação de conhecimento, com ponderação e rigor. O questionamento que surge com a comparação entre diferentes posições é fecundo para a renovação de ideias e o aumento da clareza quanto aos potenciais inerentes a diferentes procedimentos de reflexão.

A FACISA UNAÍ busca desenvolver ações voltadas ao desenvolvimento econômico e conseqüentemente ao cumprimento do seu compromisso com a responsabilidade social, oferecendo várias oportunidades à população:

- I. Aquecimento da economia por meio de acadêmicos e professores de outras localidades que vem morar na cidade de Unaí;
- II. Parceria com a UNITEC para desenvolvimento de oficinas de aperfeiçoamento profissional;
- III. Oferta da Semana Profissional com palestras com temas que envolvem o desenvolvimento local e regional e recursos para o desenvolvimento sustentável;
- IV. Promoção de projetos de iniciação científica que ofereçam a oportunidade, aos acadêmicos e à comunidade, de conhecerem o seu entorno e, em decorrência atuarem de acordo com as suas necessidades locais e regionais;
- V. Outras ações que possam surgir no transcorrer do desenvolvimento dos cursos.

6. POLÍTICA DE MOBILIDADE ACADÊMICA E INTERNACIONALIZAÇÃO

As políticas institucionais da FACISA ainda não contemplam a internacionalização, as quais serão vislumbradas numa próxima etapa de desenvolvimento e expansão da instituição, portanto, de acordo com o Instrumento de Avaliação Institucional Externa – Recredenciamento, o indicador 3.8 - Política Institucional para internacionalização, somente se aplicará quando houver previsão no PD. Logo, referido indicador não se aplica a FACISA, uma vez que a instituição não tem previsão de política de internacionalização em seu PDI.

7. POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

A manutenção de laços permanentes com os egressos dos cursos e o relacionamento sociocultural será motivo de prazer para os dirigentes da Faculdade. A faculdade cumpre o compromisso de manter um processo permanente de atualização e de educação continuada, além de um relacionamento de interesse recíproco.

7.1 AÇÕES DE ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

O acompanhamento dos egressos se faz através de estudos e análises sobre ex-acadêmicos, objetivando:

- I. avaliar a qualidade do ensino e adequação dos currículos ao mercado de trabalho;
- II. levantar e analisar trajetórias profissionais;
- III. levantar e avaliar situações profissionais.

Sinteticamente, constituem propósitos desta avaliação:

- I. Caracterizar o perfil do egresso para subsidiar o aperfeiçoamento e desenvolvimento curricular;
- II. Possibilitar a criação de uma base de dados, com informações atualizadas dos egressos;
- III. Promover um relacionamento contínuo entre a Instituição e seus egressos, visando o aperfeiçoamento profissional;
- IV. Acompanhar e discutir as “trilhas profissionais” - carreira dos egressos.

Outras formas de acompanhamento poderão ser estabelecidas pelo colegiado de cada curso em conjunto com os acadêmicos, e assessorados pelo CAD. Outras estratégias de acompanhamento dos egressos, serão alicerçadas em:

- I. Empregabilidade;
- II. Preparação para o mundo do trabalho;
- III. Relação com entidades de classe e empresas do setor.

Dentre as estratégias que serão adotadas, alternativa ou cumulativamente, podemos citar:

- I. Estruturação de canal de comunicação através de correio eletrônico e mídias sociais;
- II. Oportunidades de formação continuada com desconto como forma de incentivo para continuidade dos estudos;
- III. Criação de banco de cadastramento de curriculum para inserção profissional;
- IV. Monitoramento da inserção no mercado de trabalho;

V. Incentivar a participação dos egressos em atividades da faculdade.

Atualização Sistemática de Informações Profissionais

A Faculdade mantém contatos permanentes com os egressos por e-mail, mídias sociais e telefone, convidando-os a participarem de eventos específicos e daqueles oferecidos aos acadêmicos em curso.

Outros contatos são mantidos para participação de eventos culturais dentro da instituição, buscando destacar os profissionais formados pela Faculdade para apresentação de trabalhos científicos e palestras, quando terão a oportunidade de relatarem suas experiências profissionais aos futuros profissionais.

Tais ações têm como objetivo promover a atualização sistemática de informações a respeito da continuidade na vida acadêmica ou da inserção profissional, bem como manter um relacionamento com egressos, valorizando-os com convites para participação em eventos institucionais e para integrarem o corpo docente ou técnico-administrativo.

A FACISA promove a Ficha Cadastral dos Egressos e mantém um canal de contato pelo site institucional e através de formação de grupos no *whatsapp*.

7.2 ATUAÇÃO DOS EGRESSOS DA IES NO AMBIENTE SOCIOECONÔMICO

EMPREGABILIDADE

O ex-acadêmico diplomado, além de ter a oportunidade de compor o Corpo Docente da Faculdade – isto já acontece nas faculdades regionais – tem uma Identidade de Ex-acadêmico que lhe permite o livre acesso às dependências da Faculdade, consulta às Bibliotecas, acesso às áreas de lazer, consulta à Internet e descontos em cursos de Graduação e Pós-Graduação oferecidos pela Instituição.

A fim de viabilizar e criar meios visando à colocação dos acadêmicos no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, proporcionar instrumentos de formação profissional e acadêmica, a Faculdade disponibiliza canais de comunicação entre egressos e instituição, incentiva e fomenta a participação de egressos nos eventos promovidos.

Além disso, objetiva criar, com entidades governamentais e não governamentais, um banco de oportunidades.

A FACISA NOROESTE – mantenedora da Faculdade FACISA – mantém diversos convênios com instituições públicas e privadas, encaminhando acadêmicos ao mercado de trabalho. O encaminhamento depende da disponibilidade de contratos efetuados.

As condições de trabalho são definidas entre as partes envolvidas obedecendo aos parâmetros legais, como o não prejuízo ao horário de aula do acadêmico.

ESTUDO COMPARATIVO ENTRE ATUAÇÃO E FORMAÇÃO RECEBIDA

A FACISA desenvolverá estudo comparativo entre a atuação do egresso e a formação recebida, subsidiando ações de melhoria relacionadas às demandas da sociedade e do mundo do trabalho.

Relação com Entidades de Classe

A FACISA reconhece a incipiência da relação entre as instituições de ensino superior e as entidades de classe, no entanto, entende ser possível a melhoria através de parcerias para oferta de atividades de aproximação, como promoção de eventos, acompanhamento de estágios, convênios para a execução de serviços contínuos de atendimento ao público.

A aproximação da FACISA com as entidades de classe da área da saúde auxilia no acompanhamento dos egressos.

Relação com empresas

A Faculdade busca uma relação entre a IES e instituições da área de atuação dos seus cursos para facilitar a comunicação e o trabalho na inserção no mercado, a promoção e progressão das atividades conjuntas realizadas, a realização dos estágios e internatos, a implementação de atividades de iniciação científica e extensão.

São iniciativas inovadoras:

- I. Evento *Petshow* que reúne empresários da área de pequenos animais para divulgação de marcas e produtos, bem como promover a relação das empresas com os Médicos Veterinários e acadêmicos da área em parceria com o SEBRAE e a Prefeitura de UNAI.
- II. Evento Dia de Campo com participação da Cooperativa Capul, Laboratório JA Saúde Animal, Laboratório MSD, Elanco, Ouro Fino Saúde Animal, para desenvolvimento do Encontro entre Acadêmicos, Profissionais da Área Animal e Produtores Rurais, estreitando a relação entre os participantes.

Eventos com Participação de Ex-Acadêmicos

A Faculdade mantém contatos permanentes com os egressos, inclusive por e-mail e telefone, convidando-os a participarem de eventos específicos e daqueles oferecidos aos acadêmicos em curso.

Outros contatos são mantidos para participação de eventos culturais dentro da instituição, buscando destacar os profissionais formados pela Faculdade para apresentação de trabalhos científicos e palestras, quando têm a oportunidade de relatarem suas experiências profissionais aos futuros profissionais.

8. POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE INTERNA E EXTERNA

Os canais de comunicação interna e externa possibilitam:

- I.A divulgação de informações de cursos;
- II.Divulgação de políticas de ensino, da extensão e da iniciação científica;
- III.A publicação de documentos institucionais relevantes.

E, ainda, preveem mecanismos de transparência institucional que propiciam o acesso às informações acerca dos resultados das avaliações internas e externas. Além disso, conta com a Ouvidoria, instância específica que atua transversalmente às áreas e busca ações inovadoras.

8.1 COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE EXTERNA

São canais de comunicação externa:

- I. *Whatsapp*;
- II. Email;
- III. Site Institucional (www.facisaunai.com.br);
- IV. Mídias Sociais (Facebook, Instagram e Canal no YouTube);
- V. *Ouvidoria*
- VI. Jornal Alternativo;
- VII. *Outdoor e busdoor*;
- VIII. Rádio;

IX. TV.

8.2 COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE INTERNA

São canais de comunicação interna:

- I. Memorandos;
- II. *Whatsapp*;
- III. E-mail institucional;
- IV. Reuniões colegiadas;
- V. Murais/Painéis;
- VI. Formulários eletrônicos

8.3 CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE INTERNA E EXTERNA

A ouvidoria e a Central de Atendimento Discente - CAD são as instâncias que atuam transversalmente às áreas e planejam as ações de comunicação interna e externa.

9. POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO DISCENTE

Em consonância com o pensamento de FREIRE (1982), "estudar não é um ato de consumir ideias, mas de criá-las e recriá-las", a FACISA oferece aos acadêmicos regularmente matriculados espaços destinados de interação, estudo e aprendizagem, além de:

- I. Oferecer oportunidades para a incorporação de diferentes tecnologias neste processo;
- II. Criar espaços de reflexão, estudo e atualização sobre diferentes abordagens, estratégias e alternativas para o processo de aprendizagem;
- III. Oferecer Serviços de Informática, com microcomputadores equipados com recursos avançados e softwares específicos nas áreas dos cursos;
- IV. Oferecer Serviços Virtuais dentro do Portal *Virtual Class* - Correio Eletrônico e Diretório Virtual.

O corpo discente é constituído por acadêmicos regulares e acadêmicos especiais. O acadêmico regular é o acadêmico regularmente matriculado no curso de graduação. Acadêmico especial é aquele inscrito em curso de aperfeiçoamento, de especialização ou de extensão.

O discente é um ator social importante na construção e consolidação de uma universidade cidadã. Por este motivo, torna-se relevante e indispensável a criação de instrumentos que promovam uma vivência universitária capaz de ampliar o processo de democratização na instituição. É necessário, pois, a criação de mecanismos que garantam a permanência dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais díspares e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso.

Uma política de apoio estudantil deve assegurar ao acadêmico adequadas condições de estudo e trabalho intelectual, por meio de programas que atendam às suas necessidades acadêmicas, culturais, sociais e econômicas, contribuindo para a sua formação.

Assim, a FACISA UNAI:

- I. Facilita a permanência do estudante na IES através da disponibilização de um maior número de serviços de acesso como à biblioteca, laboratórios, informática e outros;
- I. Disponibiliza órgãos de apoio ao estudante;
- II. Disponibiliza ao acadêmico o Manual do Acadêmico com orientações quanto aos aspectos administrativos, pedagógicos e profissionais;
- III. Oferece programas de apoio financeiro como bolsas de estudo (PROUNI), acadêmicas (extensão, iniciação científica, monitoria), financiamentos estudantis (FIES e próprio), dentre outros;
- IV. Apoiar ao exercício da representação estudantil em todos os âmbitos da Instituição e instâncias outras decorrentes da vida acadêmica;
- V. Avalia alternativas que viabilizem um programa de apoio aos estudantes carentes capazes de fomentar benefícios como bolsa-trabalho;
- VI. Oferece atendimento psicopedagógico;
- VII. Oferece programa de orientação e atendimento à Juventude (sexualidade, drogas, prevenção de DST/AIDS, gravidez precoce).

9.1 CENTRAL DE ATENDIMENTO DISCENTE - CAD

A Central de Atendimento Discente - CAD é a instância de atendimento ao discente que acompanha a vida acadêmica do estudante visando minimizar as inquietações naturais dos jovens que ingressam no Ensino Superior, criando melhores condições de acolhimento, melhorando as relações interpessoais. Além disso, a CAD adota uma postura ativa de busca das manifestações dos acadêmicos sobre sua experiência ao longo das atividades acadêmicas, suas dúvidas, sugestões e necessidades peculiares.

A orientação acadêmica é realizada a partir do Manual do Acadêmico e em reunião realizada pela diretoria acadêmica e coordenação de cursos, no início do ano letivo, com os representantes de turma. Ficando esclarecido, no documento, que qualquer dúvida poderá ser sanada pelos funcionários do Central de Atendimento Discente - CAD ou diretamente pelo coordenador do curso.

São disponibilizados requerimentos próprios para as diversas solicitações dos acadêmicos, que ficarão à disposição, na Central de Atendimento Discente - CAD e serão encaminhados para o setor envolvido.

O acadêmico da FACISA tem, à sua disposição, também, *on line*, todas as informações necessárias para a condução do seu curso: componentes curriculares, horários, locais, disponibilidade de vagas, notas, material didático, perfil dos professores e unidades curriculares por eles ministradas, material didático, matrícula e trancamento, através dos catálogos dos cursos e Manual do Acadêmico.

9.2 APOIO À PERMANÊNCIA

A Faculdade FACISA busca formas de acesso que contribuam para uma melhor seletividade e ampliação do número de alunos ingressantes e sua permanência no curso. Disponibiliza programas de benefício estudantil, como bolsas do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), Programa Universidade para Todos (PROUNI), onde podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados nos cursos desta instituição.

Os procedimentos de acompanhamento aos discentes surgem das reuniões pedagógicas entre o corpo docente, Coordenação de Curso, NDE e Colegiado de Curso, os quais, em conjunto, definem estratégias de trabalho, como a autorização de aulas extras para nivelamento, após verificação das deficiências das turmas recém ingressas, com o objetivo de permitir melhor rendimento do corpo discente em relação ao cumprimento dos conteúdos técnicos, administrados ao longo do curso.

Também são oferecidas, aos alunos ingressantes, unidades curriculares de ajuste e nivelamento de conteúdo básico, relativas às áreas de interesse de seu curso, a fim de suprir algum tipo de deficiência ou carência em sua formação anterior. Tais unidades curriculares não possuem caráter obrigatório nem contam como crédito, apenas têm o intuito de contribuir para a aprendizagem dos estudantes no escopo das unidades curriculares regulares. O atendimento extraclasse aos alunos é realizado pelo Coordenador de Curso, pelos professores em regime de trabalho de tempo integral e tempo parcial, com jornada semanal específica para essa finalidade. Considerando os termos da Lei nº 12.764, de 27/12/2012, regulamentada pelo Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e que é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação, em sistema educacional inclusivo, garantida a transversalidade da educação infantil até a educação superior, a FACISA designou Comissão para elaborar um regulamento específico de atendimento aos estudantes matriculados que apresentarem transtorno do espectro autista. Concluído o trabalho, foi o Regulamento submetido à aprovação do Conselho Acadêmico e aprovada a implantação na Instituição do seu Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade - NAPA .

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade - NAPA implantado na FACISA atua no ensino, desenvolvendo programas com alunos, professores e coordenadores, visando à dinâmica do processo de ensino-aprendizagem, à formação global e à realização profissional e pessoal do aluno, de forma a facilitar a integração à vida acadêmica e social. Frequentemente, feedback serão apresentados entre as necessidades do aluno e as possibilidades da IES, proporcionando, por meio do planejamento, a expansão dos programas de acompanhamento que visem à adaptação e a permanência do aluno no curso escolhido e na Instituição. Com relação à extensão, buscamos, sempre, a integração da comunidade interna e externa, oferecendo programas especiais que promovam a saúde mental, o enriquecimento da qualidade de vida e o sucesso acadêmico.

A orientação acadêmica (psicopedagógica) desenvolve, entre outras, seguintes ações:

- I. Atendimento a alunos com dificuldades de aprendizagem de expressão escrita, de falta de concentração, com transtorno do espectro autista etc.;
- II. Esclarecimentos de dúvidas, promovendo a satisfação e a diminuição das dificuldades encontradas por parte dos acadêmicos;
- III. Trabalho na prevenção da evasão escolar, da inadimplência, da repetência;

- IV. Realização de iniciação científicas de satisfação para subsidiar o redimensionamento das atividades, periodicamente ou quando necessário;
- V. Orientação para mudança de curso quando necessária.

9.2.1 Mecanismos de nivelamento

Partindo do pressuposto de que ensino e aprendizagem caminham juntos, afirma-se que não basta que o professor ensine, é preciso que o aluno aprenda, ou o processo não estará completo. O fator de maior influência na aprendizagem é aquilo que o aprendiz já sabe. Assim, é necessário determinar continuamente essa bagagem do aluno e buscar alternativas para que, efetivamente, ele aprenda. Para isso, é importante a criação de mecanismos auxiliares à tarefa de acompanhamento do aluno que culminem em um ensino de qualidade.

Na prática docente, observa-se que alunos ingressantes apresentam, cada vez mais, limitações quanto às capacidades e habilidades necessárias para cursar e concluir o Ensino Superior, principalmente em relação a aspectos de raciocínio lógico e afetivo-emocionais necessários para a resolução de situações-problema, domínio de conhecimento, bem como responsabilidade, compromisso, ética, iniciativa, perseverança e criatividade.

É necessário, pois, investir em mudanças bem fundamentadas e sistemáticas, ampliando condições de rendimento e humanização que possibilitem o sucesso acadêmico e profissional. Para isso, é essencial oferecer um trabalho didático-pedagógico-educacional que avalie e estimule o desenvolvimento de competências tais como:

- I. Capacidade de expressão, tanto na língua portuguesa, quanto em diferentes linguagens;
- II. Compreensão de fenômenos, de resolução de problemas, de construção de argumentos, por meio da elaboração de propostas de intervenção na realidade.

São criados mecanismos, que podem ser desenvolvidos pela Coordenação Pedagógica dos cursos, que identifiquem as defasagens dos alunos ingressantes. O próprio questionário socioeconômico e cultural pode apontar dados importantes das ações dos discentes do primeiro semestre quando serão levantados alguns dados quanto à realização de nivelamento dos alunos como: se o ingressante tem conhecimento de idiomas, se veio de cursinho pré-vestibular ou direto do ensino médio, se possui conhecimentos de informática, quais as suas expectativas quanto à vida acadêmica.

Fica, portanto, a cargo da Coordenação de Curso a implementação dos seguintes projetos de nivelamento, sem prejuízo de outros que venham a ser necessários:

I. **Língua Portuguesa** – Nas primeiras semanas de aula, alunos de primeiro semestre, estarão participando desta atividade que objetiva fortalecer as bases de estudo e conhecimento em Língua Portuguesa – Leitura e Produção de Textos, a fim de instrumentalizar o aluno em seu processo de aquisição de novas informações e de construção de conhecimento, nesse curso que exige o domínio da língua.

O Projeto conta com aulas que visam a criar espaços de ensino-aprendizagem que possam levar o aluno a:

- a) Reorganizar e reavaliar seu conhecimento prévio das estruturas da Língua Portuguesa;
- b) Conscientizar-se de que o conhecimento e uso da Língua Portuguesa padrão é uma ferramenta eficaz e desejável à sua formação profissional;
- c) Comunicar-se com clareza e coerência nas diversas situações da vida social e profissional;
- d) Fazer inferências sobre textos, interagir com eles e ser agente da leitura;
- e) Desenvolver habilidades de leitura que o levem à percepção de que ler é uma prática social que promove transformação e incorporação de significados;
- f) Ler e escrever crítica e reflexivamente.

Este projeto está em consonância com a proposta de ensino das Diretrizes Curriculares Nacionais, que preconizam o incentivo a uma sólida formação geral e à aquisição do conhecimento nas mais diversas áreas, bem como desenvolver a capacidade e a liberdade para aprender.

II. **Matemática** – este projeto visa a contribuir para a ampliação da percepção de informações escritas, verbais e visuais, criação e aprimoramento das noções de organização de informações para que as análises desenvolvidas possam contar com maior liberdade e criatividade de pensamento, bem como com o auxílio no aprimoramento do raciocínio lógico-matemático.

São utilizadas, então, propostas de análises de atividades que envolvem o emprego da lógica, que a seguir se descreve:

- a) Análise de histórias que visam a confrontar a utilização de conhecimentos pautados no senso comum e a atitude crítica diante da informação;
- b) Percepção visual em sequências e em captação de informações;
- c) Resolução de desafios envolvendo movimento e sequências;
- d) Organização de informações presentes em relatos e o estabelecimento de relações entre as informações organizadas;
- e) Recorrência e possibilidade de ocorrências em eventos aleatórios e sequenciais.

Além dessas atividades, a FACISA UNAI busca utilizar-se de outros instrumentos, tais como cursos, resolução de exercícios e oferecimento de oficinas que, distribuídos em todos os períodos do Curso, são utilizados como *locus* privilegiado de aquisição do domínio dos conteúdos ministrados. No primeiro caso, são ofertadas, através de encontros em grupos, aulas de Português Instrumental, incentivadoras do correto uso da Língua Portuguesa, bem como exercícios e resolução de problemas. As oficinas, pela natureza de seus conteúdos, são pretexto para que o aluno desenvolva as habilidades necessárias à escrita correta, ao raciocínio lógico, com o acompanhamento de professor de Português.

9.2.2 Financiamentos

O Programa de Apoio Financeiro da FACISA, envolve:

- I. Bolsas de Estudo – bolsa para acadêmicos carentes, através do PROUNI;
- II. Bolsa de Iniciação Científica - As bolsas de iniciação científica são concedidas aos acadêmicos que desenvolverem iniciação científica com orientação individual de professor e apresentarem resultados em congresso anual de iniciação científica;
- III. Bolsas Sindicais – Favorece aos estudantes filhos de professores da rede particular, de acordo com a lei. Bolsa que varia de 40% a 80% para sindicalizados;
- IV. Bolsa Administração – Os funcionários ou filhos de funcionários são beneficiados com bolsa administração no valor de 50% de desconto nas mensalidades.
- V. Bolsa de Monitoria. - Anualmente, serão oferecidas bolsas de trabalho – modalidade MONITORIA. Nessa, diferentemente da Iniciação Científica, o acadêmico não desenvolverá trabalho científico, mas auxiliará docentes a prepararem suas aulas, participando como assistente de aulas práticas. As bolsas terão a duração de 9 meses.

Requisitos para a Bolsa de Monitoria:

- a) Estar regularmente matriculado em curso de graduação;
- b) Apresentar um bom desempenho acadêmico, evidenciado pelo histórico escolar;
- c) Não possuir bolsa de Iniciação Científica, nem de Extensão.

ESTÁGIO REMUNERADO E ENCAMINHAMENTO À EMPRESAS

O objetivo maior do estágio remunerado, além de propiciar aos estudantes da Instituição a complementação do ensino e da aprendizagem e o exercício das suas competências técnicas e profissionais é gerar renda auxiliar para os acadêmicos com dificuldade financeira.

FINANCIAMENTO ESTUDANTIL (FIES)

A instituição aderiu ao Programa de Financiamento Estudantil - FIES. - O FIES destina-se ao acadêmico regularmente matriculado em curso de graduação não gratuito e que não tenha condições de arcar integralmente com os custos de sua formação.

FINANCIAMENTO ESTUDANTIL (PRÓPRIO)

Além do FIES, a FACISA implantou o financiamento próprio, com regras definidas e também parcelamento especial – alongamento do prazo para pagamento das anuidades. O financiamento próprio foi estruturado nos moldes do FIES, com juros acessíveis e tempo de carência.

DESCONTOS INSTITUCIONAIS

São descontos institucionais:

- I. Desconto de Adimplência – Acadêmicos devidamente matriculados que pagarem até o 5º dia útil do mês terão 8% de desconto no valor da semestralidade;
- II. Família – o acadêmico com irmão ou parente de 1º grau, na instituição, será beneficiado com desconto de 10% para cada um no valor da mensalidade;
- III. Antecipação de mensalidades – o pagamento antecipado da semestralidade dá direito ao acadêmico de desconto de 20% no valor total da semestralidade;
- IV. Incentivo à Saúde – Acadêmicos devidamente matriculados que comprovarem o exercício profissional na área da saúde terão 8% de desconto no valor da semestralidade;
- V. Nova Graduação – Acadêmicos devidamente matriculados que estiverem na condição de obtenção de novo título e que sua 1ª graduação tenha sido realizada nessa instituição, terão desconto de 8%.

9.2.3 Atendimento extraclasse

TRATAMENTO ESPECIAL

Existem casos excepcionais em que o aluno incapacitado de frequentar os trabalhos escolares, nos termos da Lei, para resguardar o seu direito à Educação, terá assegurado um regime de exercícios domiciliares. Esse tratamento especial consiste na atribuição, ao acadêmico, de

exercícios domiciliares, com indicação e acompanhamento docente, para compensar sua ausência às aulas. Igualmente, a critério da Coordenação do Curso, o acadêmico poderá prestar, em outra época, os exames que ocorrerem no período de afastamento.

Podem se beneficiar deste regime de tratamento especial:

- I. Acadêmicos portadores de afecções congênitas ou adquiridas, doenças infectocontagiosas, traumatismos ou outras condições mórbidas que impeçam, temporariamente, a frequência às aulas, “desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes” e que “a duração não ultrapasse o máximo ainda admissível, em cada caso, para a continuidade do processo pedagógico”, incluindo, entre outros, os quadros de “síndromes hemorrágicas, asma, cardite, pericardites, afecções osteoarticulares submetidas a correções ortopédicas, nefropatias agudas ou subagudas, afecções reumáticas etc. (Decreto-Lei n. 1.044, de 21 de outubro de 1969, convalidado pelo Parecer CNE/CEB n. 6, de 7 de abril de 1988);
- II. Alunas grávidas, a partir do 8º (oitavo) mês de gestação e durante os 3 (três) primeiros meses subsequentes ao parto. O início e o fim do período permitido para o afastamento será determinado por atestado médico apresentado à FACISA. Em casos excepcionais mediante comprovação, também por atestado médico, poderá ser aumentado o período de afastamento, antes e depois do parto. Será sempre assegurado, a essas acadêmicas, o direito de prestar os exames finais (Lei n. 6.202, de 17 de abril de 1975).

9.3 ESTÍMULO A DIFUSÃO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS CIENTÍFICAS, DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS, TECNOLÓGICAS, ARTÍSTICAS E CULTURAIS E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

É política institucional incentivar o acadêmico a participar de eventos acadêmicos-científicos-culturais, como: congressos, seminários, palestras, viagens de estudo e visitas técnicas, além de incentivar a produção discente cientificamente, tecnologicamente, culturalmente, tecnicamente e artisticamente, motivos que levam a FACISA a promover tais eventos no transcorrer dos cursos oferecidos e auxiliar financeiramente àqueles que desejam participar em outras instituições promotoras, oferecendo:

- I. Inscrição no evento;
- II. Traslado;
- III. Inscrição da produção científica;

IV.Publicação da produção científica.

A solicitação do incentivo é feita diretamente na coordenação do curso que deferirá o pedido e encaminhará à Diretoria Acadêmica.

São ações de estímulo à produção discente:

I.Implantação do Programa de Iniciação Científica;

II.Oferta de Seminários/Projetos Integradores com apresentação no final do semestre;

III.Obrigatoriedade do TCC com defesa pública;

IV. Oferta de Eventos Científicos pela Instituição;

V.Incentivo financeiro para os acadêmicos participarem de eventos científicos promovidos por outras IES;

VI. Implantação de ANAIS dos eventos científicos e da Revista Científica;

VII. Disposição de Repositório Institucional para publicação dos melhores trabalhos de TCC.

9.4 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

O corpo Discente tem direito de participar de organização estudantil ou de outras organizações culturais e desportivas legalmente constituídas.

A representação estudantil tem por objetivo promover a cooperação da comunidade acadêmica e o aprimoramento da Instituição, vedados, no âmbito da Instituição de Ensino, atividades de natureza político-partidária, bem como a participação de entidades alheias à Faculdade.

A organização estudantil indica os representantes discentes para participação nos órgãos colegiados, os quais participarão com direito a voz e voto, vedada a acumulação da função representativa.

A comunidade acadêmica discente pode se organizar por meio de:

I.Representantes de turma;

II.Centro Acadêmico (CA);

III.Diretório Acadêmico (DA);

IV.Diretório Central de Estudantes (DCE).

A FACISA apóia a organização estudantil, cedendo espaço para reuniões, convivência e lazer. Além disso, a FACISA incentiva a criação de movimento estudantil para indicarem os representantes nos órgãos colegiados. A organização estudantil, realiza atividades de mobilização, luta por melhorias no ensino e na estrutura acadêmica, calouradas, atividades culturais e ações ligadas ao movimento nacional dos estudantes.

Os acadêmicos têm direito de participarem de organizações estudantis para nomearem as lideranças de turma, sistematizarem a representação estudantil, legalizarem o órgão estudantil.

10. POLÍTICAS DE GESTÃO

10.1 DIRETRIZES GERAIS

Os processos de gestão institucional são implementados por meio de órgãos colegiados normativos, legislativos, consultivos e executivos, os quais compõem a estrutura administrativa. Para a organização dos mesmos são respeitadas a autonomia de cada um e sua composição envolve representatividade de cada segmento da comunidade acadêmica: docentes, discentes, técnico-administrativos, bem como da sociedade civil nos órgãos colegiados superiores.

São órgãos normativos, legislativos e consultivos da estrutura organizacional:

I. Conselho Superior – CONSUP;

II. Conselho de Ensino, Iniciação científica e Extensão – CONSEPE;

- a) São Órgãos Colegiados: Conselho Superior, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e os Colegiados de Curso.
- b) As diretorias são órgãos executivos.
- c) Os dirigentes que compõem as Diretorias serão indicados pelo Conselho Superior considerando a aderência de formação para o exercício profissional, os quais poderão ser indicados pelo corpo docente ou técnico administrativo.
- d) O mandato dos diretores serão de 2 (dois) anos, podendo haver recondução. No entanto, a contratação pode ser rescindida a qualquer tempo por uma das partes respeitando as determinações legais e ainda sem prejuízo das partes.

São Órgãos de Apoio Administrativo:

I. Secretaria;

II. Apoio Financeiro (Tesouraria, Benefícios e Financeiro);

III. Biblioteca;

IV. Núcleo de Apoio Discente e Acessibilidade.

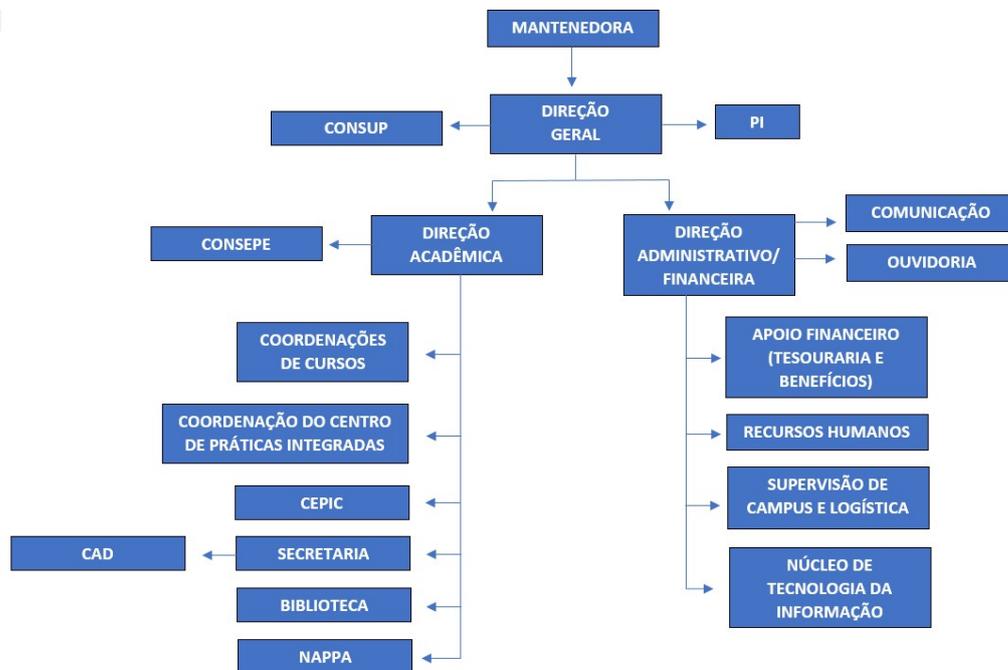
V. Ouvidoria

VI. Recursos Humanos

VII. CEPIC

10.1.1. Organograma Institucional

Figura 1– Estrutura Organizacional Institucional



Fonte: Elaboração própria.

10.1.2. CONSUP

COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIAS

O Conselho Superior - CONSUP, órgão máximo de funções: deliberativa, normativa e consultiva da Faculdade, em assuntos de política acadêmica e administrativa, é assim constituída:

- I. Diretor Geral, como Presidente;
- II. Diretor Acadêmico;
- III. Diretor Administrativo-Financeiro;
- IV. Representante dos Coordenadores de cursos,
- V. Representantes dos professores;
- VI. Representantes do corpo discente;

Compete ao CONSUP:

- I. Aprovar o regimento da IES com seus respectivos anexos, para encaminhamento e apreciação do órgão competente do Ministério da Educação;
- II. Aprovar as normas de funcionamento dos órgãos colegiados;
- III. Aprovar o plano anual de atividades da IES;
- IV. Apreciar, aprovar e encaminhar à mantenedora as propostas orçamentárias anuais de cada curso;
- V. Apreciar, aprovar e encaminhar à mantenedora a prestação de contas anual de cada curso;
- VI. Instituir ou extinguir cursos de graduação e de pós-graduação, mediante prévia autorização dos órgãos competentes;
- VII. Aprovar o aumento ou redução de vagas dos cursos de graduação, sujeito à deliberação final do Conselho Nacional de Educação;
- VIII. Homologar a indicação de professores para contratação pela mantenedora;
- IX. Decidir sobre recursos interpostos de decisões dos demais órgãos, em matéria didático-científica e disciplinar;
- X. Apreciar o relatório anual da diretoria, para ser encaminhado à mantenedora, e aos órgãos competentes do MEC;
- XI. Sugerir medidas que propiciem o contínuo aperfeiçoamento e desenvolvimento das atividades da Faculdade, bem como opinar sobre assuntos pertinentes que lhe sejam submetidos pelo diretor;
- XII. Homologar os resultados de processos administrativos referentes à suspensão de professores ou desligamento de membros do corpo docente;
- XIII. Deliberar sobre suspensão temporária, total ou parcial, de atividades escolares;
- XIV. Criar e atribuir prêmios destinados a distinguir atividades culturais;
- XV. Decidir sobre concessão de dignidades acadêmicas;
- XVI. Aprovar símbolos e insígnias da faculdade;
- XVII. Propor aprovação de convênios e acordos com instituições nacionais ou estrangeiras;
- XVIII. Reunir-se, solenemente, com qualquer número, nas colações de grau;
- XIX. Solucionar, nos limites de sua competência, casos omissos e dúvidas que surgirem da aplicação do Regimento;
- XX. Elaborar plano de cargos e salários e submeter à aprovação da mantenedora; e
- XXI. Exercer demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e no Regimento.

10.1.3. CONSEPE

COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIAS

O Conselho de Ensino, Iniciação Científica e Extensão – CONSEPE é constituído:

I - pelo Diretor Acadêmico, que o preside;

II - pelo Secretário Acadêmico;

III - pelos Coordenadores de Curso e pelo Coordenador de Pós-Graduação, Iniciação Científica e Extensão;

IV - por representante discente, na forma da legislação, regularmente matriculados em cursos da FACISA, eleitos pelos seus pares, para mandato de 01 (um) ano, vedada a recondução imediata.

Das decisões do CONSEPE cabe recurso para o Conselho Superior. O CONSEPE é o órgão colegiado deliberativo e de recurso dos Cursos em matérias acadêmicas e administrativas e tem por atribuições:

I - integrar as atividades didático-pedagógicas dos cursos afins;

II - fazer cumprir as normas baixadas pelo Conselho Superior sobre aproveitamento de estudos, adaptação, dependência, transferência, avaliação de aprendizagem e outras;

III - dar parecer sobre:

a) criação, expansão, modificação e extinção de cursos ou habilitações;

b) normatização de atribuições das comissões de bioética e pesquisa, e de biossegurança vinculadas à Direção Acadêmica;

c) relatórios elaborados pelos Coordenadores de Curso, referentes ao ano anterior;

d) currículos dos cursos e suas alterações;

e) projetos pedagógicos dos cursos;

f) qualquer matéria pertinente solicitada pelo Diretor Geral e pelo Diretor Acadêmico das Faculdades Integradas e pelos Coordenadores de Curso;

g) horários de aula aprovados pelo Diretor Acadêmico;

h) propostas de estabelecimento de convênios;

10.1.4. DIRETORIA GERAL

De acordo com as necessidades e disponibilidades financeiras, a diretoria geral pode propor, à mantenedora, a admissão de diretorias específicas para o trato de questões técnico-administrativas ou pedagógicas.

O Diretor Geral é designado pelo presidente da mantenedora.

O diretor geral poderá afastar-se da docência durante a sua gestão, sem perda de seus direitos no cargo.

COMPETÊNCIAS

A Diretoria Geral é formada pela Diretoria Administrativa Financeira e Diretoria Acadêmica, órgãos executivos que superintende, coordena e fiscaliza todas as atividades administrativas da faculdade e tem as seguintes atribuições:

São atribuições da DIRETORIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA:

- I. Administrar e representar a Faculdade junto a pessoas ou instituições públicas ou privadas;
- II. Autorizar férias e licenças regulamentares do pessoal docente e técnico administrativo, podendo distribuir e remover internamente empregados, de acordo com a necessidade dos serviços;
- III. Autorizar as publicações sempre que estas envolvam responsabilidades da faculdade;
- IV. Atender as demandas dos cursos nos seus planos orçamentários entregues semestralmente;
- V. Cumprir e fazer cumprir as determinações regimentais naquilo que a compete;
- VI. Cumprir as determinações da mantenedora em relação às finanças;
- VII. Determinar valores de taxas e valores das prestações de serviços da instituição;
- VIII. Encaminhar para a mantenedora o planejamento econômico financeiro, anualmente;
- IX. Gerenciar as contas a pagar e receber;
- X. Gerenciar as contas bancárias e suas conciliações;
- XI. Promover ações de melhorias para expansão da instituição;
- XII. Propor e aprovar a contratação do secretário, contador e do bibliotecário;
- XIII. Propor à mantenedora a admissão, bem como a dispensa de pessoal docente e técnico-administrativo, ouvida a coordenadoria acadêmica;
- XIV. Providenciar para que equipamentos e instalações, que estejam sob a guarda da IES, sejam conservados;
- XV. Representar a diretoria junto aos órgãos externos;

- XVI. Responsabilizar-se pela comunicação e marketing incluindo o atendimento acadêmico;
- XVII. Responsabilizar-se e providenciar por compras e encaminhamento aos respectivos setores;
- XVIII. Responsabilizar-se pela implantação do Plano de Carreira e Salários – PCS;
- XIX. Zelar pela manutenção das instalações físicas da instituição bem como pelos móveis e utensílios;
- XX. Zelar pela qualidade de funcionamento dos cursos no que tange aos padrões de qualidade de laboratórios, equipamentos, móveis, acervo e utensílios em geral;
- XXI. Zelar pela segurança e vigilância da instituição;
- XXII. Inventariar, anualmente, o patrimônio da Instituição.
- XXIII. Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e no regimento;
- São atribuições da DIRETORIA ACADÊMICA:
- I. Administrar e representar a Faculdade junto a pessoas ou instituições públicas ou privadas;
- II. Proceder à aplicação de penas de suspensão ou desligamento do corpo discente ou docente, após inquérito administrativo que comprove culpa do acusado, ouvida a congregação;
- III. Gerenciar a formulação, execução e avaliação do Projeto Pedagógico Institucional, base para os projetos pedagógicos específicos dos cursos;
- IV. Elaborar o plano anual de atividades da Faculdade a partir de propostas da Coordenadoria Acadêmica submetendo-o à aprovação da congregação;
- V. Elaborar e aprovar, juntamente com os coordenadores acadêmicos, a proposta orçamentária e o plano de aplicação dos recursos da faculdade, a serem encaminhados à mantenedora;
- VI. Fiscalizar o cumprimento do regime acadêmico e a execução dos programas e horários;
- VII. Assegurar a ordem e a disciplina no âmbito da IES, aplicando as sanções disciplinares de sua competência, respondendo por abuso ou omissão;
- VIII. Adotar, nos casos de urgência, medidas que se imponham em matéria de competência da coordenadoria acadêmica, dando conhecimento do seu ato para os mesmos, no prazo de 30 (trinta) dias;
- IX. Assinar diplomas, títulos e certificados escolares;
- X. Zelar pela imagem institucional;
- XI. Coordenar e divulgar os trabalhos que envolvem a organização da instituição (Matriz Curricular, Horários, Calendário, distribuição de aulas);
- XII. Atender a comunidade acadêmica no que tange aos aspectos pedagógicos;
- XIII. Promover o ensino, iniciação científica e extensão;
- XIV. Auxiliar nos processos de Avaliação Institucional;
- XV. Cumprir e fazer cumprir as determinações regimentais naquilo que a compete;

XVI. Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e no regimento;

XVII. Representar a diretoria junto aos órgãos externos.

O mandato dos diretores é de 02 (dois) anos a partir da data da posse, podendo haver recondução.

10.1.5. COORDENAÇÃO DE CURSO

Aos coordenadores de curso competem:

- I. Representar as coordenadorias junto aos órgãos colegiados;
 - II. Substituir o diretor em suas faltas e impedimentos, bem como exercer as atribuições que lhe forem por ele delegadas;
 - III. Convocar e presidir as reuniões das respectivas coordenadorias de curso;
 - IV. Superintender todos os serviços pedagógicos do curso;
 - V. Supervisionar e fiscalizar a execução de todas as atividades programadas no âmbito da unidade acadêmica, bem como a assiduidade dos professores;
 - VI. Coordenar, no âmbito do curso, a publicação de trabalhos didáticos e científicos;
 - VII. Examinar, decidindo em primeira instância, as questões suscitadas pelo corpo docente e representação estudantil do curso, encaminhando ao diretor, assuntos cuja solução ultrapasse a sua competência;
 - VIII. Propor ao diretor, convênios com entidades que ofereçam campo de aplicação às atividades acadêmicas;
 - IX. Exercer juntamente com o diretor a ação disciplinar no âmbito da unidade acadêmica; e
 - X. Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e neste regimento.
- O mandato do/a coordenador/a de curso/a é de 04 anos, podendo haver recondução.

10.1.6. ÓRGÃOS DE APOIO ADMINISTRATIVO

São órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas:

I - SECRETARIA ACADÊMICA

A Secretaria Acadêmica orienta e apoia nos registros, arquivo e escrituração acadêmica bem como atende aos usuários dos serviços oferecidos.

II – APOIO FINANCEIRO

O apoio financeiro engloba as atividades da tesouraria que faz a gestão de receitas, emissão de boletos, contratos de prestação de serviços educacionais, recebimentos de taxas de serviços; a gestão de benefícios que realiza o atendimento discente quanto a contratação de PROUNI, FIES, Financiamentos e bolsas institucionais e demais incentivos financeiros prestados ao corpo discente. Conta a inda com o setor contábil que sintetiza receitas, faz gestão de despesas e planejamento financeiro.

III - BIBLIOTECA

A Biblioteca controla e organiza o patrimônio bibliográfico, bem como atende aos usuários dos serviços oferecidos.

IV – NAPPA

Realiza atendimento para orientação acadêmica com vistas à melhoria do processo de ensino-aprendizagem e facilitador da integração à vida acadêmica e social dos discentes.

V – OUVIDORIA

Constitui efetivo canal de comunicação entre os órgão de gestão da IES e a comunidade acadêmica, bem como a comunidade externa. Por meio desse canal de comunicação são levantadas questões acerca de processos interno, são recebidas sugestões, reclamações e também elogios, todos constituindo importantes insumos para o aprimoramento dos processos institucionais.

VI – RECURSOS HUMANOS

É o departamento responsável pela gestão da pessoal da IES, desde a contratação a rescisão do contrato de trabalho, passando pelo acompanhamento de carga horária, emissão de folha de pagamento, controle da documentação periódica, dentre outras atividades relacionadas.

VII - COODENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO, INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTERNSÃO – CEPIC

A CEPIC apoia a implantação e coordena as atividades de pós-graduação, extensão, e iniciação científica, bem como atende aos usuários dos serviços oferecidos.

10.2. SISTEMATIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS DECISÕES COLEGIADAS E APROPRIAÇÃO PELA COMUNIDADE INTERNA

Os órgãos colegiados reúnem conforme determinação no Calendário Acadêmico e obedecem as seguintes diretrizes:

- I. Convocação pelo presidente do órgão com encaminhamento da pauta;
- II. Plenária;
- III. Registro das deliberações por meio de ATAS;
- IV. Encaminhamento das decisões para divulgação.
- V. Implementação das decisões pelos segmentos institucionais.

As decisões colegiadas são deliberadas e registradas por meio de ATA.

Os órgãos colegiados se reúnem, conforme determinação no calendário acadêmico, em sessão reservada, para analisar as matérias de suas competências, inclusive sobre as questões decididas pelas suas diversas áreas executivas, atuando como órgão máximo de deliberação.

Os órgãos colegiados adotam uma planilha própria para fazer o acompanhamento das decisões e encaminhamento das deliberações.

As decisões colegiadas são encaminhadas para divulgação através de:

- I. Portarias e/ou Resoluções que são disponibilizadas à comunidade acadêmica através do site institucional e dos painéis dispostos no campus, bem como do sistema de controle acadêmico;
- II. Informativos dos Órgãos Colegiados contendo as decisões proferidas;
- III. Site Institucional.

10.3. PROGRAMA DE GESTÃO PERMANENTE DE PESSOAS

O trabalho de uma empresa não é empoderar as pessoas, é fazê-las recordar que elas entram pela porta com o poder de criar condições para exercitá-lo. Assim, a FACISA possui premissa atual de promover a liberdade, não o controle. Para dar liberdade, porém, é preciso responsabilidade. Atualmente, a gestão de pessoas é um dos principais desafios da FACISA. O programa na FACISA possui o objetivo de sempre buscar modernização dos processos e gestão da informação institucional, dando ênfase para inovações em processos e atividades da área de Gestão de Pessoas. As principais atividades são:

- I. Transparência;
- II. Informatização de processos;

III. Gestão de conhecimento e relatórios gerenciais;

IV. Gestão de pessoas como um sistema integrado e estratégico.

Os principais princípios são:

I. Todo funcionário deve entender o negócio da empresa:

II. Os desafios sempre devem ser comunicados;

III. Praticar a honestidade;

IV. Use argumentos baseados em fatos.

10.4. CORPO DOCENTE

O Corpo Docente da FACISA UNAÍ é composto por profissionais com formação acadêmica conforme as exigências legais, além de comprovada experiência na Educação Básica e Superior. Buscando assegurar um perfil de docentes que atenda à concepção do curso, a FACISA UNAÍ busca recrutar profissionais preferencialmente com pós-graduação *stricto sensu* nas respectivas áreas de atuação.

10.4.1. Requisitos de titulação e experiência

A Instituição preza pela titulação do seu corpo docente e canaliza esforços para tal. O corpo docente selecionado tem em vista a área de formação, os títulos na área de atuação, a experiência profissional e publicações científicas.

A FACISA UNAÍ busca, sempre, alocar recursos para que o corpo docente possa se capacitar em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em médio prazo, em atendimento à LDB e às crescentes demandas institucionais.

Para o desenvolvimento de atividades do magistério, a Instituição dá preferência à contratação de professores titulados, principalmente mestres e doutores.

São consideradas atividades do magistério:

I. As que, pertinentes ao sistema indissociável de ensino, estudo, planejamento, iniciação científica e extensão, sejam imprescindíveis à produção do conhecimento e à transmissão do saber e da cultura;

II. As inerentes à administração escolar, exercidas pelos professores.

A titulação docente mínima para contratação pela FACISA é especialização.

10.4.2. Critérios de Seleção e Contratação Docente

Os professores são contratados pela Entidade Mantenedora, com base em indicação do Diretor Acadêmico da Instituição que faz a análise do perfil docente, juntamente com a coordenação acadêmica, com base no regime de leis trabalhistas e observados os critérios e normas de seleção.

O ingresso nas diferentes categorias da Carreira de Magistério dos Cursos se dá através de processo seletivo, organizado pela Diretoria Acadêmica, constante de provas escritas e práticas pedagógicas e/ou laboratoriais, acrescidas de provas de títulos, entrevista com análise do perfil docente, de acordo com a necessidade de cada curso e sua especificidade.

Para o processo seletivo são observados:

- I. Títulos acadêmicos, científicos, didáticos e profissionais, relacionados com a matéria a ser lecionada, além da idoneidade moral do candidato;
- II. Diploma de Graduação ou de Pós-graduação, correspondente ao curso, que inclua, em nível não inferior de complexidade, matéria idêntica ou afim àquela a ser ministrada;
- III. Experiência profissional na docência (Ed. Básica e Ed. Superior), fora da docência (na área de formação, fora da área de formação);
- IV. Publicações científicas nos últimos 3 anos.

Os critérios de análise dos títulos acadêmicos, para admissão no quadro docente da FACISA, envolvem os aspectos integrantes do formulário institucional para análise do perfil docente.

Em relação aos enquadramentos, serão considerados:

I - Para admissão de Professor Titular, ou promoção para essa categoria, será exigido o título de Doutor, obtido em curso nacional credenciado ou equivalente estrangeiro, ou título de Livre Docência, obtido na forma da lei ou experiência profissional e acadêmica comprovada, acrescido de trabalhos publicados;

II - Para admissão de Professor Adjunto exige-se o título de Mestre em área específica e/ou experiência profissional e acadêmica comprovada;

III - Para admissão de Professor Assistente exige-se, como titulação mínima, certificado de curso de aperfeiçoamento ou especialização, obtido para esse fim, nas condições definidas pelo Conselho Nacional de Educação ou aprovação em equivalente conjunto de disciplinas em Mestrado e /ou comprovada experiência profissional e acadêmica.

10.4.3. Qualificação profissional, plano de carreira e regime de trabalho

10.4.3.1. Regime de Trabalho

Os professores da Instituição estão subordinados a um dos seguintes contratos de trabalho:

- I. Tempo integral de 40 (quarenta) horas semanais;
- II. Tempo parcial de 12 (doze) a 39 (trinta e nove) horas semanais, com atividades de ensino e estudo, iniciação científica ou extensão;
- III. Horista com atividades somente de ensino.

A distribuição do tempo para as atividades, em cada regime de trabalho, compete à Coordenação Acadêmica que levará em conta os pareceres dos Núcleo Docente Estruturante, respeitados os trâmites internos desses órgãos.

10.4.3.2. Experiência Acadêmica no Magistério Superior e Não Acadêmica

A experiência profissional do corpo docente é relevante no processo de admissão na docência superior da FACISA e são considerados:

- I.Experiência Acadêmica;
- II.Experiência na Educação Básica;
- III. Experiência fora do Magistério, em qualquer área correlata à formação;
- IV.Experiência profissional na área de formação.

A experiência profissional é importante para a formação do perfil do egresso porque a vivência profissional auxilia na solução dos problemas levantados pelos acadêmicos e dá mais segurança ao professor na transposição da teoria para a prática.

A experiência profissional é critério de admissão e progressão na carreira do magistério da FACISA já que ela considera que a vivência dos desafios do mercado de trabalho possibilita uma visão mais ampla das questões profissionais inerentes a cada curso. Neste sentido, tornam-se fundamentais as experiências dos professores, já que auxiliam a formação de profissionais autônomos, capazes de tomar decisões e de se adaptarem às mais diversas situações.

Para a contratação docente é realizada a análise do perfil docente, pela diretora acadêmica. A respectiva análise é registrada em formulário que é parte integrante do processo de contratação, e as respectivas experiências são critérios de análises e pontuadas, conforme tabela abaixo:

Tabela 7 – Experiência Profissional no Magistério e Fora Dele

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL						
CRITÉRIO DE ANÁLISE	12 meses a 23 meses	24 meses a 35 meses	36 meses a 47 meses	48 meses a 59 meses	60 meses ou acima	
Docência Superior	2 pontos	3 pontos	4 pontos	5 pontos	6 pontos	
Docência na Educação Básica	1 ponto	2 pontos	2 pontos	2 pontos	2 pontos	
Fora do Magistério	1 ponto	2 pontos	2 pontos	2 pontos	2 pontos	
Fora do Magistério na área de Formação	2 pontos	3 pontos	4 pontos	5 pontos	5 pontos	

10.4.3.3. Plano de Carreira

O Plano de Carreira da FACISA foi protocolado no Ministério do Trabalho, o qual orienta as ações institucionais em relação à progressão da carreira dos docentes e técnicos-administrativos, além de conter o programa de capacitação docente, inclusive com a oferta da formação em Libras.

O Plano de Carreira da FACISA UNAI é gerenciado pela Congregação que, dentre outras funções, estabelece padrões de desempenho acadêmico considerados satisfatórios, incentiva, examina e promove a produção científica e organiza os processos de seleção e progressão na carreira, examinando e distribuindo a pareceristas externos, os relatórios emitidos pelos docentes com vistas à progressão de níveis e categorias.

A FACISA UNAI, como instituição de educação nacional, busca o favorecimento do saber puro e aplicado, incentiva projetos de capacitação, tendo por objetivos, nas áreas dos cursos que ministra:

- I. Investir, futuramente, em ações que possam proporcionar a qualificação do seu corpo social em cursos de pós-graduação *stricto sensu*;

- II. Garantir remuneração condigna aos profissionais que empreenderem o processo de qualificação, habilitação e aperfeiçoamento gradual com vistas ao máximo aproveitamento de suas próprias potencialidades;
- III. Favorecer o envolvimento do profissional com a Instituição, estabelecendo uma relação de cooperação mútua, em que cada parte assuma consciente responsabilidade pela melhoria do desempenho da Instituição como um todo;
- IV. Valorizar a atividade profissional como essencial à vitalidade do corpo acadêmico, ao qual se relaciona toda e qualquer atividade de iniciação científica e extensão;
- V. Propiciar a melhoria da qualidade da intervenção dos profissionais em sua realidade - contexto imediato como consequência direta de seu processo de aperfeiçoamento e qualificação;
- VI. Proporcionar oportunidades para melhorar o nível das contribuições da comunidade científica e a evolução do conhecimento construído pela humanidade, propiciando condições para atividades de iniciação científica;
- VII. Oferecer o máximo de oportunidades de participação dos profissionais em eventos científicos (seminários, palestras, conferências e congressos) que venham enriquecer sua qualificação e consequente atuação.

10.5 PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO EVENTUAL DOS PROFESSORES DO QUADRO

Os procedimentos para substituição eventual dos professores obedecerão aos critérios estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, Convenção Coletiva do Trabalho, Regimento Interno e Plano de Carreira e Salários, garantindo os direitos do docente e daquele que o substituirá.

Conforme Convenção Coletiva do Trabalho – SINPRO/SINEP Norte, o docente contratado para substituição eventual, ou por prazo determinado, faz jus a salário igual ao que o seria pago ao substituído, inclusive as férias e recesso proporcionais para aqueles que mantiverem a contratação e terminarem o semestre ou ano letivo.

As substituições docentes serão efetuadas de acordo com as seguintes situações:

I. RESCISÃO CONTRATUAL

Quando há saída de um professor, seja através de demissão ou a pedido, a mesma deverá obedecer aos trâmites e direitos legais. A carga horária disponibilizada, devido a saída do professor, deve ser, inicialmente, oferecida ao copo docente interno e, caso não haja interesse

de ninguém, será realizada nova seleção para composição do quadro respeitando os critérios de seleção e contratação (acima).

II. LICENÇA NÃO REMUNERADA E LICENÇA MATERNIDADE

Para substituição a docente em Licença não Remunerada é realizado novo processo seletivo obedecendo aos critérios de seleção e contratação (acima) ou avaliado professor interno que tenha interesse em aumentar a carga horária por um período determinado. Quando o professor retorna, é feita uma avaliação do professor substituto e, caso seja possível mantê-lo na instituição ou, no caso de professor da instituição, manter a carga horária em outras disciplinas, já que é considerado prerrogativa do professor que solicitou a licença voltar a lecionar as mesmas unidades curriculares. Apenas não havendo disciplinas para o substituto, ele é rescindido de acordo com determinações legais.

III. LICENÇA SAÚDE

Quando a licença para tratamento de saúde for superior a 15 (quinze) dias, verifica-se um atual professor que possui domínio da unidade curricular, observa seu interesse e disponibilidade, e repassa-lhe temporariamente a disciplina. É assinada uma ata, documentando que após o retorno do professor estas unidades curriculares serão retornadas para o anterior.

IV. AFASTAMENTO POR QUESTÕES PESSOAIS

Quando o professor precisa ausentar-se das suas atividades por questões pessoais por tempo inferior a 15 (quinze) dias, geralmente um dia letivo, o professor deverá encaminhar um exercício ou trabalho para ser repassado pela coordenação de curso, que, após entendimento das instruções, repassa aos acadêmicos, e depois entrega ao professor em seu retorno.

V. AUSÊNCIAS INJUSTIFICADAS

Havendo, entretanto, ausências constantes que comprometam o ensino, o professor é convidado pelos órgãos de gestão acadêmica para esclarecimentos, e, não havendo uma justificativa ou mudança de postura, zelando pela qualidade do ensino, efetua-se a substituição definitiva deste.

10.6 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE

Tabela 8 – Cronograma de Expansão do Corpo Docente

CORPO DOCENTE	2023	2024	2025	2026	2027
Nº de Professores	48	58	68	78	88

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 9 – Cronograma de Expansão da Titulação Docente

TITULAÇÃO	2023	2024	2025	2026	2027
Especialistas	17	18	18	20	19
%	<i>36%</i>	<i>31%</i>	<i>27%</i>	<i>25%</i>	<i>22%</i>
Mestres	25	32	37	42	50
%	<i>53%</i>	<i>54%</i>	<i>54%</i>	<i>54%</i>	<i>57%</i>
Doutores	6	8	13	19	19
%	<i>11%</i>	<i>15%</i>	<i>19%</i>	<i>21%</i>	<i>21%</i>
TOTAL	48	58	68	78	88

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 10 – Cronograma de Expansão do Regime de Trabalho Docente

REGIME DE TRABALHO	2023	2024	2025	2026	2027
Horista	5	6	8	10	10
%	<i>10%</i>	<i>11%</i>	<i>12%</i>	<i>13%</i>	<i>12%</i>
Parcial	31	36	42	46	52
%	<i>65%</i>	<i>63%</i>	<i>61%</i>	<i>59%</i>	<i>59%</i>
Integral	12	16	18	22	26
%	<i>25%</i>	<i>26%</i>	<i>27%</i>	<i>28%</i>	<i>29%</i>
TOTAL	48	58	68	78	88

Fonte: Elaboração própria.

10.7 COERÊNCIA ENTRE O PLANO DE CARREIRA E A GESTÃO DO CORPO DOCENTE

O Plano de Carreira tem por finalidade disciplinar o trabalho e as atividades de magistério, nas áreas do ensino, da iniciação científica e da extensão, nos cursos de graduação, exceto quando relacionado aos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) e as atividades administrativas da FACISA, que seguem regulamentação específica. Ele serve de base e direcionamento para as discussões, estando aberto para alterações que contemplem interesses comuns e atendam ao dissídio da categoria.

Entende-se por atividade de magistério escolar e superior, aquela que exige, para o seu exercício, formação escolar e/ou universitária, com os seguintes objetivos:

- I. Que sejam pertinentes à iniciação científica, ao ensino de graduação e de pós-graduação, que visem à produção, ampliação, e transmissão do saber;
- II. Que sejam pertinentes ao ensino da educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino técnico, quando tratar-se de magistério escolar;
- III. Que sejam pertinentes ao ensino dos cursos superiores de graduação, pós-graduação e extensão, quando tratar-se de magistério superior;
- IV. Que priorizem a qualificação acadêmica;
- V. Que se estendam à comunidade, sob a forma de cursos, serviços, atividades de integração e transferência de tecnologia;
- VI. Que sejam inerentes à administração acadêmica, em consonância com as normas vigentes na Instituição.

Cada categoria docente compreende quatro níveis, designados pelos algarismos romanos I a IV além do nível Iniciante.

Professor Especialista é o profissional da área de ensino que, além do curso de graduação, possui o curso de especialização, o qual, devidamente credenciado pelos órgãos, exerce atividades de docência em curso superior.

Professor Mestre é o profissional da área de ensino que possui, além do curso de graduação, pós-graduação *stricto sensu* em nível de mestrado, o qual, devidamente credenciado, exerce atividades de docência em cursos superiores de graduação ou pós-graduação.

Professor Doutor é o profissional da área de ensino que possui, além do curso de graduação, pós-graduação *stricto sensu* em nível de doutorado, o qual, devidamente credenciado, exerce atividades de docência em cursos superiores de graduação ou pós-graduação.

Professor Pós-Doutor é o profissional da área de ensino que possui, além do curso de graduação, pós-graduação *stricto sensu* em nível de doutorado e pós-doutorado, o qual, devidamente credenciado, exerce atividades de docência em cursos superiores de graduação ou pós-graduação.

Professor Substituto é o profissional devidamente habilitado na área de ensino que, em caso de necessidade do afastamento de qualquer Docente, irá substituí-lo por prazo certo e determinado, nunca superior a seis meses, salvo comprovada necessidade.

Os Professores das categorias especiais, como Intérprete para Deficientes auditivos, serão enquadrados na categoria em que forem habilitados (especialista, mestre ou doutor).

10.8 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O corpo técnico-administrativo da FACISA é constituído por pessoas comprometidas que prestam serviços de apoio técnico, administrativo, operacional e de assessoramento a todos os órgãos e níveis hierárquicos da Instituição, cuja carreira está estruturada através de documento referenciado pelo Conselho Superior.

Os colaboradores desempenham as seguintes funções:

- I. Gerenciais: administração, coordenação, supervisão e avaliação;
- II. Atividades técnicas de assessoria e suporte a administração superior ou intermediária, que demandem análises, pareceres, procedimentos e execução;

- III. Atividades de apoio administrativo;
- IV. Atividades de apoio operacional em execução de serviços gerais necessários ao bom desempenho institucional.

10.8.1. Critérios de seleção e contratação

A admissão de profissionais do corpo técnico-administrativo, é condicionada à existência de vagas, ouvida a Direção Geral. A contratação é efetuada após seleção, análise de currículo, entrevista e testes de conhecimentos específicos adequados ao cargo.

10.8.2. Qualificação, planos de carreira e regime de trabalho

A política de capacitação do corpo técnico-administrativo e formação continuada proporcionará condições para:

- I. Participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais como ouvinte e como iniciação cientificador;
- II. Cursos de desenvolvimento pessoal, envolvendo temas, como:
 - a) Sistema de Controle Acadêmico *Virtual Class*;
 - b) Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES;
 - c) Exame Nacional de Desempenho do Estudante – ENADE;
 - d) Manutenção Patrimonial;
 - e) Orçamento e Planejamento Econômico Financeiro;
 - f) Outros emergentes.
- III. Cursos de qualificação acadêmica por meio de cursos de Mestrado e/ou Doutorado, em instituições nacionais e internacionais, que poderão firmar convênio de cooperação mútua. Considera-se, para efeito de procedimentos de qualificação do corpo técnico-administrativo, os cursos de curta duração (extensão, palestras, seminários e congressos) e os de longa duração tais como os de especialização, pós-graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado). Os valores incorporados ao custeio referem-se a despesas com transportes, hospedagem, alimentação e valor específico do curso, quando se tratar de curso de curta duração. Para os cursos de longa duração, o custeio refere-se a taxas de inscrição, matrícula e mensalidade. Para efeito de concessão de bolsas, são observados os critérios estabelecidos no Plano de Carreira Docente, obedecendo às disponibilidades financeiras e o interesse da Instituição em ter o seu docente/administrativo vinculado a um curso em outra escola ou no programa interno de capacitação.

O Programa de Capacitação do Corpo Técnico-Administrativo está regulamentado e aprovado pelo órgão colegiado competente.

10.8.3. Plano de carreira e/ou cargos e salários

O Plano de Carreira do Corpo Técnico-Administrativo da FACISA tem uma forte convicção na busca de melhorias contínuas dos padrões de excelência, no qual focaliza o fator competência da Instituição, equipe e profissionais. O Plano tem como finalidade fomentar o crescimento do corpo Técnico-Administrativo, como forma de incentivo e reconhecimento às habilidades dos profissionais da Instituição.

10.8.4. Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo

Em função do crescimento das atividades técnico-pedagógicas, com a possível implantação de novos cursos na Instituição e a reforma da estrutura organizacional, torna-se necessária a expansão do corpo técnico-administrativo para atender a demanda de serviços, nos próximos anos.

Tabela 12 – Cronograma de Expansão do Corpo Técnico-Administrativo

CORPO ADMINISTRATIVO	2023	2024	2025	2026	2027
Nº de Técnicos	32	37	43	53	63

Fonte: Elaboração própria.

11 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

11.1 PROCESSOS DE GESTÃO INSTITUCIONAL

Para sua organização acadêmico-administrativa a Faculdade FACISA obedece aos seguintes princípios:

- I. Unidade de patrimônio e de administração;

- II. Estrutura orgânica, formada por órgãos colegiados, administrativos e de apoio;
- III. Racionalidade de organização, com utilização plena de recursos materiais e humanos;
- IV. Universalidade de campo, pelo cultivo de áreas fundamentais do conhecimento humano;
- V. Flexibilidade de métodos e critérios, com vistas às diferenças individuais dos alunos, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de educação superior e projetos de iniciação científica;
- VI. Cooperação entre os diversos órgãos universitários, responsáveis pelos estudos e demais atividades empreendidas em cada curso, projeto ou programa.

As bases institucionais da FACISA estão definidas em seu Regimento Geral. Rege-se também pela legislação educacional, pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis, pelo seu Regimento Geral e normas emanadas de seus Conselhos Superiores. O Regimento Geral define suas finalidades e objetivos, sua estrutura organizacional básica, as funções do ensino, iniciação científica, extensão e cultura, o regime acadêmico, funcional, disciplinar e as relações com a entidade mantenedora.

11.2 REPRESENTATIVIDADE DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, DICENTE E SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA.

Para a organização dos órgãos colegiados e conselhos, são respeitadas a autonomia de cada um e sua composição envolve representatividade de cada segmento da comunidade acadêmica: docentes, discentes, técnico-administrativos, bem como da sociedade civil, nos processos decisórios. Em destaque, a participação de docentes e discentes no desenvolvimento do PPC é viabilizada por meio da representatividade nos colegiados de curso, do trabalho de discussão sistemática no Núcleo Docente Estruturante (NDE), dos debates na formação continuada docente, em fóruns e semanas acadêmicas.

12 DESENVOLVIMENTO DE CURSOS

12.1 CRONOGRAMA DE ABERTURA DE CURSOS

Considerando o contexto sócio-cultural, geográfico e histórico, a FACISA UNAI desenvolve seu Plano de Implantação e Implementação dos Cursos Superiores, baseando-se nos aspectos de relevância que podem ser depreendidos da análise dos dados, acima realizada, e dos seus próprios objetivos, enquanto Instituição voltada para o desenvolvimento regional, a saber:

- I. Contribuir com o desenvolvimento econômico e humano da região através da formação de profissionais qualificados e cidadãos conscientes em novos cursos de graduação;
- II. Considerar a demanda de mercado, apontada em iniciação científica, para áreas que ainda não são contempladas pela IES da região;
- III. Interferir positivamente na comunidade local através de trabalhos de iniciação científica e de atividades de extensão.

Entendemos que tal posicionamento se alinha às metas de democratização do acesso ao ensino superior entendida em sua forma ampla, que inclui a garantia da permanência do acadêmico não só pela qualidade superior das propostas que serão implantadas, mas também pela prática de mensalidades compatíveis com a realidade socioeconômica.

Cronograma de Expansão na Vigência do PDI

Além dos cursos já autorizados (Medicina Veterinária: 80 vagas, Enfermagem: 100 diurno e 100 noturno), Serviço Social: 80 vagas, Farmácia: 100 vagas, e Psicologia: 100 vagas), a FACISA pretende implantar, dentro da vigência deste PDI, os cursos relacionados no quadro a seguir.

Quadro 7 – Cronograma de Expansão dos Cursos de Graduação Presenciais

Curso	Modalidade	Nº de Vagas	Turno	Regime de Matrícula	2	2	2	2	2
					0	0	0	0	0
					2	2	2	2	2
					3	4	5	6	7
Fonoaudiologia	Bacharelado	80	Noturno	Seriado Semestral			x		
Nutrição	Bacharelado	80	Noturno	Seriado Semestral		x			
Medicina	Bacharelado	100	Integral	Seriado Semestral				x	x
Odontologia	Bacharelado	100	Noturno	Seriado Semestral	x				
Terapia Ocupacional	Bacharelado	80	Noturno	Seriado Semestral	x				

Fonte: Elaboração própria.

12.2 OFERTA DE CURSOS DE EXTENSÃO

Na FACISA, caracterizam-se como eventos: cursos de extensão e aperfeiçoamento, feiras, exposições, simpósios, seminários, semanas, jornadas, festivais, mostras, congressos, visitas técnicas, encontros, palestras, conferências, oficinas, workshops, fóruns e outras ações com características similares. O CEPIC atende e orienta professores e acadêmicos na elaboração e execução de cursos e eventos no âmbito institucional, incentiva a proposição de novos projetos de eventos, fornece informações referentes a eventos ao público externo e recebe, analisa e emite parecer às propostas de eventos.

Os eventos podem ser propostos, internamente, por coordenadores de curso, professores, alunos, funcionários e entidades estudantis. Além disso, empresas e instituições externas podem solicitar ou propor eventos. A Tabela 11, apresenta a projeção para os cursos de extensão e de eventos a serem oferecidos no período deste PDI.

Tabela 11 – Projeção do número de eventos de extensão oferecidos pela FACISA

INDICADORES	2023	2024	2025	2026	2027
Número de eventos	11	15	18	20	12
Público atingido	2100	3000	3500	4000	5000

13. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS DA IES

A sustentabilidade financeira é um indicador fundamental para as ações de gestão da instituição e pode ser verificada na Demonstração de Resultado do Exercício e Balanço Patrimonial, organizados anualmente pelo serviço de contabilidade terceirizado. Referidos documentos contábeis demonstram as receitas auferidas pela instituição em determinado exercício financeiro (ano calendário) e confronta esses dados com as despesas, estas compostas pelo passivo circulante, obrigações circulantes, obrigações tributárias dentre outras obrigações de curto e longo prazo. Os resultados demonstram que a instituição mantém-se superavitária, uma vez que suas receitas têm superado as despesas e a provisão de receitas e despesas que compõem a previsão orçamentária mantêm-se nessa mesma linha, visando a manutenção do equilíbrio no fluxo de caixa e, ainda, atender aos investimentos necessários.

13.1 ESTRATÉGIA DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

A gestão econômico-financeira é de responsabilidade da entidade mantenedora, cabendo, portanto, à IES, sua execução operacional, sendo considerados os Planejamentos Econômico-financeiros dos Cursos.

Como recursos financeiros, a mantenedora conta com os valores referentes às mensalidades e taxas pagas pelos alunos diretamente à instituição (que até o ano de 2022 incluirão parcelas de coparticipação dos alunos beneficiários do FIES). Conta, também, com recursos de repasses do FIES e Novo FIES, este referente a alunos ingressantes a partir de 2018/1, repasses de coparticipação de alunos beneficiários do Novo FIES efetuados pelo agente financeiro CAIXA Econômica Federal.

Os recursos retro mencionados somados ao crédito do PROUNI (que nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal nº 1394 de 12.09.2013 e Instrução Normativa da Receita Federal nº 1476 de 01.07.2014 são destinados a compensação dos impostos Cofins, PIS, CSLL e IRPJ) constituem o grupo de rendimentos à disposição da mantenedora para manutenção das despesas, sendo estas programadas em conformidade com aqueles.

13.2 RELAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO FINANCEIRO E A GESTÃO INSTITUCIONAL

Uma das principais ferramentas de gestão financeira é o orçamento que busca manter o equilíbrio entre receitas e despesas de todas as áreas da FACISA, com a participação dos gestores das áreas envolvidas. A atualização se dá tendo em vista as condições reais manifestas no cenário econômico externo – como índices de inflação, projeções econômicas do PIB, análise de valores de mensalidades de IES concorrentes, entre outras – e no histórico dos resultados internos realizados. Este último, leva em conta um conjunto complexo de variáveis entre as quais se destacam: número de alunos matriculados, índices de evasão e inadimplência, carga horária docente, custeio em geral, investimentos realizados, entre outros.

A elaboração orçamentária considera dois processos: o orçamento de custeio e o de investimentos. O orçamento de custeio tem como objetivo identificar os componentes do planejamento financeiro com a utilização de um sistema orçamentário, entendido como um plano que abrange o conjunto de dispêndios das operações anuais de uma instituição. O Orçamento de Investimentos, por sua vez, compreende todos os gastos extraordinários com aquisição de bens tangíveis ou intangíveis – com vida útil superior a um ano e destinados a

auxiliar as atividades da instituição – e com manutenções, cujo valor seja superior à média histórica realizada e não prevista no Orçamento de Custeio.

13.3 DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

A atividade de toda e qualquer Instituição de ensino necessita de uma análise, interpretação, registro e controle de todos os fatos de ordem financeira que permitam analisar o presente, prever e quantificar ações no futuro. Em Instituições de Ensino Superior, a autonomia de gestão financeira e patrimonial consiste na capacidade de gerir recursos financeiros e patrimoniais, disponibilizados.

A proposta orçamentaria da FACISA é elaborada com base na previsão de receitas e dotação orçamentária que a instituição tem, considerando que seus recursos financeiros advêm principalmente das mensalidades pagas pelos discentes, recursos do FIES e recebimentos do Financiamento Interno que a instituição ofereceu no período de 2015 a 2019. Essas receitas constituem as fontes essenciais para o financiamento do desenvolvimento de suas atividades e manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da instituição.

A distribuição dos recursos obedece ao planejamento financeiro que, por sua vez, toma por base o orçamento de custeio e orçamento de investimentos, primando sempre pelo equilíbrio entre as receitas e as despesas da instituição, garantindo ainda os investimentos necessários.

A sustentabilidade financeira está planejada de forma que as receitas auferidas serão adequadas para fazer frente as despesas previstas.

Os Balanços Patrimoniais, produzidos pela contabilidade da instituição (serviço terceirizado), constituem importante ferramenta para análise comparativa e revisional do planejamento financeiro da IES especialmente no que tange a alocação de recursos para investimentos.

Para acompanhamento das receitas, cabe ressaltar que a faculdade faz uso de um sistema acadêmico integrado ao sistema financeiro-contábil, de forma a promover o acompanhamento da situação gerencial da Instituição e individual do aluno com relação ao pagamento de mensalidades, taxas, devoluções, inadimplência e tudo que envolve as receitas.

Assim, é possibilitado o acompanhamento periódico do fluxo de receitas e despesas e a formação de insumos e indicadores para a adequada gestão dos custos, despesas e receitas garantindo a sustentabilidade financeira da instituição.

13.4 POLITICAS PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS E PLANOS DE INVESTIMENTO

Os investimentos serão realizados com recursos alocados dos resultados financeiros apurados ano a ano. Essa alocação de recursos leva em consideração os relatórios da avaliação institucional como indicativos das reais necessidades.

Quando o resultado financeiro não for positivo, caberá à mantenedora suportar os investimentos, total ou parcialmente.

13.5 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO PDI

A tabela abaixo mostra a evolução de receitas, despesas e investimentos, para o período de planejamento de 5 anos, segundo o padrão de reporte do sistema e-MEC, que combina despesas e gastos com investimentos para apuração do resultado esperado no ano.

	2023	2024	2025	2026	2027
Receitas	10.279.208,58	10.546.752,00	10.368.488,31	10.932.766,88	11.872.766,88
Despesas e Investimentos	6.908.335,74	8.222.830,49	8.770.369,24	8.280.799,20	9.694.400,00
<i>Resultado</i>	3.370.872,84	2.323.921,51	1.598.119,07	2.651.967,68	2.178.366,88

*Previsto

13.7 – PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO	2023	2024	2025	2026	2027
Receitas					
Anuidades/Mensalidades	8.672.766,88	8.972.766,88	9.272.766,88	9.572.766,88	9.872.766,88
Diversos	106.359,16	273.985,12	95.721,43	160.000,00	500.000
Financiamento	1.500.000,00	1.300.000,00	1.000.000,00	1.200.000,00	1.500.000,00
Taxas	82,54	0	0	0	0
RECEITA BRUTA	10.279.208,58	10.546.752,00	10.368.488,31	10.932.766,88	11.872.766,88
Inadimplência (-)	20%	20%	20%	20%	20%
Despesas					
1. PESSOAL					
Docente	1.548.662,39	1.920.000,00	1.284.000,00	2.040.000,00	2.560.000,00
Técnico-administrativo	1.320.000,00	1.576.000,00	1.832.000,00	1.936.000,00	2.100.000,00
Encargos	1.076.559,03	1.152.943,16	1.208.224,58	1.336.000,00	1.819.395,00
2. MANUTENÇÃO					
Consumo	133.578,16	128.427,85	86.615,87	70.000,00	135.000,00
Reformas	504.843,69	347.238,63	450.000,00	650.000,00	550.000,00
Aluguel	403.977,54	601.638,83	719.361,98	470.557,21	804.000,00

3. INVESTIMENTO					
Mobiliário	435.796,80	250.000,00	200.000,00	350.000,00	100.000,00
Equipamentos	77.898,38	80.000,00	100.000,00	200.000,00	40.000,00
Biblioteca	221.587,89	100.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
4. OUTROS					
Treinamento	3.000,00	15.000,00	31.679,22	15.000,00	8.000,00
Pesquisa e Extensão	10.000,00	25.000,00	72.000,00	82.000,00	80.000,00
Eventos	16.551,83	9.038,91	8.203,43	6.900,00	20.000,00
Diversos	1.155.880,03	2.017.543,11	2.728.284,16	1.074.341,99	1.428.005,00
DESPESA OPERACIONAL	1.920.714,93	2.496.582,02	3.190.166,81	1.778.241,99	1.726.005,00

13.8 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA: RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A Gestão econômico-financeira da FACISA objetiva promover a sustentabilidade financeira aliada à sua capacidade de investimentos — em consonância com os objetivos e metas previstos no Planejamento Estratégico, ou seja, modernizar, manter e otimizar a infraestrutura física e tecnológica e garantir o desenvolvimento institucional sustentável. Esta é necessária para manter, aprimorar e expandir as atividades de ensino, iniciação científica e extensão, de acordo com os princípios éticos, participativos e de transparência.

As estratégias de gestão econômico-financeira da FACISA são desenvolvidas a partir da análise de cenários econômicos externos e internos, em sintonia com os objetivos institucionais definidos no Planejamento Estratégico e no Plano de Desenvolvimento Institucional. Essas análises são decorrentes do acompanhamento dos diversos indicadores (criamos a Sala de Situação) de resultados e das tendências de desenvolvimento institucional, assim como das alterações e orientações legais das políticas governamentais. Auxiliam nesse processo os sistemas de informação e comunicação. Estes possibilitam o acesso a um conjunto expressivo de dados e consequentes meta-análises que subsidiam os processos de discussão nas diversas instâncias de gestão institucional e de tomada de decisão.

Os recursos financeiros da IES são oriundos essencialmente do recebimento das mensalidades dos cursos de graduação, extensão, taxas e dotações financeiras da Mantenedora e são regidos pelo orçamento da Instituição que disciplina a previsão da receita e a fixação das despesas.

Uma vez captados os recursos, estes são alocados para as atividades de ensino, iniciação científica, extensão e gestão para que possam suprir as necessidades em decorrência da realização das atividades planejadas a serem executadas.

Também são mantidas as atividades operacionais, investimentos em infraestrutura da IES, aquisição de materiais e equipamentos para a área administrativa e laboratórios, assim como o efetivo pagamento de suas obrigações legais.

Este PDI é o documento que norteia a alocação de recursos por definir os investimentos necessários para a manutenção e ampliação das instalações. Também é solicitada, pelos coordenadores de curso, de acordo com o previsto em seu PPC, a alocação de recursos para implantação, implementação e/ou ampliação de laboratórios e acervo bibliográfico.

O dirigente principal da IES é responsável pela gestão estratégica e operacional das finanças da IES e compatibilização dos recursos recebidos com as necessidades institucionais, visando à manutenção do equilíbrio financeiro da Instituição, por meio do acompanhamento sistemático da receita/despesa e indicadores de desempenho.

O desempenho econômico-financeiro e o comportamento e evolução da receita e da despesa são monitorados pela Mantenedora com a supervisão da IES. Ressalta-se a estreita colaboração entre a Mantenedora e a Mantida, por intermédio de seus dirigentes superiores, o que facilita a promoção das atividades consideradas adequadas, a cada momento do crescimento institucional. Os ajustes são promovidos sempre que necessário, na receita, despesa ou nos investimentos, com as revisões orçamentárias.

A gestão de custos e o ponto de equilíbrio são ferramentas utilizadas para análise do custo, do número de alunos necessários à abertura de turmas e dos indicadores de sustentabilidade. O ponto de equilíbrio é o volume calculado de alunos, no qual as receitas totais da instituição igualam-se aos custos e despesas totais, portanto, assegurando o desenvolvimento institucional sustentável, objetivo este previsto no Planejamento Estratégico.

Com planejamento e prioridades bem definidas, os recursos provenientes das mensalidades são aplicados diligentemente em favor do seu projeto educacional e, conseqüentemente, dos alunos. Essa prática assegura para que o desenvolvimento da IES seja efetivo e previsível.

Vale ressaltar que a IES mantém vários programas na área acadêmica para captação e manutenção dos alunos que, além de ajudá-los na efetivação dos seus estudos superiores, contribuem para a realização da receita prevista, possibilitando, à Instituição, o cumprimento do seu plano de investimentos e das despesas de custeio. Para o acompanhamento da

inadimplência, há um setor responsável que analisa alternativas de pagamento dos débitos vencidos, para possibilitar ao aluno a continuidade dos estudos.

O orçamento é uma ferramenta indispensável para que os gestores acompanhem as finanças da Instituição, comparando o previsto com o realizado. Ele é elaborado de forma participativa, englobando todos os setores e núcleos da Instituição.

A Controladoria é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises econômicas, financeiras, físicas e de produtividade, reunindo, no balancete, as informações de todos os setores responsáveis pela geração de despesa e de receita, para avaliação contábil da Instituição. Tem como principais funções a execução da contabilização de operações financeiras e de bens patrimoniais, o registro e a escrituração contábil da documentação e dos atos e fatos administrativos, a elaboração das demonstrações contábil e financeira, a análise e conferência da documentação das transações, a manutenção dos arquivos dos livros e documentação das transações, a elaboração de programas e procedimentos para encerramento do balanço geral e atualização do plano de contas.

A gestão orçamentária e a gestão econômico-financeira são de responsabilidade do dirigente principal da IES, a quem cabe autorizar os pagamentos dos recursos humanos (professores, técnico-administrativos e colaboradores) e outras despesas de custeio, de acordo com orçamento operacional.

A projeção orçamentária é, portanto, o instrumento que possibilita integrar as quantificações das ações e os resultados de curto prazo da instituição, visando ao alcance dos seus objetivos, com a máxima eficiência. Esta atua também como elo gerencial entre a atuação da FACISA no curto prazo e a sua estratégia, refletindo os caminhos em direção aos seus objetivos de longo prazo. Enfim, tem-se que os investimentos são realizados, tendo presente as metas e ações dispostas no PDI da IES.

Conforme Plano de Investimento, a mantenedora distribui 25% de créditos para o desenvolvimento institucional conforma tabela abaixo.

Tabela 15 – Distribuição de Créditos para Desenvolvimento Institucional

METAS	2023	2024	2025	2026	2027
Implantação de Novos Cursos	-	5%	5%	5%	5%
Implantação de EAD	-	11%	10%	8%	4%

Implantação de Polos EAD	-	6%	6%	8%	10%
Investimento em Iniciação científica	-	3%	4%	4%	6%

Fonte: Elaboração própria.

O monitoramento e acompanhamento da distribuição de créditos fica a cargo da mantenedora em parceria com a Diretoria Administrativa Financeira.

13.9 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA: PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE INTERNA

A proposta orçamentária considera as futuras análises dos relatórios de avaliação interna e prevê ciência, participação e acompanhamento das instâncias gestoras e acadêmicas possibilitando a tomada de decisões interna.

O planejamento financeiro da IES considera, no que diz respeito à receita e à despesa, um demonstrativo geral para cada curso. O preço dos serviços educacionais e as relações entre a mantenedora, a IES e o aluno (ou seu responsável, juridicamente), são fixados em contrato de prestação de serviços educacionais, elaborado na forma da lei e firmado entre as partes, no ato da matrícula, em cada período letivo.

Todo o planejamento financeiro da IES está relacionado com a gestão do ensino, da iniciação científica e da extensão, em conformidade com este PDI.

As despesas de pessoal são estimadas com base nos salários docentes e do pessoal técnico-administrativo e de apoio na região. Aos salários são acrescidos os encargos sociais (diretos e indiretos). As demais despesas de custeio (material de expediente, material didático, material de laboratório, material de limpeza etc.) são estimadas segundo os custos apurados nos cursos ofertados.

Os investimentos são estimados com base nos cronogramas, instalações físicas, aquisição de equipamentos, máquinas, aparelhos e outros materiais permanentes, a preços de mercado, conforme levantamento realizado. Assim, a IES é planejada para atuar com autonomia de gestão econômico-financeira. A estratégia de gestão econômico-financeira prevê a transferência de valores da mantenedora para alavancar os recursos destinados a melhorias da qualidade dos cursos oferecidos, ao lançamento de cursos novos, à expansão de programas e outros

investimentos em que o caixa da IES não disponha de recursos. A estratégia está consolidada no princípio da autonomia de gestão acadêmica e financeira da entidade. Dessa forma, seu planejamento de gestão autossustentável só é descontinuado quando da necessidade da Mantenedora suprir temporariamente recursos em situações bem definidas.

Os ajustes são promovidos sempre que necessário, na receita, despesa ou nos investimentos, por meio de revisões orçamentárias.

13.10 PLANOS DE INVESTIMENTOS E PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O plano de investimento da FACISA é elaborado considerando:

- I. Pessoal;
- II. Custeio;
- III. Investimento;
- IV. Iniciação científica e Desenvolvimento;
- V. Despesas emergentes.

As fontes de receita envolvem:

- I. Anuidade / Mensalidade;
- II. Repasses do FIES;
- III. Financiamentos;
- IV. Serviços;
- V. Taxas.

A receita decorrente do recebimento de mensalidades é projetada considerando o reajuste nas mensalidades, o número de alunos ingressantes em cada semestre, a evasão de alunos, conclusão de curso e taxa de inadimplência. A projeção de repasses do FIES e Novo FIES é feita considerando o número de vagas ofertadas semestralmente no programa, bem como transferências e encerramentos.

Além dos recursos descritos, passarão a compor as receitas da instituição, a partir de janeiro de 2020, os valores referentes às quitações do Parcelamento Estendido (Financiamento Interno).

As contas orçamentárias que compõem as despesas são:

- I. Pessoal – Remuneração de Professores Ativos

- a) Folha de Pagamento
- II. Pessoal – Remuneração de Pessoal Técnico-Administrativo/Pedagógico
 - a) Folha de Pagamento
- III. Pessoal – Benefícios e Encargos Sociais
 - a) Encargos
- IV. Outras Despesas de Custeio
 - a) Material de Escritório;
 - b) Juros de dívidas;
 - c) Aluguel;
 - d) Serviços de Terceiros;
 - e) Manutenção de Equipamentos;
 - f) Água, Energia, Telefone, Internet;
 - g) Aquisição de material de consumo (materiais de expediente, limpeza, construção, etc.);
 - h) Contratação de serviços (manutenção hidráulica, elétrica, jardinagem etc.).
- V. Investimento (despesas de Capital)
 - a) Obras;
 - b) Construções e Reformas;
 - c) Instalações e aquisição de equipamentos e materiais permanentes (computadores, mobiliário, etc.);
 - d) Acervo.
- VI. Iniciação científica e Desenvolvimento
 - a) Incentivo à Iniciação científica
 - b) Extensão;
 - c) Eventos;
 - d) Treinamentos.
- VII. Outras despesas
 - a) Despesas emergentes.

Previsão Orçamentária e Cronograma de Execução (5 Anos)

A proposta orçamentária foi elaborada considerando as políticas de ensino, extensão e incentivo à iniciação científica. São fontes captadoras de recursos:

- I. Mensalidades dos alunos;
- II. Repasses do FIES e Novo FIES;
- III. Repasses de Coparticipação de alunos beneficiários do Novo FIES efetuados pelo agente

financeiro CAIXA Econômica Federal;

IV. Crédito ProUni (que nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal nº 1394 de 12.09.2013 e Instrução Normativa da Receita Federal nº 1476 de 01.07.2014 são destinados a compensação dos impostos Cofins, PIS, CSLL e IRPJ).

14 INFRAESTRUTURA DA FACISA

14.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

A Faculdade de Ciências da Saúde de Unai FACISA possui infraestrutura adequada para as atividades de ensino, iniciação científica e extensão, capazes de atender as demandas das comunidades interna e externa, conforme determinação. As instalações atendem às necessidades institucionais, considerando-se a sua adequação às atividades, a acessibilidade, de forma a manter-se neste patamar através de um Plano de Manutenção implantado em 2020. Através deste Plano, a toda infraestrutura da IES: administrativas, salas de aula, auditório, sala para os docentes, laboratórios, áreas de convivência, biblioteca e outros, passam por vistorias periódicas, manutenção preventiva e corretiva, bem como atualização (física e tecnológica) que garantem a possibilidade de aplicação de recursos inovadores e também o atendimento diferenciado.

14.2 INFRAESTRUTURA FÍSICA – GERAL

As instalações administrativas da FACISA contabilizam diversos espaços adequados ao número de usuários e para o pleno desenvolvimento das atividades administrativas que ali são desenvolvidas e à integração de todos os órgãos que compõem a sua estrutura educacional. O prédio da FACISA, localizado na Avenida Governador Valadares, possui 24 salas. Considerando que nossas turmas possuem de 12 a 38 estudantes, temos uma média de 1,5m² disponíveis por estudante, se tratando de aulas teóricas ou expositivas, atendendo às necessidades institucionais e dos cursos. Também tem-se uma sala de aula (Tenda) ao ar livre na Fazenda de Ensino, iniciativa inovadora, que tem como objetivo garantir a troca de conhecimentos entre profissionais e estudantes de Medicina Veterinária, *briefing* e *debriefing*, estudos de casos, dentre outros momentos. Na Clínica Veterinária para pequenos animais, como outra iniciativa inovadora, temos uma sala de aula de 35m².

A IES possui três auditórios para desenvolvimento das atividades acadêmicas e eventos diversos

voltados tanto para a comunidade acadêmica, quanto ao público em geral. A sala de docentes apresenta um espaço de 30m², para uso coletivo dos professores. A IES dispõe de diversos espaços para atendimento aos discentes. Situada na área superior do prédio, a IES oferece, à sua comunidade, áreas de convivência, totalizando 201,4 m², com área de circulação de 367,9m², compatível com as condições de acesso para portadores de necessidades especiais, conforme Decreto nº 5.296/2004, incluindo uma cantina para alimentação, serviço de xerox e materiais escolares conveniada com a IES. A IES dispõe de laboratórios especializados de práticas didáticas para seus cursos, em quantidade e qualidade para pleno atendimento ao planejamento acadêmico, e conforme disposto – neste PDI e nos PPCs dos cursos. A CPA dispõe de uma sala exclusiva com dimensão de 15,20m².

14.3 AUDITÓRIO

A FACISA possui um auditório próprio para desenvolvimento das atividades acadêmicas e eventos diversos voltados para os cursos, e terceiriza auditório (aluguel) por meio de parcerias para eventos voltados tanto para a comunidade acadêmica, quanto ao público em geral cujo público exceda a capacidade de seu auditório próprio.

Auditório próprio – Possui 100m² climatizado, equipado com *datashow*, computador, sistema completo de sonorização, *wi-fi*, cadeiras, com boa iluminação. É usado para atividades de projetos e eventos por curso.

Auditório Terceirizado – é realizado um contrato de parceria com espaço destinado para eventos, com agenda anual, de modo a garantir a realização dos eventos cujo público exceda a capacidade do auditório da instituição.

14.4 INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS

As instalações administrativas da IES contabilizam diversos espaços adequados ao número de usuários e para o pleno desenvolvimento das atividades administrativas que ali são desenvolvidas e à integração de todos os órgãos que compõem a sua estrutura educacional.

Os espaços são isolados de ruídos externos, com boa audição interna, e climatização adequada às necessidades climáticas locais. Possuem iluminação condizente às ações administrativas e possuem mobiliários e equipamentos especificamente adequados aos setores. São instalações administrativas da IES:

- I. Direção;

- II.Recepção;
- III.Secretaria;
- IV. Central de Atendimento ao Discente;
- V.Apoio financeiro;
- VI. Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI;
- VII.Supervisão de Campus e Logística;
- VIII.Portaria;
- IX.Copa e outras dependências.

As áreas livres (corredores e áreas de convivência) para circulação possuem higienização e manutenção de acordo com os mais exigentes padrões, com pessoal contratado pela IES.

14.5 INFRAESTRUTURA PARA A CPA

Em consonância com o que determina o Sistema Nacional de Avaliação da Educação superior (SINAES), a Comissão Própria de Avaliação (CPA), regida por regulamento próprio e orientada pelas diretrizes da CONAES, sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações, desvenda formas de organização, administração e ação, identifica pontos fracos, bem como pontos fortes e potencialidades, e estabelece estratégias de superação de problemas. Sendo assim, seus membros se reúnem ordinariamente, mensalmente, e extraordinariamente, quando convocados por seu Coordenador, com o objetivo de organizar e desenvolver as estratégias da CPA de maneira integrada, a partir da percepção dos diferentes segmentos que compõem a comissão.

Para o pleno desenvolvimento de suas atividades, a CPA dispõe de uma sala exclusiva com dimensão de 15,20m². Possui iluminação adequada, boa acústica, é equipada com mobiliário padronizados. Dentre estes, uma mesa de reuniões com cadeiras estofadas e confortáveis em quantidade adequada para uso de seus membros e demais convidados, uma mesa de escritório com cadeira giratória equipada com um computador com sistema moderno e acesso à internet para processamento de informações provenientes dos processos de avaliação institucional interna e externa, elaboração e análises de relatórios, atas e manutenção de documentos, bem como um armário para arquivo dos mesmos. Dispõe ainda de quadro branco, mural e impressora.

A IES disponibiliza uma impressora multifuncional exclusiva para a CPA, com velocidade e qualidade de impressão profissional, preparada para atender a alta demanda de impressão, digitalização e cópias. Na organização do espaço, foram considerados aspectos como

acessibilidade, conservação e comodidade, diante disso, a sala da CPA está apta à utilização, com segurança e autonomia, por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. O seu acesso no 1º piso, o espaço e mobiliários que ali estão são compatíveis com as condições de acesso conforme estabelecido no Decreto nº 5.296/2004. Também possui *wi-fi*, lixeira e álcool em gel 70% para desinfecção das mãos e objetos, sendo eficaz como forma de prevenção da COVID-19. Além disto, possui um quadro que utiliza a metodologia de gestão visual, por se tratar de algo que deve estar visível para todos os membros da comissão, o método traz transparência aos processos que estão sendo executados.

A IES inova com a contratação de um Sistema de Avaliação Institucional multiplataforma, online, com interface interativa e diversas possibilidades de divulgação dos dados aos diferentes setores internos e externos. O Sistema de Autoavaliação Institucional é integrado ao sistema de gestão acadêmica utilizado pela FACISA, o Virtual Class, o que otimiza em muito os trabalhos da CPA, pois conta com acesso a diversos bancos de dados em constante atualização. Com comodidade e segurança, ele é apto a atender toda a comunidade acadêmica em diversos dispositivos, sejam eles celulares, *tablet/iPad* ou computadores, contribuindo para fortalecimento da cultura avaliativa na IES.

14.6 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

Há um banheiro masculino e um feminino para portadores de necessidades especiais na parte inferior com 7m² cada e todas as condições exigidas, com boa iluminação com lâmpadas fluorescentes de 45w e ilustrações educativas, ventilação natural. Um banheiro familiar com 10m² com boa iluminação com lâmpadas fluorescentes de 45w, ventilação natural e bancadas para troca de fraldas.

No piso superior, encontra-se um banheiro masculino, com 1 boxe para portadores de necessidades especiais com 4m², dois boxes 2m² e 2 mictórios com 1m², com boa iluminação com lâmpadas fluorescentes de 45w e ventilação natural; e um banheiro feminino com 1 boxe para portadores de necessidade especiais com 4m², e 3 de 2m² boxes, com boa iluminação com lâmpadas fluorescentes de 45w e ventilação natural.

A limpeza dos sanitários ocorre diariamente entre os turnos. A manutenção é desenvolvida conforme Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial.

Todos os sanitários são compatíveis com as condições de acesso para portadores de

necessidades especiais ou com capacidade de locomoção reduzida, conforme Decreto nº 5296/2004.

14.6 ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E DE ALIMENTAÇÃO

Situada na área superior do prédio, a IES oferece, à sua comunidade, áreas de convivência, totalizando 201,4 m², com área de circulação de 367,9m², compatível com as condições de acesso para pessoas com deficiência, conforme previsto no Decreto nº5296/2004.

No espaço, há uma cantina para alimentação, serviço de xerox e materiais escolares conveniada com IES (ofertando valores mais acessíveis aos estudantes), mesas e cadeiras, tapetes e pufes, bancadas/banquetas em diversos pontos, climatizador evaporativo de alta vazão (ideal para grandes ambientes (até 400m²)), *wi-fi*.

Os espaços contam com conforto térmico, ventilação natural, bebedouro Industrial 200L *RESIST* em Inox com 4 Torneiras, 06 Lixeiras de Coleta Seletiva 60Lts.

No local, também tem banheiro masculino com 1 boxe para pessoas com deficiência com 4m², dois boxes 2m² e 2 mictórios com 1m², um banheiro feminino com 1 boxe para pessoas com deficiência com 4m², e 3 de 2m² boxes.

A limpeza do espaço ocorre diariamente entre os turnos e a manutenção é desenvolvida conforme Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial.

14.7 RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC

O sistema e recursos de informação, comunicação e recuperação de normas acadêmicas utilizado pela FACISA engloba toda a parte administrativa e acadêmica, apresentando segurança e confiabilidade.

Há mecanismos definidos para coleta, sistematização e divulgação da informação; mecanismos de garantia e precisão na divulgação da informação e sua periodicidade em portais, murais, na intranet, boletins e no site da própria IES. São usados serviços e recursos de tecnologia da informação e da comunicação adequados à realidade institucional.

Os sistemas de informação e comunicação da IES têm como objetivo fundamental proporcionar aos educadores modernas ferramentas de apoio ao ensino, baseadas nas tecnologias hoje disponíveis. Estas ferramentas podem ser utilizadas, tanto por professores quanto pelas Coordenações. São disponibilizados recursos que permitem o enriquecimento do processo

educacional e o estreitamento do relacionamento entre professores e alunos, constituindo-se em um instrumento sem paralelo no auxílio ao processo educacional. Esses recursos atendem às necessidades dos processos de ensino e de aprendizagem, envolvendo professores, alunos, técnicos, colaboradores e a sociedade civil.

A FACISA mantém canais de comunicação, como uma das formas de viabilizar sua missão institucional, representada pela busca em formar profissionais capacitados e atualizados. Nesse sentido, para a comunicação externa, implantou os formulários de: ouvidoria, CPA, banco de talentos – trabalhe conosco, buscando participar ativamente do processo de melhoria de vida da população. Portanto, a FACISA desenvolve um permanente diálogo com a comunidade acadêmica e com o público em geral.

A instituição modernizou o processo de comunicação interna e externa por meio do emprego de formulários eletrônico. Na comunicação interna, foram implantados os formulários para: solicitação de compras, solicitação de manutenção predial, agendamento de aulas de laboratório e protocolo de aulas práticas, solicitação de liberação dos laboratórios virtuais.

A comunicação com o público externo é feita com o cuidado em garantir informações precisas e transparentes. São utilizadas basicamente mídias impressas, rádio, TV, jornais e redes sociais tais como: *Youtube, Instagram e Facebook*. Na sua maior parte, a divulgação dos serviços à comunidade é realizada através dos meios de comunicação, como blogs e seu site <https://www.facisaunai.com.br/>. Ainda, para manter maior interação com a comunidade, a FACISA disponibiliza a Ouvidoria na página <https://www.facisaunai.com.br/ouvidoria/>, bem como as informações acerca de toda a infraestrutura e documentos institucionais, neste endereço.

O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no processo ensino-aprendizagem reflete uma nova forma de expressão do pensamento e interação, bem como a incorporação desses recursos à educação. Dessa forma, a Instituição propõe um trabalho baseado na construção de um conhecimento holístico da realidade e desenvolve um contínuo processo de melhoria da sua infraestrutura, com o objetivo de oferecer laboratórios bem equipados e de alta qualidade, equipamentos compatíveis com a boa qualificação de seu alunado, aparelhagem que proporcione atividades de ensino e extensão de destaque na região. Neste contexto a FACISA possui em destaque:

- I. Estrutura própria de acesso com a internet do tipo fibra óptica, contendo *load balance* (redundância), sendo fornecida por dois provedores distintos, a fim de minimizar as chances de falta e perda total de conexão, decorrente de problemas técnicos dos provedores. A conexão conta atualmente com um *link* dedicado com IP fixo e velocidade máxima de 300 MB (provedor *Master Cabo*) e 100 MB em IP dinâmico (provedor *Point*

Telecom), atualmente oferta-se 300MB.

- II. Laboratório de informática com Lousa Interativa, 30 máquinas em rede, com instalação software para deficientes visuais e auditivos, com espaço climatizado;
- III. Página da internet interativa;
- IV. Ouvidoria;
- V. Serviços Acadêmicos 100% *on line*;
- VI. Plataformas de comunicação a distância;
- VII. Laboratórios Virtuais, estruturas de apoio às atividades de ensino-aprendizagem, extensão e iniciação científica, em áreas como Saúde, Engenharia e Humanidades, possibilitando a integração da teoria com prática com foco em desenvolvimento de atitudes;
- VIII. Sistema integrado de gestão de ensino *Virtual Class*
 - IX. *Google for Education: Google Meet, o Chat e o Gmail*;
 - X. *Moodle*;
 - XI. Lousa Interativa;
 - XII. Software *Sniffy*;
- XIII. Biblioteca Virtual – Minha Biblioteca;
- XIV. Repositório institucional da FACISA, para ter acesso ao conteúdo dos TCCs nele divulgados. Também estão disponíveis, nesse recurso, o acesso a algumas bases de dados de acesso livre, como por exemplo, CAPES, Biblioteca do SENADO, BVS – PSI, PubMed, COMUT, BVS, SCielo, Domínio Público, PEDro, UpToDate;

14.7.1 Recursos audiovisuais e multimídia

A FACISA dispõe, à comunidade acadêmica, um conjunto diverso de recursos tecnológicos, todos mantidos pelas equipes técnicas e atualizados periodicamente conforme as demandas e a evolução da tecnologia. A cada ano, novos produtos e serviços são incorporados para fornecer os melhores recursos acessíveis a todos – Computadores e Softwares. A FACISA mantém um parque informático com cerca de 50 computadores, distribuídos entre as atividades de ensino de graduação e pós-graduação, atividades de iniciação científica e administrativas, além de 1 servidor físico, 2 servidores virtuais e equipamentos de suporte à rede de dados. Neles, estão instalados, de acordo com as necessidades de cada curso ou área, os mais diversos softwares, todos devidamente licenciados e atualizados.

A relação aluno/computador, considerando somente computadores com finalidade de ensino, é de 12 alunos para cada computador. A renovação dos computadores realiza-se a cada 48 meses,

podendo ocorrer antes, caso eles apresentem necessidade de atualização em virtude da mudança de característica de uso ou exigência dos softwares. Todos os computadores são de “domínio” da FACISA, sendo gerenciados de forma centralizada e mantidos em segurança, pois recebem constantemente as atualizações necessárias.

Pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades têm disponíveis, para uso no processo de aprendizagem, softwares e equipamentos específicos, bem como o acompanhamento do Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade da FACISA - NAPA, serviços de Impressão está disponível, equipados com impressoras de alta performance — disponíveis a alunos e professores. O serviço é oferecido na forma de autoatendimento para professores e por meio de atendimento para alunos.

14.8 BASES TECNOLÓGICAS DA INSTITUIÇÃO

A FACISA atualmente conta com equipamentos e tecnologias diversas em seu acervo. Possui sistema de gestão acadêmica, biblioteca virtual, laboratório virtual, e-mail institucional, todos amparados pelo sistema de armazenamento em nuvem, que garante integridade dos dados e *backup* eficaz.

No acervo físico, temos computadores de mesa, tanto para o administrativo quanto para os docentes, notebooks, em casos que requerem mobilidade, periféricos de reserva, como mouses, teclados, monitores, estabilizadores, *hub swites*, roteadores, *modems*, sistema telefônico interno/externo, *smartphones*, entre outros.

14.9 INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

A Faculdade FACISA possui infraestrutura adequada para as atividades de ensino, iniciação científica e extensão, capazes de suprir as demandas das comunidades interna e externa, conforme especificação. As instalações atendem às necessidades institucionais, considerando-se a sua adequação às atividades, a acessibilidade. De forma a manter-se neste patamar há um Plano de Manutenção que teve início de implantação em 2020. Através deste Plano, toda a infraestrutura da IES – administrativas, salas de aula, auditório, sala para os docentes, laboratórios, áreas de convivência, biblioteca e outros – passam por verificações periódicas, manutenção preventiva e corretiva, bem como atualização (física e tecnológica) que garantem a possibilidade de aplicação de recursos inovadores e também o atendimento diferenciado.

As instalações acadêmicas da FACISA contabilizam diversos espaços adequados ao número de usuários e para o pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas que ali são desenvolvidas e à integração de todos os órgãos que compõe a sua estrutura educacional. As instalações são isoladas de ruídos externos, com boa audição interna, ventilação adequada às necessidades climáticas locais, quando necessário. Possui iluminação condizente às ações acadêmicas, assim como mobiliários e equipamentos especificamente adequados aos setores.

As áreas livres (corredores e áreas de convivência) para circulação possuem higienização e manutenção de acordo com mais exigentes padrões com pessoal contratado pela IES. Todas as instalações da IES são compatíveis com as condições de acesso para portadores de necessidades especiais, conforme Decreto nº 5296/2004.

14.9.1 Salas de aula

O prédio da FACISA, localizado na Avenida Governador Valadares nº 1441, possui 7 salas de aula com mais de 50m², 05 salas de aula com o tamanho entre 45m² e 5 salas com salas de aula entre 35m², totalizando 17 salas. Considerando, que as turmas possuem de 12 a 38 estudantes, tem-se uma média de 1,5m² disponíveis por estudante, se tratando de aulas teóricas ou expositivas, atendendo necessidades institucionais e dos cursos. São espaços equipados com ar condicionado, ventilador, equipamento de *datashow*, carteiras em número variável, mesa preferencial devidamente sinalizada de acordo com a demanda, mesa e cadeira para o professor, quadro branco. Há tomadas para ligar os equipamentos eletrônicos, extensão, as salas dispõem de ventilação natural (em sua maioria) e possuem acústica adequada.

As salas apresentam manutenção periódica, espaço suficiente para brindar conforto, dispõem de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades didático-pedagógicas, permite flexibilidade relacionada às configurações espaciais (as carteiras não estão fixas no piso, elas podem ser organizadas em círculos, grupos), oportunizando as distintas situações de ensino-aprendizagem desenvolvidas, como mesas redondas, trabalhos em grupo, seminários, apresentações. Via setor de informática, temos os notebooks para empréstimos aos docentes.

Também possui duas salas de aulas na Fazenda de Ensino, iniciativa inovadora que tem como objetivo garantir a troca de conhecimentos entre profissionais e estudantes de Medicina Veterinária, *briefing* e *debriefing*, estudos de casos, dentre outros momentos. Essas salas de aula contam com Quadro branco, carteiras universitárias mesa e cadeira para professor, contam

ainda com 01 impressora e 01 projetor dataShow. Na Clínica Veterinária para pequenos animais, situada na Rua Paracatu nº 130, a 50 metros do prédio sede da FACISA, como outra iniciativa inovadora, temos uma sala de aula de 35m², *datashow*, quadro branco, com um moderno sistema de transmissão ao vivo e de filmagem no Bloco Cirúrgico, projeção da imagem aumentada das cirurgias realizadas em tempo real presencial e forma *on line*, com possibilidade de gravações, com o passo a passo da cirurgia, em suas casas, para fins de consulta e estudo.

Em todas as salas tem-se manutenção periódica, há depósito de lixos e a limpeza é feita após o término de cada aula. Todas as salas de aula são compatíveis com as condições de acesso para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme Decreto nº 5296/2004.

14.9.2 Sala de professores

A sala de docentes apresenta um espaço de 30m², localizada no prédio da Avenida Governador Valadares nº 1441, para uso coletivo dos professores. A sala é climatizada, possui iluminação com lâmpadas fluorescentes de 45w, equipada com confortáveis mesas e cadeiras. Possui geladeira, uma mesa lateral com 2 *notebooks*, 08 armários de metal personalizados com fechadura e chave, que permitem a guarda de equipamentos e materiais. Há apoio técnico-administrativo próprio, *scanner* e copiadora acessíveis, purificador de água, internet cabeada e sem fio, ar condicionado, área de descanso com sofá e televisão, saída de ar da sala e espaço que permite atividades de integração. Há avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas

14.9.3 Espaços para atendimento aos alunos

A IES dispõe de diversos espaços para atendimento aos discentes. São eles:

- I. NAPA – Núcleo de Apoio, Psicopedagógico e Acessibilidade;
- II. Secretaria - Central de Atendimento ao Discente – CAD;
- III. Apoio Financeiro - Tesouraria e Benefícios;
- IV. Biblioteca;
- V. Outros, como a Direção, as Coordenações de Curso.

O NAPPa objetiva a promoção de ações voltadas ao corpo discente da IES, com vistas ao desenvolvimento de habilidades e competências fundamentais para o fortalecimento do perfil

profissional. Com espaço adequado e sob a responsabilidade de uma pedagoga especialista, possui iluminação, climatização, acústica, mobiliário, segurança e limpeza.

A CAD objetiva receber, registrar, arquivar e atualizar a documentação referente à vida acadêmica dos alunos da Instituição, possui espaço adequado, incluindo a área de atendimento e sala reservada para arquivos e serviços internos.

O Apoio Financeiro (setor de tesouraria e benefícios) é o setor que cuida das entradas e saídas de recursos financeiros. Faz o acolhimento dos estudantes para pagamentos e recebimentos presencial, online, negociações, acompanha a inadimplências, monitora. Já as atividades de benefícios, acolhe e monitora os estudantes do FIES, ProUni, Financiamento Interno.

A IES dispõe de instalações para diretorias e coordenações de cursos, além de uma recepção, onde se situa o pessoal de apoio aos coordenadores. Nas coordenações de curso, também possuímos sala individual de atendimento e 1 (uma) sala de reuniões.

Todos estes espaços estão equipados com computadores e periféricos modernos, com acesso à internet de alta velocidade, possuem iluminação adequada, ar-condicionado, mobiliário moderno e estão adequados às ações acadêmico-administrativas a que se destinam, bem como estão em conformidade com o Decreto nº 5296/2004 que dá acesso pleno a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

14.9.4 Gabinetes/estações de trabalho para professores em tempo integral - TI

Visando oferecer aos professores de Tempo Integral condições adequadas ao desenvolvimento dos trabalhos que extrapolam a sala de aula, a FACISA também disponibiliza uma sala com 5 gabinetes de trabalho, com espaços de 15m², contendo microcomputador, mesa, cadeira, armário, boa acústica, acessibilidade, climatizadas e com ventilação natural.

14.10 BIBLIOTECA

A Biblioteca da FACISA UNAI tem como principal objetivo proporcionar ao corpo docente e discente dos cursos recursos informacionais de suas respectivas áreas de atuação, bem como ao corpo administrativo da Instituição.

14.10.1 Biblioteca: infraestrutura física

As instalações da Biblioteca (<https://www.facisaunai.com.br/biblioteca/>) da FACISA proporcionam um ambiente próprio para o estudo e a pesquisa bibliográfica, com espaços para leituras individuais e em grupos, para pesquisa pela Internet, consulta ao acervo, presencial ou remoto, além de prateleiras e móveis próprios para a guarda do acervo.

A Biblioteca está situada em um amplo espaço para o acervo, com baias para leitura/estudos individuais e salas para estudos em grupo, terminais para pesquisa, sala de tratamento técnico. A Biblioteca é adequada ao número de usuários e aos fins a que se destina e obedece aos critérios de salubridade, ou seja, é climatizada, bem iluminada, limpa e segura. Além disso, este ambiente é adaptado às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e possui, nas suas proximidades, equipamentos de proteção contra incêndio.

A Biblioteca possui uma área apropriada, distribuídas da seguinte forma:

- I. Espaço para estudos individuais;
- II. Espaço para leitura em grupo;
- III. Espaço para acervo;
- IV. Espaço para leitura em geral;
- V. Espaço para processamento técnico.

A Biblioteca da FACISA fica sob a responsabilidade do Bibliotecário Edson de Oliveira Frazão CRB 6 1632, que possui formação em Biblioteconomia e duas pós-graduações e conta com quase 20 anos de experiência na área. Conta também, com dois auxiliares com formação em segundo grau que auxiliam no atendimento e processamento das atividades da Biblioteca. A Biblioteca possui área construída de 224,3 m², sendo que deste total 42.41m² são destinados ao acervo, com capacidade para 12.000 (doze mil) obras, 112,4m² são destinados aos usuários para estudos e pesquisas gerais e 20 m² são destinados ao estudo individual, 24,8m² são destinados ao estudo em grupo, 16,86 são destinadas a sala de informática, 5,67 m² destinados a sala de atendimento, 2,16m² são destinados a sala de processamento técnico.

A Biblioteca está localizada no segundo andar do prédio da Sede da FACISA, próxima à área de convivência e alimentação. Permitindo maior interação entre os alunos. Sendo no segundo andar, oferece segurança ao acervo e aos usuários. Possui equipamento de refrigeração que possibilita um ambiente agradável aos usuários e funcionários. A Biblioteca possui equipe de limpeza específica que fica responsável por manter o ambiente limpo e desinfetado durante todo o seu horário de funcionamento. A iluminação artificial é adequada em todos os seus ambientes.

O acesso à Biblioteca é feito por escadas e também é oferecido um elevador para facilitar o acesso das pessoas com dificuldades em locomover. Os equipamentos são novos e bem conservados, permitindo, assim, ótimas condições de estudo aos usuários.

A biblioteca possui 5 (cinco) salas de estudo em grupo com mesas e cadeiras com capacidade para 5 pessoas. Guichês de estudo individual para 20 pessoas, feitos de MDF branco, com cadeiras, bancada e acesso à internet *wi-fi* e cabeada. Oferece 10 computadores disponibilizados em bancadas de fórmica com cadeiras para acesso à internet e pesquisas no sistema. Disponibiliza 10 mesas de estudos em fórmica com tamanho variados e cadeiras, sendo uma mesa de altura diferenciada para atendimento a PCD. O balcão de atendimento é de alvenaria, com rebaixamento para atendimento a PCD. Conta com dois computadores, impressora de 40 colunas, cupom fiscal, leitoras de código de barras e teclado numérico.

A Biblioteca possui regulamento próprio de funcionamento e gerenciamento do acervo, que poderá ser apreciado quando da visita in loco. No contexto da estrutura setorial, o acervo está distribuído em estantes metálicas e madeira atendendo aos Cursos de Farmácia, Enfermagem, Medicina Veterinária, Psicologia e Serviço Social, abrigando, assim, as seguintes seções:

- I.Referência;
- II.Acervo Geral;
- III.Periódicos;
- IV.Multimeios;
- V.Monografias - TCCs;
- VI.Folhetos;
- VII.Leitura Informal e Alerta;
- VIII.Processamento-Técnico;
- IX.Balcão de Atendimento - acessível.

No caso do acervo documental, a Biblioteca da FACISA apresenta uma estrutura organizada e um acervo especializado nas áreas dos Cursos oferecidos pela Instituição. Sua organização e processamento técnico são feitos de acordo com o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2R) e pelo Sistema de Classificação Decimal Universal (CDU). O acervo que está em constante atualização apresenta-se distribuído em 8.722 exemplares e 2.723 títulos de livros e monografias e periódicos, 122 DVDs . A biblioteca está dividida em seções, sendo estas: a

seção de atendimento, informática, estudos individual e grupo, acervo geral, de folhetos, monografias, de referência, de periódicos, de multimeios e seção de processamento técnico.

Também cabe destacar a automação do ambiente, o acervo da Biblioteca e o cadastro dos usuários são totalmente informatizados, sendo utilizado o software *Virtual Class* para automação de biblioteca. O sistema oferece pesquisas por autor, título, assunto, registro, entre outras, local e online; oferece ainda a renovação on-line, nos termos previsto no regulamento da biblioteca.

O acervo está todo informatizado e etiquetado com código de barras para facilitar a movimentação. A movimentação do acervo – empréstimo, devolução, renovação – é realizado utilizando leitoras de código de barras e impressora de 40 colunas e cupom fiscal. A biblioteca oferece, também, teclados em braile e softwares de comunicação para os usuários PDC. Os usuários podem renovar *on line* 03 vezes sem precisarem ir até a biblioteca. Pode-se também fazer reservas *on line* de obras que o usuário tenha interesse, mas que já estejam emprestadas. Obras em reserva ficam 24 horas a disposição do usuário para retirada.

O sistema possibilita o envio de e-mail para os usuários no caso de atrasos e reservas disponibilizadas. Também permite trabalhar com obras em formato digital PDF e *Word*. O sistema permite a impressão dos mais variados relatórios de estatísticas, gestão do acervo e relatórios destinadas às visitas do MEC.

A biblioteca disponibiliza, aos alunos, 10 (dez) terminais de consulta à internet e consulta à base de dados local (acervo), 2 (dois) terminais de atendimento ao usuário para empréstimos, devoluções, renovações, 1 (um) terminal para o processamento técnico e trabalhos do Bibliotecário.

É disponibilizado para os alunos, além da estrutura física da biblioteca, o acervo virtual, através da MINHA BIBLIOTECA.

14.10.2 Biblioteca e sua interação com a sala de aula

As bibliotecas universitárias são instituições presentes na trajetória da formação acadêmica da maioria dos estudantes do ensino superior, contribuindo para o seu crescimento pessoal e profissional e inserindo-os no universo da pesquisa. Exercem, portanto, um papel central no cotidiano da IES. Elas são espaços repletos de vida e movimento, onde circulam pessoas em busca de informações, de aprimoramento do conhecimento e de ampliação da cultura. Na

FACISA, a biblioteca é estruturada como espaços de aprendizagem, como porta de acesso ao conhecimento, como força viva para a educação, cultura e informação. Assim, é imprescindível que todos os envolvidos no processo de planejamento e organização da biblioteca da FACISA estejam cientes do seu papel enquanto educadores e mediadores no acesso à informação e não como prestadores de serviços, a fim de que a biblioteca possa consolidar-se, efetivamente, enquanto um espaço de aprendizagem e perpetuar-se como centro do saber inserido na sociedade da informação.

A FACISA inova a relação biblioteca-sala de aula ao disponibilizar para alunos e professores a Biblioteca virtual Minha Biblioteca. Com um acervo em constante atualização, a biblioteca pode ser acessada a qualquer momento e local, portanto, na sala de aula principalmente, por alunos e professores e concomitantemente na mesma obra, o que permite o trabalho conjunto, onde cada um possui o seu livro, pode fazer suas marcações e anotações.

14.10.3 Plano de atualização do acervo e expansão física

O acervo da Biblioteca da IES foi adquirido conforme os projetos pedagógicos dos cursos ofertados e é, permanentemente, atualizado, por meio da consulta aos catálogos das editoras e das indicações dos alunos, professores, coordenadores de curso e da equipe da Biblioteca.

A Biblioteca promove a atualização e adequação do acervo de forma permanente, crescendo e se atualizando com aquisições, doações e permutas, sendo projetada para que haja um crescimento e renovação a cada semestre, a partir do acervo inicial.

O acervo é constituído de forma impressa e virtual. Ressalta-se o uso de Biblioteca Virtual e de bases de dados, a qual permite o acesso nas dependências a diversos periódicos nacionais e internacionais, indexados, disponíveis à comunidade acadêmica. As bases de dados são coerentes e abrangem as áreas temáticas dos cursos oferecidos pela IES.

Atualmente, podemos observar que a FACISA destina aproximadamente 8% da receita entre a implantação de novos cursos e investimentos, como iniciação científica, extensão, dentre outros. Considerando que a Biblioteca está diretamente associada a ambas as ações, a mesma deveria receber no mínimo 3% deste valor anualmente. Considerando o investimento na Biblioteca nos últimos três anos podemos constatar que a alocação de recursos vem crescendo para melhor atender os objetivos e metas Institucionais.

14.11 LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

14.11.1 Softwares

Atualização de Softwares

A atualização de softwares é periódica e é de responsabilidade do coordenador do Laboratório de Informática com supervisão da Diretoria Administrativa.

Por padrão, os únicos programas permitidos no laboratório são:

- a) Editor de texto.
- b) Editor de tabela.
- c) *Power Point*.
- d) *Paint*.
- e) Editor de Imagens do *Office*.
- f) *Internet Explorer*.
- g) Mapa de Caracteres do *Windows*.
- h) Calculadora.
- i) *Adobe Acrobat Reader*.
- j) Google Chrome
- l) Mozilla Firefox
- m) Microsoft Edge
- n) Java
- o) Panda Antivirus

14.11.2 Sala de apoio de informática

Para que os alunos produzam seus trabalhos acadêmicos, a IES disponibiliza o Laboratório de Informática. Os alunos podem acessar livremente esse laboratório, sempre que desejável. O espaço conta com um técnico que auxilia os alunos nas suas dificuldades concernentes ao uso dos equipamentos e softwares.

A estrutura do laboratório de informática foi concebida para atender às necessidades de professores e dos alunos dos cursos de graduação, que utilizam recursos de informática e também para o enriquecimento curricular, tendo em vista que os serviços informatizados atualmente são imprescindíveis em todas as profissões.

O espaço físico do laboratório de informática é suficiente para atender, da melhor forma possível, aos usuários, de acordo com a relação equipamentos versus número de alunos. O laboratório é dotado de climatização ambiental, cores apropriadas, iluminação e layout condizentes com as atividades pedagógicas que são desenvolvidas.

O laboratório de Informática da FACISA possui área de 48m², dispõe de equipamentos modernos, normas de segurança específicas, espaço físico amplo, climatizado e excelentes condições de acessibilidade e iluminação.

No que tange à acessibilidade, o laboratório conta com bancada específica para utilização por cadeirantes, o acesso é livre de degraus ou qualquer tipo de obstáculo para pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, a porta de acesso possui 1m de largura, o que permite o livre acesso para cadeirantes ou pessoas que utilizem outros equipamentos de apoio à locomoção.

O mobiliário é constituído de bancadas fixas, em granito, dispostas de modo estratégico para garantir o melhor aproveitamento do espaço, melhor acessibilidade e melhor fluxo de pessoas. As bancadas possuem altura adequada às necessidades ergonômicas, assim como as cadeiras, sendo estas giratórias, com ajustes de altura e encosto das costas e apoio de braços. O laboratório possui acústica compatível com as atividades a serem desenvolvidas e nível de ruído baixo e boa iluminação.

A climatização do espaço é realizada por 02 aparelhos de ar-condicionado, adequados para garantir a qualidade da climatização, considerando a quantidade de equipamentos eletrônicos inseridas no espaço. O laboratório de informática conta com 30 computadores do tipo *Desktops* com as seguintes configurações: (Processador *Core i3 -2120 3.30Ghz*, Memória RAM 4 Gb, Armazenamento HD SSD 120 Gb, Monitor LED 19”, Teclado, *Mouse*, Conectividade *Fast*

Ethernet, Portas e Conexões HDMI, VGA, USB 2.0, Fone de ouvido, Microfone). Conta, ainda, na estação adaptada ao PNE, com Mouse tipo TrackBall e Teclado adaptado em BRAILE, além de software DOS VOX, ZOOM EM TELA, que faz a ampliação de textos e imagens na tela do computador para facilitar a utilização por parte de pessoas com deficiência visual (baixa visão), ou ainda, para pessoas que tenham algum outro tipo de dificuldade visual, inclusive as temporárias. Também contamos com o DAISY – que permite a navegação de textos em áudio com fácil localização de pontos a serem retomados, além de fazer a leitura de arquivos do formato *Word* e “Txt”, permite, à pessoa cega ou com visão subnormal, acesso à literatura destinada ao estudo e à pesquisa de forma rápida e estruturada. Ao leitor permite, visualizar o conteúdo do texto em vários níveis de ampliação e ouvir simultaneamente em voz sintetizada. Tais recursos aumentam de forma significativa a independência na utilização do laboratório de informática por pessoas com necessidades especiais. Há, também, o V-LIBRAS, software que traduz simultaneamente conteúdos em português para a língua brasileira de sinais (Libras) e tem por objetivo a inclusão social de pessoas surdas. O aplicativo funciona com um intérprete virtual, que reage a comandos texto, convertendo, em tempo real, os conteúdos em português para Libras. Ele permite, também, que ouvintes possam aprender a se comunicar em Libras. Constituem ainda recursos tecnológicos do laboratório de informática, tela de projeção e data show.

As normas de segurança da sala de informática estão previstas em regulamento próprio e tem por objetivo principal determinar as diretrizes e condutas a serem adotadas para a utilização do espaço da melhor forma possível e com o melhor aproveitamento dos recursos nele disponíveis. O regulamento da sala de informática é aprovado pelo órgão colegiado superior da IES, bem como as alterações que lhe forem propostas com o fim de melhorar a sua utilização e resultados. O laboratório de informática fica aberta para utilização no período de 07h às 22h30min, ininterruptamente. A atualização dos softwares e equipamentos é realizada constantemente, de acordo com a necessidade identificada nas manutenções e vistorias periódicas que, de acordo com o plano de manutenção da IES, são realizadas semanalmente.

No Laboratório de Informática da FACISA, são levadas em conta as seguintes condições ergonômicas:

- I. Nível de ruído baixo;
- II. Atitudes corporais adequadas para uso do computador;
- III. Cadeiras que permitem uma postura corporal que preserva as costas, quadril, ombros e cabeça do usuário;

- IV. Intervalos, quando a atividade for de longo prazo;
- V. Conforto térmico por meio de ar condicionado;
- VI. Iluminação ambiente que auxilia a visão dos usuários;
- VII. Iluminação da tela do computador que auxilia a visão dos usuários;
- VIII. Acústica compatível com as atividades a serem desenvolvidas;
- IX. *Layout* do espaço que evita o giro do usuário.

14.12 LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS

14.12.1 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física

Os Laboratórios, Ambientes e Cenários para Práticas Didáticas,

compreendem:

- I. Laboratórios de Formação Básica;
- II. Laboratórios de Formação Específica;
- III. Hospitais;
- IV. Clínicas;
- V. Unidades de Saúde Básica;
- VI. Programa de Saúde da Família;
- VII. Serviços Sociais;
- VIII. Penitenciárias;
- IX. Presídios;
- X. Fazendas;
- XI. Cooperativas Agropecuárias;
- XII. Farmácias;
- XIII. Centros de Atendimento Psicológico;
- XIV. Escolas de Educação Básica;
- XV. Outros emergentes.

A FACISA dispõe de laboratórios especializados de práticas didáticas para seus cursos, em quantidade e qualidade para pleno atendimento ao planejamento acadêmico, e conforme

dispostos neste PDI e nos PPCs dos cursos.

Os laboratórios para práticas didáticas são normatizados por regulamento próprio, onde estão descritas as normas de funcionamento, utilização, conservação, biossegurança e segurança, atendendo às necessidades institucionais.

São laboratórios multidisciplinares em espaços adequados ao número de usuários e para o pleno desenvolvimento das atividades educacionais, bem como das atividades administrativas. Todos os laboratórios multidisciplinares possuem ambiente climatizado, amplo, com iluminação, pintura e acústica adequada, dispondo de recursos audiovisuais, computador conectado à internet, quadro branco, mesa, bancos, equipamentos de segurança e estão adaptados aos portadores de necessidades especiais.

Todo o mobiliário está condizente com excelente padrão de qualidade quanto à durabilidade, condições de limpeza, segurança, manutenção e conforto.

Hoje a instituição possui um total de nove laboratórios, sendo sete distribuídos em um anexo específico de laboratórios (AGRUPADOR) localizado a 30 metros de distância do prédio sede, na Av. Governador Valadares nº 1386, denominado Centro de Práticas Integradas da FACISA. Possui a Clínica Escola de Medicina Veterinária da FACISA, situada no segundo agrupador, com acesso pela Rua Paracatu nº 130, a 50 metros do prédio sede da faculdade; e a Fazenda de Ensino, situada a 6 km da sede da faculdade, na BR 251, saída para Brasília. Os nove oferecem aos alunos uma boa infraestrutura para a realização das atividades práticas, de trabalhos de conclusão de curso, bem como de estágios e estão aptos a atender às demandas dos cursos de Medicina Veterinária, Enfermagem, Psicologia, Serviço Social e Farmácia.

No andar térreo, encontram-se os laboratórios: Multidisciplinar de Microbiologia e Análises Clínicas, Multidisciplinar de Farmacotécnica e Cosmetologia, Multidisciplinar de Anatomia Humana, Multidisciplinar de Práticas Estéticas e Cosméticas e Multidisciplinar de Microscopia. O térreo possui também banheiros feminino e masculino, bem como um para cadeirantes e, também, armários de uso individual para a guarda de pertences dos discentes, de forma temporária, antes do acesso aos laboratórios para fins de aula ou estudo. No primeiro andar, estão situados os laboratórios: Multidisciplinar de Anatomia Animal, contendo uma sala anexa para preparação de armazenamento de peças anatômicas e o Laboratório de Práticas Multidisciplinares de Enfermagem.

O Laboratório Multidisciplinar de Anatomia Animal da instituição encontra-se situado no segundo andar do Centro de Práticas Integradas da FACISA. Tem por objetivo sediar as aulas práticas de Anatomia Animal I e II do curso de Medicina Veterinária e conta com peças anatômicas conservadas em glicerina. Toda a área destinada a Anatomia Animal corresponde a

62,81m², em um bloco único e independente para a disciplina, dividido em sala de estudo de anatomia e sala de tanques e cubas, possuindo, a última, 18, 29m². Conta com 3 mesas de necropsia para disposição das peças e/ou cadáveres. Conta, ainda, com o suporte técnico de profissionais habilitados ao manejo das peças e de seus preparos.

O Laboratório Multidisciplinar de Anatomia Humana, tem como objetivo promover as aulas práticas dos cursos de graduação, desenvolvimento de pesquisas de iniciação científica e para que os alunos complementem seus estudos anátomo-morfológicos. Toda a área destinada a anatomia humana corresponde a 58,54m², em um bloco situado no térreo do Centro de Práticas Integradas da FACISA. Neste laboratório, o aluno pode, além das atividades já citadas, solicitar o uso para o estudo dos modelos anatômicos (ossos, articulações, músculos e sistemas). O museu permanece aberto em todo o horário de funcionamento dos laboratórios e favorece mais um ponto de conhecimento e estudo por parte dos alunos.

O laboratório Multidisciplinar de Farmacotécnica e Cosmetologia possui uma área de 39,87m² e nela estão distribuídas bancadas central e lateral, sendo a primeira destinada para o desenvolvimento das práticas e a segunda para suporte dos equipamentos utilizados. Neste laboratório, os discentes aprendem, em escala artesanal, as técnicas e a manipulação de formulações farmacêuticas trabalhando frente aos parâmetros oficiais contidos nas publicações da farmacopeia brasileira, utilizando preparações tipo extratos, tinturas e alcoolaturas. Aprendem, também, outras formas farmacêuticas: sólidas (pós e cápsulas), semissólidas (pomadas, pastas, cremes, loções cremosas, géis e emulsões) e líquidas (soluções aquosas e hidro-alcólicas, xaropes, elixires e suspensões).

Já o Laboratório Multidisciplinar de Microbiologia e Análises Clínicas possui área correspondente a 40,31m² e é um espaço multidisciplinar que visa atender aos estudos e ensinamentos experimentais, tanto da prática das disciplinas de química, quanto da disciplina de bioquímica. Tendo como foco o estudo de biomoléculas, dentre elas: proteínas, aminoácidos, ácidos nucleicos, lipídeos e carboidratos.

O Laboratório de Práticas Multidisciplinares de Enfermagem permite a prática de habilidades e simulações. É um local dedicado ao desenvolvimento de habilidades e competências dos discentes do curso de Enfermagem, dando suporte ao processo de ensino e aprendizagem teórico-prático. O mesmo contribui nas atividades das disciplinas obrigatórias, bem como nas atividades extracurriculares. Possui um espaço de 39,72m² e tem sua estrutura montada com macas e equipamentos que simulam a realidade de hospitais e unidades de saúde de forma geral,

permitindo a discussão e a prática de procedimentos em grupos ou individuais. Conta com manequins e simuladores para deixar mais realística as aulas, permitindo desenvolver as habilidades de comunicação, avaliação e assistência de enfermagem. Além de desenvolver atividades, treinamento e aperfeiçoamento em semiologia (anamnese e exame físico).

O Laboratório Multidisciplinar de Práticas Estéticas e Cosméticas tem por objetivo permitir a realização de práticas relacionadas ao desenvolvimento de habilidades e competências da atividade do profissional de estética e cosmética, nas áreas de estética facial, corporal e capilar. Toda a área destinada ao laboratório corresponde a 43,83m² em espaço único.

O Laboratório de Microscopia tem por finalidade solidificar os conhecimentos teóricos, servindo de apoio aos discentes para estudo de preparados histológicos em aulas práticas de Biologia Celular, Histologia, Patologia, Embriologia e áreas afins. O mesmo está preparado para sediar atividades de ensino, pesquisa e extensão, as quais necessitem de estrutura física para a realização de estudos a nível microscopia.

O acesso aos laboratórios somente é permitido com o uso das vestimentas adequadas ao ambiente laboratorial (jaleco de manga comprida e abotoado, calça comprida, sapatos fechados, luvas e óculos de segurança), conforme o Regulamento Interno dos Laboratórios e assim deve ser durante toda a permanência no laboratório. Desta forma, não é permitida a presença de usuários cuja vestimenta estiver em desacordo com as normas de biossegurança contidas no Manual de Biossegurança da Instituição. Os equipamentos de proteção individual utilizados pelos funcionários dos laboratórios e docentes são fornecidos pela instituição, sendo eles: aventais, capacetes, luvas, máscaras, óculos de proteção, respiradores e viseiras. Ainda, no tocante a segurança, o Centro de Práticas Integradas possui um mapa de riscos, extintores de incêndio de acordo com a especificidade das práticas desenvolvidas pelos laboratórios, sinalização de segurança, chuveiros de emergência e lava-olhos, saída de emergência e avisos de segurança.

Afim de administrar os laboratórios das aulas práticas, a instituição possui um setor específico integrado por uma equipe composta pelo coordenador de laboratórios e técnicos que dão suporte total ao funcionamento, incluindo a manutenção das instalações e equipamentos. A equipe composta pelo coordenador de laboratórios e os técnicos possui uma sala anexa ao CPI, dotada de mesas e cadeiras confortáveis, computador, impressora, internet cabeada e *wi-fi* e sistema apropriado de ventilação. Ao lado da sala da equipe, fica o almoxarifado do CPI, de acesso exclusivo da equipe, onde são armazenados os itens de consumo, com exceção aos reagentes

que ficam armazenados na Sala de Reagentes. O fluxo de entrada e saída de material é controlado por um sistema específico criado para este fim.

A manutenção dos equipamentos é realizada por empresa terceirizada trimestralmente e/ou sempre que solicitada, garantindo o perfeito funcionamento dos mesmos durante os períodos letivos. Todos os laboratórios são dotados de boa iluminação (lâmpadas de 36W) e climatizados com ar condicionados para proporcionar maior conforto aos discentes. Os aparelhos de ar condicionado passam por limpeza e manutenção geral semestralmente, também realizadas por profissional capacitado e contratado para esse exclusivo fim. A limpeza do CPI bem como a retirada dos lixos e descarte adequado de cada um, de acordo com a sua natureza, são realizadas diariamente por profissional capacitado. Os resíduos perfurocortantes são descartados quando a capacidade da *descarpak* chega ao limite máximo permitido.

Os Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas, no âmbito da instituição, passam por avaliação periódica para garantir a segurança, conforto e conservação, bem como, quando em regime presencial, são avaliados pelos alunos através do Processo de Autoavaliação Institucional realizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). E, também, a avaliação feita em conformidade com o Plano de Manutenção e Expansão do Centro de Práticas Integradas.

A acessibilidade do Centro de Práticas Integradas está garantida por meio de rampa de acesso com corrimão e identificação em braile, bem como por meio de plataforma elevatória que será instalada para garantir o acesso a portadores de necessidades especiais aos laboratórios do segundo andar.

A FACISA disponibiliza, para o desenvolvimento das atividades práticas do curso de Medicina Veterinária, a Clínica Escola de Medicina Veterinária e a Fazenda de Ensino. Compõem as instalações da Clínica Escola de Medicina Veterinária: Recepção, Sala de Espera, Sala de Isolamento (para animais com doenças infectocontagiosas), Ambulatório; Consultório; Farmácia; Laboratório de Análises Clínicas; Sala de Diagnóstico por Imagem; Sala de Tricotomia e Medicação Pré-Anestésica; Sala de Paramentação; Sala de Técnica Operatória; Centro Cirúrgico; Sala de Recuperação Anestésica e Cirúrgica; Sala de Reabilitação e Fisioterapia; Vestiários; Coordenação e copa. Já a Fazenda de Ensino da FACISA tem área de 30ha, possui pastos, plantio de milho, sorgo, cana e forragens, rebanho bovino, implantará rebanhos equinos e ovinos, possui currais, brete, pedilúvio, depósito, baias, canil, tronco casqueador, ordenha de fosso mecanizada (tipo espinha de peixe), tanque de expansão para resfriamento de leite, barracão com pista de alimentação para as vacas, área para criação de bezerros, campo forrageiro para as aulas práticas de forragicultura. Conta ainda com 02 salas

de aula, alojamento, refeitório e banheiros, impressora, data show, armário para guarda de equipamentos.

A FACISA disponibiliza ainda, para o desenvolvimento das atividades práticas de clínica do curso de Psicologia o Serviço Escola de Psicologia – SEP, que funciona no AGRUPADOR situado na Rua Alba Gonzaga, nº 627, Bairro Centro, na cidade de Unai/MG – CEP 38.616-034, a cerca de 20 metros do prédio sede da instituição. O SEP conta com 05 salas de atendimento, 01 sala de triagem, 01 sala de atendimento infantil, 01 recepção e secretaria, 01 sala para o Responsável Técnico e 01 sala dos estagiários.

14.12.2 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: Relação equipamentos/aluno/curso

A relação equipamento/aluno considera:

- I. Turno de Funcionamento do curso;
- II. Cursos que utilizam o laboratório;
- III. Número de usuários.

14.12.3 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços

Os Laboratórios, Ambientes e Cenários para Práticas Didáticas, além de proporcionar apoio ao ensino, oferecem serviços de prática profissional para fixação dos conteúdos teóricos desenvolvidos em sala de aula, com apoio de um técnico na área, com qualificação, dispõe dos seguintes serviços:

- I. Monitoria realizada por acadêmicos com supervisão docente;
- II. Iniciação científica com participação docente;
- III. Cursos de extensão;
- IV. Análises Clínicas;
- V. Iniciação Científica;
- VI. Aperfeiçoamento Profissional;
- VII. Simulações profissionais;
- VIII. Práticas profissionais reais;
- IX. Atendimento à comunidade;
- X. Atendimento socioeducativo;

- XI. Serviços Sociais;
- XII. Estágio supervisionado;
- XIII. Orientação psicopedagógica;
- XIV. Outros emergentes.

14.12.4 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: Acessibilidade

A acessibilidade nos Laboratórios, Ambientes e Cenários para Práticas Didáticas está garantida por meio de rampa com corrimão e identificação em braile, bem como por meio de plataforma elevatória.

14.12.5 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: Equipamentos de Proteção Individual

São tipos de Equipamentos de Proteção Individual usados em laboratórios:

- I. Aventais;
- II. Capacetes;
- III. Luvas;
- IV. Máscaras;
- V. Óculos de proteção;
- VI. Respiradores;
- VII. Viseiras.

14.12.6 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: Dispositivos de Segurança

Os laboratórios da FACISA dispõem de dispositivos de segurança, como:

- I. Mapa de Riscos;
- II. Extintores de Incêndio de acordo com a especificidade das práticas desenvolvidas pelo Laboratório ou clínica;
- III. Sinalização de Segurança;
- IV. Chuveiro de Emergência e Lava-Olhos;
- V. Saída de Emergência;
- VI. Lembretes de Segurança.

14.12.7 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: Avaliação Periódica dos Espaços

Os Laboratórios, Ambientes e Cenários para Práticas Didáticas, no âmbito da instituição, passam por avaliação periódica para garantir a segurança, conforto e conservação. A avaliação é desenvolvida conforme Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial.

14.12.8 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: Gerenciamento da Manutenção Predial e Patrimonial

Os Laboratórios, Ambientes e Cenários para Práticas Didáticas, no âmbito da instituição, têm seu espaço físico gerenciado conforme determinação do Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial.

São Objetivos do Plano de Avaliação Periódica dos Espaços e de Gerenciamento da Manutenção Patrimonial:

- I. Planejar, avaliar e executar, periodicamente, a gestão dos espaços da IES, do material e patrimônio em consonância com as diretrizes institucionais;
- II. Integrar a gestão dos espaços da IES, do material e patrimônio à gestão pedagógica;
- III. Melhorar a gestão de material e o patrimônio, utilizando de recursos tecnológicos;
- IV. Selecionar prioridades de ação em relação ao patrimônio;
- V. Elaborar propostas para o desenvolvimento da IES de forma sustentável.

14.12.9 Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: Recursos Tecnológicos

Os Laboratórios, Ambientes e Cenários para Práticas Didáticas, no âmbito da instituição, dispõem dos seguintes recursos tecnológicos:

- I. Conexão à internet;
- II. Computadores;
- III. Microscópios para projeção;
- IV. Impressora;
- V. TV;
- VI. *Datashow*;

VII. Lousa interativa;

VIII. Outros emergentes.

Os Laboratórios, Ambientes e Cenários para Práticas Didáticas, no âmbito da instituição, estão equipados conforme atividade-fim.

14.13 INFRAESTRUTURA DE EXECUÇÃO E SUPORTE

A infraestrutura de execução e suporte disponibilizada pela FACISA atende plenamente às necessidades institucionais. Os serviços previstos estão sempre disponíveis, acessíveis e apropriados de acordo com as demandas da comunidade acadêmica e das atividades que são desenvolvidas.

Nesse contexto, a FACISA disponibiliza de um setor de Tecnologia da Informação que tem por objetivo planejar e coordenar as ações referentes à utilização da Tecnologia da Informação pela Instituição, além de buscar inovações tecnológicas alinhadas aos objetivos administrativo-acadêmicos.

O referido setor dispõe de técnicos para auxiliar nas atividades acadêmicas e administrativas, bem como de estagiários e monitores, quando necessários.

Portanto, a infraestrutura de execução e suporte desta instituição atende às necessidades institucionais, considerando a disponibilidade de serviços e os meios apropriados para a oferta de seus cursos. Além disso, apresenta plano de contingência, redundância e expansão.

14.14 PLANO DE MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, SOFTWARES E AFINS

A conservação e atualização dos equipamentos são feitas a partir de uma análise constante a cargo do pessoal técnico de apoio, com o auxílio do pessoal da manutenção, os quais verificarão a necessidade de aquisição de novos equipamentos e/ou atualização dos existentes.

A atualização de software é feita também mediante análise periódica do pessoal técnico de apoio, consideradas as sugestões de professores do curso que utilizarão os laboratórios como suporte para o desenvolvimento das atividades de ensino, iniciação científica e extensão.

Todos os equipamentos eletrônicos necessitam de manutenções preventivas periódicas para que o seu rendimento seja eficiente e o seu ciclo de vida possa aumentar. De modo semelhante, a aquisição e atualização de aplicativos é fundamental para a continuidade da oferta de educação profissional de qualidade. Por isso, foi desenvolvido uma Política de Aquisição, Atualização e Manutenção de Equipamentos, para que a faculdade possa manter todos seus serviços educacionais e administrativos em funcionamento adequado, utilizando-se, sempre, de equipamentos e softwares atualizados e condizentes com as exigências de mercado.-